



Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

A Antártida no Espaço Geopolítico do Atlântico Sul

Vanessa Luís Rei

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de
Doutor em História, Estudos de Segurança e Defesa

Orientador:

Doutor Carlos Manuel Mendes Dias, Coronel
Academia Militar (Lisboa)

Coorientador:

Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Junho de 2018

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

A Antártida no Espaço Geopolítico do Atlântico Sul

Vanessa Luís Rei

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de
Doutor em História, Estudos de Segurança e Defesa

Júri:

Doutor Luís Miguel Carolino, Diretor do Departamento de História do ISCTE-Instituto
Universitário de Lisboa

Doutor João Luís Rodrigues Leal, Tenente-Coronel de Infantaria da Academia Militar
Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, Professora Associada do Instituto Superior de
Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Doutor Luís José Rodrigues Leitão Tomé, Professor Associado do Departamento de Relações
Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa

Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado do ISCTE-Instituto
Universitário de Lisboa

Doutor Carlos Manuel Mendes Dias, Coronel da Academia Militar

Junho de 2018

Agradecimentos

Foram muitas as pessoas que se cruzaram comigo ao longo destes últimos cinco anos e que tornaram este desafio possível, contribuindo para que hoje apresentasse aqui o resultado final. Desde a ideia inicial, passando pelo projeto desenvolvido na Antártida, as entrevistas realizadas no IGOT Lisboa e no SPRI em Cambridge e culminando no apoio moral constante, plasmado no “vais conseguir... coragem... está quase...”, todos os contributos foram preciosos.

Não quero assim correr o risco de esquecer alguém, por isso, como sei que quem me apoiou e/ou contribuiu para este desiderato vai ler pelo menos esta parte, não vou referir nenhum nome em particular, deixando sim o meu sincero agradecimento por todo o vosso apoio e pela vossa disponibilidade.

Resumo

Muito antes de ser oficialmente descoberta, a Antártida já alimentava a imaginação das nações e dos seus marinheiros, pelas riquezas naturais que possuiria. Em 1959 foi assinado o Tratado da Antártida com o intuito de refrear a conflitualidade crescente em torno das reivindicações territoriais naquele continente. Congelaram-se as existentes, proibiram-se novas, mas não se acomodou a questão da exploração de recursos minerais, à data, inviável. O Atlântico Sul, entendido como o espaço localizado entre a América do Sul e África, encerra um corredor de elevado valor geoestratégico e possui três importantes bacias oceânicas intercomunicantes, i) o *choke point* Natal/Dakar; ii) a passagem do Cabo da Boa Esperança; e iii) a Passagem de Drake e os estreitos de Beagle e Magalhães, ligações naturais diretas entre Atlântico e Pacífico. Consideramos assim que Antártida e Atlântico Sul não podem analiticamente ser dissociados, mas qual a importância da Antártida naquele espaço geopolítico? Para além da localização estratégica, ambos encerram recursos naturais importantes, especialmente os recursos antárticos. Com o intuito de impedir a exploração dos recursos naturais na Antártida e a consequente destruição daquele habitat, foi assinado em 1991 o Protocolo de Madrid, no entanto cientistas que têm lutado pela preservação do “continente gelado” acreditam que os interesses comerciais poderão colocar em risco aquele Protocolo. Porém, a pressão para o consenso é muito elevada no âmbito do Sistema do Tratado da Antártida, sobretudo devido à adesão de novos membros, que ao não terem efetuado reivindicações territoriais defendem o estatuto de Reserva da Humanidade.

Palavras-chave

Antártida, Atlântico Sul, espaço geopolítico, história, cooperação, reivindicações territoriais, Tratado da Antártida

Abstract

Long before its official discovery, Antarctica was already in the imagination of the nations and their sailors, for its believed natural assets. The Antarctic Treaty was signed in 1959 to curb the growing conflict over territorial claims in that continent. Existing claims were frozen and new ones were forbidden, but the possibility of exploitation of mineral resources was not addressed, once it was not feasible at the time. South Atlantic, which can be understood as the space between South America and Africa, comprises a corridor of high geostrategic value and has three important intercommunicating ocean basins, choke point Natal/Dakar, Cape of Good Hope, Drake Passage and the straits of Beagle and Magellan, direct natural links between the Atlantic and the Pacific. We thus consider that Antarctica and the South Atlantic cannot be analytically dissociated, so how important is Antarctica in that geopolitical space? In addition to their strategic location, both contain important natural resources, especially Antarctica. In 1991 the Protocol on Environmental Protection was signed in order to prevent the exploitation of natural resources in Antarctica and the consequent destruction of that habitat, but scientists who have been fighting for the preservation of the "icy continent" believe that commercial pressure could jeopardize the Protocol. Notwithstanding, the pressure for consensus is very high in the scope of the Antarctic Treaty System, mainly due to new members that cannot make any territorial claims and therefore stand for Antarctica's statute as Reserve of Humanity.

Key words

Antarctica, South Atlantic, geopolitical space, history, cooperation, territorial claims, Antarctic Treaty

Índice

Índice de Quadros.....	vi
Índice de Figuras	vi
Glossário de siglas.....	ix
CAPÍTULO 1	9
ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
1. Poder.....	12
2. Soberania	16
3. Geopolítica	19
3.1 Fatores geopolíticos.....	24
3.1.1 O fator físico.....	27
3.1.2 O fator recursos naturais.....	30
3.1.3 O fator circulação	30
3.2 Perspetivas do Pensamento Geopolítico.....	31
3.2.1 Poder Terrestre	31
3.2.2 Poder Marítimo.....	46
3.2.3 Poder Aéreo	53
3.2.4 Poderes Conjugados	61
4. A Teoria da Defrontação	70
CAPÍTULO 2	75
O ESPAÇO GEOPOLÍTICO DO ATLÂNTICO SUL	75
1. O Atlântico Sul.....	75
1.1 Os fatores físico, recursos naturais e circulação.....	78
2. Evolução histórica do espaço geopolítico do Atlântico Sul	90
2.1 Dos Descobrimentos ao final da Guerra Fria	90
2.2 Do final da Guerra Fria à atualidade – Alianças regionais: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e a Comissão do Golfo da Guiné.....	100
2.2.1 A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS.....	100
2.2.2 A Comissão do Golfo da Guiné (CGG)	108

3. A Convenção de Montego Bay e a Extensão da Plataforma Continental no Atlântico Sul.	
Linhas de fricção	111
CAPÍTULO 3	123
A ANTÁRTIDA	123
1. O continente Antártico	123
1.1 Os fatores físico e recursos naturais	123
1.1.1 O impacto das alterações climáticas no continente antártico	130
1.2 A Antártida ao longo da História	135
1.2.1 De <i>Terra Incógnita</i> a continente desejado	135
1.2.2 Entre duas Guerras e até ao “Tratado da Paz”	151
1.2.3 O Tratado da Antártida.....	164
1.2.4 Do Tratado da Antártida à atualidade.....	180
1.2.4.1 Brasil	180
1.2.4.2 Uruguai.....	187
1.2.4.3 EUA.....	191
1.2.4.4 Argentina.....	196
1.2.4.5 Chile	204
1.2.4.6 Reino Unido	214
2. Portugal e a Antártida.....	222
2.1 O Programa Polar Português	222
2.2 O Memorando de Entendimento entre Portugal e o Brasil	236
3. Projeto COOPANTAR.....	237
CONCLUSÃO	243
BIBLIOGRAFIA	255
ANEXO	285
ENTREVISTAS	286
GONÇALO VIEIRA – IGOT-IUL, 15 DE OUTUBRO DE 2015	290
ROBERT HEADLAND – SPRI, 20 DE OUTUBRO DE 2015	294
PETER CLARKSON – SPRI, 20 DE OUTUBRO DE 2015.....	302

Índice de Quadros

Quadro 1.1 – Fatores utilizados pela Geopolítica	24
Quadro 3.1 – Membros Consultivos do Tratado da Antártida, em 31 de dezembro de 2016.....	168
Quadro 3.2 – Membros Não Consultivos do Tratado da Antártida, em 31 de dezembro de 2016.....	169

Índice de Figuras

Figura 1.1 – Bases de Poder	33
Figura 1.2 – Área Pivot e Heartland.....	35
Figura 1.3 – Formação de gelo em torno da Antártida no inverno	39
Figura 1.4 – Pan-Regiões e Estados-diretores.....	43
Figura 1.5 – Conceção global geoestratégica.....	58
Figura 1.6 – Esquema global de Spykman	62
Figura 1.7 – Mapa geopolítico mundial em 2025	67
Figura 1.8 – Teoria da Defrontação.....	72
Figura 2.1 – Projeção do Espaço Geopolítico do Atlântico Sul.....	78
Figura 2.2 – Mapa do Oceano Atlântico	80
Figura 2.3 – Hidrocarbonetos e minerais do Atlântico Sul	82
Figura 2.4 – Zona de exploração petrolífera e piscatória das Falkland/Malvinas.....	84
Figura 2.5 – Rotas Marítimas Internacionais	87
Figura 2.6 – Vasos Comunicantes Geográficos Interoceânicos	89
Figura 2.7 – Trampolins Insulares.....	91
Figura 2.8 – Países integrantes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul	101
Figura 2.9 – Sistema de Gerenciamento da Amazónia Azul.....	106
Figura 2.10 – Geoestratégia do Atlântico Sul. Perspetiva brasileira.....	107
Figura 2.11 – Limites da plataforma continental argentina submetidos à CLCS.....	116
Figura 2.12 – Limites da plataforma continental das Falkland, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul submetidos à CLCS pelo Reino Unido	117
Figura 2.13 – Margem continental vulcânica.....	119

Figura 3.1 – Mapa político da Antártida	124
Figura 3.2 – Convergência Antártica	126
Figura 3.3 – Principais depósitos de minerais na Antártida (estimativa).....	128
Figura 3.4 – Evolução do “Buraco do Ozono” entre 1979 e 2016.....	131
Figura 3.5 – Plataforma Larsen C	133
Figura 3.6 – Mapa de Ptolomeu, Geographia, 150 d.C.....	136
Figura 3.7 – Rotas seguidas por Amundsen e Scott.....	147
Figura 3.8 – Reivindicações territoriais	150
Figura 3.9 – Bases antárticas durante o AGI (1957/1958).....	160
Figura 3.10 – Assinatura do Tratado da Antártida. Embaixador dos EUA, Herman Phleger	163
Figura 3.11 – Tráfego de combustível para a base Artigas (uruguaia).....	175
Figura 3.12 – Localização da Estação Antártica Comandante Ferraz.....	184
Figura 3.13 – Base Científica Antártica Comandante Artigas	190
Figura 3.14 – Base de McMurdo.....	193
Figura 3.15 – Rotas aéreas e marítimas para abastecimento das bases norte-americanas na Antártida.....	195
Figura 3.16 – Selo alusivo à Argentina “Tricontinental”	198
Figura 3.17 – Bases da Argentina na Antártida em 2016.....	203
Figura 3.18 – Envelope alusivo à Base Aérea Eduardo Frei Montalva, enviado para Portugal a partir da estação de correios na ilha Rei Jorge (frente e verso).....	206
Figura 3.19 – Selos alusivos ao 40º aniversário da Base Aérea Eduardo Frei Montalva.....	207
Figura 3.20 – Selo alusivo à “Antártida Chilena”	207
Figura 3.21 – Bases chilenas na Antártida em 2010	212
Figura 3.22 – Bases e acampamentos britânicos.....	216
Figura 3.23 – Deslocalização da base Halley VI.....	217
Figura 3.24 – Territórios Britânicos Ultramarinos.....	220
Figura 3.25a – Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington, 1969	225
Figura 3.25b – Anexo ao Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington, 1969.....	226
Figura 3.26 – Campanha Antártica 2011-2012. Ilha Rei Jorge, 26 de janeiro de 2012.....	231
Figura 3.27 – Hub de Fildes, ilha Rei Jorge.....	238

Figura 3.28 – Visita oficial do Presidente do Chile, Sebastian Piñera, a Artigas 239

Glossário de siglas

AIG – Ano Internacional da Geofísica

ATCM – Antarctic Treaty Consultation Meeting

BAS – British Antarctic Survey

CCAMLR – Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos

CCAS – Convenção para a Conservação das Focas Antárticas

CEAC – Comunidade Económica da África Central

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEP – Committee on Environmental Protection (Comité para a Proteção Ambiental)

CGG – Comissão do Golfo da Guiné

CLCS – Commission on the Limits of the Continental Shelf (Comissão das Nações Unidas para os Limites da Plataforma Continental)

CONANTAR – Comissão Nacional para Assuntos Antárticos

COMNAP – Council of Managers of National Antarctic Program

COOPANTAR – Dinâmicas de Cooperação na Antártida

CRAMRA – Convenção para a Regulamentação das Atividades sobre os Recursos Minerais

DNA/IAA – Dirección Nacional del Antártico / Instituto Antártico Argentino

EIA – U.S. Energy Information Administration

END – Estratégia Nacional de Defesa (Brasil)

EUA – Estados Unidos da América

IAU – Instituto Antártico Uruguayo

ICAO – International Civil Aviation Organization (Organização da Aviação Civil Internacional)

IOC – Intergovernmental Oceanographic Commission (Comissão Oceanográfica Intergovernamental)

ICSU – International Council of Scientific Unions

IGM – Instituto Geográfico Militar

IHO – International Hydrographic Organization (Organização Hidrográfica Internacional)

IMB – International Maritime Bureau

IMO – International Maritime Organization (Organização Marítima Internacional)

INACH – Instituto Antártico Chileno
IWC – International Whaling Commission (Comissão Baleeira Internacional)
JARPA – Japanese Whale Research Program under Special Permit in the Antarctic
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
NASA – National Aeronautics Space Administration
NSC – National Security Council
NATO – North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
NSF – National Science Foundation
NSTC – National Science and Technology Council
OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul
PAA – Plano Anual Antártico
PAN – Política Antártica Nacional
PEP – Protocol on Environmental Protection (Protocolo de Proteção do Meio Ambiente)
POLANTAR – Política Nacional para Assuntos Antárticos
PROANTAR – Programa Antártico Brasileiro
PROPOLAR – Programa Polar Português
PWR – Pressurized Water Reactor
RAPAL – Reunión de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos
RPC – República Popular da China
SCAR – Scientific Committee on Antarctic Research
STA – Sistema do Tratado da Antártida
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TIJ – Tribunal Internacional de Justiça das Nações Unidas
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAP – United States Antarctic Policy
WMO – World Meteorological Organization (Organização Meteorológica Mundial)
ZEE – Zona Económica Exclusiva
ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação, que se enquadra no doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa¹, tem como objetivo a análise da importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul. Pretende-se igualmente aferir se os diferentes interesses projetados no continente gelado poderão comprometer a paz e o estatuto de “Reserva da Humanidade”.

Embora tenham surgido em Portugal algumas análises sobre as reivindicações territoriais e os recursos naturais na Antártida, a investigação académica tem focado essencialmente as ciências naturais, sendo praticamente inexistentes investigações de doutoramento na área da geopolítica no nosso país que associem o “continente gelado” ao Atlântico Sul, onde esta tese pretende dar um contributo.

A Antártida tem uma área de catorze milhões de quilómetros quadrados (o quarto maior continente do planeta), podendo duplicar esta extensão no inverno, temporada em que se torna praticamente inacessível (com temperaturas na ordem dos -65°C no interior). Este continente possui recursos naturais valiosos como água e minério (entre outros) e localiza-se estrategicamente entre três continentes e três oceanos, uma *plataforma giratória* nas palavras de Therezinha de Castro, que constitui uma interessante base de Poder.

Com o intuito de impedir a exploração dos recursos minerais e a conseqüente destruição daquele habitat, foi assinado em 1991 o Protocolo de Proteção do Meio Ambiente ou Protocolo de Madrid (em vigor até 2041), no âmbito da primeira revisão do Tratado da Antártida de 1959, e que acaba por proibir a exploração daquele tipo de recursos por um período de cinquenta anos, numa fase em que vários Membros Consultivos se posicionavam para iniciar a prospeção. Porém, os cientistas, que têm lutado pela preservação do “continente gelado”, acreditam que a pressão comercial poderá colocar o Protocolo em risco.

Refira-se, neste contexto, que a Antártida é uma das regiões do planeta onde a ação local tem um impacto ao nível internacional. Uma vez que os países que reclamavam soberania

¹ No início da presente investigação o doutoramento designava-se História, Defesa e Relações Internacionais.

não abdicaram da mesma após a assinatura do Tratado, quaisquer atividades desenvolvidas nas regiões reivindicadas, como a colocação de estações meteorológicas ou a construção de bases, por exemplo, embora enquadradas no espírito da cooperação internacional, gera desconforto entre intervenientes, podendo conduzir a tensões diplomáticas – como no caso da Argentina e do Reino Unido, que não só disputam a soberania das ilhas Falkland, mas cujas reivindicações territoriais na Antártida se sobrepõem.

Por outro lado, mesmo os Estados que não reclamam parcelas do território antártico consideram-no propriedade da Humanidade, demonstrando resistência à exploração de recursos por terceiros, pelo que, na nossa opinião, reagirão no plano internacional caso o Tratado seja quebrado.

Na corrida ao “continente gelado” destacaram-se inicialmente os Estados signatários do Tratado da Antártida – África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e a (então) URSS – sendo que sete reclamaram parcelas daquele território. Argentina, Chile, Austrália e Nova Zelândia justificam as reivindicações com a proximidade geográfica e com a necessidade de preservação daquele ecossistema. No hemisfério norte, o Reino Unido, a França e a Noruega defendem a sua presença alegando razões de ordem histórica, científica e ambiental.

EUA e Federação Russa, por seu turno, não reivindicaram oficialmente soberania sobre a Antártida nem reconhecem as reivindicações dos outros países, mas reservaram-se o direito de vir a reclamar território quando assim o entenderem, situação que confere um cariz de especial complexidade à gestão de interesses e sensibilidades sobre aquele continente, propensa a tensões diplomáticas.

Mais recentemente, Brasil, Uruguai e até Portugal têm investido na investigação na Antártida, enviando missões militares e/ou civis para o terreno, daí a pertinência de incluir também Portugal neste esforço académico, apesar de ter aderido tardiamente ao Tratado da Antártida (apenas em 2010) e de o Programa Polar Português ter uma dimensão significativamente reduzida em comparação com os demais programas dos atores com

interesses simultaneamente no Atlântico Sul e na Antártida analisados nesta investigação (Argentina, Brasil, Chile, EUA, Reino Unido e Uruguai)

Já o Atlântico Sul pode ser entendido em termos (geo) políticos como o espaço localizado entre a linha imaginária que delimita o “corredor” Natal (Brasil) – Dakar (Senegal) e o paralelo 60° S, que limita a fronteira com o Oceano Glacial Antártico e a partir do qual se aplica o Tratado da Antártida.

Encerra, de acordo com a geógrafa brasileira Therezinha de Castro, um corredor de elevado valor geoestratégico que tem como “pontos de amarras” o Cabo de Agulhas, na África do Sul e o Cabo Horn, na Argentina e que possui três importantes bacias oceânicas intercomunicantes: o *choke point* Natal/Dakar, caminho direto entre as Américas, África e a Europa; a passagem do Cabo da Boa Esperança, ligação Atlântico/Índico que conecta América, África e Ásia; a Passagem de Drake e os estreitos de Beagle e Magalhães, ligações naturais diretas entre Atlântico e Pacífico.

Therezinha de Castro atribui especial importância ao triângulo insular Falkland, Trindade e Fernando de Noronha considerando que ocupa uma posição chave no controle da junção Atlântico-Pacífico. Embora a passagem Magalhães/Drake tenha perdido alguma relevância após a abertura do Canal do Panamá, continua a ser uma rota de reserva frequentada em especial pela cabotagem sul-americana e por navios militares, sem ostracizar a importância permanente, consoante a circunstância que se possa configurar, declinada da proximidade geográfica. A autora refere ainda um terceiro triângulo geoestratégico – Shetlands, Orcadas, Sandwich, Gough e Geórgias – que se posiciona no corredor vital da bacia aberta do Oceano Glacial Antártico e que forma, juntamente com a Antártida, um flanco de retaguarda no Atlântico Sul, desafiando o espaço geopolítico da esfera do domínio da América e de África.

Face ao que precede, Antártida e Atlântico Sul não podem ser analiticamente dissociados. Mas, qual a importância da Antártida, na atualidade, no espaço geopolítico do Atlântico Sul? Esta foi a nossa pergunta de partida para a presente investigação.

Para dar resposta a esta questão, partimos de uma análise histórica, dando corpo a uma das áreas de conhecimento do presente doutoramento (História) com o intuito de compreender o atual contexto na Antártida e no Atlântico Sul acautelando, no entanto, que não se tratou de privilegiar o método histórico num modelo de análise geopolítica. Definimos como horizonte temporal para a discussão central o período entre 1990 e 2016, uma vez que o início da década de 1990 marca uma viragem nas políticas ambientais para a Antártida (assinatura do Protocolo de Madrid) bem como o reforço no terreno da presença dos atores tradicionais e surgimento de novos.

No Atlântico Sul, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) conheceu um novo dinamismo e as ameaças à segurança (pirataria, tráfico de estupefacientes e de armamento) colocaram esta região sob o olhar atento de diferentes países, como Brasil, EUA e Estados-membros da UE, entre outros.

No que concerne à construção do modelo de análise, definimos alguns conceitos que acabaram por funcionar como pressupostos da investigação, designadamente Geopolítica, que permitiu orientar a análise da importância estratégica do continente (dinâmicas de Poder) e, conseqüentemente, fatores geopolíticos, operacionalizados na elaboração das hipóteses; Espaço Geopolítico, que enquadra o espaço do Atlântico Sul; Soberania, com o intuito de contextualizar a relação com o território dos países que reivindicam parcelas da Antártida (limites à soberania – Reserva da Humanidade); e Poder, que permitiu descortinar a relação entre os diferentes atores políticos com interesses no Atlântico Sul e na Antártida, conceitos esses que se respaldam igualmente nos dois campos do saber do doutoramento, Segurança e Defesa, entendidos como ausência de perigo, conjuntura de tranquilidade e praxis para a obtenção de tais condições, respetivamente, considerando também a dimensão psicológica que prespessa pela ideia ou estado de segurança.

Paralelamente elaborámos dez perguntas de investigação que se revestiram de especial importância no desenvolvimento do nosso esforço, na medida em que permitiram um maior controlo da pesquisa. Por outro lado, a sua resposta contribuiu para a solução do problema lançado na pergunta de partida anteriormente referida:

1. Porque é a Antártida importante no Atlântico Sul?
2. Quais os interesses dos países do Atlântico Sul na Antártida?
3. Que linhas de fricção e focos de tensão existem atualmente na Antártida?
4. Poderão os recursos existentes converter-se em focos de tensão?
5. Qual o âmbito das missões antárticas dos países do Atlântico Sul?
6. Que tipos de parcerias são estabelecidos no âmbito da investigação no terreno, na Antártida?
7. De que forma poderão as alterações climáticas contribuir para a relevância estratégica da Antártida?
8. Qual o impacto do alargamento da plataforma continental nas estratégias dos países com interesses na Antártida?
9. Será o quadro legal em vigor suficiente e eficiente para a prevenção e resolução de conflitos na Antártida?
10. Que relevância estratégica poderão ter as rotas marítimas do Atlântico Sul?

Como hipóteses de trabalho, elementos importantes na corporização do método hipotético-dedutivo adotado, elaboradas com base no pré-conhecimento da temática em questão e na realização de leituras e entrevistas exploratórias, propusemos as seguintes:

1. O fator circulação incrementa a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul, sobretudo no controlo das rotas marítimas, designadamente as que circulam junto à Passagem de Drake e ao Cabo da Boa Esperança.
2. O fator recursos naturais é o mais relevante para a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul.
3. Se os recursos naturais da Antártida e *offshore* adquirirem viabilidade económica, o Tratado da Antártida é quebrado e, conseqüentemente, aumenta o interesse e a conflitualidade no continente gelado.
4. A relação de soberania da Argentina e do Chile na Antártida é diferente de todos os outros países presentes no continente gelado e constitui uma estratégia a longo prazo

para, finda a vigência do Tratado, anexarem definitivamente os territórios reivindicados.

5. A limitação e, num patamar mais restrito, a proibição de manifestações de soberania e da manutenção de bases militares e civis permanentes, bem como do número de missões científicas no terreno constituem as medidas mais importantes na prevenção de conflitos na Antártida.
6. Se houver uma maior presença de cientistas de diferentes nacionalidades na Antártida, então o estatuto de Reserva da Humanidade é reforçado e são dissuadidos conflitos pela soberania, mesmo num cenário de exploração rentável de recursos.

A presente investigação conheceu vários momentos entre janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2016. Partindo de leituras e conversas exploratórias, elaborámos um plano de trabalho que nos conduziu em janeiro de 2012 ao Chile, nomeadamente ao Instituto Antártico Chileno (INACH), onde pesquisámos nos arquivos e na biblioteca dados que poderiam complementar a análise, e à Antártida, mais concretamente à ilha de Rei Jorge (arquipélago das Shetlands do Sul) onde desenvolvemos o projeto COOPANTAR – Dinâmicas de Cooperação na Antártida, que teve como objetivo observar e analisar no terreno a presença das missões científicas estrangeiras, as dinâmicas de cooperação e a vivência de quem permanece longas temporadas nas bases, com os seus desafios logísticos e organizacionais.

O projeto COOPANTAR revelou-se uma mais-valia para o desenvolvimento desta tese, na medida em que permitiu compreender não só as dinâmicas de cooperação, aliás, como se pretendia, mas igualmente conhecer os desafios do dia-a-dia de quem permanece numa das regiões mais movimentadas da Antártida.

Em outubro de 2015, entrevistámos o coordenador do Programa Polar Português, o Professor Doutor Gonçalo Vieira e viajámos até Cambridge (Reino Unido) com o objetivo de, por um lado, efetuar pesquisa bibliográfica e documental numa das principais bibliotecas polares do mundo, localizada no *Scott Polar Research Institute* (SPRI) e, por outro,

entrevistar dois dos mais conceituados investigadores polares britânicos: Robert Headland (*Senior Associate* do SPRI) e Peter Clarkson (antigo Secretário Executivo do *Scientific Committee on Antarctic Research – SCAR* e atualmente responsável pelas atividades de educação e divulgação sobre a Antártida no SPRI).

Assim, deste longo percurso de pesquisa e de interação com atores que têm dedicado a sua vida ao estudo do continente antártico resultou a presente tese de doutoramento, que dividimos em três capítulos:

- O Capítulo 1 comporta, por um lado, o estado da arte e, por outro, a análise de conceitos incontornáveis no enquadramento desta pesquisa e onde iremos ainda declinar algumas das teses clássicas das fontes estruturais do Poder, procurando não só estabelecer pontes analíticas com o objeto de estudo, como também evidenciar os elementos que traduzem o classicismo geopolítico;
- O Capítulo 2 será dedicado ao Espaço Geopolítico do Atlântico Sul na perspetiva dos fatores em análise (físico, recursos naturais e circulação), da segurança e defesa e das dinâmicas de Poder, tendo sempre subjacente uma análise histórica, que tal como referido anteriormente, será transversal a toda a investigação. Poderemos constatar que é efetivamente um espaço geográfico rico em recursos naturais, especialmente hidrocarbonetos e que encerra rotas marítimas importantes, pelo que suscita o interesse dos países por ele banhados e de potências como Reino Unido ou EUA;
- O Capítulo 3 explora de forma mais detalhada a Antártida (pese embora as constantes referências em vários momentos da tese), na vertente dos fatores geopolíticos em estudo, dos antecedentes históricos, dos interesses projetados pela Argentina, pelo Brasil, pelo Chile, pelos EUA, pelo Reino Unido e pelo Uruguai, e do papel do Sistema do Tratado da Antártida na manutenção daquele continente livre de conflitos.

É também neste capítulo que analisamos os resultados do Projeto COOPANTAR, que apesar de ter sido executado no âmbito do Programa Polar Português, centrou-se

nas dinâmicas de cooperação das missões científicas estrangeiras e dos países com bases na Antártida.

A presença portuguesa no continente gelado é igualmente dissecada neste último capítulo, não por uma questão de mero patriotismo, mas sim pela evolução que tem conhecido ao longo da última década e por comparação com os demais países com interesses no Atlântico Sul e na Antártida.

Por último, antecipando algumas das conclusões desta investigação, foi possível confirmar que a Antártida é um laboratório privilegiado para o desenvolvimento de investigação científica, mas tão ou mais importante do que este facto, trata-se de um continente com elevada relevância estratégica, cuja importância no espaço geopolítico analisado (Atlântico Sul) passa essencialmente pela sua localização, características físicas e pelos seus recursos naturais.

CAPÍTULO 1

ESTADO DA ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A Antártida, enquanto objeto de estudo das Ciências Sociais, não tem sido analisada aprofundadamente em Portugal, sendo ainda rara a bibliografia nacional sobre o tema, contrastando com a dinâmica da produção científica na área das Geociências relativamente àquele continente. Porém, no Brasil, nos EUA, Austrália, entre outros, têm sido vários os investigadores que se debruçaram sobre as questões relativas ao Sistema do Tratado da Antártida e à utilização pacífica do continente.

Neste âmbito, em Portugal, destaca-se a obra do Comandante Pedro da Mata Gaspar *As Reivindicações Territoriais na Antártida*², resultante de uma dissertação de mestrado sobre a mesma temática, na qual o autor efetua uma análise do Tratado da Antártida e dos interesses subjacentes às reivindicações territoriais, sem contudo focar o Atlântico Sul como espaço geopolítico.

Gaspar alerta para a importância do Tratado, considerando como o seu maior feito a capacidade de “estancar o potencial de tensão, de rivalidade, de disputa e mesmo de conflito inerente às reivindicações territoriais no continente branco”³. Já em relação ao Protocolo de Proteção do Meio Ambiente, assinado em 1991, refere:

O Protocolo de Madrid representa uma profunda mudança das intenções dos países consultivos da Antártida. Enquanto que no final da década de oitenta os países consultivos tendiam para a possível exploração dos hidrocarbonetos e recursos minerais no continente, no final de 1991 os membros consultivos impuseram a eles próprios a obrigação de proteger e conservar o meio ambiente da região antártica⁴.

Ainda sobre o Tratado da Antártida, o autor brasileiro Friederick Vieira considera que o documento:

(...) funciona como um vetor internacionalista por um lado, não deixando, por outro, de propiciar a manutenção de interesses territorialistas. Tais reivindicações permitem inferir que teorias

² GASPAR, 2010.

³ Idem: 73.

⁴ GASPAR, 2010: 95.

geopolíticas elaboradas para o Hemisfério Norte e que foram largamente utilizadas ao tempo da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, bem como da Guerra Fria, como as do *Heartland* e do *Rimland*, poderiam ser aplicadas à América do Sul, estabelecendo a Antártica como espaço de projeção continental da América⁵.

Já John R. Rowland, citado pelo Professor de Direito da Universidade de Sidney, Gilland Triggs, afirma que o Tratado da Antártida conseguiu alcançar três objetivos, embora a questão energética não fosse tão premente como no contexto atual:

(...) to reserve Antarctica permanently for peaceful purposes by its demilitarisation and denuclearisation; to ensure freedom of science and scientific information; and to freeze the questions of claims. At the time, despite some signs that economic exploitation of the frozen continent could become a problem in the future, the importance of Antarctica's energetic resources wasn't so imperious as it is at present and the mainly concerns were basically avoiding conflict in the region⁶.

Triggs acrescenta ainda “The resulting conventions are expressions of the strength of national interest and, on the other hand, the accommodations that could be accepted by all sides within the safeguards provided for in Article IV”⁷.

Já o autor norte-americano Robert Wilson afirma que a Antártida após o final da II Guerra Mundial adquiriu uma nova visibilidade enquanto palco de estratégias de afirmação de poder dos países vencedores do conflito, que aí estabeleceram bases científicas e militares. Em 1957, durante a comemoração do Ano Internacional da Geofísica (*International Geophysical Year - IGY*), iniciativa científica global de estudos ambientais promovida pelo *International Council of Scientific Unions*, para além dos países que reivindicavam parcelas do território antártico, os EUA, a URSS, a Bélgica, o Japão e a África do Sul, estabeleceram igualmente bases científicas e militares no continente gelado. O autor refere que as bases norte-americanas e soviéticas eram de tal grandeza que foram necessárias várias expedições preliminares só para que pudessem ser construídas⁸.

⁵ VIEIRA, 2006: 67.

⁶ ROWLAND, 1987: 219 *apud* TRIGGS, 1987: 52.

⁷ *Idem*.

⁸ WILSON, 1964.

Um outro contributo de relevo em Portugal, ainda que de cariz pedagógico, pertence ao astrofísico português Paulo Afonso, que em 2003 publicou um ensaio intitulado *De pólo a pólo: o Árctico e a Antárctida. Histórias da exploração moderna das zonas polares e da busca do último continente*⁹ onde aflora a questão da importância estratégica dos polos e apresenta elementos que apontam para a presença portuguesa na Antártida antes da sua descoberta oficial em 1820.

Afonso considera que as reivindicações territoriais na Antártida decorrem dos recursos naturais que o continente encerra e do facto de se constituir como um laboratório global da Humanidade: “A nível dos tesouros científicos que esconde, a sua importância não é menor, desde a biotecnologia à exploração do sistema solar e Universo profundo”¹⁰.

Deste modo, a presente tese de doutoramento pretende enriquecer a investigação nacional na área das Ciências Sociais sobre a Antártida e, concomitantemente, a sua importância no Espaço Geopolítico do Atlântico Sul, seguindo algumas das “pistas” lançadas nas obras dos autores acima referidos, como seja a importância das reivindicações territoriais e do papel do Tratado da Antártida na ausência de conflitos naquele continente, bem como a relevância dos recursos naturais.

Assim, no que ao quadro conceptual diz respeito, ao analisarmos a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul temos necessariamente que discutir conceitos-chave como Poder, Soberania, Geopolítica e Espaço Geopolítico, na medida em que estes permitem-nos descortinar a dinâmica das relações dos atores com interesses naquelas regiões e enquadrar teoricamente as suas estratégias de atuação. No presente capítulo definimos não só estes conceitos, como debatemos igualmente as teses das fontes estruturais do Poder (terra, mar e ar), que apesar de não focarem especificamente o espaço geopolítico em estudo, permitem-nos retirar ilações para a sua análise.

⁹ AFONSO, 2003.

¹⁰ AFONSO, 2003: 44.

1. Poder

O conceito de Poder é um dos mais importantes no estudo dos fenômenos políticos e um dos que tem sofrido mais tentativas de definição no âmbito da Ciência Política. Constitui, de acordo com Adriano Moreira, o objeto central desta ciência e em traços gerais, significa a capacidade de impor ao “outro” a nossa vontade independentemente da vontade dele, sabendo o “outro” que a não-aceitação poderá acarretar sanções eficazes¹¹. O Poder pode ser igualmente analisado a vários níveis, designadamente ao nível do indivíduo, dos grupos, dos objetos e dos fenômenos naturais e ser definido, no sentido mais geral, como a capacidade de fazer, de produzir e de destruir¹².

Thomas Hobbes na sua obra *Leviatã* (1651) descreve Poder como os meios de que se dispõe para obter possíveis vantagens futuras¹³.

Já Nicholas Spykman define Poder como uma questão de sobrevivência, como a capacidade de impor a vontade aos outros e de forçar elementos mais fracos a fazer concessões:

Power means survival, the ability to impose one's will on others, the capacity to dictate to those who are without power, and the possibility of forcing concessions from those with less power. Where the ultimate form of conflict is war, the struggle for power becomes a struggle for war power, the preparation of war. (...) The search for power is not made for the achievement of moral values; moral values are used to facilitate the attainment of power¹⁴.

Por sua vez, Marcello Caetano considera o Poder como "(...) a possibilidade de eficazmente impor aos outros o respeito da própria conduta ou de traçar a conduta alheia"¹⁵. Pode ser legítimo, resultando do reconhecimento por parte de um indivíduo ou coletividade de que quem impõe o poder, fá-lo respeitando a lei; ou de facto, baseado na força e coerção¹⁶.

¹¹ DIAS, 2010.

¹² BOBBIO, 1983. CORREIA, 2002.

¹³ HOBBS, 1651.

¹⁴ SPYKMAN, 2008: 18.

¹⁵ CAETANO, 1993: 5.

¹⁶ CAETANO, 1993.

Segundo Cabral Couto, o Poder apresenta várias características, designadamente¹⁷:

- A sua existência só é provada uma vez exercido o poder, caso contrário, trata-se de Poder potencial;
- É relativo, uma vez que só tem significado quando comparado com o de outro ator;
- Apresenta um carácter situacional, dado que se relaciona com os objetivos a atingir num contexto concreto;
- É subjetivo, na medida em que depende da perceção que os outros têm dele;
- É personalizado, pois depende do perfil de quem o exerce;
- Não é convertível, uma vez que determinado tipo de recurso não se pode transformar noutros nem os compensa;
- É multidimensional e deve ser analisado nas suas várias dimensões como um todo;
- É temporal ou evolutivo, tendo apenas significado num determinado período concreto;
- É instrumental, na medida em que é utilizado para alcançar objetivos;
- É moralmente neutro, dado que não tem significado ético ou moral – qualidades que lhe são atribuídas pelos objetivos a atingir.

Deste modo, Cabral Couto defende que o Poder real ou efetivo só pode ser definido perante o que designa por “prova de força” ou em ato, pois até esse momento será sempre um Poder potencial ou putativo. Ou seja, o Poder “resulta da consciência que se tem (ou outros têm) da força; da forma como esta é explorada; o que depende de quem o exerce (...); dos objetivos visados e das circunstâncias em que os mesmos são prosseguidos”¹⁸.

Joseph Nye Jr. considera que o Poder é a capacidade de alguém (indivíduo ou Estado) atingir os objetivos a que se propôs, aliada à sua habilidade para controlar os outros¹⁹. O autor afirma que os líderes políticos definem frequentemente o Poder como a posse de recursos, que incluem a população, o território, as riquezas naturais, a dimensão económica,

¹⁷ COUTO, 1988.

¹⁸ COUTO, 1988: 42.

¹⁹ NYE JR., 2004a.

as forças armadas e a estabilidade política, entre outros. Neste contexto, Nye apresenta três tipos de Poder: *Hard Power*, *Soft Power* e *Smart Power*²⁰.

O *Hard Power* integra o poder militar e económico, utilizados para induzir os outros a mudar a sua posição e pode basear-se na alternância entre incentivos ou ameaças para que um Estado atinja os seus objetivos²¹. O *Soft Power*, por sua vez, baseia-se na capacidade de adaptar/influenciar a agenda política indo de encontro às preferências dos outros, permitindo ao Estado alcançar os seus objetivos não pela força, mas pela identificação com a cultura, ideologia e instituições. Mais recentemente, Nye e Armitage²² conceberam o conceito de *Smart Power* que, numa combinação dos dois conceitos anteriores, consiste no desenvolvimento de uma estratégia integrada baseada na criação de um instrumento militar forte e no investimento musculado em alianças, parcerias e instituições que permitam expandir a influência e a legitimidade de ação ao nível internacional²³.

Por seu turno, Jacques Huntzinger considera que Poder é a mobilização, por um lado, da força por um Estado e, por outro, das suas relações com outros Estados por forma a atingir os seus objetivos. Coloca em jogo os elementos da força – as capacidades objetivas do Estado – mas igualmente outros fatores como a vontade do líder, a inteligência e até a eventualidade²⁴.

Segundo Mendes Dias, o Poder organiza-se em três bases: objetiva, subjetiva e relativa, refletindo em cada uma destas bases as suas características²⁵. A base objetiva abrange o conjunto de recursos tangíveis (energéticos, minerais, económicos, alimentares, entre outros) passíveis de quantificação e avaliação objetivas, que se encontram à disposição de um ator²⁶.

Já a base subjetiva diz respeito ao conjunto de fatores de cariz subjetivo, intangíveis ou dificilmente mensuráveis, mas decisivos, sejam eles a coesão nacional, a educação, a qualidade da política, da economia ou da estratégia, entre outros. Por último, a base relativa

²⁰ NYE JR., 2004.

²¹ NYE JR., 2002.

²² ARMITAGE, 2007.

²³ ARMITAGE e NYE JR., 2007.

²⁴ HUNTZINGER, 1987.

²⁵ DIAS, 2010.

²⁶ Idem.

compreende um conjunto de fatores que apenas tem significado numa relação com outrem e depende das circunstâncias da eventual aplicação do poder, como sejam o lugar dessa aplicação, a distância e os meios a aplicar²⁷.

O entendimento de Poder adotado nesta investigação será o de Spykman e de Mendes Dias, uma vez que para além da capacidade de *impor a vontade aos outros e de forçar elementos mais fracos a fazer concessões*, poderemos igualmente aplicar as três bases em que o Poder se estrutura à relação dos Estados com a Antártida: se por um lado falamos de recursos minerais naquele continente, apetecíveis para os países que reivindicam parcelas do território, existe igualmente uma base subjetiva, como a “consciência antártica” que Argentina e Chile criaram junto da sua população, uma coesão nacional em torno daquele continente como se os territórios reclamados lhes pertencessem de facto.

Por fim podemos falar igualmente de uma base relativa, na medida em que os países com interesses no continente têm investido cada vez mais em investigação científica e na construção/melhoramento de bases no terreno reforçando a sua presença, condições que os habilitam a influenciar o processo de tomada de decisão sobre o futuro da Antártida em 2041, quando o Tratado e o Protocolo de Madrid puderem ser revistos.

Por outro lado, os atores com interesses naquele continente, nomeadamente os Estados que reclamam parcelas do território²⁸ têm vindo a impor a sua vontade desde a primeira vez que avistaram a Antártida, seja inicialmente pela ocultação de zonas de pesca abundante ou da descoberta de novos territórios, seja através das reivindicações territoriais (nomeadamente as que se sobrepõem, como no caso do Reino Unido, Argentina e Chile), as quais no entanto se encontram suspensas desde a assinatura do Tratado de Antártida em 1959.

Inclusivamente o próprio Tratado, assinado em Washington pela África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e URSS, pode ser analisado como um exercício de Poder, fomentado essencialmente

²⁷ DIAS, 2010.

²⁸ Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido.

pelos EUA, embora em tom de “compromisso coletivo” (como verificaremos no capítulo 3), uma vez que condiciona e regulamenta a utilização do “continente gelado”, suspendendo todas as reivindicações territoriais em nome de um território da Humanidade.

2. Soberania

O conceito de Soberania foi desenvolvido pelo advogado Jean Bodin em 1576 na sua obra *De Republica Libri Six*²⁹, que o define como o poder político absoluto e independente (*majestas, summum imperium*), não limitado na ordem interna e que, no plano internacional, só aceitava regras voluntariamente³⁰.

Bodin considerava que a Soberania era necessariamente perpétua e absoluta para todas as pessoas, dentro e fora do Estado, “(...) Sovereignty is the most high, absolute, and perpetual power over the citizens and the subjects of the Commonweale (...). the greatest power to command”³¹ e que uma das suas características peculiares e essenciais era o facto de significar igualmente o direito para elaborar leis. No entanto, Bodin defendia que a Soberania devia ser entregue a um ou mais indivíduos apenas por um período predefinido, sendo o Poder posteriormente transferido para o líder seguinte.

De acordo com Adriano Moreira (1979), a expressão soberania tem uma origem medieval e feudal, plasmando “a situação de um senhor que não devia homenagem a outro e ao qual deviam homenagem todos os que dele tinham um feudo”³², supremacia que não se baseava apenas na força (Poder), mas em direitos decorrentes de costumes e leis (Legitimidade)³³.

No plano internacional, a Soberania é um elemento jurídico de regulamentação das relações entre Estados e reconhecido pelos mesmos, estabelecido pelo Direito Internacional, que impede a vigência da “Lei do mais forte”. De acordo com Huntzinger, “(...) quer se trate dos EUA ou das ilhas Maldivas a igual soberania pertence a cada Estado a partir do momento em que existe”³⁴. O conceito comporta, assim, dois elementos: a liberdade do

²⁹ Traduzido para francês em 1580 como “Les six livres de la Republique”.

³⁰ BODIN, 1606 e CAETANO, 1993.

³¹ BODIN, 1606: 84.

³² MOREIRA, 1979: 23.

³³ MOREIRA, 1979.

³⁴ HUNTZINGER, 1987: 125.

Estado e a igualdade de Estados entre si, elementos patentes no artigo 2º da Carta das Nações Unidas: "A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros"³⁵.

Outra marca essencial da Soberania prende-se com o poder de comandar, embora o comando deva apenas partir de uma vontade única. Por outro lado, cada Estado é livre para agir no seu território, escolher o seu próprio sistema político, económico e social, estabelecer as leis cívicas e penais³⁶. No plano internacional, os Estados devem ter em consideração as pretensões, interesses e posições manifestadas pelos seus pares, sendo que as relações diplomáticas assentam no princípio de igualdade.

Deste modo, agentes estatais com maior "peso" no contexto mundial e mais modestos a esse nível efetuam negociações diplomáticas que têm de ser positivas para todos, estimulando os mais fracos a fazer valer as suas vontades, à luz do princípio da autonomia da vontade³⁷.

Apesar de criado no século XVI, o conceito de Soberania permanece atual, tendo adquirido um novo dinamismo após os processos de descolonização, uma vez que os jovens países recorreram a ele como um "mecanismo compensador das desigualdades de facto" que enfrentavam no contexto das relações internacionais³⁸. A noção de Soberania económica e as suas aplicações como o direito dos Estados sobre os seus recursos naturais, a extensão da plataforma continental e a nacionalização dos ativos estrangeiros, refletem a aplicação contemporânea do conceito.

Huntzinger considera que quando uma nação desperta e toma consciência do seu destino, procura instituir um Estado para ser dotada de Soberania – que surge como a garantia de vontade coletiva de viver institucionalizado. O conceito significa, assim, a expressão jurídica da vontade dos Estados em salvaguardar a sua independência e perseguir o interesse nacional.

³⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945.

³⁶ HUNTZINGER, 1987.

³⁷ HUNTZINGER, 1987.

³⁸ Idem.

Robert Keohane, em 1984, afirmava que a Soberania tornava os princípios e as regras dos regimes internacionais tendencialmente mais fracos do que os desígnios da política interna, uma vez que corriam o risco de entrar em conflito com esta última. Não impediam a cooperação internacional, uma vez que esta envolvia ajustes mútuos e eclodia apenas de conflitos efetivos ou potenciais³⁹. Contudo, em 2002, o mesmo autor reconhece que a Soberania é uma instituição criada para a sociedade internacional e que evolui, adaptando-se assim aos diferentes contextos.

Na OCDE, por exemplo, a Soberania tem vindo a alterar-se, passando de uma barreira definida territorialmente para um recurso de negociação⁴⁰. No que respeita à cooperação no domínio da segurança, o autor defende que os Estados têm de elaborar promessas credíveis, fornecendo informação e reduzindo os custos de cooperação.

Abram e Antonia Chayes (1995), por sua vez, consideram que a Soberania já não pode ser resumida à liberdade dos Estados para agir independentemente, dado que os mesmos integram o sistema internacional. Os autores consideram que para ser um ator internacional, o Estado tem de se submeter às pressões e regulação externas, ou seja, a necessidade de pertencer a organizações e alianças internacionais constitui um fator crítico de alteração do comportamento interno e de adequação de estratégias para a prossecução do interesse nacional⁴¹. Em última análise, os autores afirmam que a Soberania é apenas uma questão de *status*, ou seja, a “confirmação” de que o Estado existe no sistema internacional.

Em sentido contrário, o isolamento significa que o potencial de crescimento económico e de influência política poderá não ser desenvolvido. Deste modo, integrar organizações internacionais que instituem ou têm instituídas relações integracionistas, acaba por condicionar a soberania dos Estados-membros. É o caso dos blocos regionais de integração económica, como a União Europeia (UE), por exemplo, que ao estabelecer uma zona de comércio livre conduz à abolição dos direitos aduaneiros e taxas de efeito equivalente, bem como das restrições à livre circulação de produtos originários da região, sobrepondo-se à

³⁹ KEOHANE, 1984.

⁴⁰ KEOHANE, 2002.

⁴¹ CHAYES e CHAYES, 1995.

política aduaneira de cada Estado-membro⁴². A política monetária da UE, regulada pelo Banco Central Europeu é igualmente um exemplo de condicionante da soberania dos Estados-membros, ao regulamentar o setor bancário dos mesmos por forma a garantir a estabilidade monetária e económica da União⁴³.

No continente antártico, as manifestações de soberania efetuadas antes de 1959 encontram-se suspensas pelo Tratado da Antártida, sendo que o documento não permite novas reivindicações até à sua revisão, em 2041. No entanto, o Tratado não impediu que Argentina e Chile integrassem nos seus mapas políticos os territórios da “Antártida Argentina” e “Antártida Chilena” e que o Reino Unido incluísse o Território Antártico Britânico como parte dos seus espaços ultramarinos. Todos estes países mantêm-se especialmente ativos nas respetivas regiões, seja através da construção/utilização de bases, na promoção da investigação científica, seja no apoio logístico a equipas de investigação de outros países nas áreas reivindicadas.

3. Geopolítica

A Geopolítica pode ser definida, segundo Mendes Dias (2012) como

Estudo das constantes e variáveis⁴⁴ do espaço acessível ao Homem ou que dele sofre efeito intencional que, ao objetivarem-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da Ciência Política, com influência na ação externa dos diferentes intervenientes na Sociedade Internacional⁴⁵.

Ou ainda como a busca de um relacionamento entre tipos comuns de comportamentos políticos com diferentes áreas geográficas, nomeadamente a forma como os Estados se

⁴² MEDEIROS, 1998.

⁴³ PARLAMENTO EUROPEU, 2016.

⁴⁴ “As constantes dizem respeito à localização e à utilidade territorial, às capacidades de relações externas, nomeadamente em direção ou através do mar, conforme a permeabilidade das fronteiras e as conveniências de trânsito dos países vizinhos. Essas constantes podem ser melhoradas mediante empreendimentos técnicos, sem que no entanto sofram importantes modificações, pois o que as domina a todas é a localização. As variáveis dizem respeito a três pares de fenómenos: a evolução demográfica e a capacidade de obter recursos alimentares suficientes; a riqueza potencial dos recursos naturais e energéticos e a capacidade de explorar essa riqueza; as afinidades culturais e espirituais que favorecem certas relações e as estruturas político-sociais que as traduzem (DIAS, 2012: 21)”.

⁴⁵ DIAS, 2012: 205.

relacionam e interpretam a importância de um determinado território para a sua sobrevivência⁴⁶.

É um conceito recente, tendo sido criado na viragem do século XIX para o século XX pelo cientista político sueco Rudolf Kjellen (1864-1922)⁴⁷, que a definia como "a ciência do Estado enquanto organismo geográfico, tal como se manifesta no espaço"⁴⁸. Segundo Mendes Dias, o entendimento de Geopolítica de Kjellen seguia a linha de pensamento do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904)⁴⁹, que considerava o Estado "como um organismo que reúne uma fração da humanidade numa fração de solo donde as suas propriedades decorrem das do povo e das do solo"⁵⁰.

De acordo com Ratzel, Homem e Solo não eram suficientes para explicar e, mormente, determinar o Poder das nações, pelo que, na tentativa de resolver este dilema epistemológico, elaborou sobre a existência de um terceiro elemento: o "sentido do espaço" (*Raumsinn*), ou seja, o nível de aptidão natural dos povos para a organização e dinamização do meio em que habitavam⁵¹. Deste modo, o "sentido do espaço" constituía-se igualmente como elemento fundamental do Poder (somatório de Espaço e Posição), uma vez que seria através deste que o Homem atuava no território habitado⁵².

Em pleno apogeu do expansionismo alemão liderado por Otto von Bismarck, no final do século XIX, Ratzel definiu o conceito de "Espaço Vital" (*Lebensraum*) como o "território necessário à completa e perfeita realização de um ser político, forte e respeitado"⁵³, considerando natural que os diferentes Estados competissem por mais espaço, por forma a potenciar o seu próprio desenvolvimento, sendo que nesta competição, que poderia passar por um confronto bélico, apenas os mais fortes sobreviveriam, numa analogia à seleção natural darwinista.

⁴⁶ DIAS, 2010.

⁴⁷ Kjellen, jurista, foi professor de Ciência Política e História nas Universidades de Gotemburgo e de Uppsala.

⁴⁸ DIAS, 2010: 76.

⁴⁹ Geógrafo alemão, com formação em farmácia e em zoologia. Professor de Geografia na Universidade Técnica de Munique e na Universidade de Leipzig. Defensor do colonialismo e membro fundador do comité colonial alemão.

⁵⁰ DIAS, 2010: 70.

⁵¹ DIAS, 2010 e BESSA e DIAS, 2007.

⁵² DIAS, 2010.

⁵³ Idem: 72.

Assim, Rudolf Kjellen, inspirado por Ratzel, considera que a Geopolítica é uma ciência política que tem por objeto o Estado unificado⁵⁴. É a Teoria do Estado enquanto fenómeno do espaço: “(...) quer dizer, do Estado como país, território, solo ou, de uma maneira mais característica, do Império (ou) o conjunto de princípios e de relações que se estabelecem entre os Estados, as suas políticas e leis, estas determinando aquelas”⁵⁵.

Defensor de uma conceção organicista do Estado, Kjellen compara-o a um ser humano e ao seu ciclo de vida, no entanto, distingue-o de Nação, a qual descreve como um indivíduo étnico, com menor força do que o Estado (indivíduo geográfico), considerando que “o Estado é capaz de suportar melhor a perda de vidas humanas (...) do que a perda de território”⁵⁶. É o Estado quem proporciona os mecanismos que permitem disciplinar a Nação, através do Direito, sendo a Nação, por sua vez, quem confere alma ao Estado⁵⁷. Kjellen cria, deste modo, esta nova ciência distinguindo-a das demais pelo seu objeto⁵⁸.

Já o autor contemporâneo Yves Lacoste, geógrafo ligado à escola geopolítica francesa, considera a Geopolítica uma disciplina que se dedica ao “estudo das rivalidades de poderes ou de influência sobre territórios ou sobre as populações que neles vivem”⁵⁹, rivalidades essas que não se esgotam entre os próprios Estados, mas que subsistem igualmente entre poderes políticos variados que compreendem desde os movimentos políticos até aos grupos armados e que se exercem com vista ao controlo e domínio de territórios⁶⁰. Assim, para Lacoste,

Quelle que soit son extension territoriale (planétaire, continentale, étatique, régionale, locale) et la complexité des données géographiques (relief, climat, végétation, répartition du peuplement et des activités...), une situation géopolitique se définit, à un moment donné d’une évolution historique, par des rivalités de pouvoirs de plus ou moins grande envergure, et par des rapports entre des forces qui se trouvent sur différentes parties du territoire en question”⁶¹.

⁵⁴ DIAS, 2010.

⁵⁵ Idem: 77.

⁵⁶ DIAS, 2010: 81.

⁵⁷ DIAS, 2010.

⁵⁸ BESSA e DIAS, 2007.

⁵⁹ BESSA e DIAS, 2007: 48.

⁶⁰ BESSA e DIAS, 2007.

⁶¹ LACOSTE, 1995: 3.

Yves Lacoste associa ainda Geopolítica a Geoestratégia que pode ser definida como "o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica"⁶².

Therezinha de Castro (geógrafa da escola de geopolítica brasileira) afirmava que a Geopolítica consistia numa ciência de vinculação geográfica dos acontecimentos políticos, tendo como objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no planeamento das atividades dos Estados, visando resultados imediatos ou remotos. Consequentemente, segundo a autora, a Geopolítica podia ser considerada um estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos, dando origem a conclusões práticas que poderão (ou não) ser aplicáveis à atualidade⁶³.

A autora defendia que num mundo global cada país tinha a sua Geopolítica, que seria mais ou menos complexa em função de dois fatores fundamentais: presença e localização (posicionamento)⁶⁴. Therezinha de Castro considerava que a localização podia afetar todos os países, uma vez que os acontecimentos políticos, económicos e sociais se entrecruzavam, envolvendo toda a Humanidade. Neste âmbito, referia que um território por mais longínquo que fosse podia sempre transformar-se num ponto de grande importância e convergência de interesses⁶⁵. Se analisarmos o caso da Antártida, embora longe de grande parte dos países que nela têm bases, nomeadamente do Reino Unido e dos EUA, é um continente que desperta grande interesse, alvo de avultados investimentos em logística e investigação científica, como verificaremos mais adiante.

Por sua vez, Bessa e Dias consideram que a Geopolítica busca zonas de fricção, áreas de tensão,

(...) frentes políticas que avançam sobre outras geografias (...) de movimento dinâmico expansivo ou de busca de consolidação por parte de um poder regional que queira afectar a sua

⁶² DIAS, 2010: 64.

⁶³ CASTRO, 1986.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ CASTRO, 1986.

área. O que lhe dá sentido, em simultâneo, é o estudo dos equilíbrios do poder, mas também a prevenção do conflito ou a sua previsão⁶⁶.

O espaço geográfico em questão pode ser um país ou uma região, sendo que a Geopolítica procura descortinar as dinâmicas relativas a esse espaço, dando primazia à entidade Estado, questionando a sua capacidade de afetar quer o mundo em sentido amplo, quer os seus Estados vizinhos, ou seja, o seu poder real. Assim, podemos designar como espaço geopolítico o espaço geográfico onde “(...) os atores projetam poder ou influenciam de forma significativa determinados fatores geopolíticos, que serão primordiais para as dinâmicas de poder que naquele «mundus» se configuram ou evoluem”⁶⁷.

O conceito de Geopolítica relaciona, deste modo, elementos de índole geográfica com o conceito de Poder, mais concretamente com as rivalidades de poderes, pelo que importa analisar as referências de natureza geográfica utilizadas na definição do Poder dos atores.

Neste contexto, Therezinha de Castro defendia que o solo, o mar e o ar tinham significados distintos para russos, japoneses ou brasileiros, ou seja, não havendo Estados cujas condições geográficas fossem as mesmas, a autora considerava que existiam tantas geopolíticas quantos os sistemas estatais que subsistiam em confrontos⁶⁸, sendo que no confronto terra, mar e ar foram vários os autores que conceberam modelos geopolíticos de dinâmicas de poder a uma escala global, destacando-se Halford Mackinder e Karl Haushofer no poder terrestre, Alfred Mahan e Raoul Castex no poder marítimo, Alexander De Seversky e Giulio Douhet no poder aéreo e Nicholas Spykman e Saul Bernard Cohen nos poderes conjugados⁶⁹.

Segundo Mendes Dias, o pensamento geopolítico destes autores baseia-se na relevância conferida ao domínio e/ou controlo de uma das fontes estruturais do Poder, assente na ideia dos grandes espaços indivisíveis e da sua localização (fator físico) e, simultaneamente, no papel importante dos fatores humano, recursos naturais e circulação⁷⁰.

⁶⁶ BESSA e DIAS, 2007: 50.

⁶⁷ DIAS, 2009: 173.

⁶⁸ CASTRO, 1982.

⁶⁹ Idem e DIAS, 2010.

⁷⁰ DIAS, 2010.

3.1 Fatores geopolíticos

Recuperando a definição do conceito de Geopolítica apresentada por Mendes Dias (2012), que a define como um estudo de diferentes elementos/fatores materializando constantes e variáveis com o objetivo de compreender, elaborar e atribuir tangibilidade às diferentes dinâmicas de Poder⁷¹, afigura-se pertinente a declinação desses elementos/fatores, que também foram definidos pelo IESM como

um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectivação consistente de apoio à Política e à Estratégia⁷².

Cabral Couto (1988) identifica vários fatores (Quadro 1.1) que contribuem para a aferição do Potencial Estratégico, que define como “o conjunto de forças de qualquer natureza, morais e materiais, que um Estado pode utilizar em apoio da sua estratégia”⁷³ e consequentemente, do Poder (capacidade de impor a vontade aos outros):

Quadro 1.1 – Fatores utilizados pela Geopolítica⁷⁴

Autor	Fatores
Cabral Couto (1988)	<ul style="list-style-type: none"> - Físico; - Humano; - Recursos naturais e comunicações; - Histórico; - Económico; - Sociocultural; - Científico-tecnológico; - Político-administrativo; - Militar.
Mendes Dias (2010) e IESM (2007)	<ul style="list-style-type: none"> - Físico; - Humano; - Recursos naturais; - Circulação; - Científico-tecnológico; - Estruturas.

⁷¹ DIAS, 2012.

⁷² DIAS, 2010: 222.

⁷³ COUTO, 1988: 241.

⁷⁴ INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES, 2007 e DIAS: 2010.

- Fator físico, que analisa o território, o mar, o ar e o clima;
- Fator humano, que comporta a quantidade, estrutura e características físicas, morais e intelectuais;
- Fator recursos naturais e comunicações, análise quanto à natureza, quantidade, localização e autossuficiência de recursos, bem como comunicações terrestres, aéreas, marítimas e aquáticas interiores e telecomunicações;
- Fator histórico, que analisa os objetivos históricos e a sua evolução, as principais guerras e disputas, bem como as linhas de força históricas e da política externa;
- Fator económico, que integra as suas características gerais, os diferentes sectores de atividade, a organização financeira, a população ativa, a coordenação económica e os principais organismos;
- Fator sociocultural, que analisa a estrutura social, a religião, a educação, a saúde, a segurança e o bem-estar social, o trabalho, a comunicação social, bem como o comportamento da população;
- Fator científico-tecnológico, analisando o papel do Estado, os principais organismos de investigação e os principais objetivos definidos na política governamental - e as suas perspectivas de concretização;
- Fator político-administrativo, que integra o sistema político, as organizações político-administrativas, o sistema judicial, a organização geral da defesa nacional, a ordem pública e a segurança interna, a dinâmica política, a política interna e externa;
- Fator militar, que analisa as bases institucionais, as características do serviço militar, a organização, meios, sistemas operacionais permanentes, sistema de recrutamento, de convocação e de mobilização militar, logística, meios financeiros afetos às Forças Armadas, mobilidade estratégica, acordos e alianças militares, relações com as forças de segurança, apoio às autoridades civis e o prestígio das FA.

Já o IESM (2007) e Mendes Dias (2010)⁷⁵, consideram que o estudo dos fatores geopolíticos pode ser efetuado com diversas finalidades, propondo uma sistematização em seis fatores:

⁷⁵ INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES, 2007 e DIAS: 2010.

- Fator físico, que define a existência de uma entidade política, jurídica e administrativa, analisando a sua extensão, posição/localização, configuração, morfologia, natureza do solo, flora, clima, mar e vias navegáveis, meio aeroespacial e alterações resultantes da ação do Homem;
- Fator humano, considerado um dos mais importantes, analisa a população de acordo com a demografia e etnografia. Pondera os efetivos populacionais, a distribuição e densidade populacional, a taxa de crescimento, a estrutura populacional, bem como, etnograficamente, a qualidade de vida, a raça, a religião, a língua, as características físicas, morais e intelectuais, entre outras;
- Fator recursos naturais, que apresenta um papel determinante no valor de um espaço territorial e no Poder do ator que nele exerce soberania. A importância dos recursos depende da sua escassez, necessidade e distribuição, podendo ser divididos em recursos energéticos, minerais e alimentares;
- Fator circulação, que se relaciona com a dinâmica da economia e com a própria ação política no desenvolvimento. Analisa as comunicações de relação e de transporte, pretendendo descortinar a importância do papel das primeiras no estímulo da coesão interna ou como meio para a desagregação. Relativamente aos transportes, analisa os sistemas rodoviário, ferroviário, marítimo, aquático interior, aéreo e por conduta, relacionando-os, entre outras, com a atividade económica
- Fator científico-tecnológico, que respeita aos equipamentos e meios que potenciam o desenvolvimento das sociedades e dos atores, bem como dar resposta às necessidades e problemas, funcionando igualmente como catalisador do seu prestígio internacional;
- Fator estruturas, que identifica, reconhece e caracteriza a forma de organização de uma sociedade, relacionando-a com o seu desempenho interno e no sistema internacional. Analisa as estruturas políticas, sociais, económicas, culturais, religiosas e militares.

A escolha dos fatores físicos analisados na presente investigação decorre, por um lado, da localização da Antártida, bem como das políticas privilegiadas pelos atores com interesses

no continente gelado e, por outro, da percepção que temos da realidade atual, baseada na realização de leituras, entrevistas exploratórias e deslocação ao terreno. Os fatores a analisar na investigação serão, assim, o físico, recursos naturais e circulação.

Afigura-se pertinente a análise do fator físico na medida em que abrange questões importantes no espaço geopolítico do Atlântico Sul e da própria Antártida, como sejam a localização, o território, as vias navegáveis, entre outras. Consideramos igualmente o fator recursos naturais como relevante nesta análise na medida em que, quer no espaço geopolítico do Atlântico Sul, quer na Antártida, existem recursos importantes como petróleo, gás natural e minerais, aos quais se adicionam os recursos marinhos e a maior reserva de água doce do mundo. Por fim, a análise do fator circulação é igualmente essencial na medida em que o espaço geopolítico em questão comporta importantes rotas comerciais, que passam quer pela Passagem de Drake, quer pelo Cabo da Boa Esperança.

3.1.1 O fator físico

Segundo Mendes Dias (2010), o fator físico é um dos mais relevantes, essencialmente por duas razões: i) pela importância que o seu conteúdo detém na caracterização de determinada entidade e ii) pela permanência e prévia existência do conhecimento, permitindo que o fator seja conhecido antecipadamente com rigor⁷⁶. O autor utiliza a definição preconizada pelo IAEM, na qual o fator físico significa “o território definidor da existência física de uma entidade política, jurídica e administrativa”⁷⁷.

Este fator encerra em si vários subfatores que ajudam a complementar a sua análise, são eles i) extensão, ii) posição ou localização, iii) configuração, iv) morfologia, v) natureza do solo, vi) revestimento vegetal, vii) clima, viii) mar e vias navegáveis, ix) meio aeroespacial, x) alterações resultantes da intervenção do Homem.

No que concerne ao subfator extensão, refere-se às dimensões do ator, em termos relativos e absolutos e pode ser associado a vetores importantes como a riqueza dos recursos naturais e a sua localização, a profundidade estratégica, a dispersão de centros vitais, entre

⁷⁶ DIAS, 2010.

⁷⁷ Idem: 224.

outros. De acordo com o IAEM, citado por Mendes Dias, grandes extensões encerram em si mais pontos fortes do que fracos, uma vez que “a uma grande extensão associa-se um efeito de massa e potência (contudo) para que a extensão constitua um fator de poder, tem que o espaço estar organizado”⁷⁸.

Já o subfator posição ou localização é normalmente descrito em relação a outro ou ao meio físico. Os territórios podem assumir posições marítimas (litorais ou insulares), interiores ou centrais ou até posições mistas ou continentais, sendo estas as que proporcionam um ponto de equilíbrio – são exemplo destas posições, entre outros, EUA, Angola e Brasil. Não obstante, a posição como fator de Poder implica que seja potenciada por recursos materiais, económicos e humanos, sobretudo se existirem vizinhos com características semelhantes⁷⁹.

No que respeita ao subfator configuração, este deve ser entendido como o desenho no mapa (ou carta) com os limites reconhecidos internacionalmente. Importa, no entanto, destacar que nem todos os Estados têm continuidade territorial e que esse facto pode constituir-se como um elemento potenciador de fragmentação, do qual podem tirar partido outros elementos do Sistema Internacional na prossecução dos seus interesses⁸⁰. Refira-se, neste contexto, que a decisão russa de abdicar do Alasca derivou da consciência de que o seu país teria maior poder num território uno e extenso do que mantendo territórios noutros continentes⁸¹.

Todavia, segundo Mendes Dias, esta possível vulnerabilidade pode ser colmatada através da adoção de “uma ação política sustentada no culto de valores comuns, multiplicadores de união, ao proporcionar apoios que possam colmatar carências das regiões separadas”⁸².

Os subfatores morfologia, natureza do solo, revestimento vegetal e clima dizem respeito essencialmente ao relevo, à hidrografia, à riqueza/produktividade dos solos, à distribuição

⁷⁸ DIAS, 2010: 225.

⁷⁹ DIAS, 2010.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ MACKINDER, 1904.

⁸² DIAS, 2010: 229.

espacial da população e às próprias características culturais da mesma, que resultam da adaptação às condições morfológicas e climatéricas do território⁸³.

Por sua vez, o subfator mar e vias navegáveis deve ser analisado, segundo o IESM, de acordo com três vertentes: como meio de circulação – o tráfego de pessoas e mercadorias, utilização para os meios submarinos de comunicação de relação; como fonte de recursos alimentares, estratégicos e minerais; e como espaço militar, considerando os seguintes aspetos:

a extensão (espaço livre e área de manobra), a posição (espaços que liga ou separa e importância nessas duas funções), a navegabilidade (gelos, ventos, correntes e outras influências do clima), os pontos importantes (istmos, estreitos, ilhas e pontos de passagem obrigatória) e acessibilidade (plataforma continental, natureza das costas, abrigos naturais e portos)⁸⁴.

Relativamente ao subfator meio aeroespacial, a análise vai de encontro às finalidades que se pretendem atingir através da utilização do meio aéreo e do meio espacial, sem descurar o prestígio internacional reconhecido a quem os explora. A relevância do meio aéreo decorre da sua utilização em diferentes atividades: uso militar, meio de transporte, suporte das comunicações de relação, polo de desenvolvimento, serviço de emergência, entre outras⁸⁵. Segundo Mendes Dias, a atividade de transporte aéreo assume especial relevância no contexto da projeção de Poder, podendo ser efetuada através de aeronaves civis e militares e constitui-se igualmente como um instrumento de política externa dos atores⁸⁶.

Já o meio espacial abrange as comunicações de relação com efeitos globais e constitui um cenário privilegiado de atividades de investigação e de desenvolvimento, onde se projetam elevados índices de desenvolvimento tecnológico. Em termos militares o espaço pode ser considerado como um importante “elemento” estratégico, uma vez que confere uma nítida vantagem estratégica a quem o dominar – segundo Pascal Boniface, “quem domina o espaço, domina o mundo”⁸⁷.

⁸³ DIAS, 2010.

⁸⁴ DIAS, 2010: 233.

⁸⁵ DIAS, 2010.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ DIAS, 2010: 237.

Por último, como alterações resultantes da intervenção do Homem surgem essencialmente as infraestruturas que transformam o mundo natural: cidades, pontes, túneis, barragens, entre outros, que podem constituir-se como fatores de desenvolvimento se facilitarem a circulação de pessoas e bens, reduzindo custos⁸⁸.

3.1.2 O fator recursos naturais

Os recursos naturais (ou a sua inexistência) têm um papel preponderante no valor de um território e no Poder do ator soberano. Podem ser energéticos (petróleo, gás natural, carvão...), minerais (ferro, aço, ouro, prata, etc.) e alimentares (cereais, recursos piscícolas, etc.), entre outros. Contudo, à existência de recursos naturais tem de ser necessariamente associada a capacidade de exploração e transformação, assim como a disponibilidade nos mercados interno e externo, que ditará o seu valor.

Neste sentido, a relevância dos recursos deriva essencialmente da sua escassez, da necessidade e da distribuição, podendo então ser classificados como críticos, essenciais e estratégicos. Estes últimos são habitualmente objeto de interesse e da competição entre atores. Em sentido contrário, a grande dependência de recursos constitui uma vulnerabilidade, um ponto fraco que pode ser explorado por outros atores⁸⁹.

3.1.3 O fator circulação

O último fator aqui analisado “representa a acessibilidade do território e da população a bens e ideias”⁹⁰, estando ligado à dinâmica da economia e à própria ação política do desenvolvimento. É um fator que assume especial relevância no que concerne às comunicações de relação (fax, internet, televisão, rádio, telefones fixos e móveis, imprensa, satélites), quer na promoção da coesão interna quer na difusão de mensagens desagregadoras. Pela tecnologia associada e pelo alcance das mesmas, as comunicações de

⁸⁸ DIAS, 2010.

⁸⁹ DIAS, 2010.

⁹⁰ DIAS, 2010: 246.

relação acabam por dar forma às sociedades e por deter um papel fundamental nos processos educativos⁹¹.

Por outro lado, no que respeita às comunicações de transporte (rodoviário, ferroviário, marítimo, aquático interior, aéreo e por conduta), importa atentar nas suas características e relacioná-las com a sua utilização e efeito na economia bem como no quadro de deslocamento de forças militares e respetivo equipamento.

Estes três fatores serão analisados nos capítulos dois e três, associados ao espaço geopolítico do Atlântico Sul e à Antártida.

3.2 Perspetivas do Pensamento Geopolítico

3.2.1 Poder Terrestre

... se o Tratado da Antártica funciona como um vetor internacionalista por um lado, não deixa, por outro, de propiciar a manutenção de interesses territorialistas. Tais reivindicações permitem inferir que teorias geopolíticas elaboradas para o Hemisfério Norte e que foram largamente utilizadas ao tempo da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, bem como da Guerra Fria, como as do Heartland e do Rimland, poderiam ser aplicadas à América do Sul, estabelecendo a Antártica como espaço de projeção continental da América⁹².

Halford Mackinder (1861-1947), geógrafo britânico que exerceu cargos de relevo como Diretor da *London School of Economics and Political Sciences* (1892-1903), deputado por Glasgow no parlamento britânico (1910), Alto-comissário britânico para a Rússia Meridional (1919), Presidente do *Imperial Shipping Committee* (1920-1945) e do *Imperial Economic Committee* (1926-1932) ou Vice-presidente da *Royal Geographical Society* (1932-1936), é um dos pensadores mais importantes da teoria do poder terrestre, tendo procurado efetuar uma análise histórica com uma vertente geopolítica, centrada essencialmente na Rússia e nas pressões do Oriente sobre a Europa⁹³.

⁹¹ DIAS, 2010.

⁹² VIEIRA, 2006a.

⁹³ DIAS, 2010.

Segundo Joseph Thorndike Jr.⁹⁴, embora o conceito de Geopolítica tenha sido criado por Kjellen, foi Mackinder quem o transformou num sistema, tendo o seu artigo “*The geographical pivot of History*” (1904) marcado a diferença, por ter publicado a sua primeira teoria, numa fase em que Grã-Bretanha e Rússia se encontravam diplomaticamente afastadas, embora esta última tivesse já estabelecido laços diplomáticos com França. A Grã-Bretanha, à data, era aliada do Japão, que quinze dias após a apresentação da teoria de Mackinder, atacava a frota russa fundeada em Port Arthur, destruindo-a e dando início à guerra entre os dois países, que terminaria em 1905 com a derrota da Rússia⁹⁵.

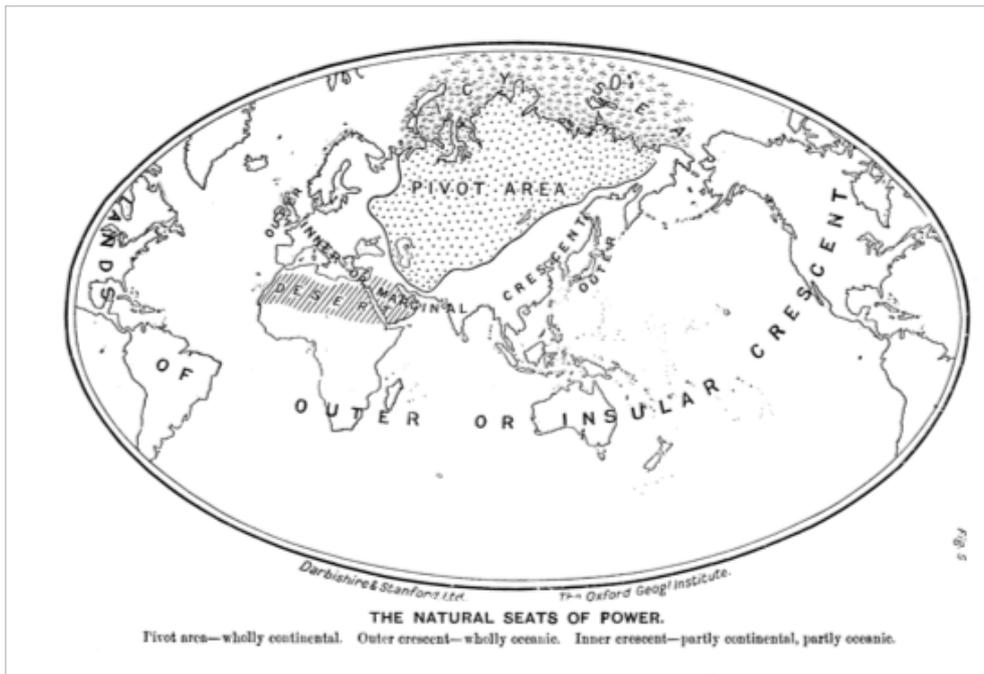
A teoria do *Pivot* Geográfico da História, apresentada em 1904, baseia-se na constatação da existência, no mundo, de uma grande massa continental dominante, a Eurásia, que tem uma zona interior, a *Área Pivot* (Figura 1.1), com um elevado valor defensivo – difícil acessibilidade por terra, inacessibilidade à navegação, vasta extensão e condições meteorológicas severas – que a transforma numa excelente base de Poder⁹⁶. Mackinder defendia que a Rússia ocupava no mundo uma posição central estratégica semelhante à que a Alemanha detinha na Europa. Poderia atacar e ser atacada por todos os pontos cardeais exceto a Norte uma vez que era muito difícil navegar no Oceano Glacial Ártico.

⁹⁴ THORNDIKE JR, 1942.

⁹⁵ DIAS, 2010.

⁹⁶ Idem.

Figura 1.1 – Bases de Poder



Fonte: Mackinder, 1904.

Neste contexto, o autor considerava que a decisão de abdicar do Alasca se deveu à consciência das autoridades russas de que o seu país teria maior poder num território uno e extenso do que mantendo territórios noutras continentes, ou seja “for it is as much as law of policy for Russia to own nothing over seas as for Britain to be supreme on the ocean”⁹⁷. Por outro lado, os caminhos-de-ferro, sobretudo os transcontinentais, que Mackinder apelidava de “grandes maravilhas da estepe” (por substituir os cavalos e os camelos no transporte de mercadorias), funcionavam como motores do desenvolvimento, reforçando o poder terrestre no *Heartland* da Eurásia, permitindo o destacamento de militares para zonas remotas, como a Manchúria.

As we consider this rapid review of the broader currents of history, does not a certain persistence of geographical relationship become evident? Is not the pivot region of the world’s politics that vast area of Euro-Asia which is inaccessible to ships, but in antiquity lay open to the horse-riding nomads, and is to-day about to be covered with a network of railways? There have been and are here the conditions of a mobility of military and economic power of a far-reaching and yet limited character⁹⁸.

⁹⁷ MACKINDER, 1904.

⁹⁸ MACKINDER, 1904: 434-436.

Tal como observado na Figura 1.1, fora da *Área Pivot*, Mackinder localizava o “Crescente Interior” ou “Marginal”, que abrangia a Alemanha, a Áustria, a Turquia, a Índia e a China e o “Crescente Exterior” ou “Insular”, que integrava a Grã-Bretanha, a África do Sul, a Austrália, os EUA, o Canadá e o Japão. Para o autor, em caso de desequilíbrio da balança de poder a favor da Rússia (o Estado *Pivot*), a sua expansão sobre as regiões marginais da Eurásia, permitiria o acesso a um vasto manto continental de recursos que sustentariam a produção de uma poderosa frota, transformando o país no maior império mundial.

No entanto, Mackinder acreditava que existia espaço para a criação de um contrapeso ao poder hegemónico russo, nomeadamente através da França, que poderia aliar-se a outras potências, como a Itália, o Egipto, a Índia ou a Coreia, bloqueando a sua expansão – daí a importância da manutenção dos laços diplomáticos com Paris⁹⁹. Após a Primeira Guerra Mundial, na sequência do trabalho desenvolvido para os Aliados, Mackinder transferiu o foco da sua análise da Rússia para a Alemanha, numa evolução das conceções espaciais delineadas na sua primeira teoria¹⁰⁰:

In 1904, in a paper on “The Geographical Pivot of History”, read before the Royal Geographical Society, I sketched the World-Island and the Heartland; and in 1905 I wrote in the *National Review* on the subject of “Man-power as a Measure of National and Imperial Strength”, an article which I believe first gave vogue to the term Man-power. (...) If I now venture to write on these themes at somewhat greater length, it is because I feel that the War has established, and not shaken, my former points of view¹⁰¹.

Efetivamente, o conceito de *Heartland* é recuperado do primeiro artigo de Mackinder e declinado no seu livro de 1919, *Democratic ideals and reality. A study in the politics of reconstruction*¹⁰². Esta obra enquadra a segunda teoria do autor, que se consubstancia na

⁹⁹ MACKINDER, 1904.

¹⁰⁰ DIAS, 2010.

¹⁰¹ MACKINDER, 1919.

¹⁰² Recorde-se que em 28 de junho de 1919, a quatro horas de expirar o prazo dado pelos Aliados, a Alemanha assinava o Tratado de Versalhes “cedendo à pressão avassaladora, mas sem com isso mudarem de opinião sobre o inaudito da injustiça das condições de paz” (GILBERT, 2011: 118) dado que o Artigo 231º declarava a responsabilidade da Alemanha e dos seus aliados por todas as perdas e prejuízos a que os Aliados e os seus cidadãos foram sujeitos em consequência da guerra que lhes tinha sido imposta pela agressão alemã (GILBERT, 2011). Espoliada de território, recursos económicos e de parte das suas riquezas naturais (16% da produção de carvão e 48% da produção de aço), a Alemanha foi obrigada a indemnizar os

evolução, por um lado, das concepções espaciais da massa continental dominante e, por outro, da *Área Pivot*: a primeira passa a integrar o continente africano e a designar-se “Ilha Mundial”, enquanto os limites da *Área Pivot* foram alargados a Sudeste e a Oeste, passando a mesma a ser denominada *Heartland*¹⁰³.

A “Ilha Mundial” ou o “Grande Continente” compreendia 2/12 da superfície do planeta e dizia respeito à junção da Eurásia com o continente africano¹⁰⁴. Mendes Dias, citando Garcia Arias, refere que a “Ilha Mundial” apresentava uma extensão de “(...) mil milhas de mar

Figura 1.2 – *Área Pivot* e *Heartland*



Fonte: Megoran e Sharapova, 2005.

gelado do Norte das costas da Sibéria; cinco mil milhas de terra até ao ponto mais meridional da Índia e sete mil milhas até ao continente Antártico”¹⁰⁵.

Já o *Heartland* era a região inacessível ao poder marítimo de então. Em termos de pensamento estratégico, segundo Mackinder, tinha de incluir necessariamente o Mar Báltico,

Aliados pelas perdas causadas pela Primeira Guerra Mundial, mas mesmo assim esta situação não tranquilizava Mackinder, que considerava importante manter a Alemanha afastada da Rússia, dada a localização de ambas e a incapacidade desta última em resistir à penetração alemã no seu território. Este afastamento teria de ser conseguido através da criação de uma barreira de Estados desde o Báltico ao Mediterrâneo, sendo necessário fomentar o equilíbrio entre os povos germanos e eslavos, para impedir que quem dominasse a Europa Oriental, dominasse o *Heartland*, mandasse na Ilha Mundial e, conseqüentemente, no Mundo (ARIAS, 1968 *apud* DIAS 2010: 110).

¹⁰³ DIAS, 2010.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ ARIAS, 1968 *apud* DIAS, 2010.

as áreas navegáveis do Médio e Baixo Danúbio, o Mar Negro, a Ásia Menor, a Arménia, a Pérsia, o Tibete e a Mongólia¹⁰⁶, bem como controlar a Europa de Leste, o primeiro passo a dar na busca da hegemonia mundial¹⁰⁷. Dotado de linhas de caminho-de-ferro e de vias rodoviárias, o *Heartland* permitia a um Exército poderoso controlar o território desde a Sibéria ao Canal do Suez, impedindo invasões de potências hostis (Figura 1.2).

O autor considerava igualmente que em África existia um segundo *Heartland*, dado que parte do continente era inacessível por mar e encontrava-se protegida por extensas manchas florestais impenetráveis e pelos grandes rios (Níger, Congo, Zambeze), que embora em parte navegáveis – permitindo à potência dominante deslocar-se no interior do continente e manter o controlo da região – dificultavam o acesso de eventuais invasores, uma vez que os seus cursos irregulares impediam a navegação plena da foz à nascente.

Praticamente vinte e cinco anos após o lançamento de *Democratic ideals and reality, A study in the politics of reconstruction*, considerada uma das obras mais importantes de Mackinder, senão a mais importante, o autor publicou o artigo “*The round world and the winning of peace*” na revista *Foreign Affairs* de julho de 1943¹⁰⁸, no qual recorda as suas teorias iniciais da *Área Pivot* e do *Heartland*, considerando uma terceira teoria e introduzindo o conceito do *Midland Ocean*, que correspondia à bacia do Atlântico Norte e zonas ribeirinhas (Mar Mediterrâneo, Mar Báltico, Oceano Glacial Ártico e Mar das Caraíbas) – o Atlântico Sul e o Oceano Pacífico ficavam de fora do *Midland Ocean*¹⁰⁹.

Esta nova região, que incluía os EUA e o Canadá, poderia vir a equilibrar o poder do *Heartland*¹¹⁰ “And upon and beneath the Heartland there is a store of rich soil for cultivation and of ores and fuels for extraction, the equal - or thereabouts - of all that lies upon and beneath the United States and the Canadian Dominion”¹¹¹, desde que mantivesse a

¹⁰⁶ MACKINDER, 1919.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ MACKINDER, 1943.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Em 1943 a Alemanha caminhava para a derrota na Segunda Guerra Mundial. A União Soviética reforçava o seu protagonismo no conflito e Mackinder considerava que se aquela conquistasse a Alemanha, poderia transformar-se no maior poder terrestre do Mundo, bem como no mais forte e estrategicamente situado Poder, em posição defensiva (SPROUT e SPROUT, 1968 *apud* DIAS, 2010).

¹¹¹ MACKINDER, 1943: 603-604.

capacidade efetiva de intervenção na Europa¹¹², à qual não seria despidendo o apoio do Reino Unido (*moated aerodrome* – aeródromo rodeado por um fosso) e da França (*bridgehead* – ponte defensiva/ofensiva).

Por sua vez, o *Heartland* seria novamente reconfigurado, equivalendo ao território da URSS e compreendendo a região desde a costa do Ártico até aos desertos a sul e do Mar Báltico a leste até ao Mar Negro a oeste. Esta nova reconfiguração não seria representada num mapa como as anteriores em virtude da dificuldade de demarcação dos critérios de geografia física, em mutação na região “The concept does not admit precise definition on the map for the reason that is based on three separate aspects of physical geography which, while reinforcing one another, are not exactly coincident”¹¹³.

Para o autor continuava a ser a região mais importante do globo, encerrando em si a maior planície mundial, alguns dos maiores rios navegáveis – os que desaguavam no Oceano Glacial Ártico eram inacessíveis a partir da foz – e enormes regiões de pastagem que potenciavam a mobilidade terrestre, características que, no seu todo, conferiam ao *Heartland/URSS* uma importante profundidade estratégica¹¹⁴. Em suma, na sua perspetiva, Mackinder considerava que existia no mundo um território com elevado valor defensivo, que o transformava numa excelente base de Poder, o *Heartland*; nele inscrevia-se a Rússia.

Se considerarmos que a Antártida tem uma área de catorze milhões de quilómetros quadrados (o quarto maior continente do planeta), podendo duplicar esta extensão no inverno, temporada em que se torna quase inacessível por mar e pelo ar¹¹⁵, praticamente fechado em todo o seu perímetro exceto numa pequena zona da Península Antártica, como podemos verificar na Figura 1.3; e se atendermos à existência de recursos naturais valiosos como água e minério (entre outros) e à possibilidade de mobilidade interna terrestre durante todo o ano; algum pensamento pode ser enformado pelo raciocínio exposto. Neste sentido, ainda que a Antártida não tenha população autóctone como a Rússia, ou o seu domínio não

¹¹² DIAS, 2010.

¹¹³ MACKINDER, 1943: 597-598.

¹¹⁴ MACKINDER, 1943 e DIAS, 2010.

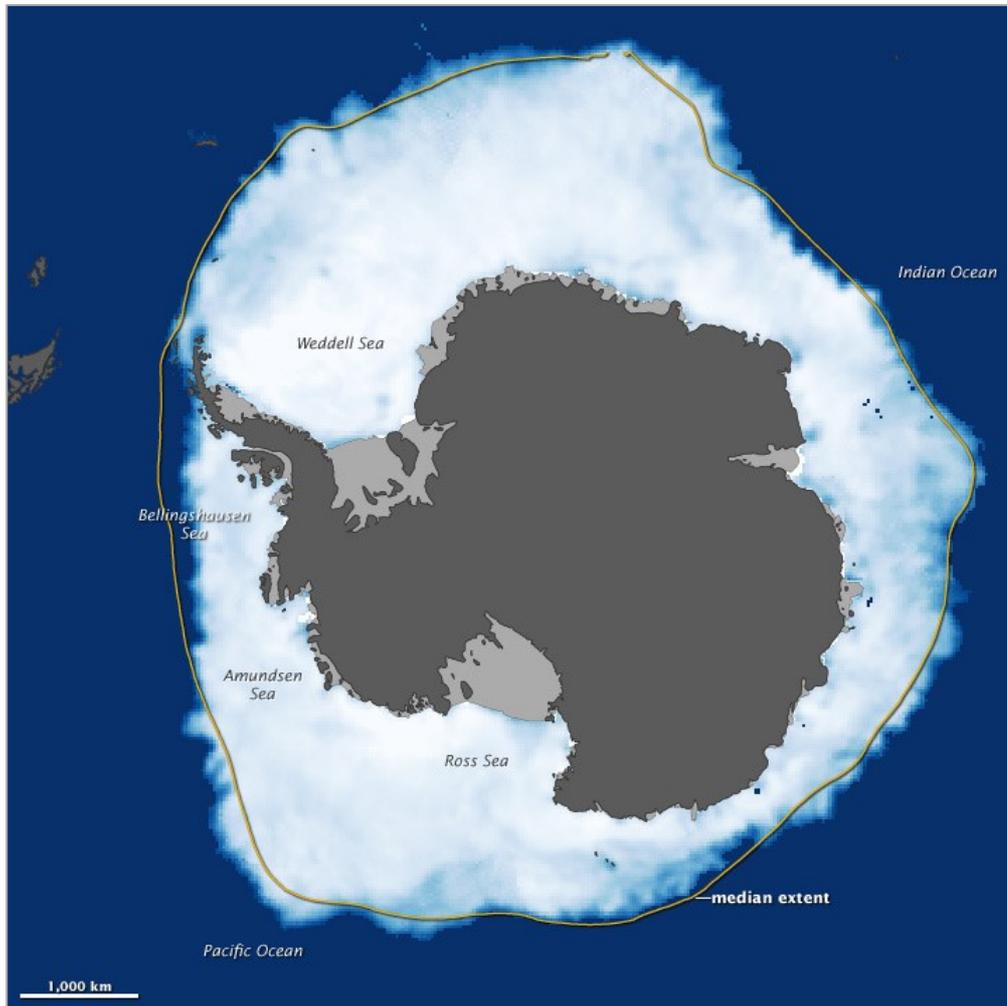
¹¹⁵ No inverno, as temperaturas no interior da Antártida situam-se nos -65°C.

permita controlar o mundo, inscreve-se numa massa continental que se destaca das demais por todos os fatores acima referidos, sendo possível efetuar um paralelismo com o *Heartland* de Mackinder.

Assim como o *Heartland* era fechado a norte, sendo as saídas para os mares quentes do Sul/Sudoeste importantes, também a Península Antártica adquire especial relevância na Antártida, uma vez que permite o acesso por mar ao continente no inverno – daí a região ser alvo do interesse de três países: Argentina, Chile e Reino Unido, que não abdicam das suas reivindicações sobre a mesma.

Embora o contexto atual seja diferente da época em que o autor teceu estas concepções teóricas, aliado ao facto de as atividades militares serem expressamente proibidas na Antártida, pelo menos até 2041, ocupar aquele continente confere vantagens comparativas a quem o consiga, nomeadamente no que respeita ao controlo das rotas do Atlântico Sul e à exploração de recursos – se após a revisão do Tratado da Antártida tal for permitido.

Figura 1.3 – Formação de gelo em torno da Antártida no inverno



Fonte: NASA Earth Observatory, 2012a.

Neste contexto, não é despendioso o facto de os EUA terem construído uma base precisamente no Polo Sul geográfico (*Amundsen-Scott*), como verificaremos adiante, que implica maior esforço logístico e financeiro, mas que confere profundidade estratégica à infraestrutura, uma vez que é das mais inacessíveis no continente mesmo por via aérea, dado que as aeronaves apenas podem aterrar na região no verão antártico e em condições meteorológicas favoráveis. Ou a construção pela URSS de uma base no Polo de Inacessibilidade, *Pole of Inaccessibility Research Station* (entretanto abandonada, mas classificada como local histórico) ou seja, na região antártica mais afastada do Oceano Glacial Antártico e estabelecido quatro bases e vários postos de observação/abrigos em

praticamente todos os sectores sobre os quais existiam reivindicações, numa tentativa de criar uma rede de infraestruturas de investigação polar¹¹⁶.

Por outro lado, os meios terrestres adquirem especial protagonismo pois permitem circular por todo o continente, mesmo em condições climatéricas adversas. De igual modo, as restantes bases norte-americanas localizam-se em áreas ricas em recursos minerais: *Palmer*, na Península Antártica e *McMurdo*, na ilha de Ross.

Já o contrapeso do poder hegemónico acaba por ser o Tratado da Antártida e, por conseguinte, a cooperação internacional, que ao dinamizar a investigação científica, conduz peritos de várias nacionalidades ao terreno e favorece a instalação de bases de diferentes países, para que aquele continente se mantenha como “terra de todos e de ninguém”. No Atlântico Sul, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), embora possa ser considerada, segundo alguns investigadores, um instrumento de projeção de poder do Brasil, acaba por reforçar a importância da cooperação, das parcerias para o desenvolvimento sustentável e da prevenção da criminalidade organizada, envolvendo praticamente todos os países banhados pelo oceano naquela região.

Por sua vez, o geógrafo alemão Karl Haushofer (1869-1946), oficial do Exército Bávaro e membro da Escola de Munique, baseou a sua conceção geopolítica em cinco pilares conceptuais: “Espaço Vital”, “Fronteira”, “Autarcia”, “Pan-Regiões” e “Fundamentos Geográficos da Hegemonia Mundial”, sendo notória a influência de Ratzel e de Mackinder na sua análise e na própria Escola¹¹⁷. Haushofer esteve colocado no Japão em 1908 como conselheiro e instrutor de artilharia, tendo igualmente como missão o estudo do exército japonês. Estar destacado naquele país permitiu-lhe simultaneamente efetuar um périplo pelo Extremo Oriente e pela Rússia, viagens que lhe possibilitaram conhecer melhor o *Heartland* e o “Crescente Exterior” de Mackinder.

Paralelamente, a missão em solo nipónico conduziu à publicação de duas obras entre 1912 e 1914, respetivamente *Dai Nihon: Betrachtungen über Gross Japans Wehrkraft*,

¹¹⁶ ELZINGA, 2009.

¹¹⁷ DIAS, 2010.

Weltstellung und Zukunft (O Grande Japão: Considerações sobre o potencial militar, situação mundial e futuro do Grande Japão) e *Der deutsche Anteil an der geographischen Erschliessung Japans und des subjapanischen Erdraums, un deren Forderung durch den Einfluss von Krieg und Wehrpolitik* (A contribuição alemã na exploração do Japão, do espaço japonês assim como o desenvolvimento pela influência da guerra e da política de defesa)¹¹⁸. Durante a Primeira Guerra Mundial combateu pelo exército alemão na frente Ocidental porém, em 1919, retirou-se da carreira militar, como General de Brigada e passou a dedicar-se à vida académica na Universidade de Munique.

No plano teórico, segundo Mendes Dias, o general alemão recupera o conceito de “Ilha Mundial” de Mackinder com o objetivo de enquadrar no espaço físico e plasmar a ambicionada hegemonia alemã na “cena internacional”. Assim, o controlo da “Ilha Mundial” passaria por um lado, pelo controlo da Rússia conquistando, conseqüentemente, o controlo sobre a Eurásia e, por outro, pela derrota do poder naval da Grã-Bretanha. Todavia, para Haushofer o domínio sobre a Rússia não deveria ser conquistado por via militar, mas sim por intermédio de um acordo diplomático voluntário¹¹⁹.

Tendo vivido o apogeu alemão que antecedeu a Segunda Guerra Mundial e as aspirações germânicas relativamente ao domínio da Europa, Haushofer considerava que a Alemanha iria, inevitavelmente, ocupar os Estados mais pequenos da Europa de Leste e de Oeste, seguindo a teoria de Ratzel do crescimento espacial do Estado como ente empenhado em conseguir mais espaço para se realizar¹²⁰, pelo que a Rússia também sairia beneficiada de um acordo com as autoridades germânicas.

No que concerne ao conceito de “Espaço Vital”, este sofreu um reajustamento desde a definição original de Ratzel e passou a ser definido como “capacidade de um determinado espaço geográfico necessário para atender às necessidades da sociedade humana (etnologicamente diferente) que o habita”¹²¹, concretizada na fórmula “sangue e solo”, na

¹¹⁸ DIAS, 2010.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ DIAS, 2010: 128.

qual se associava o meio e a economia ao solo e a raça e a sociedade ao sangue¹²². A forma como Haushofer materializou esta definição terá sido interpretada como ponto de partida da elaboração da tese do direito à expansão da “raça” alemã, devido à capacidade germânica de organizar o espaço.

No entanto, a preocupação de Haushofer com o “Espaço Vital” é consequência das suas reflexões sobre o caso japonês, sendo que a adaptação do *Lebensraum* ao caso alemão terá sido uma mera coincidência, não justificando a afirmação de que o general alemão tenha fomentado o expansionismo de Hitler¹²³.

A “Fronteira”, o segundo pilar conceptual de Haushofer, surge como algo natural, mas não necessariamente resultante de barreiras naturais ou de tratados internacionais. Segundo o autor, “correspondia à resultante da penetração cultural de um povo nos espaços geográficos que, em determinado momento histórico fossem do ponto de vista da fronteira política, alheios ao núcleo de irradiação cultural”¹²⁴ ou até derivava da natureza do próprio Poder do Estado¹²⁵.

No seu artigo de 1927, intitulado *Grenzen in ihrer geographischen und politischen Bedeutung* (As Fronteiras e o seu Significado Geográfico e Político), Haushofer afirmava que aquelas constituíam fatores biogeográficos, pelo que não podiam ser compreendidas nem justificadas por critérios jurídicos. Deste modo, as fronteiras consideradas biologicamente justas seriam aquelas pensadas, concebidas e traçadas de acordo com uma perspetiva multidisciplinar (histórica, geográfica e biológica, entre outras)¹²⁶.

Por sua vez, a “Autarcia” remetia para a necessidade de poder enfrentar, utilizando os seus próprios recursos, uma situação de “fortaleza sitiada”, ou seja, ser autossuficiente quer em termos económicos (e alimentares), quer em termos bélicos. Segundo Mendes Dias, este entendimento de “Autarcia”, assumido pelos alemães após a Primeira Guerra Mundial,

¹²² DIAS, 2010.

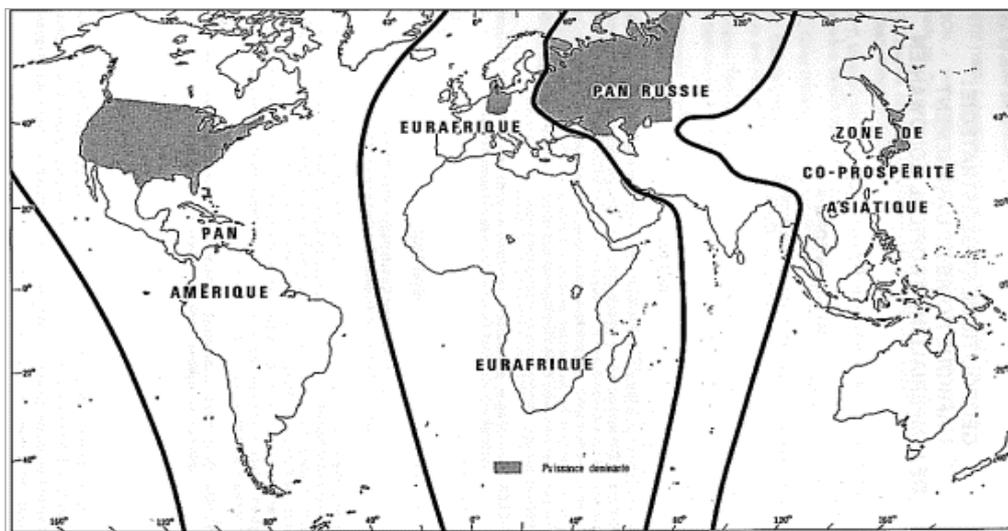
¹²³ Idem.

¹²⁴ DIAS, 2010: 130.

¹²⁵ DIAS, 2010.

¹²⁶ Idem.

Figura 1.4 – Pan-Regiões e Estados-diretores



Fonte: Institut de Strategie.

evoluiu para o conceito de “economia de defesa”, com as consequentes necessidades do Estado, no que concerne ao espaço e aos recursos¹²⁷.

O modelo das “Pan-Regiões”, apresentado em 1931 no seu livro *Geopolitik der Pan-Ideen* (Geopolítica das ideias continentalistas), divide o mundo em grandes áreas, balizadas por meridianos (Figura 1.3), que respeitavam três condições essenciais: recursos e população suficientes e acesso ao mar¹²⁸. Assim, o mundo estaria dividido em quatro “Pan-Regiões”, cada uma delas com um Estado-diretor, ou seja, o que teria capacidade para assegurar o equilíbrio e a ordem mundial e que garantia o desenvolvimento de cada zona de forma integrada, assumindo a liderança em termos científicos e tecnológicos. Constituíam “Pan-Regiões” a Pan-América, a Pan-Euro-África, a Pan-Rússia e a Pan-Ásia-Oriental ou Zona de coprosperidade da grande Ásia (Figura 1.4)¹²⁹.

A Pan-América, que integrava o território entre o Alasca e a Patagônia (abrangendo algumas ilhas no Pacífico e no Atlântico), seria dirigida pelos EUA, à data o Estado mais desenvolvido da região. Já a Pan-Euro-África, que incluía uma área mais vasta, desde a Escandinávia à África do Sul e parte do Irão, tinha como Estado-diretor a Alemanha,

¹²⁷ DIAS, 2010.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

conceptualização que ia de encontro às aspirações germânicas do controlo da “Ilha Mundial” (Mackinder) e ao afastamento da Rússia da Europa para a Pan-Rússia, situação que iria obrigar as autoridades russas a aceitar um entendimento com a Alemanha, como referido anteriormente¹³⁰.

A Pan-Rússia, por sua vez, englobava grande parte da ex-União Soviética, o Afeganistão, o leste do Irão e a Índia e seria naturalmente liderada pela Rússia. Finalmente, a Pan-Ásia-Oriental, comandada pelo Japão, integrava, para além daquele país, as Filipinas, a Austrália, a Indonésia e todo o Sudoeste asiático¹³¹.

O quinto e último pilar conceptual de Haushofer, “Fundamentos Geográficos da Hegemonia Mundial”, preconizava a paz pela hegemonia, conseguida através do recurso a alianças mantidas sobretudo pelos Estados-diretores¹³². Estas alianças materializar-se-iam através de um jogo baseado em três eixos principais Berlim-Roma (com o intuito de facilitar o controlo do Mediterrâneo e do Norte de África – à data, Itália controlava a Líbia e o Corno de África, importantes pontos estratégicos), Berlim-Moscovo (cujo objetivo seria o de garantir a estabilidade na Europa de Leste, evitando um conflito armado com a Rússia) e Berlim-Tóquio (com vista a encontrar apoios e facilidades que permitissem atacar o império britânico na Ásia, entendido como a principal fonte de Poder do Reino Unido) e quatro eixos secundários, Japão-Chile, Japão-Rússia, Japão-China e China-Rússia que, em conjunto, permitiriam à Alemanha alcançar a hegemonia mundial¹³³.

De salientar que a Pan-América ficava de fora das alianças por se encontrar cercada pelos Oceanos Pacífico e Atlântico e por duas Pan-Regiões (Pan-Ásia e Pan-Euro-África), o que lhe conferia menor capacidade de revelar Poder¹³⁴.

Associado às motivações expansionistas alemãs (embora não necessariamente ligado às mesmas, segundo De Miguel¹³⁵), Haushofer (e a Escola de Munique) acabou por contribuir,

¹³⁰ DIAS, 2010.

¹³¹ Idem.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

ainda que involuntariamente, para o quase desaparecimento da palavra “geopolítica” do meio político e militar no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Segundo Mendes Dias, no pós-conflito terão sido apenas publicadas duas obras com a referência a “geopolítica” no título: *Geopolitique – Introduction aux facteurs géographiques de l’Histoire et de la Politique*, da autoria de Van Houtte e *Geopolítica*, do autor espanhol Vicens Vives¹³⁶.

Todavia, o conceito seria recuperado na década de 1970 por intermédio da escola francesa, na qual se destaca Yves Lacoste com a obra *La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre* (A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra), editado em 1976¹³⁷.

Da conceção teórica de Haushofer recuperamos o segundo pilar conceptual do autor, nomeadamente a “Fronteira” natural, não resultante de tratados internacionais. A Argentina e o Chile expandem a sua fronteira até à Antártida, embora de acordo com o Tratado assinado em 1959 não possam fazê-lo, dado que aquele continente é considerado território de todos e de ninguém.

Para além dos mapas com a Antártida Argentina e a Antártida Chilena e da emissão de selos, as autoridades daqueles países têm vindo a ocupar ininterruptamente o território reivindicado através do estabelecimento de bases (com o fuso horário da capital do país, independentemente da região onde se localizam), de correios e de aeródromos, tendo inclusivamente promovido o nascimento de cidadãos na Antártida, como veremos adiante nesta investigação. Paralelamente, as bases constituem-se – na aceção de Haushofer de penetração cultural de um povo nos espaços geográficos – como embaixadas dos países, promovendo a divulgação das tradições culturais, festividades e de produtos nacionais.

¹³⁶ DIAS, 2010. Não obstante o referido, de acordo com Mendes Dias, houve autores que utilizaram o termo “geopolítica” e conteúdos geopolíticos em obras publicadas, como no livro *Geopolítica da Fome*, de Josué de Castro e que data de 1951 (DIAS, 2010).

¹³⁷ DIAS, 2010.

3.2.2 Poder Marítimo

A Antártida se constitui numa plataforma giratória de grande importância no hemisfério oceânico. E, se de facto não se encontram os países deste hemisfério na porta de entrada do continente austral, têm, pelo menos, neste setor o seu corredor vital de circulação. Corredor vital consagrado pelos defensores da tese de que a defesa do continente sul-americano é hoje, sobretudo, de índole marítima¹³⁸.

O mar, fonte estrutural de Poder, inspirou igualmente variadas teses geopolíticas, merecendo destaque no presente estudo as dos almirantes Alfred Mahan (norte-americano) e Raoul Castex (francês). Alfred Thayer Mahan (1840-1914), oficial de Marinha, historiador naval e autor contemporâneo de Mackinder, é considerado por muitos o iniciador do tratamento global da Geopolítica¹³⁹. Na sua obra de 1890 *The influence of sea power upon history 1660-1783*, Mahan, analisando historicamente a relação do Homem com o mar, procurou concluir acerca da superioridade do poder naval, partindo do pressuposto de que os ensinamentos da História constituem-se como guias para o futuro¹⁴⁰.

O autor percecionava o mar, do ponto de vista político e social, como uma grande via ou como um vasto bem comum que permitia ao ser humano deslocar-se em diferentes direções, deslocações essas que, no entanto, obedeciam a uma lógica de conhecimento e de escolha das rotas mais utilizadas, que ofereciam maior segurança e que garantiam a passagem por portos seguros – Mahan define-as como rotas comerciais¹⁴¹.

O autor sublinhou assim a importância das rotas marítimas e fluviais na comercialização de produtos e no próprio desenvolvimento económico dos países (como o caso da Holanda), considerando que se tratava do meio de transporte de passageiros e de mercadorias mais económico, sobretudo nos períodos da História em que o número de vias terrestres era reduzido e as que existiam se encontravam em mau estado¹⁴².

¹³⁸ CASTRO, 1998: 13.

¹³⁹ DIAS, 2010.

¹⁴⁰ DIAS, 2010.

¹⁴¹ MAHAN, 1890.

¹⁴² Idem.

Paralelamente, Mahan considerava que a demanda por produtos estrangeiros e o consequente desenvolvimento do comércio por via marítima aumentava proporcionalmente as necessidades de segurança das rotas comerciais, especialmente em tempo de guerra:

The ships that thus sail to and from must have secure ports to which to return, and must, as far as possible, be followed by the protection of their country throughout the voyage (...) This protection in time of war must be extended by armed shipping. The necessity of a navy, in the restricted sense of the word, springs, therefore, from the existence of a peaceful shipping, and disappears with it, except in the case of a nation which has aggressive tendencies, and keeps up a navy merely as a branch of the military establishment¹⁴³.

Segundo o autor, o desenvolvimento do comércio marítimo, ao longo do período estudado na sua obra, conduziu de igual modo ao estabelecimento de colónias em regiões estratégicas localizadas ao longo de rotas como o Cabo da Boa Esperança, Ilha de Santa Helena ou até o arquipélago das Maurícias, pontos que tinham objetivos comerciais ou defensivos, dependendo da localização e do contexto histórico¹⁴⁴.

Assim, Mahan recorre a este momento particular da História (1660-1783), época em que as trocas comerciais marítimas e a relação com as colónias se encontravam no seu auge, com o intuito de retirar ensinamentos que corroborassem a importância do poder marítimo de uma nação, ou seja, a “(...) soma de forças e fatores, instrumentos e circunstâncias geográficas que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso e impedi-lo ao adversário”¹⁴⁵, Poder que se desenvolvia mediante a existência de seis condições principais: i) “posição geográfica”, ii) “configuração física” (que incluía o relevo e o clima), iii) “extensão do território”, iv) “população”, v) o “carácter nacional” e vi) “características do Governo” (e das suas instituições)¹⁴⁶.

No que concerne à “posição geográfica”, Mahan defendia que uma nação que não estivesse forçada a defender fronteiras terrestres nem a expandir o seu território por essa via teria vantagem relativamente a países com fronteiras continentais, afirmando que esta tinha

¹⁴³ MAHAN, 1890: 25.

¹⁴⁴ MAHAN, 1890.

¹⁴⁵ DIAS, 2010: 147.

¹⁴⁶ MAHAN, 1890.

sido ao longo do tempo uma grande vantagem do Reino Unido, como potência marítima, relativamente a França ou à Holanda¹⁴⁷.

A posição britânica, de um ponto de vista global, constituía-se como um ponto estratégico, uma vez que ligava o norte da Europa ao Oceano Atlântico. Por outro lado, a coroa inglesa dominava quatro “*choke points*” importantes: Canal Inglês, Mar do Norte, Estreito de Gibraltar e Canal do Suez, realidade que lhe possibilitava controlar os principais acessos marítimos ao continente europeu e que, aliada à inexistência de outro poder marítimo localizado fora da Europa, lhe conferia o domínio dos mares¹⁴⁸.

Em relação à “configuração física”, relaciona-se com as dificuldades apresentadas pelos acidentes orográficos¹⁴⁹, ou seja, para Mahan, países com fronteiras marítimas e acesso facilitado ao mar (existência de portos) teriam maior tendência a explorar o resto do mundo por essa via do que países essencialmente continentais¹⁵⁰. No entanto, o autor considerava que “When the sea not only borders, or surrounds, but also separates a country into two or more parts, the control of it becomes not only desirable, but vitally necessary”¹⁵¹, isto é, a configuração geográfica impele o próprio país a controlar o mar, através do fortalecimento do poder naval, caso contrário o país torna-se vulnerável, especialmente se tiver uma configuração arquipelágica.

A “extensão do território” afetava o desenvolvimento do poder marítimo não apenas por uma questão de dimensão do país, mas sim pela extensão da sua orla costeira, pelas características dos seus portos e pela distribuição da população, ou seja, partindo do pressuposto de que dois países possuíam as mesmas condições geográficas e físicas, a extensão da sua orla costeira poderia constituir uma força ou uma fraqueza consoante o seu número de habitantes e a sua distribuição – zonas desertas seriam mais vulneráveis, por exemplo¹⁵².

¹⁴⁷ MAHAN, 1890.

¹⁴⁸ DIAS, 2010.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ MAHAN, 1890.

¹⁵¹ Idem: 40.

¹⁵² MAHAN, 1890.

Já a característica “população” ia para além do número de habitantes de um país. Segundo Mahan, “(...) it is not only the grand total, but the number following the sea, or at least readily available for employment on ship-board and for the creation of naval material that must be counted”¹⁵³, ou seja, a população como força produtiva dedicada a atividades relacionadas com o mar. O autor cita o exemplo de França e do Reino Unido nas guerras após a Revolução Francesa, afirmando que embora a população francesa fosse numericamente superior à britânica e aquele país estivesse dotado de uma capacidade militar notável, não possuía o poder marítimo que Inglaterra detinha, habituada às suas fronteiras marítimas e a gerir as suas possessões ultramarinas, com todo o esforço naval a que os seus interesses obrigavam¹⁵⁴.

Relativamente ao “carácter nacional”, Alfred Mahan considerava que a tendência para vender e comprar, aliada à necessidade de produção de artigos para venda, era a característica mais importante de um país para o desenvolvimento do seu poder marítimo. Outro aspeto relevante para este tipo de poder era a gestão bem-sucedida das colónias, para que estas pudessem assumir-se como parte importante do desenvolvimento económico da metrópole¹⁵⁵. O carácter da população, a vocação para o mar, a receptividade a projetos marítimos, constituíam aspetos fundamentais para o desenvolvimento do poder marítimo de um país¹⁵⁶.

Por último, as “características do Governo” diziam respeito à forma como as autoridades e instituições conduziam o seu povo e à capacidade de influenciá-lo com base nas suas próprias aspirações. Em tempos de paz, “The government, by its policy, can favor the natural growth of people’s industries and its tendencies to seek adventure and gain by the way of the sea”¹⁵⁷ porém, num contexto de guerra, a influência do Governo seria sentida sobretudo na manutenção de uma armada compatível com os interesses a defender. Deste modo, Mahan considerava que o interesse no desenvolvimento do poder marítimo não

¹⁵³ MAHAN, 1890: 45.

¹⁵⁴ MAHAN, 1890.

¹⁵⁵ MAHAN, 1890.

¹⁵⁶ DIAS, 2010.

¹⁵⁷ MAHAN, 1890: 82.

poderia florescer sem a ação dos Governos, e que a mesma poderia passar quer pelo estímulo do comércio marítimo, quer pela aposta na indústria naval de guerra¹⁵⁸.

O almirante afirmava que o poder marítimo dependia de vários fatores, sendo o mar a mais importante fonte estrutural de origem. Partindo da premissa de que 70% da superfície terrestre era constituída por mar, do seu domínio decorreria, inevitavelmente, o domínio do globo. Contudo, apesar da importância central do mar, segundo Mendes Dias, a prossecução do controlo marítimo dependia de uma vertente terrestre, que correspondia ao controlo de bases localizadas em zonas estratégicas, que apresentavam vantagens numa perspetiva de traçado das zonas costeiras e de acesso a regiões interiores, por forma a facilitar de igual modo a defesa do território¹⁵⁹.

No âmbito desta complementaridade terrestre, Alfred Mahan recomendou às autoridades norte-americanas que dedicassem atenção às fronteiras marítimas dos EUA – dado que o país poderia ser considerado uma ilha – e defendeu o estabelecimento de bases navais no Havai, nas Filipinas e nas Caraíbas, bem como a construção de um canal que ligasse os oceanos Atlântico e Pacífico. Na visão de Mahan, estas medidas poderiam incrementar o poder marítimo norte-americano ao controlar rotas comerciais e deste modo competir com o Reino Unido na busca do domínio dos mares¹⁶⁰.

O almirante francês Raoul Castex (1878-1968) teve igualmente um papel relevante no que respeita ao Poder Marítimo, sobretudo através da sua obra *Theories Strategiques*, publicada em cinco volumes entre 1927 e 1935. Castex baseou-se na teoria de Mahan sobre a centralidade do Poder Marítimo, mas dedicou o seu trabalho à estratégia como um todo e não apenas à estratégia naval¹⁶¹.

Em termos conceptuais, a sua teoria baseia-se essencialmente em três conceitos¹⁶²: “espaço”, “posição” e “perturbador continental”. No que concerne ao “espaço”, Castex

¹⁵⁸ MAHAN, 1890.

¹⁵⁹ DIAS, 2010.

¹⁶⁰ Idem e MAHAN, 1897.

¹⁶¹ VEGO, 2009.

¹⁶² DIAS, 2010.

reduziu o valor do conceito de Ratzel, caracterizando-o como fator defensivo enquanto possibilidade conferida pela extensão¹⁶³.

Já a “posição” dizia respeito sobretudo à localização, ou seja, o almirante considerava que a posição geográfica dos países tinha um papel fundamental na sua vocação marítima – posição como impulso para a expansão¹⁶⁴. Por fim, com o conceito de “perturbador continental” Raoul Castex pretendeu analisar o facto de em cada século a tranquilidade da Europa ser perturbada por uma nação ou grupo político aspirante à hegemonia europeia, obrigando as outras nações a unirem-se para lhe fazer frente¹⁶⁵. Assim, essa “nação” seria a “potência perturbadora” e o grupo o “perturbador”.

De acordo com Castex, as potências perturbadoras possuem características comuns que as impelem para a expansão: i) são países em pleno desenvolvimento, ii) têm uma população jovem, iii) possuem vitalidade, iv) mantêm em sua posse terras virgens e v) têm excesso de potencial humano¹⁶⁶. Por outro lado, estas potências detêm igualmente uma componente que o autor considera ser “espiritual” (“mística”) e que pode ter um papel determinante na mobilização de forças, sobretudo no fortalecimento do seu moral – Castex cita o exemplo das conquistas espanholas filipinas empreendidas em nome da religião católica, da inspiração do rei francês Luís XIV no direito divino e da convicção alemã da sua supremacia cultural em 1914: “Il est le peuple-élu, la nation commise à une mission quasi divine”¹⁶⁷.

“Perturbador continental” porque, segundo Castex, a potência perturbadora detinha o domínio do seu extenso território, enquanto os seus adversários coligados seriam sempre potências marítimas. Assim, a força do “perturbador” desenvolvia-se através de vitórias terrestres e o seu objetivo último seria o domínio do mar, situação que nunca alcançaria¹⁶⁸:

Quando o Perturbador chega ao limite da sua capacidade de expansão continental e se depara com os poderes marítimos contra ele coligados, é quando se produz a sua grande falha e entra

¹⁶³ DIAS, 2010.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ DIAS, 2010.

¹⁶⁷ Idem: 160.

¹⁶⁸ DIAS, 2010.

num período de retrocesso que acaba por anulá-lo, quer por esgotamento, quer por decomposição interna¹⁶⁹.

Para Castex o “perturbador” seguinte seria a Alemanha de Hitler (recorde-se que a sua obra foi redigida entre 1927 e 1935) e, posteriormente, a União Soviética “Enfin, il sera sans doute ainsi, beaucoup plus tard, de la Russie soviétique, quand elle aura mis en ordre à ses affaires el accru suffisamment sa puissance”¹⁷⁰.

Deste modo, ao analisarmos a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul, não podemos deixar de referir os almirantes Alfred Mahan e Raoul Castex e as suas perspetivas do mar como fonte estrutural do Poder. Segundo Therezinha de Castro, o Atlântico Sul encerra um corredor de elevado valor geoestratégico que tem como “pontos de amarração” o Cabo de Agulhas, na África do Sul e o Cabo Horn, na Argentina e que possui três importantes bacias oceânicas intercomunicantes: i) o *choke point* Natal/Dakar; ii) a Passagem do Cabo e iii) os estreitos de Drake, Beagle e Magalhães¹⁷¹.

A Passagem de Drake localiza-se entre o ponto mais a sul do continente americano e o ponto mais a norte da Península Antártica. A distância entre o Cabo Horn e as ilhas Shetlands do Sul é de apenas novecentos e sessenta e seis quilómetros, tornando o subcontinente americano o mais próximo da Antártida. No entanto, apesar da sua relativa estreiteza e de se constituir como uma alternativa ao Canal do Panamá para os navios de grande dimensão, a Passagem de Drake é considerada um dos estreitos do mundo mais difíceis de atravessar, devido às condições meteorológicas e oceânicas, frequentemente adversas¹⁷².

Todavia, de acordo com Child (1988), a importância geopolítica da Passagem de Drake e da Península Antártica baseia-se na ideia de que seria relativamente fácil bloquear o estreito na medida em que metade dos novecentos e sessenta e seis quilómetros encontra-se bloqueada pelo gelo nos meses de inverno, simplificando o controlo nesse período.

¹⁶⁹ DIAS, 2010: 160.

¹⁷⁰ Idem: 162.

¹⁷¹ CASTRO, 1998.

¹⁷² CHILD, 1988.

De acordo com Mahan, recorda-se, a prossecução do controlo marítimo dependia do controlo terrestre de bases localizadas em zonas estratégicas, que conferissem vantagens numa perspetiva de traçado das zonas costeiras e de acesso a regiões exteriores, facilitando a defesa do território. O controlo de *choke points* (como os estreitos de Magalhães, Beagle e Drake) também era importante para Mahan, tendo o Reino Unido materializado a ideia com sucesso ao longo dos séculos – Canal Inglês, Mar do Norte, Estreito de Gibraltar, Canal do Suez e a tentativa de controlar igualmente a Passagem de Drake a partir dos arquipélagos subantárticos e da própria Península Antártica.

Paralelamente as ilhas do Atlântico Sul são igualmente apetecíveis para o Reino Unido, Argentina, Brasil e Chile (todos eles com fronteiras marítimas e acesso facilitado ao mar, o que na visão de Mahan e de Castex, potencia a vocação marítima), uma vez que permitem não só uma triangulação de controlo das dinâmicas do Atlântico Sul, sobretudo das rotas e dos recursos, mas constituem igualmente pontos de apoio logístico às operações antárticas, sobretudo os arquipélagos mais próximos daquele continente.

3.2.3 Poder Aéreo

O surgimento dos meios aéreos de combate durante a Primeira Guerra Mundial alterou o panorama de projeção de poder até então vigente, levando a que o ar passasse a surgir como espaço de circulação¹⁷³. O avião veio conferir maior profundidade de atuação em teatros de operações (revolucionando igualmente as viagens comerciais), uma vez que permitiu ao ser humano alcançar e controlar espaços outrora praticamente inacessíveis.

O avião teve um papel fundamental na passagem da Era Heróica da exploração da Antártida para o período mais moderno nas décadas de 1920-30, como verificaremos no terceiro capítulo. Foi graças ao avião que a Antártida pôde ser explorada mais intensamente em termos de mapeamento, ciência e logística. Numa nota mais recente, atente-se no caso da base norte-americana *Amundsen-Scott* construída em 1957 no polo sul geográfico e cujo funcionamento depende vitalmente de operações logísticas e do transporte da sua guarnição por via aérea (tem capacidade para acolher duzentos cientistas/militares durante o verão),

¹⁷³ DIAS, 2010.

caso contrário seria praticamente impossível manter mais do que um acampamento temporário no local, dada a sua localização remota.

Aliás, mesmo as bases que se localizam em zonas costeiras, apesar de contarem com um importante apoio logístico por via marítima, recorrem frequentemente aos meios aéreos para transporte de guarnições e evacuações sanitárias.

Na teoria do Poder Aéreo destaca-se o general italiano Giulio Douhet (1869-1930), considerado um pioneiro neste campo ao defender que quem conseguisse dominar o ar, dominaria o mundo¹⁷⁴. Na sua obra de 1921 *Il Dominio dell'Aria*, lançada no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, Douhet afirmava que inicialmente o avião era considerado uma máquina com capacidade operacional e de carga limitadas, pelo que a sua utilização estaria confinada a operações de exploração e de reconhecimento.

Apenas no final do conflito, o avião passou a ser utilizado como meio ofensivo; no entanto, à data em que Douhet lançou o seu livro, o ar tinha vindo, segundo o general, a conquistar terreno como fonte estrutural de Poder, pelo que deveria ser explorado tal como os poderes terrestre e marítimo “Today, however, the sky is of far greather interest to man, living in the surface of the earth, than is the sea; and nothing, therefore, can *a priori* prevent him from reaching the conclusion that the air constitutes a battlefield of equal importance”¹⁷⁵.

A teoria de Douhet subjacente à sua obra de 1921, segundo Mendes Dias (2010), pode ser sintetizada em oito pontos¹⁷⁶:

- i. A aviação como fator revolucionário da guerra ao tornar vulnerável todo o país pelo facto de conferir maior profundidade ao teatro de operações e levar o combate às retaguardas;
- ii. A necessidade de deter o domínio aéreo para vencer o inimigo, sendo imprescindível impedir que o mesmo tenha capacidade de voo – importância da

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ DOUHET, 2009: 4.

¹⁷⁶ DIAS, 2010.

artilharia antiaérea e da destruição de aeródromos e da indústria aeronáutica – “To have command of the air means to be in a position to prevent the enemy from flying while retaining the ability to fly oneself”¹⁷⁷;

- iii. A surpresa provocada pela guerra aérea na destruição dos meios do inimigo;
- iv. A aviação como arma ofensiva por natureza, “Because of its independence of surface limitations and its superior speed (...) the airplane is the offensive weapon par excellence”¹⁷⁸, ou seja, a aviação garante o poder de concentração sobre o objetivo sem perder o fator surpresa – o que não se verifica com as forças terrestres, por exemplo;
- v. A ofensiva aérea desencadeada por uma “Armada Aérea”, que seria composta por bombardeiros e aeronaves de reconhecimento, independente, com grande potencial e com preparação e dispositivo adequados a um estado de prontidão elevado desde o início das hostilidades. O primeiro objetivo seria o domínio do ar e a destruição da capacidade aérea do inimigo “(...) the objective must be destroyed completely in one attack, making further attack on the same target unnecessary”¹⁷⁹;
- vi. Aeronaves de combate relegadas para segundo plano, ou seja, aviões de caça com missões essencialmente de escolta seriam preteridos em detrimento dos bombardeiros;
- vii. Direção única dos três Exércitos, isto é, a existência de um Comando Único das Forças Armadas com capacidade para operar nos três teatros: ar, terra e mar;
- viii. Primazia ao Poder Aéreo no que aos meios respeita, ou seja, Douhet defendia que o poder aéreo deveria ter prioridade no que respeitava à atribuição de recursos, uma vez que contrariamente aos poderes terrestre e marítimo, poderia atacar quaisquer meios do inimigo: “All that a nation does to assure her own

¹⁷⁷ DOUHET, 2009: 24.

¹⁷⁸ Idem: 15.

¹⁷⁹ DOUHET, 2009: 20.

defence should have as its aim procuring for herself those means which (...) are most effective (...) the command of the air cannot be conquered except by an adequate aerial force”¹⁸⁰.

Nas obras que se seguiram ao *Il Dominio dell’Aria*, Giulio Douhet reforçou as ideias referenciadas no seu primeiro livro, encontrou justificção para as suas posições através da análise da experiência da Primeira Guerra Mundial e dissertou sobre a evolução da arma aérea e das características da conflitualidade, considerando que i) seria no ar que teria lugar a decisão sobre um conflito futuro; ii) a guerra seria cada vez mais total; iii) seriam utilizados meios químicos e iv) a próxima guerra apresentaria as mesmas características terrestres e navais, mas diferentes características aéreas¹⁸¹.

O aviador militar russo e engenheiro aeronáutico Alexander De Seversky (1894-1974) é igualmente um nome de relevo no que respeita ao Poder Aéreo. Após ter combatido na Primeira Guerra Mundial como aviador naval, refugiou-se nos EUA em 1917 na sequência da Revolução Bolchevique na Rússia, tendo obtido a cidadania norte-americana em 1927. Quatro anos mais tarde lançava a empresa *Seversky Aircraft Corporation*, comercializando aeronaves que ele próprio concebia e testava, como o conhecido *P-47 Thunderbolt*. Da sua obra literária destacam-se *Victory through Air Power*, de 1942 e *Air Power: Key to Survival*, de 1950¹⁸².

De Seversky partilhava o pensamento de Giulio Douhet, embora com algumas nuances conceptuais, acrescentando-lhe uma conceção global estratégica, modelo que se sustentava no confronto entre os hemisférios Ocidental e Oriental¹⁸³. Para o autor, o domínio do ar era uma condição necessária, mas não suficiente para vencer ou resistir, sendo o bloqueio aéreo o principal objetivo do combate, nomeadamente a destruição das retaguardas por forma a cortar o “abastecimento” do inimigo. Assim, os alvos deveriam ser previamente seleccionados tendo em conta a sua importância para a economia do opositor e os

¹⁸⁰ DOUHET, 2009: 29.

¹⁸¹ DIAS, 2010. Todavia, merece destaque a nota de Mendes Dias relativamente ao elemento “castrador” que Douhet introduziu no seu quadro teórico: a restrição da evolução tecnológica à aviação.

¹⁸² DIAS, 2010.

¹⁸³ Idem.

bombardamentos deveriam ser o mais precisos possível para destruir o moral das forças oponentes e não avivar a vontade de combater¹⁸⁴.

Tal como Douhet, defendia a eliminação da capacidade aérea do inimigo, preferencialmente no solo, mas ao contrário do general italiano, preconizava a independência total da Força Aérea relativamente aos outros ramos.

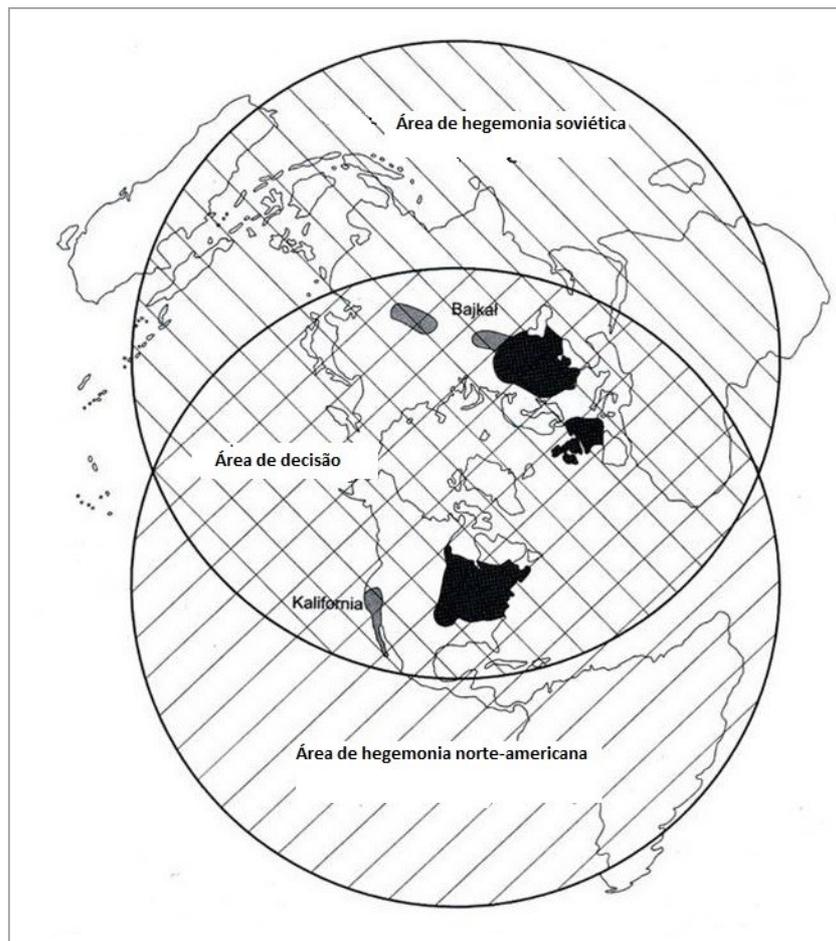
Em plena Guerra Fria, o modelo de concepção global estratégica de De Seversky dividia o mundo em dois hemisférios, um Ocidental e um Oriental – EUA e URSS – visualizados a partir do Polo Norte e cada um com o seu *Heartland*. O autor desenhou dois círculos em torno dos referidos países, cada um com um raio de nove mil quilómetros – raio de ação de um bombardeiro da época – e com o centro nos respetivos *Heartlands*. Era nestas regiões que se concentravam as principais zonas industriais e que estariam alcance dos bombardeiros.

A área onde as duas circunferências se sobrepunham correspondia à área de decisão, onde poderia ocorrer um combate pela supremacia aérea. Fora desta área, cada um dos atores possuía a sua área de hegemonia, onde se localizavam territórios que poderiam constituir-se como reservas de recursos e de matérias-primas para o desenvolvimento das suas indústrias (Figura 1.5)¹⁸⁵.

¹⁸⁴ DIAS, 2010.

¹⁸⁵ DIAS, 2010.

Figura 1.5 – Conceção global geoestratégica



Fonte: Graczyk, 2011 (adaptado).

Pese embora o cariz essencialmente teórico do modelo de De Seversky e a sua rápida desatualização em virtude do desenvolvimento da capacidade de autonomia dos bombardeiros que aumentou o raio de ação, o mesmo contribuiu para a criação de um sistema de radar de aviso prévio ao longo do norte do Canadá e do Alasca contra possíveis incursões aéreas soviéticas¹⁸⁶.

Em nossa opinião, o modelo de concepção global estratégica de De Seversky, embora não contemple o continente antártico (uma vez que o “combate” entre EUA e URSS travar-se-ia através da região polar norte, o caminho mais curto entre a Eurásia e o continente americano), pode ser aplicado ao Atlântico Sul e à Antártida. Neste âmbito, teríamos uma área de influência bastante disputada pela Argentina, pelo Chile e pelo Reino Unido, pela

¹⁸⁶ DIAS, 2010.

projeção para a Antártida: o triângulo cabo Horn-Tristão da Cunha-Península Antártica, que abrange os arquipélagos das Falkland, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e Shetlands do Sul. A partir dessa região não só é possível controlar o território antártico por mar e pelo ar, como igualmente o Atlântico Sul, nomeadamente os *choke points* e as regiões com maiores reservas de recursos minerais, como o Golfo da Guiné ou o pré-sal brasileiro.

Neste sentido, “competindo” com as Forças Aéreas da Argentina e do Chile, a *Royal Air Force* (britânica) mantém na sua base de Mount Pleasant, nas Falkands, aviões *Typhoon* (caças), *Hercules* (transporte/logística), *Vickers VC-10* (abastecimento) e helicópteros de busca e salvamento *Sea King*¹⁸⁷. O objetivo desta presença é “to ensure the security of the Falklands, the South Sandwich Islands and South Georgia. Not only through the airbridge from Brize Norton to Ascension and onwards to the Falkland Islands, but also through deterrence patrols across the immense area between the islands”¹⁸⁸.

Podemos deste modo afirmar que o surgimento dos meios aéreos permitiu uma maior mobilidade e versatilidade no controlo do Atlântico Sul e na exploração da Antártida, controlo esse que não passa essencialmente por aeronaves de combate, mas sobretudo pelo domínio do espaço aéreo. Mais à frente nesta investigação iremos descortinar como o Chile, que se assume como “país-ponte” para a Antártida, controla o espaço aéreo entre o seu território continental e a Península Antártica. Para além da responsabilidade pelas missões de busca e salvamento é, para já, o único país com ligações comerciais para o arquipélago das Shetlands do Sul. Argentina pretende seguir-lhe o exemplo em 2018, com a inauguração de uma rota comercial para a Antártida.

Por outro lado, sem o recurso a aeronaves não seria impossível construir bases no interior da Antártida, mas as operações logísticas seriam muito mais complexas e demoradas uma vez que pessoas, equipamento e abastecimento teriam de viajar das regiões costeiras para o interior por via terrestre. Os aviões permitem transportar toneladas de equipamento para os locais mais remotos do continente, desde que exista uma pista de aterragem.

¹⁸⁷ ROYAL AIR FORCE e FARMER, 2015.

¹⁸⁸ ROYAL AIR FORCE.

Todavia, pese embora a evolução tecnológica e o treino avançado dos pilotos, nem sempre é possível aterrar na Antártida, especialmente no inverno. O abastecimento das bases tem de ser obrigatoriamente efetuado durante o verão e só em casos pontuais se verificam abastecimentos fora desta estação. Em 2016 a Austrália foi obrigada a efetuar um abastecimento aéreo no inverno para a base *Casey* (zona costeira na Antártida Oriental), mas através do lançamento de carga a partir de uma aeronave *C-17A Globemaster*¹⁸⁹.

Já os EUA, após seis décadas de presença no Polo Sul, apenas realizaram três missões de evacuação de emergência no inverno: 2001, 2003 e 2016. A última missão, que teve como objetivo evacuar dois trabalhadores doentes da Base *Amundsen-Scott*, envolveu duas aeronaves para assegurar que, caso uma se despenhasse ou sofresse uma avaria em terra, a outra poderia prosseguir¹⁹⁰.

Todas estas operações (regulares e extraordinárias) têm custos muito elevados, pelo que apenas os países com maior capacidade financeira e uma Força Aérea mais robusta conseguem fazê-lo.

Mackinder, Haushofer, Mahan, Castex, Douhet e De Seversky, apesar de defenderem conceptualizações teóricas diferentes e de considerarem cada um dos Poderes como o mais importante para o domínio do mundo, revelaram igualmente que a fragilização dos oponentes através da superioridade e nalguns casos supremacia num desses Poderes não era linear, pois nem sempre foi alcançada. Por outro lado, segundo Mendes Dias (2010),

(...) nem sempre as alianças foram configuradas por actores com a mesma tipologia geográfica (principalmente analisada do ponto de vista do subfactor “posição”), da mesma maneira que actores “vivendo” num mesmo contexto regional procuraram, de acordo com os seus interesses, o apoio diferenciado de poderes terrestres e marítimos¹⁹¹.

Importa ainda aqui mencionar dois dos mais importantes teóricos dos Poderes Conjugados, Nicholas Spykman e Saul Cohen.

¹⁸⁹ PASH, 2016.

¹⁹⁰ WOOLF e WALKER, 2016.

¹⁹¹ DIAS, 2010: 185.

3.2.4 Poderes Conjugados

Nicholas John Spykman (1893-1943), natural de Amesterdão, mas naturalizado cidadão norte-americano em 1928¹⁹² foi professor de Sociologia, Ciência Política, Geografia e Direito Internacional nos EUA (Universidades da Califórnia e de Yale). Escreveu três obras emblemáticas: *The Social Theory of Georg Simmel* (1925), de âmbito sociológico, *America's Strategy in World Politics*, de 1942, onde debate a temática “isolacionismo ou intervencionismo” numa fase em que os EUA entravam na Segunda Guerra Mundial¹⁹³ e *The Geography of the Peace*, publicada a título póstumo, em 1944.

O seu modelo de dinâmica de poder tem por base a “geografia de Mackinder” mas com uma nova interpretação que contempla os pressupostos e entendimentos de “equilíbrio de poder”, de “ameaça” e de “cerco de continentes”¹⁹⁴. Assim, Spykman dividiu o mundo em três regiões concêntricas, excluindo o continente americano, às quais acrescentou uma cintura oceânica envolvente. Eram elas o *Heartland* (terras centrais do norte), semelhante ao conceito apresentado pelo geógrafo inglês no início do século XX, o *Rimland*, ou seja, as terras costeiras da Eurásia, nomeadamente a Europa marítima, o Médio Oriente, a Índia, o Sudeste Asiático e o Extremo Oriente, regiões sensivelmente equivalentes ao Crescente Interior da concepção de Mackinder e o *Ring* ou *Offshore of Exterior Continents and Islands*, que incluía África, a Oceânia, a Indonésia e o Japão (Figura 1.6)¹⁹⁵.

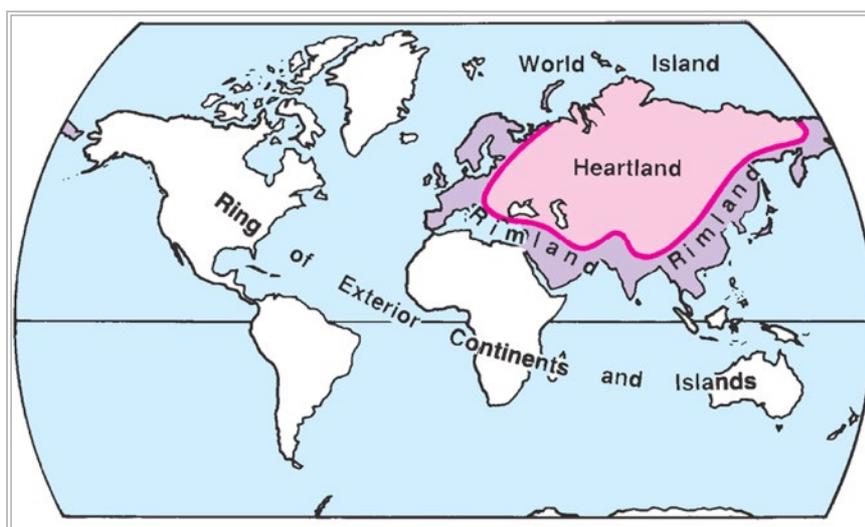
Relativamente à importância estratégica das regiões costeiras em África e na Oceânia, merece destaque a análise de Gaspar Salcedo Ortega, citada por Mendes Dias (2010):

¹⁹² NNDB, *s.a.*
¹⁹³ DIAS, 2010.
¹⁹⁴ Idem.
¹⁹⁵ Idem.

(...) formam parte dos mediterrâneos europeu e asiático, respectivamente e das correspondentes zonas marítimas e rotas navais. Amplas orlas desérticas separam nestes dois continentes os sectores do litoral norte dos sectores centrais e meridionais, os que no aspecto geral das comunicações têm o papel de verdadeiras ilhas. Perante a actual revalorização estratégica da região Antártica, as orlas meridionais adquiriram uma nova importância¹⁹⁶.

Ainda no que respeita ao *Rimland*, seria como uma enorme zona tampão entre o poder terrestre e o poder marítimo, pelo que teria de funcionar de forma anfíbia defendendo-se em terra e no mar. De acordo com Mendes Dias, o *Rimland* constituía igualmente uma justificação para a designação de “poderes conjugados” ou “dual”, uma vez que a região se encontrava exposta à competição e conflitualidade por parte dos poderes marítimo e terrestre, pelo que o seu controlo significaria uma importante vantagem geopolítica¹⁹⁷.

Figura 1.6 – Esquema global de Spykman



Fonte: The McGraw-Hill Companies.

Spykman considerava que o domínio do mundo dependia do domínio do *Heartland* e da conquista prévia do *Rimland*, pelo que seria necessária uma política intervencionista permanente “numa solução híbrida entre o poder continental e o poder marítimo, havendo que seleccionar as regiões ou áreas onde intervir, sendo que estas fariam parte do *Rimland*”¹⁹⁸. Importa recordar que esta conceção foi publicada por Spykman durante a

¹⁹⁶ ORTEGA, 1968 *apud* DIAS, 2010: 195.

¹⁹⁷ DIAS, 2010.

¹⁹⁸ DIAS, 2010: 196.

Segunda Guerra Mundial e que um dos principais Estados integrantes do *Rimland* era a Alemanha.

Considerando que, na perspectiva do autor, o domínio do mundo passava simultaneamente pelo domínio do *Heartland* e pelo controlo do *Rimland*, o eventual controlo da Alemanha pela Rússia constituiria uma séria ameaça aos EUA, podendo conduzir ao seu isolamento. “A hegemony that has access to the sea can become a menace to far distant shores and the ever-increasing bombing range of modern aircraft is making air power almost as effective a threat as sea power against non-contiguous states”¹⁹⁹.

A teoria de Spykman mantém-se ainda hoje viva em algumas linhas de atuação dos EUA, designadamente no que concerne à influência e intervenção em permanência na Europa e na Ásia, à tentativa de preservação dos seus interesses e ao intuito de evitar o surgimento de um poder dominante na Eurásia²⁰⁰.

Contudo, a análise de Nicholas Spykman não permaneceu incólume a críticas. O norte-americano de origem hebraica Saul Bernard Cohen, especialista em geografia política e teoria geopolítica, foi um dos seus principais críticos, alegando que o autor apenas atualizou as teorias de Mackinder tendo em consideração a evolução tecnológica. Saul Cohen, professor jubilado da *Hunter College* e presidente emérito da *Queens' College*, ambas em Nova Iorque, conta no seu currículo com mais de cem artigos e com trinta obras, entre elas as emblemáticas *Geography and Politics in a World Divided*, de 1963 e *The Geopolitics of the World System*, de 2003. Para este autor, seria impossível dominar o *Rimland* dada a sua extensão, diversidade e heterogeneidade²⁰¹, não obstante, Cohen considera ser possível manter pontos de apoio nesse espaço, sem deter o controlo efetivo sobre a sua totalidade.

Por outro lado, na obra de 1963, Cohen duvidava que a contenção da URSS para aquém do litoral euro-asiático fosse suficiente para que o “Mundo Livre” ficasse mais tranquilo, como sugeria Spykman²⁰². Pelo contrário, do ponto de vista geopolítico, o autor considerava

¹⁹⁹ SPYKMAN, 2008: 20.

²⁰⁰ DIAS, 2010.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

que o mundo tenderia para o equilíbrio devido à existência de duas ou três regiões estratégicas, cada uma dirigida por uma superpotência: “regiões estratégicas que se diferenciavam de outras existentes, ou seja, das regiões geopolíticas. As primeiras caracterizavam-se pelo seu significado global e as segundas pelo significado regional que assumiam”²⁰³.

Assim, Cohen definia regiões geoestratégicas como suficientemente amplas para possuir características e funções com influência mundial. Mais do que espaços físicos, estas regiões plasmavam a expressão das inter-relações numa vasta parte do globo, analisada sob o prisma da localização, circulação, comércio e de orientações políticas, culturais e ideológicas. Neste contexto, locais de controlo de “eixos de circulação estratégicos” podiam assumir relevância crucial para a unidade destas regiões²⁰⁴. Segundo o autor,

o aparecimento dos conceitos de regiões geopolíticas e geoestratégicas foi produto do florescimento dos impérios coloniais europeus e do desejo de adquirir ilhas-chave e enclaves costeiros como forma de unir bacias oceânicas. A estratégia da criação dos impérios português, espanhol, francês, holandês e britânico, de dominarem zonas de influência no mundo “explorável”, começa a tomar conexões globais ou geoestratégicas e encaminha-se para apoiar a expansão das fronteiras dos Estados Unidos e da Rússia ou para ganhar o controlo unificado do Mediterrâneo e da Europa Marítima e perspectiva consumir a meta da unidade política dentro e entre regiões geográficas. Por isso se diz que esta estratégia toma uma tonalidade geopolítica²⁰⁵.

Já a divisão geoestratégica *per se* baseia-se essencialmente no subfator posição (que abrange a localização da população, os polos económicos e as grandes zonas obstáculo) e no fator circulação, que integra a orientação do comércio e os laços ideológico-culturais²⁰⁶. Em 1963, Saul Cohen defendia a existência de duas regiões geoestratégicas mundiais: o Mundo Marítimo Dependente do Comércio e o Mundo Continental Euro-Asiático. Contudo, o autor não exclui o Oceano Índico como possível terceira região geoestratégica²⁰⁷.

²⁰³ DIAS, 2010: 202.

²⁰⁴ DIAS, 2010.

²⁰⁵ Idem: 202.

²⁰⁶ DIAS, 2010.

²⁰⁷ Idem.

Quanto às regiões geopolíticas, Cohen define-as como subdivisões das geoestratégicas, expressando “a unidade da caracterização geográfica”²⁰⁸ que as tipificam (além do significado regional) pela contiguidade da localização e pela complementaridade de recursos, podendo vir a assumir-se como bases para o surgimento de “nódulos de poder” nas regiões geoestratégicas²⁰⁹.

Assim, na primeira região geoestratégica (Mundo Marítimo Dependente do Comércio), Cohen integra as seguintes regiões geopolíticas: i) América de Expressão Inglesa e Caraíbas; ii) Europa Marítima e Magrebe; iii) Ilhas Asiáticas e Oceânia e iv) América do Sul. O autor destaca o nordeste dos EUA e a Europa Ocidental como as regiões mais relevantes, uma vez que possuem elevados índices populacionais e boas redes de transportes e comunicações, pelo que defende a necessidade de coordenação da ação entre ambas, atribuindo especial importância ao Atlântico Norte: “as mais importantes atitudes geopolíticas tomadas pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial foram a da iniciativa de reverter a economia europeia e a do Tratado do Atlântico Norte”²¹⁰.

Cohen alertava para o facto de a não prossecução destas duas “atitudes”, aliada à eventual perda da posição como parceiro principal no âmbito da NATO, poder conduzir à divisão do “Mundo Livre” e à fragmentação da sua estrutura geoestratégica.

O Mundo Continental Euro-Asiático, segunda região geoestratégica, integrava i) o *Heartland* russo e a Europa Oriental e ii) a Ásia Oriental Continental. Refira-se, neste contexto, que a integração desta última região geopolítica opõe-se à visão de Mackinder, que separava a Ásia das Monções e o *Heartland* com base nos acidentes geográficos e na distância entre ambos²¹¹. Segundo Mendes Dias, a inclusão desta região prendia-se com a ideologia comunista, ou seja, apesar da diferença de culturas, de fisionomia da população, da geografia dos territórios e das linhas de ação política privilegiadas pela URSS e pela RPC, Cohen defende que a região geoestratégica testemunhava, não uma fragmentação em virtude

²⁰⁸ DIAS, 2010.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Idem: 137.

²¹¹ Dias, 2010.

dos aspetos referidos, mas sim a emergência de vários centros de poder no mundo comunista²¹².

Não obstante a ausência de zonas de fragmentação dentro das regiões geoestratégicas, Cohen defende a existência de “Cinturas Fragmentadas” ou *Shatterbelts* fora das mesmas, sendo elas o Médio Oriente e o Sudeste Asiático que, tal como a própria categorização sugere, à data se encontravam fragmentadas política e economicamente. Não é possível o controlo total das “Cinturas Fragmentadas” (nem desejável, na opinião do autor, dado os recursos necessários e os custos elevados), porém estas regiões podem tornar-se áreas de apoio num cenário quer de guerra fria, como de guerra quente, permitindo posicionar forças perto do inimigo. Neste sentido, segundo Cohen, as linhas de ação norte-americanas teriam em consideração a seleção de atores nos *Shatterbelts* que pudessem vir a constituir-se como aliados, pautando sempre por uma política de promoção de “neutralidades amigáveis”²¹³.

No entanto, mais recentemente, na sua obra de 2003 *The Geopolitics of the World System*, o autor apresenta novos entendimentos, referindo que a perspetiva geopolítica é dinâmica e evolui quando o sistema internacional e o ambiente operacional mudam²¹⁴. O mundo bipolar desapareceu e as regiões geoestratégicas definidas por Cohen na década de 1960 sofreram transformações significativas, com a independência das ex-Repúblicas Soviéticas e com a emergência de novas potências, como a RPC, uma poderosa economia orientada para o setor marítimo que, aliada às suas características continentais, permitiu delinear uma nova região geoestratégica a acrescentar às duas definidas em 1963: Continental-Marítima²¹⁵.

²¹² DIAS, 2010.

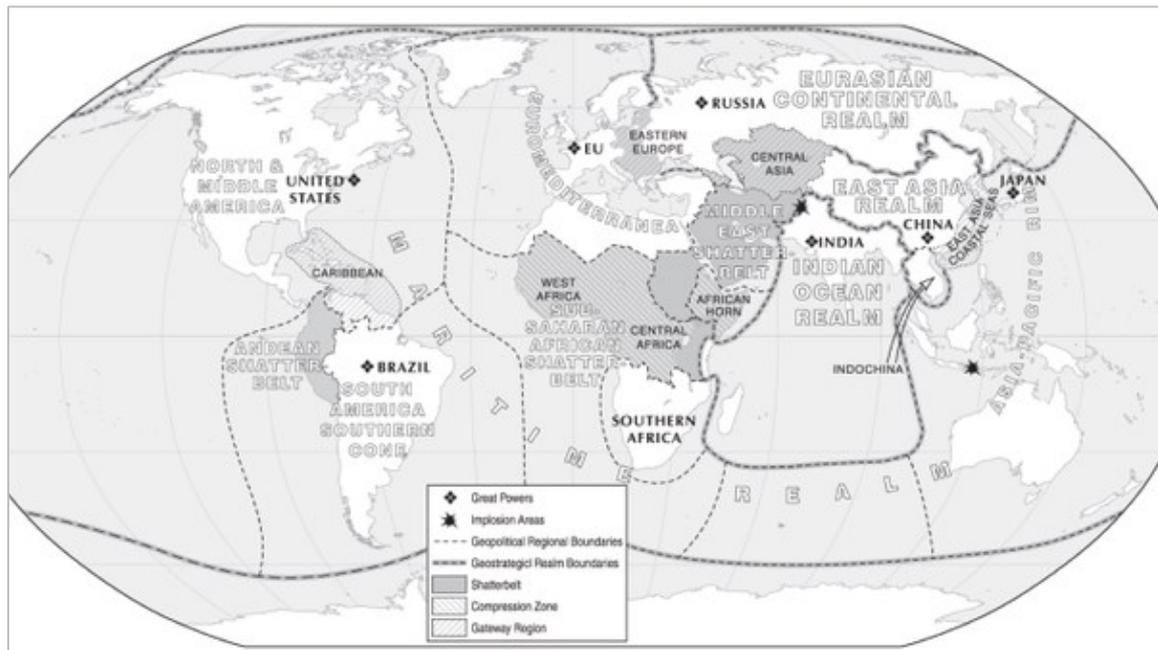
²¹³ Idem.

²¹⁴ COHEN, 2003.

²¹⁵ Idem.

De acordo com o autor, as fronteiras das regiões estratégicas incluem as áreas consideradas vitais pelas principais potências (para os seus interesses nacionais), num misto de imperativos de segurança, económicos, culturais-étnico-religiosos e ideológicos, pelo que novos *Shatterbelts* podem emergir em zonas onde estes interesses possam plasmar antagonismos (Figura 1.7)²¹⁶.

Figura 1.7 – Mapa geopolítico mundial em 2025



Fonte: Cohen, 2003.

No entanto, se forem encontrados interesses em comum nestas áreas vitais e se as relações de cooperação puderem constituir um meio para se alcançarem os mesmos, estas áreas transformar-se-ão em Pontes ou *Gateways*, acabando por servir de ligação entre regiões geoestratégicas, geopolíticas ou Estados. Cohen identifica dezoito *Gateways* atuais: Bahamas e Trindade (na região América do Norte e Central); Andorra, Luxemburgo, Malta, Mónaco, Finlândia e Tunísia (Europa Marítima e Magrebe); Hong Kong, Singapura e Taiwan (Ásia-Pacífico); Bahrein e Chipre (Médio Oriente); Eslovénia, Estónia e Letónia (Europa Central e Oriental); Djibuti e Eritreia (África Subsariana).

Os *Gateways* têm em comum uma localização estratégica ou a capacidade/flexibilidade dos seus habitantes para se adaptarem às oportunidades económicas, nomeadamente no que

²¹⁶ COHEN, 2003.

respeita às exportações e captação de investimento externo (nomeadamente financeiro), tirando partido de recursos humanos altamente especializados²¹⁷.

A emergência destes Estados permitiu transformar fronteiras fechadas em fronteiras de acomodação. Cohen refere o caso concreto da Estónia, que paulatinamente se assume como elo de ligação entre a fronteira geoestratégica da parte europeia da Região Marítima e o *Heartland* russo²¹⁸. Os *Gateways* acabaram por contribuir para o “equilíbrio global”, uma vez que permitem aos Estados prosseguir os seus interesses sem a necessidade de entrar em conflito, porque todos tiram partido, naquilo que lhes interessa, desse espaço.

Em suma, Nicholas Spykman considerava que o domínio do mundo dependia do domínio do *Heartland* e da conquista prévia do *Rimland*, zona tampão entre o poder terrestre e marítimo, de importante vantagem geopolítica, que deveria defender-se em terra e no mar. À semelhança do exercício que efetuámos com Mackinder, se considerarmos a Antártida o *Heartland*, o *Rimland* será a região continental e insular que a rodeia.

Segundo Spykman, quem controlava o *Rimland*, controlava também a rota marítima mais importante do mundo. Quem dominar a Antártida não dominará necessariamente o mundo, mas conseguirá vantagens comparativas de relevo em relação a quem não está presente, como o acesso aos seus recursos e o controlo das rotas marítimas da Passagem de Drake e do Cabo da Boa Esperança, importantes no contexto do Atlântico Sul. E uma vez mais, nesta perspetiva de pensamento geopolítico, os arquipélagos subantárticos revestem-se de especial importância pela sua localização estratégica.

Saul Bernard Cohen defende que é impossível dominar o *Rimland* tal como Spykman o descreve dada a sua dimensão, mas considera ser possível manter pontos de apoio no mesmo sem deter o controlo efetivo – os “trampolins insulares” de Therezinha de Castro. Cohen dividiu o mundo em duas grandes regiões geoestratégicas – Mundo Marítimo Dependente do Comércio e Mundo Continental Euro-Asiático – tendo acrescentado uma terceira região em 2003, a Continental-Marítima.

²¹⁷ COHEN, 2003.

²¹⁸ Idem.

A América do Sul integra a primeira região estratégica, juntamente com a América de Expressão Inglesa, Caraíbas e a Europa Marítima (entre outros). As fronteiras destas regiões incluem áreas consideradas vitais pelas próprias potências para os seus interesses nacionais, podendo emergir nessas zonas *Shatterbelts* ou *Gateways*. No Atlântico Sul, Cohen não identifica nenhum dos anteriores. Porém, em nossa opinião, é possível identificar um *Gateway* naquela região: o Chile. Embora os seus interesses se sobreponham aos de outros países, nomeadamente da Argentina e do Reino Unido, o Chile, como anteriormente referido, assume-se no plano político internacional como “país-ponte” para a Antártida, tirando partido da sua localização estratégica e da capacidade de adaptação da sua população.

Deste modo, o Chile transformou-se num intermediário/facilitador de referência para a investigação naquele continente. Em termos logísticos, as autoridades chilenas cooperam com missões antárticas estrangeiras, disponibilizando o transporte de investigadores (refira-se, neste contexto, que o Projeto COOPANTAR teve o apoio do Instituto Antártico Chileno (INACH) na viagem para o arquipélago das Shetlands do Sul), permitindo a presença dos mesmos nas bases antárticas. E em termos comerciais, como iremos verificar adiante nesta investigação, o Chile tem promovido internacionalmente o turismo na Antártida com o apoio de operadores nacionais, procurando uma fonte de receitas alternativa que permita continuar a investir nas atividades antárticas.

Em suma, todas estas perspetivas de pensamento geopolítico aqui analisadas, para além de estimular linhas de raciocínio típicas da geopolítica como área do saber, permitem-nos enquadrar as ações e as decisões dos países com interesses no Atlântico Sul e na Antártida. A ocupação dos arquipélagos atlânticos e subantárticos, do território antártico, a investigação científica, a cooperação... Todas estas dinâmicas são pensadas e cuidadosamente planeadas, regendo-se pelo interesse nacional de cada um dos países, ou pelo menos tendo-o em consideração.

Não poderíamos, contudo, terminar este capítulo dedicado às considerações de cariz teórico sem referir a teoria que em meados do século XX alertava para a importância da Antártida no contexto do Atlântico Sul: a Teoria da Defrontação.

4. A Teoria da Defrontação

A tendência entre as nações na formação de glaciais defensivos (pontos de apoio ou de defesa) mostra que a Antártica será não só para o Brasil, como também para todos os países defrontantes, uma base de alerta, intercepção e emergência que venha a afetar a defesa da América do Sul. Dominando três oceanos, autêntica plataforma giratória que se defronta em três continentes, tem a Antártica grande valor estratégico. E, se na prática ficou provado que o Ártico serve tanto para objetivos pacíficos como militares... o mesmo se aplica à Antártica, sobretudo quando depois de 1990 se desfez o Eixo Leste/Oeste e começaram a se formar os Eixos Norte/Sul preconizados por Haushofer²¹⁹.

A Teoria da Defrontação foi divulgada pela primeira vez na edição de abril/junho de 1956 na *Revista do Clube Militar* e posteriormente no *Boletim Geográfico* brasileiro em novembro/dezembro do mesmo ano, por Carlos Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro²²⁰, que no artigo “chamavam atenção para a importância político-estratégica do «continente gelado» em que, segundo eles, o Brasil estava em condições de reivindicar direitos sobre a área que lhes caberia, segundo os critérios da defrontação”²²¹.

Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980) e Therezinha de Castro (1930-2000) foram dois importantes geógrafos brasileiros, cujo pensamento se inspirou em várias áreas do conhecimento: Ciência Política, Sociologia, História, Educação, Geografia Política, Geopolítica e Relações Internacionais. Delgado de Carvalho, filho do diplomata brasileiro homónimo, nasceu em Paris e fez os seus estudos superiores na Europa, entre Suíça e França, tendo concluído o doutoramento na *École Libre de Sciences Politiques*²²².

Iniciou a sua carreira académica na Suíça, tendo posteriormente viajado para o Brasil, onde lecionou Sociologia, História Contemporânea e Geografia. Em 1937 foi convidado

²¹⁹ CASTRO, 2009b: 391.

²²⁰ SANTOS, 2009.

²²¹ PENHA, 2009: 126.

²²² SANTOS, 2009.

como representante especial do Ministério da Educação no Conselho Nacional de Geografia, entidade que daria origem ainda nesse ano ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – onde Delgado de Carvalho exerceu funções até 1978. Em 1960 lançou, juntamente com a sua assistente (e aluna) Therezinha de Castro, o *Atlas de Relações Internacionais*, uma das obras mais emblemáticas do IBGE²²³.

Therezinha de Castro nasceu no Rio de Janeiro em 1930 e faleceu no ano 2000, em Portugal, quando participava como oradora convidada numa conferência no Instituto da Defesa Nacional. Defensora de uma presença brasileira ativa no Atlântico Sul, Therezinha de Castro, geógrafa do IBGE, professora universitária e conferencista das Escolas dos vários ramos militares brasileiros, era frequentemente convidada para participar em conferências sobre Geopolítica na América do Sul e no nosso país²²⁴.

A Teoria da Defrontação, defendida pelos dois geógrafos, parte do princípio de que um Estado tem tanto direito a uma área da Antártida quanto maior for a projeção do seu litoral sobre a mesma (Figura 1.8)²²⁵. A teoria é aplicável à projeção das costas dos países sul-americanos, utilizando os pontos costeiros mais extremos, englobando também as ilhas (à semelhança da Teoria dos Setores, no Ártico) e seguindo os respetivos meridianos. Teria assim efeito entre os meridianos 24° e 90° O de Greenwich até ao Polo Sul (baseada numa parte da Zona de Segurança Continental estabelecida pelo TIAR), sendo que ao Brasil correspondia a área desde o meridiano 53° 22' 10 O até ao meridiano 24° O²²⁶.

Como podemos verificar através da Figura 1.8, as regiões costeiras do Brasil, Argentina e Chile encontram-se longitudinalmente dispostas, contrapondo o formato “horizontal” do litoral antártico, pelo que o ângulo de projeção fica muito fechado, limitando territorialmente as reivindicações. No entanto, por forma a ampliar este ângulo, foram utilizados para o cálculo os arquipélagos daqueles países, como Trindade Martim-Vaz no Brasil, que dista

²²³ SANTOS, 2009.

²²⁴ PENHA, 2009.

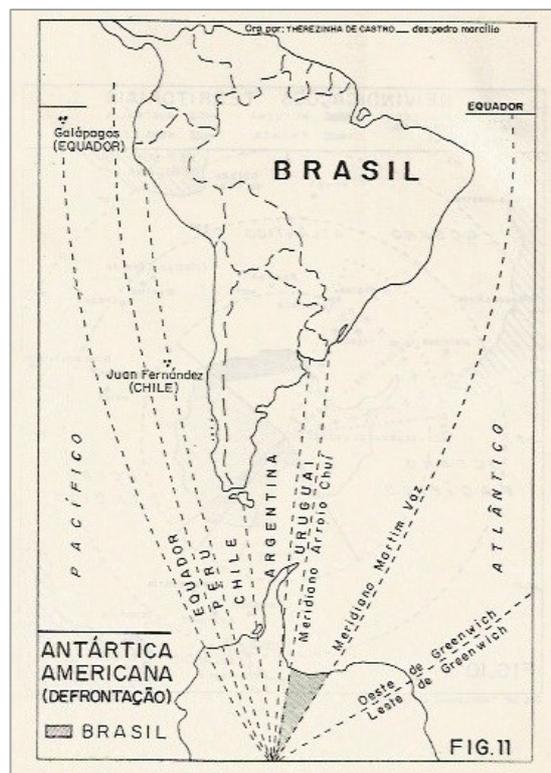
²²⁵ VIEIRA, 2006b.

²²⁶ MEDEIROS, 2011.

cerca de mil quilômetros do litoral brasileiro, permitindo uma maior abertura do ângulo e, por sua vez, a reivindicação de uma parcela de território substancialmente superior²²⁷.

O principal argumento de suporte desta teoria passava pela importância da Antártida para a segurança nacional, uma vez que o continente detém uma posição privilegiada que poderia ser utilizada pelo inimigo para atacar a América do Sul. Paralelamente, surgia a preocupação de que o triângulo Brasil, África e Antártida pudesse ser utilizado como possível palco de manobras da Guerra Fria e que, no plano econômico, a exploração mineira viesse a ser autorizada²²⁸, pelo que seria de todo o interesse reclamar as parcelas de território que naturalmente “eram devidas” aos Estados sul-americanos.

Figura 1.8 – Teoria da Defrontação



Fonte: Therezinha de Castro, 1976.

Deste modo, caberia ao Brasil encetar uma iniciativa diplomática no Hemisfério Sul para debater com os países vizinhos o “direito de defrontação”. Caso conseguisse alcançar um consenso, teria condições para negociar a partilha do continente antártico na Conferência do

²²⁷ VIEIRA, 2006a.

²²⁸ MEDEIROS, 2011.

Ano Internacional da Geofísica (AIG) de 1957²²⁹. De acordo com Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, existiam três razões de ordem estratégica que deveriam promover as negociações brasileiras:

1) O estreito de Drake ocupa posição estratégica importante, pois, uma vez fechado o estreito de Magalhães, somente por lá poderiam passar os navios porta aviões que o canal do Panamá não comporta; 2) Na idade dos transportes supersônicos e dos bombardeiros dirigidos, é de capital interesse possuir bases de controle dos ares em terra firme e uma língua de terra da Antártica faz parte também da possível localização de tais bases; 3) Se no futuro, embora remoto, houver meios científicos de controlar os climas, é evidente que no Polo Sul, onde se formam as massas de ar que se deslocam destas áreas de baixa pressão (ciclônicas) regulando o trajeto das depressões do Hemisfério Sul, a Antártida nos será útil. Em conclusão, já é tempo de o Brasil tratar de uma questão que outros países estão resolvendo individualmente, pode-se dizer. A República Argentina que ainda em 1954-55 para lá enviava o “quebra-gelo” San Martín, já estabeleceu sete estações geofísicas. A Grã-Bretanha cinco; o Chile, três; os Estados Unidos, duas e nós, nenhuma²³⁰.

Simultaneamente, os autores consideravam que o Brasil deveria começar a desenvolver investigação na Antártida, enviando missões científicas e instalando bases no terreno, por forma a fazer valer a sua presença durante o AIG²³¹, situação que acabou por não se concretizar naquela época, como veremos mais adiante no capítulo 3.

Therezinha de Castro defendia a valorização estratégica da Passagem de Drake e da rota do Cabo da Boa Esperança no quadro da doutrina de defesa do hemisfério representada pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)²³². De acordo com a autora, estas passagens corriam o risco de ficar sob domínio soviético, a partir das bases de apoio em Angola, Moçambique e da base antártica *Novolazarevskaya*, podendo estrangular a livre circulação do comércio no Atlântico Sul²³³. Outra das questões que contribuíam para a relevância estratégica da Antártida era a possibilidade de uma “guerra meteorológica”, dado o papel daquele continente na regulação do clima no Hemisfério Sul²³⁴.

²²⁹ CARVALHO, 2009.

²³⁰ CARVALHO e CASTRO, 2009: 416-417.

²³¹ PENHA, 2009.

²³² O TIAR será abordado no capítulo 2.

²³³ PENHA, 2009.

²³⁴ Idem.

A Teoria da Defrontação foi criticada pelos geopolíticos argentinos, que não reconheciam os direitos brasileiros sobre a Antártida, uma vez que se sobrepunham ao território reclamado pela Argentina. Segundo o capitão-de-fragata da Marinha argentina Bernardo N. Rodriguez, citado pelo investigador brasileiro Eli Penha, a teoria “é uma interpretação «larga» do «princípio do setor», enunciado pela primeira vez no Parlamento do Canadá em 20.02.1907, pelo então senador Pascal Poirier relativo a sua aplicação no Ártico”²³⁵.

Na sua versão original, a Teoria dos Setores defendia que apenas os países confinantes com o Ártico teriam direito a todas as terras banhadas pelo Oceano Glacial Ártico situadas entre as linhas traçadas desde o Polo Norte até aos dois pontos extremos do seu território, a leste e a oeste. No entanto, Bernardo N. Rodriguez considera que na Antártida os países que se defrontam encontram-se muito distantes, pelo que não pode ser invocado o argumento de continuidade ou contiguidade²³⁶.

Contrapondo esta argumentação, Therezinha de Castro integrava a reivindicação brasileira na sua teoria das “diretrizes geopolíticas *difundentes*”, na qual o Brasil poderia projetar a sua ação geopolítica para regiões mais distantes do ponto de vista geográfico²³⁷.

A Teoria da Defrontação foi popular no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, em particular nos meios militares, tendo adquirido protagonismo no início da década de 1970 com o discurso-tese do deputado brasileiro Eurípides de Menezes na Câmara dos Deputados, intitulado “Os Direitos do Brasil na Antártida”, que propôs a reivindicação territorial por parte do Brasil do setor convergente com a projeção dos meridianos, defendendo a criação de um “Decreto da Antártida” ou pelo menos um ato oficial que firmasse esta pretensão²³⁸.

No entanto, o Brasil nunca chegou a reivindicar oficialmente uma parcela do território antártico, mantendo, todavia, uma base de investigação no arquipélago das Shetlands do Sul, na ilha Rei Jorge, a *Comandante Ferraz*, atualmente em reconstrução após o violento incêndio de fevereiro de 2012.

²³⁵ RODRIGUEZ, 1978 *apud* PENHA, 2009: 127.

²³⁶ PENHA, 2009.

²³⁷ PENHA, 2009.

²³⁸ MEDEIROS, 2011.

CAPÍTULO 2

O ESPAÇO GEOPOLÍTICO DO ATLÂNTICO SUL

1. O Atlântico Sul

Considerado por Therezinha de Castro *o mais intercontinental dos oceanos*, o Atlântico é o segundo maior oceano do planeta, com uma área de oitenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil e oitocentos quilômetros quadrados e o que recebe a maior quantidade de água doce do mundo. Distingue-se dos outros grandes oceanos (Pacífico e Índico) pela ampla comunicação marítima que estabelece entre as duas regiões polares o que, tendo em consideração a importância crescente das mesmas no quadro das Relações Internacionais, lhe confere um elevado valor geoestratégico²³⁹.

O Atlântico divide-se entre Norte e Sul, embora a delimitação não seja totalmente consensual [de acordo com, o Almirante brasileiro Carlos de Meira Mattos (1987) não existe uma definição precisa do Atlântico Sul]²⁴⁰, na medida em que pode variar consoante as configurações políticas estruturais da região em períodos históricos específicos²⁴¹. Assim, essa divisão é passível de ser concretizada segundo fatores geográficos, históricos ou (geo) políticos. Deste modo, geograficamente, o Atlântico Sul é a parte do oceano que se situa a sul do Equador. Em termos históricos, é a região de comércio entre a América do Sul, o continente africano e a Europa, dinâmica que se iniciou com as Descobertas, no século XVI. Já como “espaço geopolítico”, pode ser entendido como a região localizada entre a América do Sul, África e a Convergência Antártica.

Ao longo do século XX foram efetuadas várias tentativas de delimitação do Atlântico Sul: em 1922, o geógrafo escocês e Cartógrafo do Rei de Inglaterra John George Bartholomew delimitava o Atlântico Sul²⁴² entre os paralelos 10° N e 60° S. Mais tarde, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) no Artigo 6° do Tratado

²³⁹ CASTRO, 1998.

²⁴⁰ LUÍS, 2010.

²⁴¹ Idem.

²⁴² BARTHOLOMEW, 1922: 97.

fazia coincidir a divisão entre Atlântico Norte e Sul no Trópico de Câncer (23° 26' N 0° 0' O):

Para os fins do Artigo 5.º, considera-se ataque armado contra uma ou várias das Partes o ataque armado:

- contra o território de qualquer delas na Europa ou na América do Norte, contra os Departamentos franceses da Argélia, contra o território da Turquia ou contra as Ilhas sob jurisdição de qualquer das Partes situadas na região do Atlântico Norte ao Norte do Trópico de Câncer;
- contra as forças, navios ou aeronaves de qualquer das Partes, que se encontrem nesses territórios ou em qualquer outra região da Europa na qual as forças de ocupação de qualquer das Partes estavam à data em que o tratado entrou em vigor ou no Mar Mediterrâneo ou na região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer, ou que os sobrevoem²⁴³.

Durante a década de 1970, os almirantes e estrategas brasileiros Armando Vidigal e Mário César Flores adotaram o paralelo 15° N como limite norte do Atlântico Sul, destacando naturalmente o papel do Brasil neste espaço geopolítico²⁴⁴. Já em 1986 a Assembleia Geral das Nações Unidas, na Declaração da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), considerou-o como a região situada entre África e a América do Sul, uma divisão igualmente com conotação (geo) política.

Doze anos mais tarde, também numa perspectiva (geo) política, Therezinha de Castro defendia que o Atlântico Sul era o espaço marítimo compreendido entre três frentes continentais – América, África e Antártida – e três corredores: um no norte, na zona entre Natal (no Brasil) e Dakar (no Senegal) e dois no sul, entre a Antártida e as frentes continentais americana e africana, respetivamente a Passagem de Drake e o Cabo da Boa Esperança²⁴⁵. Para a autora, a divisão do Atlântico entre Norte e Sul ocorria

na área do entorce continental sul-americano; quando a América do Sul se caracteriza como América do Leste, já que o meridiano que passa por Washington (no Atlântico) é o mesmo que corta Lima (no Pacífico); e a cidade brasileira de Natal dista tanto de Bordeaux na França como

²⁴³ NATO, 1949.

²⁴⁴ LUÍS, 2010.

²⁴⁵ CASTRO, 1998.

da própria capital dos Estados Unidos, do mesmo modo que as duas metrópoles posicionadas no Hemisfério Norte. Precisamente nessa zona, o saliente nordestino do litoral brasileiro se projeta na direção da protuberância africana ocidental para estrangular o Atlântico, dividindo-o em dois. Essa linha divisória é uma reta inclinada, já que Natal, no Brasil, se encontra ao sul do equador, enquanto Dakar, no Senegal, se posiciona ao norte desse círculo máximo da Terra²⁴⁶.

Segundo a autora, como verificamos no capítulo anterior, o Atlântico Sul encerra um corredor de elevado valor geoestratégico que tem como “pontos de amarração” o Cabo de Agulhas, na África do Sul (34° 49’ S) e o Cabo Horn, na Argentina (55° 58’ S) e que possui três importantes bacias oceânicas intercomunicantes: i) o *choke point* Natal/Dakar, caminho direto entre as Américas, África e a Europa; ii) a Passagem do Cabo, ligação Atlântico/Índico que conecta América, África e Ásia e iii) os estreitos de Drake, Beagle e Magalhães, ligações naturais diretas entre Atlântico e Pacífico²⁴⁷.

Therezinha de Castro, citando o *International Hydrographic Bureau* refere que o Oceano Glacial Antártico é em si um prolongamento dos oceanos Pacífico, Atlântico e Índico, uma vez que não existe nenhuma barreira de contenção entre eles, apenas uma zona limítrofe de águas subantárticas, de extensão variável (consoante as estações do ano) entre 35° e 50° S, denominada Convergência Antártica, a qual abordaremos com maior detalhe no capítulo 3.

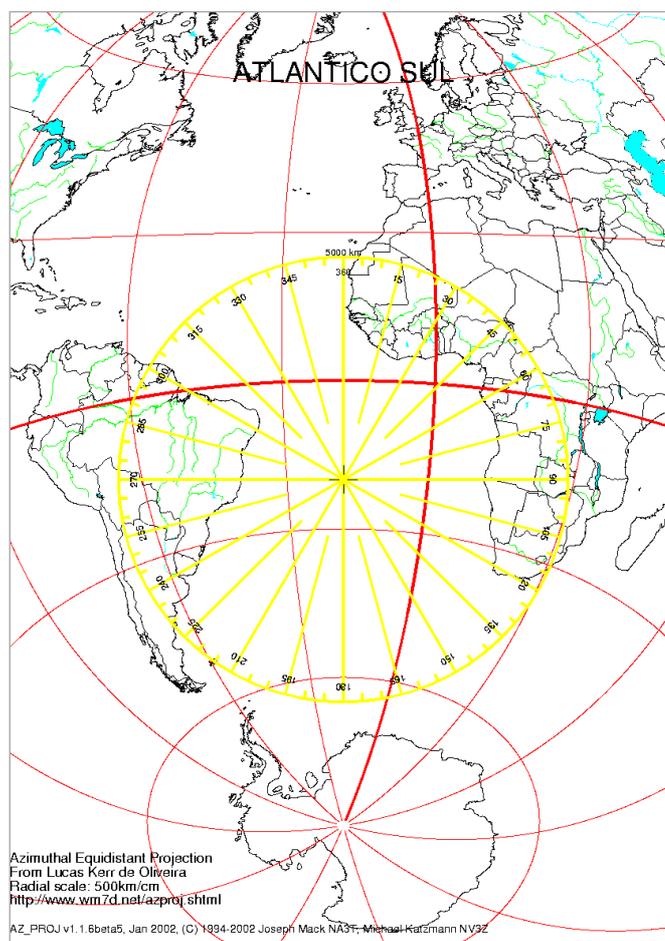
Neste contexto, perante o amplo debate em torno da delimitação do Atlântico Sul, iremos adotar na nossa análise a divisão apresentada por Therezinha de Castro por representar o espaço geográfico onde os atores projetam poder ou influenciam de forma significativa determinados fatores geopolíticos, primordiais para as dinâmicas de poder que nesse “mundus” se configuram ou evoluem²⁴⁸, ou seja, o espaço geopolítico (Figura 2.1).

²⁴⁶ CASTRO, 1998: 6.

²⁴⁷ CASTRO, 1998.

²⁴⁸ DIAS, 2009.

Figura 2.1 – Projeção do Espaço Geopolítico do Atlântico Sul



Fonte: Geopolítica do Petróleo, 2010.

1.1 Os fatores físico, recursos naturais e circulação

Como verificámos anteriormente, o fator físico é um dos mais relevantes, pela importância que o seu conteúdo encerra na caracterização de determinada entidade e pela permanência e prévia existência do conhecimento, permitindo que o fator seja conhecido antecipadamente com rigor²⁴⁹. Iremos neste ponto analisar alguns dos subfatores que caracterizam o Atlântico Sul, nomeadamente no que concerne à sua hidrografia (extensão, localização, configuração, morfologia, vias navegáveis).

O Atlântico Sul é um oceano que, em traços gerais, apresenta alguma simplicidade. A plataforma continental é estreita quer do lado sul-americano, quer do lado africano, sendo

²⁴⁹ DIAS, 2010.

que a Argentina detém a maior extensão de plataforma continental, com larguras entre os duzentos e setenta e cinco e os oitocentos quilômetros, seguindo-se a brasileira com uma largura entre zero e cem quilômetros²⁵⁰.

No continente africano a plataforma continental mais extensa é a da Namíbia, na fronteira com a África do Sul, que varia entre os cinquenta e os oitenta quilômetros. As regiões abissais mais profundas (com mais de cinco mil e quinhentos metros) encontram-se relativamente próximas das plataformas continentais sul-americana e africana (ver Figura 2.2) e a dorsal meso-atlântica apresenta uma linha estável, com picos que emergem nas ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Falkland, Trindade-Martim Vaz e Fernando de Noronha. Embora seja o oceano que recebe maior volume de águas fluviais, os materiais resultantes da erosão dos rios são quase nulos ao largo da foz do Congo e apenas com alguma expressão na foz do rio da Prata (Argentina/Uruguai)²⁵¹.

²⁵⁰ CASTRO, 1998.

²⁵¹ Idem.

Figura 2.2 – Mapa do Oceano Atlântico



Fonte: Encyclopædia Britannica, 2014.

Os ventos são pouco frequentes nas costas africanas, brasileiras, uruguaias e no meio do oceano, mas quase constantes junto à foz do Rio da Prata e na zona marginal do Oceano Glacial Antártico²⁵².

Importa referir que o Atlântico Sul é o único oceano tropical sem ciclones, sendo que o movimento das suas águas superficiais desenha um círculo anticiclónico (com a corrente Sul Equatorial como corrente inicial), aspetos que permitiram aos navegadores da Era das Descobertas navegar pelas suas costas e cruzá-lo – todavia, não foi despreciando o papel das ilhas sul atlânticas no sucesso da navegação naquela era, uma vez que constituíam importantes locais de abrigo e de abastecimento²⁵³.

²⁵² CASTRO, 1998.

²⁵³ Idem.

É um oceano rico em recursos naturais, especialmente em hidrocarbonetos, encerrando cerca de 18% das reservas mundiais de petróleo²⁵⁴. Considerando que a existência de recursos naturais tem de ser necessariamente associada à capacidade de exploração e transformação dos mesmos, o que ditará o seu valor²⁵⁵, refira-se que a região do Golfo da Guiné tem vindo a assumir um papel preponderante na última década como produtora de hidrocarbonetos de elevada qualidade (com baixo teor de enxofre)²⁵⁶, sendo que a sua localização estratégica permite o escoamento do produto diretamente por via marítima para os mercados americano e europeu²⁵⁷.

Estima-se que aquela região possua uma das maiores reservas mundiais de petróleo *offshore*, com pelo menos cinquenta e quatro mil milhões de barris em 2015²⁵⁸ e reservas consideráveis de gás natural – só a Nigéria detinha, em 2015, reservas de cinco biliões de metros cúbicos – não se excluindo que este número possa triplicar uma vez que ainda é uma região pouco explorada. A maioria das reservas está concentrada na Nigéria, o maior produtor regional de hidrocarbonetos²⁵⁹.

De acordo com Fundo Monetário Internacional (FMI), num relatório datado de 2005, o Golfo da Guiné possui um elevado potencial económico, com um mercado de cerca de trezentos mil milhões de consumidores, num universo cultural de quatro línguas europeias (Português, Francês, Inglês e Espanhol)²⁶⁰.

²⁵⁴ OLIVEIRA, 2009.

²⁵⁵ DIAS, 2010.

²⁵⁶ De acordo com o FMI, a qualidade do petróleo do Golfo da Guiné é superior à do petróleo da América Latina. MAÑE, 2005.

²⁵⁷ ALMEIDA, e BERNARDINO, 2013.

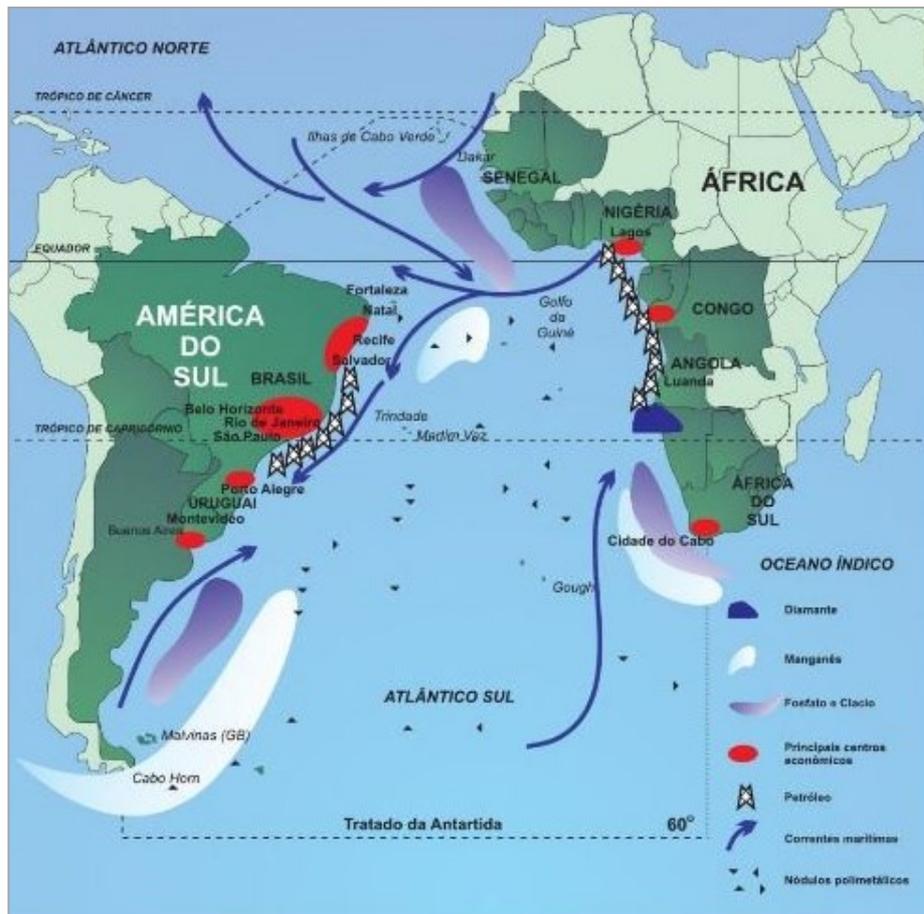
²⁵⁸ BP, 2016.

²⁵⁹ JOHNSON, BAXTER *et al*, 2012.

²⁶⁰ MAÑE, 2005.

Para além dos hidrocarbonetos, é uma região rica em ouro, diamantes e recursos naturais como florestas tropicais e grandes bacias hidrográficas, fatores que tornam a região economicamente atrativa, gerando naturalmente a necessidade de reforço da segurança (Figura 2.3).

Figura 2.3 – Hidrocarbonetos e minerais do Atlântico Sul



Fonte: Eli Penha, 2011.

Na América do Sul, no Brasil, encontram-se as mais recentes descobertas de petróleo e gás nos campos do pré-sal, que apontam para reservas com potencial de cinquenta e cinco mil milhões de barris²⁶¹. O pré-sal localiza-se sob uma camada profunda de rocha salina, sendo que as reservas encontradas naquele país são as mais profundas do mundo, representando o maior campo petrolífero mundial do género²⁶².

“As reservas descobertas na camada pré-sal ao longo da costa, entre o Espírito Santo e Santa Catarina, inseriram o Brasil no mapa geopolítico do petróleo. Este foi um dos factores, inter

²⁶¹ COSTA, 2012.

²⁶² PETROBRÁS, s.a.

alia, que provavelmente levaram o presidente George W. Bush a restaurar a IV Frota, para o Atlântico Sul, sob o pretexto de combater o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o terrorismo e a pirataria que ameaça o fluxo do livre comércio nos mares do Caribe e da América do Sul. Porém, o próprio almirante Gary Roughead, Chefe de Operações Navais, anunciou em 24 de Abril que se havia decidido restabelecer a IV Frota, em virtude da imensa importância da segurança marítima no sul do hemisfério”²⁶³.

Argentina e Chile são igualmente produtores de hidrocarbonetos sobretudo a partir de jazidas *onshore*, mas detêm simultaneamente algumas jazidas *offshore* na região do Estreito de Magalhães²⁶⁴. A Argentina possui cinco bacias de petróleo e gás produtivas, sendo que duas delas, a Golfo San Jorge e a Austral, incluem reservas *offshore*.

Nesta região do Atlântico Sul destacam-se igualmente as reservas das ilhas Falkland/Malvinas (Figura 2.4). A reivindicação por parte da Argentina sobre este arquipélago tem subjacentes, na nossa opinião, as reservas de petróleo e as suas águas ricas em recursos marinhos.

De acordo com o Governo das Falkland²⁶⁵, não reconhecido pela Argentina, o crescimento médio de 3,8% da economia do arquipélago na primeira década do século XXI superou o do Reino Unido (1,6%), sendo o setor das pescas o principal responsável por esse desempenho, prevendo-se que continue a sustentar elevadas taxas de crescimento na segunda década.

²⁶³ BANDEIRA, 2008 *apud* DIAS, 2011.

²⁶⁴ EMPRESA NACIONAL DE PETRÓLEO DO CHILE, *s.a.*

²⁶⁵ VIDIGAL, 2014.

Figura 2.4 – Zona de exploração petrolífera e piscatória das Falkland/Malvinas



Fonte: The Economist, 2012.

A exploração de petróleo e de gás irá também influenciar de forma positiva a economia do arquipélago “*with the Sea Lion [poço de petróleo] discovery now moving towards a production phase, comercial supply of oil is expected to commence in 2018/2019 and is predicted to contribute significantly to the country’s economy*”²⁶⁶, uma vez que as empresas terão de pagar ao Governo das Falkland, em *royalties*, 9% do valor de mercado do petróleo acrescidas de uma taxa de 26% sobre os lucros²⁶⁷.

De acordo com o investigador brasileiro Lucas Kerr Oliveira²⁶⁸, embora o continente sul-americano seja considerado uma região pouco marcada por conflitos armados graves, podemos constatar que algumas das mais importantes guerras do século XX ocorridas no continente envolveram precisamente disputas por regiões petrolíferas ou potencialmente petrolíferas, seja com uma potência extracontinental, como a Guerra das Falkland/Malvinas

²⁶⁶ VIDIGAL, 2014: 21.

²⁶⁷ DELOITTE. 2015.

²⁶⁸ OLIVEIRA, 2009.

(1982), seja entre países sul-americanos, como as guerras entre Peru e Equador (1995 e 1941) ou entre Paraguai e Bolívia (Guerra do Chaco, em 1936).

A União das Nações Sul-americanas (UNASUL)²⁶⁹, em 2012 e os Chefes de Estado da América Latina e Caraíbas (CELAC)²⁷⁰, em 2013, demonstraram o seu apoio à posição argentina relativamente às Falkland/Malvinas junto do então Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, solicitando que intercedesse pela retoma das negociações entre a Argentina e o Reino Unido.

Esta situação levou a que as autoridades britânicas empreendessem uma campanha de divulgação de folhetos produzidos pelos ilhéus e por britânicos, com o objetivo de dar a conhecer a cultura, o estilo de vida, o empreendedorismo local, o potencial turístico, as memórias da guerra, entre outros aspetos, valorizando o percurso histórico das famílias locais e a herança britânica²⁷¹.

Em 2016, já sob a presidência de Mauricio Macri, mais flexível do que a sua antecessora Cristina Kirchner no que respeita às negociações com as autoridades britânicas, Argentina e Reino Unido retomaram o diálogo relativamente a esta questão. No mês de setembro, o Ministro de Estado, Negócios Estrangeiros e *Commonwealth* efetuou uma visita oficial a Buenos Aires, tendo reunido com a sua homóloga Susana Malcorra. Do encontro resultou um compromisso para a remoção de obstáculos relativamente ao desenvolvimento económico daquele arquipélago e o reconhecimento por parte do Reino Unido dos cerca de cem soldados argentinos que pereceram na guerra de 1982²⁷².

Já na sua mensagem de Natal, a Primeira-Ministra britânica, Theresa May, afirmou que a melhoria das relações diplomáticas com a Argentina é do interesse de todos e revelou que irá apoiar o processo de autodeterminação das Falkland/Malvinas²⁷³.

²⁶⁹ GLOBO, 2012.

²⁷⁰ DIARIO POPULAR, 2013.

²⁷¹ VIDIGAL, 2014.

²⁷² WINTOUR, 2016.

²⁷³ MERCOPRESS, 2016.

Refira-se, neste contexto, que apesar da abertura do Presidente da Argentina, Maurício Macri, para retomar as negociações sobre as Falkland/Malvinas, o Ministério das Relações Exteriores e Culto argentino reiterou no final de 2016 a intenção de continuar a reclamar soberania sobre o arquipélago, que considera ter sido “usurpado” pelos britânicos há cento e oitenta e quatro anos²⁷⁴:

Hoy, el pueblo y el gobierno argentino reafirman una vez más los imprescriptibles derechos de soberanía de la República Argentina sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur, Sandwich del Sur y los espacios marítimos circundantes [...] La República Argentina reitera su firme compromiso con la solución pacífica de las controversias y el respeto del derecho internacional, e invita al Reino Unido a profundizar el diálogo iniciado a lo largo del último año con miras a reanudar las negociaciones que permitan encontrar a la mayor brevedad posible una solución pacífica y definitiva a la disputa de soberanía sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur, Sandwich del Sur y los espacios marítimos circundantes, conforme a los reiterados llamados de la comunidad internacional²⁷⁵.

Relativamente ao fator circulação, que “representa a acessibilidade do território e da população a bens e ideias”²⁷⁶, importa referir que a rota do Cabo da Boa Esperança ainda hoje é considerada uma das mais importantes do mundo. De acordo com a *US Energy Information Administration* (EIA) foram transportados por esta rota em 2013, em ambos os sentidos, cerca de cinco mil milhões de barris de petróleo por dia, representando 9% de todo o petróleo transacionado por via marítima ao nível mundial²⁷⁷.

Para leste, o transporte marítimo de crude destinou-se a todos os mercados asiáticos (três milhões e meio de barris por dia), já em direção a oeste, o crude destinou-se aos mercados americanos, particularmente aos EUA. Embora mais dispendiosa, a rota do Cabo da Boa Esperança constitui uma alternativa viável para os navios que procuram evitar o Golfo do Aden, os Estreitos de Bab el-Mandeb e o Canal do Suez (Figura 2.5)²⁷⁸.

²⁷⁴ MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO, 2017.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ DIAS, 2010: 246.

²⁷⁷ UNITED STATES ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2014.

²⁷⁸ Idem.

Figura 2.5 – Rotas Marítimas Internacionais



Fonte: Stratfor, 2012.

De acordo com o diplomata José Viegas Filho, na costa sul-americana o tráfego marítimo é essencialmente costeiro entre Bahía Blanca (Argentina) e o Nordeste brasileiro, sendo difuso, mas intenso, a norte do Brasil.

As rotas com maior intensidade de tráfego são²⁷⁹:

- Golfo Pérsico – Cabo da Boa Esperança – Europa Atlântica e Mediterrânea. A rota com maior volume de carga do mundo. A partir do Golfo da Guiné, integra o tráfego de exportação de petróleo nigeriano;
- América do Sul – Europa;
- Golfo Pérsico – Rio da Prata;
- Golfo Pérsico – Santos/Vitória (Brasil);
- Golfo Pérsico – Caraíbas – EUA;
- Golfo da Guiné – Santos/Vitória;

²⁷⁹ FILHO, 2016.

- Golfo da Guiné – Caraíbas – EUA;
- América do Sul – Caraíbas – EUA.

Segundo Viegas Filho, as rotas entre o Cabo da Boa Esperança e os pontos da costa leste da América do Sul, entre Vitória e Buenos Aires, não apresentam especial interesse económico global, apenas para a Argentina, o Brasil, para os exportadores do Golfo Pérsico e para Japão. Já as linhas para o Médio Oriente, Extremo Oriente e Europa movimentam maior quantidade de carga do que as rotas interamericanas²⁸⁰.

O diplomata brasileiro identifica ainda áreas críticas para o tráfego marítimo no Atlântico Sul, nomeadamente²⁸¹:

- i. Arquipélago de Cabo Verde, uma vez que a partir da sua posição geográfica, pode controlar o acesso ao Mediterrâneo e ao norte da Europa, através da passagem entre o arquipélago e a costa africana;
- ii. Cabo da Boa Esperança, cuja posição geográfica é hoje vital para o comércio marítimo, em especial no que se refere ao petróleo do Golfo Pérsico;
- iii. Cabo Horn e Estreito de Magalhães, como alternativa ao acesso ao Oceano Pacífico por navios de grande porte;
- iv. Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, devido à posição que ocupam em relação ao tráfego marítimo do Atlântico Sul. Ascensão, utilizada durante a Segunda Guerra Mundial como base naval e aeronaval, domina, a menos de novecentas milhas, o centro da faixa oceânica até Dakar; e
- v. As regiões do estuário do Rio da Prata e de Bahía Blanca, com cinco portos comerciais, com destaque para Puerto Belgrano, onde se localiza a principal base da Armada Argentina.

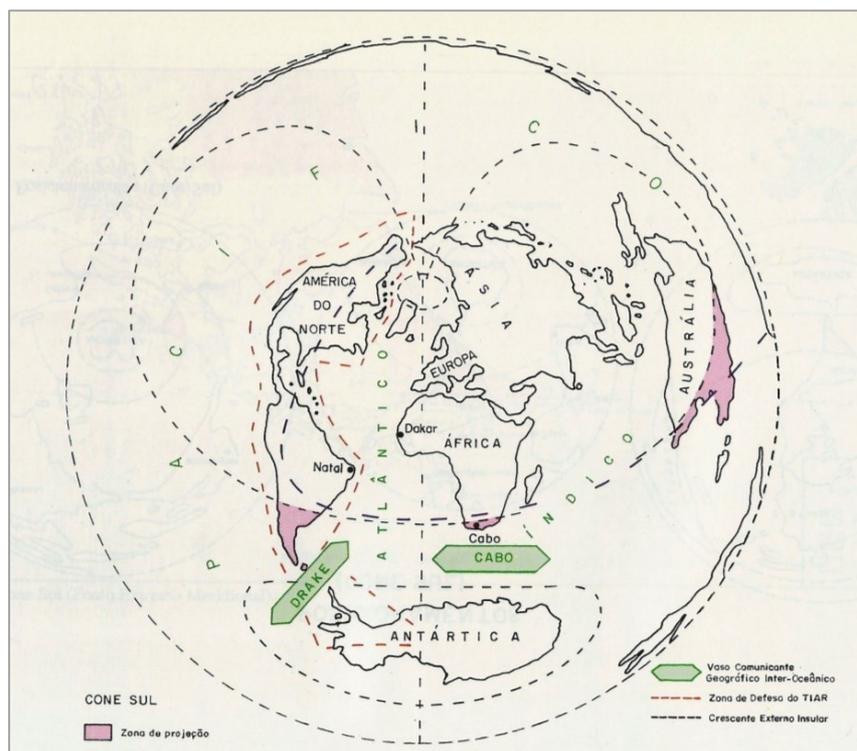
²⁸⁰ FILHO, 2016.

²⁸¹ Idem.

Deste modo e em resposta a uma das perguntas lançadas no início da presente investigação – *que relevância estratégica poderão ter as rotas marítimas do Atlântico Sul?* – importa referir que, de acordo com Mendes Dias (2011), a rota do Estreito de Magalhães, do estuário do Rio da Prata e dos portos brasileiros, que progride para os portos europeus do Ocidente e do Mediterrâneo, enriquece funcionalmente o Brasil.

Por outro lado, essa relevância pode igualmente ser asseverada por Therezinha de Castro, que defendia a valorização estratégica da Passagem de Drake e da rota do Cabo da Boa Esperança no quadro da doutrina de defesa do hemisfério representada pelo TIAR, que analisaremos adiante, apelidando-os de *Vasos Comunicantes Geográficos Interoceânicos* (Figura 2.6)²⁸².

Figura 2.6 – Vasos Comunicantes Geográficos Interoceânicos



Fonte: Therezinha de Castro, 1998.

E porque é a Antártida importante no Atlântico Sul? De acordo com a autora, a localização daquele continente permitia controlar estes *Vasos Comunicantes*, quer através de radares, satélites, quer de patrulhamento marítimo e aéreo (embora este último condicionado

²⁸² PENHA, 2009.

ao verão antártico), pelo que para os países com interesses no Atlântico Sul seria estrategicamente importante deter bases no “continente gelado”, sobretudo se permitirem controlar aquelas duas passagens.

A RPC, por exemplo, utiliza a rota do Cabo no transporte de mercadorias para a costa oeste africana, nomeadamente para os portos da Cidade do Cabo (África do Sul), Luanda (Angola), Matadi (República Democrática do Congo), Lagos (Nigéria) e Abidjan (Costa do Marfim), bem como para a América do Sul, para os portos de Santos (Brasil), Montevidéu (Uruguai) e de Buenos Aires (Argentina)²⁸³. Esta rota também pode ser utilizada pelas empresas chinesas para o transporte de mercadorias com destino aos mercados da América do Norte e Europa Ocidental²⁸⁴.

Ainda no que concerne às rotas no espaço geopolítico do Atlântico Sul, refira-se, a título de exemplo, que a distância entre Luanda e o Rio de Janeiro (Brasil) é de cinco mil seiscentos e quinze quilómetros. A ligação entre as duas cidades, de navio, demora pouco mais de quatro dias (a uma média de trinta nós), o mesmo tempo que demora a ligação marítima entre Abidjan e Porto de Espanha (Trinidad e Tobago, Caraíbas), conferindo vantagens comparativas no transporte de hidrocarbonetos do Golfo da Guiné para os principais portos do Atlântico relativamente ao petróleo oriundo do Médio Oriente.

2. Evolução histórica do espaço geopolítico do Atlântico Sul

2.1 Dos Descobrimentos ao final da Guerra Fria

De acordo com a investigadora brasileira Cristina Ribeiro Luís²⁸⁵, o espaço marítimo atlântico começou a ser construído pelos europeus como uma dimensão específica, definida a partir dos seus interesses e valores expressos sobretudo nos tratados assinados entre Portugal e Espanha no século XV, dos quais se destaca o Tratado de Tordesilhas. Entre os Estados europeus em vias de consolidação, os da Península Ibérica reuniam as condições

²⁸³ CARGO FROM CHINA, *s.a.*

²⁸⁴ *Idem.*

²⁸⁵ LUÍS, 2010.

necessárias para iniciar a aventura marítima, graças à sua condição geográfica e política e igualmente devido à sua experiência náutica desenvolvida no Mar Mediterrâneo²⁸⁶.

Nessa época, a então conhecida como “Rota das Índias” criou uma importante “diagonal insular” num segmento de rotas de Lisboa até Buenos Aires, que ia desde os Açores, ainda no Atlântico Norte até às ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, no Sul. De norte para sul estes arquipélagos e ilhas transformaram-se em linhas vertebrais da expansão atlântica ibérica em direção ao Oriente.

As ilhas de Tristão da Cunha (a dois mil e trezentos quilómetros de África e a quatrocentos quilómetros de Gough, na região subantártica), Santa Helena (a mil e novecentos quilómetros da costa africana e a três mil e quinhentos quilómetros do Brasil) e Ascensão (a mil e setecentos quilómetros da Libéria e a mil e novecentos quilómetros do Brasil), descobertas por navegadores portugueses mas posteriormente ocupadas pelo Reino Unido no século XIX, transformaram-se em “trampolins de valor geoestratégico”, especialmente para a América do Sul e Reino Unido, bem como em bases de apoio na Rota do Cabo (Figura 2.7)²⁸⁷.

Figura 2.7 – Trampolins Insulares



Fonte: Therezinha de Castro, 1998.

²⁸⁶ LUÍS, 2010.

²⁸⁷ CASTRO, 1998.

Já o triângulo Falkland, Trindade e Fernando de Noronha ocupa uma posição chave no controlo da junção Atlântico-Pacífico (Figura 2.7). A passagem Magalhães/Drake, que perdeu alguma relevância após a abertura do Canal do Panamá, continua a ser uma rota de reserva frequentada em especial pela cabotagem sul-americana e por navios militares²⁸⁸. O terceiro triângulo geoestratégico – Shetlands, Orcadas, Sanduíches, Gough e Geórgias – posiciona-se no corredor vital da bacia aberta do Oceano Glacial Antártico e forma, juntamente com a Antártida, um flanco de retaguarda no Atlântico Sul, desafiando o espaço geopolítico da esfera do domínio da América e de África²⁸⁹.

Deste modo, não foi inocente a instalação, por parte do Brasil, da base antártica *Comandante Ferraz* precisamente na ilha Rei Jorge, no arquipélago das Shetlands do Sul. Para Therezinha de Castro, estas triangulações insulares constituem postos avançados para a guarda e integridade da costa sul-americana, nomeadamente para o Brasil, Uruguai e Argentina²⁹⁰.

De acordo com a autora, a derrota das autoridades argentinas na Guerra das Malvinas/Falkland impôs a “gibraltarização” do Atlântico Sul, com a transformação do arquipélago num trampolim da NATO, no alinhamento Gibraltar/Ascensão²⁹¹. O conflito destacou o valor geoestratégico das Falkland como posto avançado de defesa na região de Magalhães/Drake e como base de apoio às operações britânicas na Antártida.

As ilhas deste terceiro triângulo estratégico (Geórgia, Sanduíche, Orcadas e Shetlands) formam um arco em U, denominado Arco de Scotia ou das Antilhas Austrais, considerado de elevado valor geopolítico na medida em que, devido às suas características geomorfológicas, poderia por um lado, significar uma continuidade da cordilheira dos Andes até à Península Antártica, justificando as pretensões argentinas e chilenas relativamente à Antártida e, por outro, demarcar a fronteira entre Pacífico e Atlântico, movendo-a mil e seiscentos quilómetros para leste²⁹².

²⁸⁸ CASTRO, 1998.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Idem.

²⁹² CHILD, 1988.

South Georgia, the South Sandwich, the South Oarkney, and the South Shetlands form a long U-shaped arc (the Scotia Arc), which runs from the eastern tip of Tierra del Fuego far to the east to South Georgia and the Sandwich Islands the curves back to the Antarctic Peninsula. They are significant for a number of reasons. For one, to some analysts they suggest a geological continuity from the Andes of the mainland South America to the mountains of the Antarctic Peninsula; this continuity is one of the arguments used by both Argentina and Chile to buttress their Antarctic claims [...] For Chile the Scotia Arc, and the Scotia Sea, which it encloses, is important because it can be argued that this arc represents the natural boundary between the Pacific and Atlantic. Should this argument be accepted, Chile's Antarctic position is strengthened at the expense of Argentina's because both accept the bioceanic principle under which Chile has predominance in the South Pacific and Argentina in the South Atlantic²⁹³.

Estas ilhas do Arco de Scotia são substancialmente importantes, de acordo com Child, porque a nação que as detiver pode projetar Poder de forma mais eficiente nas suas águas territoriais e nas zonas económicas exclusivas nas regiões próximas da Antártida²⁹⁴.

Regressando à era da “Rota das Índias”, refira-se que o protagonismo de espanhóis e portugueses na construção da “Europa Atlântica”, que se manteve relativamente estável e equilibrada até ao final século XVI, acabou por ser ameaçado pela entrada na equação marítima atlântica do Reino Unido, França e da Holanda, países que acabaram por desafiar o domínio luso do Atlântico Sul e em particular das rotas.

Para tal não terá sido despicienda a estrutura triangular de trocas comerciais organizada a partir da exportação de mão-de-obra africana para as Américas, de matérias-primas americanas para a Europa e de produtos manufaturados para o continente americano, que acabou por contribuir para a baixa coesão entre as duas margens do Atlântico Sul, facilitando incursões de outros atores²⁹⁵.

O Atlântico Sul tornou-se especialmente importante como rota marítima comercial após a independência norte-americana, uma vez que o Reino Unido acabaria por perder a sua principal fonte de matéria-prima. A pressão para que a frota naval britânica acesse ao Oriente aumentou ao mesmo tempo que Portugal e Espanha iam perdendo influência nas suas colónias na região sul-atlântica. Novas nações sul-americanas foram surgindo, como o

²⁹³ CHILD, 1988: 27.

²⁹⁴ CHILD, 1988.

²⁹⁵ LUÍS, 2010.

Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai e a coroa inglesa foi estabelecendo acordos comerciais com as mesmas, estratégia que lhe permitiu reforçar a sua influência naquele espaço geopolítico sobretudo durante a *Pax Britannica*, ocupando territórios descobertos por navegadores portugueses, como os arquipélagos anteriormente referidos.

No entanto, o significado estratégico atribuído ao Atlântico Sul foi sendo esvaziado após a construção dos canais do Suez e do Panamá (final do século XIX e início do século XX, respetivamente). Por outro lado, o crescimento económico do Atlântico Norte neste período superou o do Atlântico Sul, enfraquecendo ainda mais o seu valor político para a sociedade internacional em pleno desenvolvimento industrial, tendo a relevância deste espaço passado a estar apenas associada aos interesses das potências coloniais europeias e, em segundo plano, aos interesses de países regionais independentes (à data quase exclusivamente sul-americanos)²⁹⁶.

Durante a Primeira Guerra Mundial, as características periféricas do Atlântico Sul, associadas à marginalidade dos países sul-americanos no plano internacional e ao declínio do interesse nas rotas marítimas comerciais (embora tivessem sido utilizadas para projeção de forças militares e de equipamento durante o conflito) relegaram este espaço geopolítico para segundo plano.

Contudo, a Segunda Guerra Mundial viria a atrair novamente a atenção internacional, ainda que de forma ténue, sobre o Atlântico Sul. A base geográfica representada pelas rotas do triângulo América-Europa-África na região do *choke point* Natal-Dakar permitiu o acesso dos EUA ao norte de África e o consequente contra-ataque dos Aliados às forças alemãs estacionadas na região do Mediterrâneo, com o apoio das bases norte-americanas de *Parnamirin Field* e *Naval Air Station*, ambas em Natal, no Brasil²⁹⁷. Paralelamente, a sul, submarinos alemães navegavam em águas antárticas e subantárticas procurando capturar e

²⁹⁶ LUÍS, 2010.

²⁹⁷ *Parnamirin Field*, operada pela Força Aérea, foi construída em 1941, na Base Aérea de Natal. Tinha capacidade para mil e oitocentos oficiais e dois mil e setecentos praças, recebendo por dia uma média de seiscentas aeronaves. A *Naval Air Station*, operada pela Marinha e construída antes da Segunda Guerra Mundial, era uma base de hidroaviões localizada no estuário do rio Potengui (Natal). Ambas tiveram um papel importante na Segunda Guerra Mundial pela sua localização estratégica, tendo no entanto perdido relevância para os EUA após o final do conflito. ROLIM, 2015.

afundar navios dos Aliados²⁹⁸, pelo que as bases norte-americanas no Brasil tinham um papel de destaque no apoio à proteção daqueles navios e à destruição dos submarinos do inimigo²⁹⁹.

Após o final de Segunda Guerra Mundial, já em 1947, foi assinado no Rio de Janeiro, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou Tratado do Rio, entre o Governo norte-americano e a maioria dos países da América do Sul³⁰⁰ que tinha como objetivo promover a segurança coletiva do Hemisfério Sul (um ataque contra um dos signatários constituía um ataque contra todos), numa tentativa de conter a influência soviética na região³⁰¹.

No entanto, segundo o investigador Eli Alves Penha³⁰², o TIAR acabava por apresentar alguma precariedade, uma vez que não envolvia comandos militares combinados (como a NATO), nem se constituía como um órgão de planeamento militar que assegurasse a coordenação num sistema integrado³⁰³. Tinha como modelo o *Interamerican Defense Board*, um organismo de consultoria da Organização dos Estados Americanos (*Organization of the American States* – OAS) que tem por missão efetuar recomendações com o propósito de melhorar a coordenação das políticas nacionais de defesa dos seus vinte e oito Estados-membros. Deste modo, o TIAR acabava por ser um tratado de cariz predominantemente bilateral, estabelecido a partir de acordos de cooperação militar dos EUA com cada país sul-americano.

²⁹⁸ LUÍS, 2010.

²⁹⁹ Embora o primeiro submarino tivesse sido construído em 1775, nem Alfred Mahan nem Raoul Castex referiram nas suas conceções teóricas a importância desta embarcação para o Poder Marítimo.

³⁰⁰ O TIAR foi assinado entre os EUA e os seguintes países sul-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

³⁰¹ LUÍS, 2010.

³⁰² PENHA, *s.a.*

³⁰³ O investigador Eli Alves Penha afirma que, ao contrário do TIAR, o *Simonstown Agreement*, assinado entre o Reino Unido e a África do Sul em junho de 1955, constituiu efetivamente um acordo técnico com resultados práticos e compromissos bem definidos. Apresentava um comando unificado, o *South Atlantic Command*, representado por uma autoridade britânica designada pela *Royal Navy*, cuja missão passava por zelar pela defesa da África Austral e controlar a expansão da área de influência soviética naquela região. Em contrapartida, o Reino Unido comprometia-se a fornecer equipamento naval à Marinha sul-africana. PENHA, *s.a.*

A partir da década de 1960, a ausência de um poder hegemónico nas interações políticas do Atlântico Sul, aliada ao colapso do colonialismo europeu, gerou um vazio de poder naquele espaço geopolítico, suscetível de ser ocupado pela URSS. A interrupção do tráfego marítimo no Canal do Suez entre 1967 e 1975 reativou a Rota do Cabo, por onde passaria a circular uma importante parcela do petróleo importado pelo Ocidente. Todavia, mesmo após a reabertura do Canal, manteve-se o tráfego marítimo de matérias-primas estratégicas transportadas por superpetroleiros através da Rota do Cabo, uma vez que aqueles navios não podiam atravessar o Suez devido à sua dimensão.

Simultaneamente, a URSS ia aumentando a sua presença nos países emancipados, sobretudo em Angola, tendo fornecido apoio económico, tecnológico e militar ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)³⁰⁴, facilitando o estabelecimento de posições no Atlântico Sul. Por sua vez, os EUA, através da colaboração da África do Sul, apoiava a guerrilha da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)³⁰⁵, procurando reverter a influência soviética na região.

De acordo com Camila Luís, perante os sinais de perturbação da estabilidade sul-atlântica, crescia a preocupação nos países ocidentais relativamente às rotas marítimas e aos recursos naturais oceânicos. Por outro lado, o vazio de poder provocado pela retirada dos países europeus de África deveria ser colmatado por um acordo multilateral defensivo semelhante à NATO³⁰⁶. Deste modo, no final da década de 1970 / início da década de 1980, foi negociada entre os EUA, Argentina e África do Sul a criação de um instrumento político de segurança marítima regional, que integraria igualmente Uruguai e Brasil, uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) na prática, uma extensão da NATO com efeito dissuasor das pretensões soviéticas.

Na configuração desta aliança as interações políticas no Atlântico Sul saíam do isolamento regional e a partir do equilíbrio estratégico entre os principais atores locais, militarmente liderados pelo Reino Unido e pelos EUA, elevar-se-iam no plano internacional

³⁰⁴ LUÍS, 2010.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ Idem.

integrando a dinâmica da bipolaridade em parceria com a NATO. O Brasil opôs-se à concretização da OTAS, considerando o projeto inoportuno, supérfluo e perigoso, dado que o Governo não acreditava que o nível de ameaça soviética na região fosse suficiente para a constituição de um novo pacto defensivo. Isto apesar de 90% do comércio internacional brasileiro ser à data efetuado por via marítima, da maior parte da população se concentrar nas proximidades da costa e de o mar constituir uma importante fonte de recursos, nomeadamente de petróleo³⁰⁷.

Para o Brasil, qualquer aprofundamento de alianças no plano militar, no âmbito regional, deveria ser estabelecido apenas por intermédio do TIAR e com efetiva participação dos EUA³⁰⁸, pelo que as autoridades brasileiras consideravam a proposta da OTAS redundante uma vez que a questão da segurança marítima na região já estava contemplada no Tratado do Rio.

Por outro lado, as autoridades brasileiras consideravam a OTAS um instrumento perigoso dado que poderia desnecessariamente promover a militarização do Atlântico Sul e desencadear uma escalada de conflito entre as duas superpotências. Paralelamente, para o Governo brasileiro, seria prejudicial para o crescente intercâmbio de contactos com a “África Negra”, uma vez que o projeto OTAS incluía a África do Sul, à data sob o regime de *Apartheid*.

O projeto sucumbiu definitivamente após a Guerra das Falkland/Malvinas em 1982, que opôs o Reino Unido à Argentina³⁰⁹. O posicionamento norte-americano a favor da coroa britânica deteriorou as relações com a Argentina, com o Chile e com o Brasil, comprometendo definitivamente uma conciliação de interesses dos atores locais em torno da defesa do Atlântico Sul. Segundo o historiador Carlos Eduardo Vidigal³¹⁰, o Brasil, que representara os interesses argentinos entre maio de 1982 e fevereiro de 1990, reconheceu em 2 de abril de 1982 os direitos da Argentina sobre as Falkland/Malvinas – ao iniciar o projeto de promoção da integração sul-americana na década de 1950, as autoridades brasileiras

³⁰⁷ LUÍS, 2010.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ VIDIGAL, 2014.

passaram a apoiar a Argentina em temas sensíveis como a presença daquele país na Antártida e os direitos argentinos sobre as ilhas sul-atlânticas, além de promover a adoção de políticas comuns junto da Agência Internacional de Energia Atômica.

No que concerne ao Reino Unido, vencendo a Argentina e mantendo o domínio sobre o arquipélago das Falkland (localizado a cerca de setecentos quilômetros do litoral argentino), aumentou o contingente militar e deu prioridade à construção de um aeroporto militar para receber aeronaves de grande porte, que seria inaugurado em abril de 1985 e que se transformaria num importante ponto de apoio para as operações na Antártida. As autoridades britânicas passavam assim a atribuir maior atenção à região do Atlântico Sul e da América do Sul. Neste contexto, o geógrafo inglês Leslie W. Hepple afirmava em 1990:

*El nuevo compromiso político y financiero significa que Gran Bretaña debe buscar una visión más coherente de la región, aunque esto no esté expresado en un lenguaje geopolítico explícito. El desarrollo futuro a largo plazo del Atlántico sudoccidental requiere cooperación entre Gran Bretaña y la Argentina, pero como la soberanía es un punto no negociable para ambas partes, la rivalidad parece destinada a continuar. El Atlántico Sur permanecerá por algún tiempo como zona de tensión*³¹¹.

Hepple acertou no seu diagnóstico, quer no que concerne à necessidade de cooperação, como à continuidade das linhas de fricção com a Argentina. A disputa das Falkland permanece um dos aspetos de maior tensão na geopolítica do Atlântico Sul³¹².

No que respeita à posição dos EUA, refira-se que à data, o Presidente Ronald Reagan, criticando o TIAR a favor da NATO, declarou que não ia permitir que “a Inglaterra fosse derrotada no Atlântico Sul”³¹³, apesar de a sua administração defender a manutenção de boas relações com os países sul-americanos, como referia o General Clarence Hill em 1980, citado por Viegas Filho (2016)³¹⁴:

³¹¹ VIDIGAL, 2014: 20-21.

³¹² VIDIGAL, 2014.

³¹³ CASTRO, 1998: 23.

³¹⁴ FILHO, 2016.

- a. Os principais países sul-americanos são indispensáveis como aliados em qualquer conflito [pelo que] é em interesse dos EUA que estes devem apoiar a sua modernização naval;
- b. É absolutamente essencial [que] as forças antissubmarino do Brasil, da Argentina e do Chile sejam capazes de complementar algumas das atribuições da Marinha norte-americana no Atlântico Sul e no Pacífico Sul [...]. Sem a cooperação das Marinhas sul-americanas as forças antissubmarinas dos EUA dispersar-se-iam em demasia para enfrentar ameaças tanto no Atlântico Norte como no Sul;
- c. Fazendo referência às Marinhas do Brasil e da Argentina o almirante afirma que “evidentemente faz sentido deixá-los despender o seu próprio dinheiro e dedicar os seus próprios recursos humanos para a nossa defesa comum”;
- d. No entanto, importa fornecer às duas Marinhas “mísseis e aviões navais avançados [bem como] o apoio logístico para assegurar a sua operação efetiva quando for necessário”.
- e. Os EUA deveriam estabelecer um “Comando Naval sul-americano”, que “conduziria operações navais conjuntas [...] com as Marinhas sul-americanas mais avançadas”. Dever-se-ia também estabelecer uma força permanente, similar à da NATO, “a qual poderia subordinar-se à Junta Interamericana de Defesa, sediada em Washington”.

No entanto, apesar do distanciamento temporal das críticas de Reagan e das sugestões do General Hill, ainda hoje qualquer aproximação do TIAR ao modo de funcionamento da NATO é terminantemente rejeitada pelos diplomatas brasileiros, não existindo assim interesse em investir num projeto dessa natureza.

Segundo Viegas Filho, o TIAR é um instrumento tradicional que permite um grau efetivo de coordenação regional, sem ónus políticos. É do interesse das autoridades brasileiras que tenha uma aplicação geográfica e politicamente restrita na medida em que não é conveniente ao Brasil, do ponto de vista militar ou político, envolver-se em alianças militares mais alargadas, nomeadamente do género da NATO. Se tal acontecesse, Viegas Filho considera que se estaria a contribuir definitivamente para institucionalizar de forma permanente a

discrepância de forças entre os EUA e a América do Sul, numa relação de colaboração em que o Brasil perderia o papel de liderança.

O discurso recente dos EUA relativamente à segurança no Atlântico Sul sofreu no entanto ligeiras alterações relativamente a 1980, tendo passado a salientar a mensagem de reforço da cooperação com os atores regionais. As autoridades norte-americanas consideram que a manutenção da estabilidade e da segurança deve ser em primeiro lugar da responsabilidade dos países da região, desde que assegurada a liberdade de navegação que permita a atuação do poder naval norte-americano quando necessário³¹⁵.

É neste contexto que se insere a reativação da Quarta Frota em 2008, cuja área de atuação engloba as Caraíbas e as Américas Central e do Sul³¹⁶. Para além da questão do narcotráfico e da imigração ilegal, a possibilidade de recurso à Quarta Frota foi incrementada em função i) da existência na América do Sul de governos de cariz antiamericano, que mantêm relações amigáveis com atores suprarregionais, nomeadamente o Irão; ii) da necessidade de manter o Canal do Panamá livre de ameaças e aberto à navegação; e iii) pelo incremento da importância do Atlântico Sul como via de comunicação e fonte de energia³¹⁷.

2.2 Do final da Guerra Fria à atualidade – Alianças regionais: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e a Comissão do Golfo da Guiné.

2.2.1 A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS

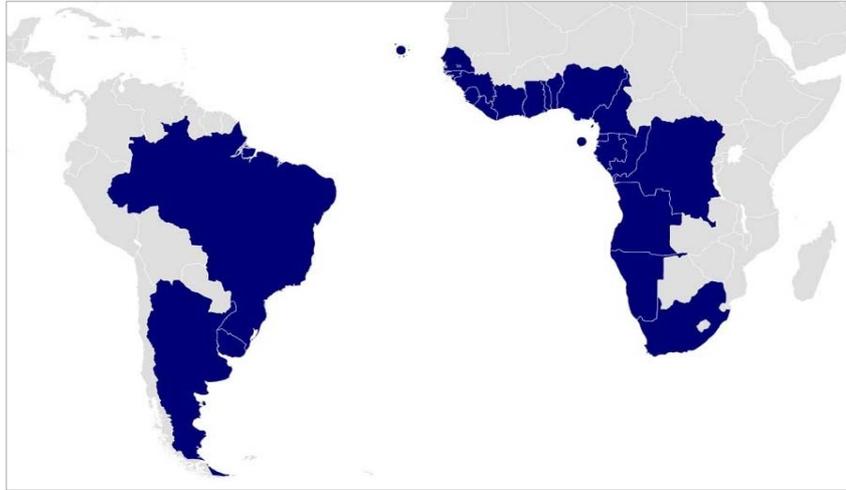
Falhada a OTAS e perante os resultados praticamente nulos do TIAR durante a Guerra das Falkland, o Brasil propôs a criação de uma aliança que operacionalizasse a linha Sul/Sul envolvendo os atores da região. Em 14 de julho de 1986, o Presidente brasileiro José Sarney enviava uma missiva aos Chefes de Estado da Argentina, Angola, Cabo Verde, República do Congo, Guiné-Bissau, República da Guiné, Senegal e Uruguai solicitando apoio para o projeto que intitularia Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS.

³¹⁵ SILVA, 2014.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem e MACLAY, 2009.

Figura 2.8 – Países integrantes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



Fonte: Neo Visão, 2013.

Três meses mais tarde, em 27 de outubro, seria aprovada a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 41/11 (que cria a ZOPACAS) com cento e vinte e quatro votos a favor, oito abstenções (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda e Portugal) e o voto contra dos EUA. Aderiram inicialmente à ZOPACAS Argentina, Brasil, Cabo Verde, República do Congo, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Uruguai, tendo a África do Sul aderido em 1994, após o final do *Apartheid* (Figura 2.8)³¹⁸.

O significado político desta resolução englobou o reconhecimento de identidade própria para o Atlântico Sul, negando a dependência constantemente presente na estrutura regional. Além disso, estabeleceu que a responsabilidade pelo que ocorria na área era primordialmente local, e considerou esse espaço oceânico útil para a solução de problemas regionais, apropriado para superar a persistência de focos de tensão e de agitação decorrentes não de uma ameaça externa, mas das próprias condições de subdesenvolvimento³¹⁹.

Os objetivos da ZOPACAS são os seguintes³²⁰:

³¹⁸ CASTRO, 1998 e LUÍS, 2010.

³¹⁹ LUÍS, 2010: 103

³²⁰ ALMEIDA e BERNARDINO, 2013.

- i. Defender a independência, a soberania, a integridade territorial e desenvolver as relações sob condições de paz e liberdade;
- ii. Proteger a região da militarização, da corrida armamentista, da presença de bases militares estrangeiras e, sobretudo, das armas nucleares;
- iii. Estimular a cooperação regional para o desenvolvimento económico e para a paz;
- iv. Promover a independência da Namíbia e o fim do *Apartheid* na África do Sul;
- v. Defender os princípios e normas do Direito Internacional aplicáveis ao espaço interzonal;
- vi. Promover a paz e a segurança internacionais, eliminando todas as fontes de tensão na região;
- vii. Incentivar a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos da imensa área oceânica.

Naquele momento histórico, a paz no Atlântico Sul foi entendida como a possibilidade de crescimento, desenvolvimento e da estreita cooperação entre os países da América do Sul, bem como a aproximação ao continente africano. A segurança deste espaço geopolítico ficaria a cargo dos países da região e a cooperação entre eles iria para além do domínio da defesa, ou seja, abrangeria igualmente a ciência, a preservação de recursos vivos e não-vivos (bem como do ecossistema marinho) e o desenvolvimento dos transportes marítimos e aéreos.

Não tendo capacidade para coagir as superpotências, o objetivo do projeto ZOPACAS passava por afastar o Atlântico Sul do confronto entre elas, através do diálogo e da persuasão – uma vez que nenhum dos Estados da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul tinha condições para exercer vigilância sobre a circulação de submarinos nucleares norte-americanos ou soviéticos³²¹.

Finda a Guerra Fria, na década de 1990, a operação ATLANSUR, no âmbito da ZOPACAS, promoveu manobras militares conjuntas entre as Armadas do Atlântico Sul com o objetivo de reforçar a cooperação entre as duas margens do oceano. Na ATLANSUR II,

³²¹ CASTRO, 1998.

em junho de 1995, navios de guerra do Brasil, Argentina e Uruguai juntaram-se aos da África do Sul para a operação naval mais importante até então realizada em águas sul-africanas³²². No entanto, a aliança só viria a conhecer maior dinamismo a partir de 2007, com a atenção internacional para as apelidadas de “novas ameaças” do Atlântico Sul – narcotráfico, pirataria, tráfico de armamento e de seres humanos – e na sequência da crescente importância que a região vinha adquirindo na geopolítica mundial, uma vez que passou a ser percebida como uma das áreas mais ricas e menos exploradas do planeta³²³.

A presidência angolana da ZOPACAS em 2007 veio reforçar a importância da cooperação económica, das parcerias para o desenvolvimento sustentável, da prevenção de crimes e combate ao narcotráfico, do comércio ilícito de armamento ligeiro, bem como do crime organizado transnacional, no qual se inclui a pirataria marítima³²⁴. Neste sentido, caracterizou-se pela promoção de ações concretas no âmbito da proteção ambiental, segurança marítima, desnuclearização e solução pacífica de conflitos entre países membros.

Todavia, um dos pontos mais importantes foi a designada “Iniciativa de Luanda de 2007”, que constituiu o início de um processo conhecido como “Plano de Ação de Luanda” no qual os Estados-membros se comprometem a garantir “...a implementação dos projetos nas áreas dos mapeamentos e exploração de fundos marítimos”³²⁵.

Na Sétima Reunião Ministerial da ZOPACAS (e última até à data), realizada em Montevideo em janeiro de 2013, o Uruguai assumiu a presidência da organização. Uma vez mais, a questão da segurança marítima foi o assunto em destaque, nomeadamente no que respeita ao tráfico de estupefacientes entre a América Latina e a África Ocidental e ao fenómeno da pirataria no Golfo da Guiné. O Ministério das Relações Exteriores do Uruguai promoveu o debate sobre “mecanismos de cooperação concretos com resultados visíveis, abordando temas ambientais, de segurança aeroportuária e marítima, mapeamento e exploração de solos marinhos e combate ao crime organizado transnacional”³²⁶.

³²² CASTRO, 1998.

³²³ ALMEIDA e BERNARDINO, 2013.

³²⁴ BARBOSA, 2015.

³²⁵ ALMEIDA e BERNARDINO, 2013: 54.

³²⁶ ALMEIDA e BERNARDINO, 2013.

Por sua vez, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, António Patriota, destacou o facto de a ZOPACAS não excluir a cooperação com outros países externos à organização, inclusivamente no que concerne a questões de paz, de desarmamento, de cooperação ou de desenvolvimento económico e afirmou ainda que o Brasil poderia desenvolver um programa de capacitação de recursos humanos na vertente técnica e operacional para os nacionais dos países membros da organização³²⁷.

De acordo com o investigador brasileiro Murilo Gomes da Costa, o Brasil considera a ZOPACAS um instrumento de projeção de poder, marcando frequentemente presença nos discursos do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), a “perceção dominante do projeto Brasil é a de um Atlântico Sul vazio estratégico e que é urgente preencher”³²⁸. Já o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN)³²⁹, documento orientador da estratégia para a defesa do Brasil, define o Atlântico Sul como uma região estratégica, indissociável dos interesses brasileiros, tornando imperiosa a manutenção da paz e da segurança:

Analisando a importância do Atlântico Sul na formulação estratégica brasileira, o Brasil possui, na vertente atlântica, uma ampla gama de interesses que integram a dimensão do exercício da soberania nas fronteiras marítimas. Dentre os principais objetivos brasileiros no Atlântico Sul destacam-se: a manutenção da integridade do patrimônio nacional que inclui, além do mar territorial e patrimonial, as águas, solo e subsolo da plataforma continental; a garantia de livre-trânsito para o comércio exterior brasileiro; e a exploração das potencialidades económicas, que inclui recursos naturais e intercâmbio comercial; projeção que garanta a vigilância sobre as linhas de comunicação marítima que dão acesso ao território brasileiro³³⁰.

Murilo Gomes da Costa considera que as intenções brasileiras de projeção no Atlântico Sul baseiam-se no facto de o país possuir uma das Marinhas melhor equipadas da região,

³²⁷ COSTA, 2013.

³²⁸ BESSA, 2011:147.

³²⁹ “O Atlântico Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. A resolução no 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas conclama os estados militarmente significativos de outras regiões a não introduzirem armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul. Sua presença militar nesse oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada. Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre eles por estados situados em outras regiões. Ao renovar seu envolvimento com esses parceiros multilaterais, o Brasil deseja contribuir, de forma responsável e em colaboração com seus parceiros da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconómico da região do Atlântico Sul” (COSTA, 2013: 4).

³³⁰ COSTA, 2013: 4.

potenciada pela dimensão da sua ZEE³³¹. Neste contexto, importa referir que a Estratégia Nacional de Defesa (END)³³² atribui à Marinha brasileira as missões de negação do uso do mar, controlo das áreas marítimas e projeção de poder³³³, objetivos plasmados nos projetos em curso como o “Programa Nuclear da Marinha”³³⁴, o “Núcleo do Poder Naval” e o “Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul”.

O Programa Nuclear da Marinha, iniciado em 1979, divide-se em dois grandes projetos: o domínio do Ciclo do Combustível Nuclear e o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene), sendo que o Brasil domina todo o ciclo de produção do combustível nuclear, usando material nacional. Em 2012, a Marinha brasileira inaugurou a Unidade Piloto Hexafluoreto de Urânio (Usexu), a última etapa para o domínio pleno desse ciclo. Este laboratório tem como objetivo desenvolver a capacidade tecnológica para o projeto, construção, operação e manutenção do reator nuclear do tipo PWR (*Pressurized Water Reactor*), que será empregue na propulsão dos primeiros submarinos nucleares (SN-BR) construídos no Brasil³³⁵.

Em dezembro de 2014, a então Presidente Dilma Rousseff inaugurou o edifício principal do Estaleiro de Construção de Submarinos, na Base Naval da Marinha no Estado do Rio de Janeiro (em Itaguaí), onde serão construídos cinco submarinos nucleares, representando um investimento de vinte e oito mil milhões de Reais (cerca de oito mil, oitocentos e sessenta e cinco milhões de euros)³³⁶. Este novo equipamento terá como principal missão a defesa da ZEE brasileira, sobretudo nas regiões de exploração de hidrocarbonetos (pré-sal). Prevê-se que o primeiro submarino esteja operacional em 2023.

³³¹ A ZEE brasileira tem aproximadamente quatro milhões e quinhentos mil quilómetros quadrados, incluindo arquipélagos. Comparativamente, a ZEE do Chile tem cerca de dois milhões e quatrocentos quilómetros quadrados e da Argentina aproximadamente um milhão e cem mil quilómetros quadrados (SEA AROUND US PROJECT, *s.a.*).

³³² Decreto N.º 6703, de 18 de dezembro de 2008.

³³³ COSTA, 2013.

³³⁴ Em reação ao anúncio da construção de submarinos nucleares por parte do Brasil em setembro de 2009, em junho de 2010 a Argentina anunciou a adoção da propulsão nuclear para os seus navios e esperava ter um submarino nuclear antes de 2020, data prevista pelo vizinho Brasil (PINTO, 2010).

³³⁵ COSTA, 2013.

³³⁶ AGÊNCIA BRASIL, 2014.

Figura 2.9 – Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul



Fonte: Murilo Gomes da Costa, 2013.

No que concerne ao Núcleo do Poder Naval, tem como propósito modernizar e ampliar a capacidade operacional da Marinha brasileira, através da aquisição de material militar e melhoramento das infraestruturas.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Figura 2.9), como o próprio nome sugere, consiste num conjunto de sistemas que tem como objetivo melhorar a capacidade de monitorização e controlo da ZEE e das regiões de busca e salvamento sob a responsabilidade do Brasil, numa área de quatro milhões e meio de quilómetros quadrados. Utiliza satélites, radares e equipamentos de monitorização submarina.

As autoridades brasileiras consideram que o ambiente geoestratégico do Atlântico Sul é complexo (Figura 2.10) e que se deve ter em atenção o cordão de ilhas tuteladas pelo Reino Unido, com destaque para Ascensão, que serve de base para operações militares inglesas e norte-americanas no Atlântico Sul, América do Sul e África, pelo que o Brasil valoriza o espaço comum do Atlântico Sul pelo grande potencial que encerra para o desenvolvimento socioeconómico dos países costeiros, a ser alcançado por meio da cooperação entre os Estados-membros da ZOPACAS.

Neste sentido, na Sétima Reunião Ministerial da ZOPACAS, o então Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, destacou a relevância das iniciativas bilaterais e multilaterais na área de Defesa no contexto da organização afirmando “Se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar. E não da maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial”³³⁷.

Celso Amorim propôs aos países membros da organização durante a Reunião de Montevideo um conjunto de iniciativas que visavam reforçar a cooperação entre os mesmos, nomeadamente a partilha da experiência brasileira nas áreas do levantamento das plataformas continentais, da capacitação em busca e salvamento em alto mar, em operações de paz e de vigilância marítima através de centros dotados com a tecnologia *Long Range Identification and Tracking* (LRIT)³³⁸.

Figura 2.10 – Geoestratégia do Atlântico Sul. Perspetiva brasileira



Fonte: Murilo Gomes da Costa, 2013.

Em resultado desta proposta, em janeiro de 2013, numa visita oficial a Angola, Celso Amorim anunciou que o Brasil iria apoiar as autoridades angolanas na reestruturação da indústria de defesa, com o objetivo de reduzir a dependência externa das Forças Armadas

³³⁷ COSTA, 2013: 11.

³³⁸ COSTA, 2013.

relativamente à aquisição de equipamento. Já em fevereiro do mesmo ano, o Ministro da Defesa brasileiro realizou uma visita oficial de dois dias a Windhoek (Namíbia), tendo reunido com o seu homólogo namibiano. Ambos manifestaram a intenção de incrementar o número de exercícios militares e de ampliar projetos conjuntos na área industrial, com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva e operacional de ambos os países no setor da defesa³³⁹. Dois meses mais tarde, em abril de 2013, durante a *LAAD Defense and Security* – Feira Internacional de Defesa e Segurança, o Ministro da Defesa brasileiro assinou acordos com os países vizinhos e com Estados africanos, nomeadamente com o Senegal, para o fornecimento de equipamento e formação de oficiais e praças da Marinha senegalesa.

Segundo Murilo Gomes da Costa, a ZOPACAS acabou por se tornar um instrumento de legitimação da investigação científica no campo militar e de modernização das Forças Armadas dos seus Estados-membros, sobretudo a partir de 2007, com a atenção da sociedade internacional voltada para as “novas ameaças” à segurança no espaço marítimo. Por outro lado, consiste igualmente numa zona de afirmação do Brasil enquanto protagonista da organização, em virtude da dimensão do seu efetivo e estágio de desenvolvimento das suas Forças Armadas, que acabam por constituir-se como modelos a exportar para os demais países da ZOPACAS.

2.2.2 A Comissão do Golfo da Guiné (CGG)

Em virtude da necessidade de maior segurança no Golfo da Guiné, especialmente no que respeita à produção de hidrocarbonetos, como verificámos anteriormente, Angola, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné-Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe³⁴⁰ fundaram, em 3 de julho de 2001, a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) em Libreville (Gabão), durante a Cimeira dos Chefes de Estado dos países da região. A CGG é assim um mecanismo permanente de consulta e negociação com o objetivo de desenvolver uma cooperação estratégica para a segurança regional, para a prevenção, gestão e resolução de conflitos regionais (fronteiras, exploração de recursos

³³⁹ Em 1994, Brasil e Namíbia tinham assinado um acordo na área da defesa, com o objetivo de criar e fortalecer a componente naval do Ministério da Defesa da Namíbia. O reforço da cooperação manifestado durante a visita oficial decorre do referido acordo (MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, 2013).

³⁴⁰ Todos eles produtores ou detentores de reservas de hidrocarbonetos.

naturais), bem como para a promoção da segurança coletiva na área, particularmente na vertente marítima³⁴¹.

Article 3 : Objectif

La Commission a pour objectifs de:

- a) Renforcer les liens de coopération et de solidarité qui existent entre les Etats membres;
- b) Créer les conditions de confiance mutuelle, de paix et de sécurité propices au développement harmonieux des Etats;
- c) Promouvoir une concertation étroite dans l'exploitation des ressources naturelles du Golfe, en vue d'assurer le développement économique des Etats membres et le bien-être de leurs peuples;
- d) Promouvoir la coopération sectorielle dans le cadre des dispositions du Traité instituant la Communauté Economique Africaine et l'Union Africaine et ce faisant, contribuer au développement du Continent;
- e) Harmoniser les politiques respectives des Etats Membres dans les affaires d'intérêt commun, notamment en matière de ressources naturelles;
- f) Protéger, préserver et améliorer l'environnement naturel du Golfe de Guinée et coopérer en cas de désastre naturel;
- g) Développer une politique concertée d'immigration. et trouver des solutions appropriées aux problèmes qui pourraient se poser dans ce domaine;
- h) Renforcer la coopération dans le domaine des communications, notamment maritimes, en vue de faciliter les relations et les échanges entre les Etats membres et entre leurs populations;
- i) A cette fin, développer un vaste réseau de communications et assurer l'intégration des réseaux de transports³⁴².

Com sede em Luanda, a CGG só entrou no entanto em funcionamento em 11 de abril de 2007 encontrando-se ainda numa fase embrionária no que concerne à prossecução dos seus objetivos, dada a fragilidade (e em alguns casos, inexistência) dos meios navais e aéreos dos seus membros, pelo que se encontra invariavelmente dependente da cooperação estrangeira.

Na Conferência de Yaoundé, Camarões, que teve lugar entre 24 e 25 de junho de 2013, os Chefes de Estado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade Económica da África Central (CEAC) e da CGG adotaram um código de conduta para a luta contra as ameaças à segurança marítima na região do Golfo da Guiné, tendo sido aprovada a criação de um Centro Inter-regional de Cooperação (CIC). O objetivo

³⁴¹ ALMEIDA e BERNARDINO, 2013.

³⁴² Lei n.º 10-2005 de 30 agosto de 2005.

do CIC passa por delinear e concertar estratégias na luta contra a pirataria³⁴³, uma vez que dada a intensificação da exploração do petróleo e consequente incremento da circulação de navios petroleiros na região, registou-se um aumento dos casos de pirataria marítima, contrastando com uma redução global na região costeira da Somália a partir de 2011, que nesse ano registou cento e sessenta ataques e nenhum em 2015³⁴⁴.

Em sentido contrário, o Golfo da Guiné registou cinquenta e três em 2011, sessenta e dois em 2012 e trinta e um em 2015. No primeiro semestre de 2016, a região contava já com trinta casos de pirataria, com destaque para a Nigéria (vinte e quatro)³⁴⁵.

Neste âmbito, em 1 de julho de 2014, o Congresso norte-americano aprovou uma resolução que apoia o reforço da segurança marítima no Golfo da Guiné e promove a cooperação bilateral entre os EUA e os Estados da África Ocidental e Central no combate ao assalto à mão armada no mar com recurso a armas de fogo, à pirataria e a outras ameaças que se verifiquem no espaço marítimo³⁴⁶. Já as autoridades francesas, após a presença de mais de vinte anos na região, através da missão COYMBE, lançaram em 2011 o ASECMAR – Projeto de Apoio à Reforma do Sistema de Segurança Marítima no Golfo da Guiné –, programa de cooperação bilateral com os países da região que tem como objetivo o apoio à reforma do setor da segurança marítima.

No contexto deste projeto foi elaborado um plano de apoio francês para a segurança dos espaços marítimos com quatro eixos de cooperação: i) institucional, de capacitação e económico; ii) naval e marítimo; iii) policial e judiciário; iv) de desenvolvimento³⁴⁷.

Já a cooperação brasileira, para além da formação de oficiais e praças, tem promovido a realização de exercícios aéreos e navais bilaterais e multilaterais, como o ATLANSUR (com as Marinhas da Argentina, Uruguai e África do Sul) e o IBSAMAR (com as Marinhas da Índia e da África do Sul)³⁴⁸.

³⁴³ FRANCE DIPLOMATIE, 2014.

³⁴⁴ ICC - INTERNATIONAL MARITIME BUREAU, 2016.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Congress Bill S. Res. 288.

³⁴⁷ FRANCE DIPLOMATIE, 2014.

³⁴⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016.

A União Europeia lançou em janeiro de 2013 uma iniciativa para o reforço da segurança no Golfo da Guiné, o CRIMGO (*Critical Maritime Routes in the Gulf of Guinea Programme*)³⁴⁹, com uma dotação de quatro milhões e quinhentos mil euros provenientes do Instrumento de Estabilidade, tendo como objetivo o apoio aos governos daquela região no incremento da segurança das rotas marítimas, através do treino das respetivas Marinhas e/ou Guardas Costeiras e do estabelecimento de uma rede de troca de informações entre os países. Esta iniciativa foi sustentada pelo facto de 13% do petróleo e 6% do gás natural importados pelos Estados-membros terem origem no Golfo da Guiné³⁵⁰.

Deste modo, a CGG tem vindo a beneficiar, ainda que indiretamente, destes programas de cooperação bi e multilaterais, porém encontra-se num patamar bastante inferior ao da ZOPACAS. Consideramos, no entanto, que o CIC poderá ter um papel importante na organização, promovendo maior dinamismo, ao mitigar uma das suas principais vulnerabilidades – a dificuldade de coordenação entre os seus membros.

3. A Convenção de Montego Bay e a Extensão da Plataforma Continental no Atlântico Sul. Linhas de fricção

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ou Convenção de Montego Bay, é um tratado internacional que resultou da III Conferência da ONU sobre o Direito do Mar (1973-1982) e procura promover a codificação da parte do Direito Internacional Público relativa aos espaços marítimos. Assinada em 1982, entrou em vigor em 16 de novembro de 1994, tendo sido ratificada pelo Presidente da República Portuguesa em 14 de outubro de 1997³⁵¹.

O documento delimita as zonas marítimas – mar territorial, zona contígua, zona económica exclusiva e plataforma continental – e regulamenta a manifestação da soberania sobre as mesmas. Relativamente à soberania do Estado costeiro, a Convenção determina que esta se prolonga além do seu território e das suas águas interiores e, no caso de Estado

³⁴⁹ COMISSÃO EUROPEIA, 2013.

³⁵⁰ *Idem*.

³⁵¹ Decreto do Presidente da República n.º 67-A/97 de 14 de outubro de 1997.

arquipélago³⁵², das suas águas arquipelágicas, a uma zona de mar adjacente designada por mar territorial. Esta soberania abrange o espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como o leito e o subsolo do mesmo, exercida em conformidade com a Convenção e as demais normas de direito internacional.

Na generalidade, a prática internacional tem demonstrado que o ponto de partida é o método da equidistância, sendo corrigido e alterado no decurso das negociações, segundo os argumentos das partes, para se alcançar um resultado equitativo que considere e corrija as especificidades geográficas. A delimitação deve realizar-se, primeiramente, através de acordo entre Estados. Seguidamente, devem considerar-se as regras do direito internacional, atentas às fontes definidas no artigo 38.º do Estatuto do TIJ e, por último, que o acordo deve desembocar numa solução equitativa. Os Estados devem tentar encontrar a solução possível através de negociações, procurando utilizar um método que traga uma resposta equitativa para as partes³⁵³.

Os Estados fixam a largura do seu mar territorial até um limite que não pode ultrapassar as doze milhas marítimas, medidas a partir de linhas de base determinadas em conformidade com a Convenção. No entanto, as disposições relativas à delimitação apontam para a celebração de acordos entre as partes, “o que significa que a delimitação unilateral não é válida nos termos do Direito Internacional nem oponível a outro Estado”³⁵⁴.

Salvo disposição em contrário, os navios de qualquer Estado gozam do direito de passagem inofensiva pelo mar territorial, desde que não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado costeiro. A passagem de um navio estrangeiro será considerada prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado costeiro se o referido navio realizar, no mar territorial, qualquer ameaça ou uso da força contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política do Estado costeiro ou qualquer outra ação em violação dos princípios de direito internacional, enunciados na Carta das Nações Unidas, bem como manobras militares, atos de propaganda e obtenção de informações em prejuízo da defesa ou da segurança do Estado costeiro, entre outros³⁵⁵.

³⁵² De acordo com a Convenção, “Estado arquipélago” é um Estado constituído totalmente por um ou vários arquipélagos, podendo incluir outras ilhas.

³⁵³ CÂNDIDO, 2012: 168.

³⁵⁴ Idem: 167.

³⁵⁵ Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro de 1997.

Na zona contígua ao mar territorial, que não pode prolongar-se além das vinte e quatro milhas marítimas, o Estado costeiro pode adotar medidas de fiscalização para evitar infrações às leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários no seu território ou no seu mar territorial, bem como reprimir infrações às leis e regulamentos nessas zonas³⁵⁶.

Adjacente ao mar territorial situa-se a zona económica exclusiva (ZEE) que não pode prolongar-se além das duzentas milhas marítimas desde as linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial. Encontra-se sujeita ao regime jurídico específico segundo o qual os direitos e a jurisdição do Estado costeiro e os direitos e liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições da Convenção³⁵⁷.

Na ZEE, o Estado costeiro tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins económicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos, bem como jurisdição, em conformidade com as disposições da Convenção, para colocação de estruturas, ilhas artificiais, instalações, investigação científica marinha, bem como preservação e proteção do meio marinho³⁵⁸.

Já a plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, não podendo exceder as trezentas e cinquenta milhas marítimas a partir desta base. Os pontos fixos que constituem a linha dos limites exteriores da plataforma continental no leito do mar devem estar situados a uma distância que não exceda trezentas e cinquenta milhas marítimas da linha de base a partir da qual se

³⁵⁶ Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro de 1997.

³⁵⁷ *Idem.*

³⁵⁸ *Idem.*

mede a largura do mar territorial ou uma distância que não exceda cem milhas marítimas de isóbata de dois mil e quinhentos metros, que é uma linha que une profundidades de dois mil e quinhentos metros³⁵⁹.

A margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro e é constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continentais. Contudo não compreende nem os grandes fundos oceânicos, com as suas cristas oceânicas, nem o seu subsolo³⁶⁰. A delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente deve ser feita por intermédio de um acordo, em conformidade com o direito internacional a que se faz referência no artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, a fim de se alcançar uma solução equitativa.

Em caso de necessidade de obtenção de informações sobre os limites da plataforma continental além das duzentas milhas marítimas, o Estado costeiro deve submeter um pedido de informação à Comissão das Nações Unidas para os Limites da Plataforma Continental (*Commission on the Limits of the Continental Shelf* – CLCS). O Estado deve ainda depositar mapas e informações pertinentes, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, incluindo dados geodésicos, que descrevam permanentemente os limites exteriores da sua plataforma continental.

Por último, o Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, sendo que esses direitos são independentes da sua ocupação real ou fictícia ou de qualquer declaração expressa. No entanto, os referidos direitos sobre a plataforma continental não afetam o regime jurídico das águas subjacentes do espaço aéreo acima dessas águas³⁶¹.

Neste sentido, os Estados costeiros, no exercício da sua jurisdição, têm o direito de regulamentar, autorizar e realizar investigação científica marinha na sua zona económica exclusiva e na sua plataforma continental em conformidade com as disposições pertinentes

³⁵⁹ Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro de 1997.

³⁶⁰ *Idem*.

³⁶¹ *Idem*.

da Convenção. Assim, a investigação científica marinha na ZEE e na plataforma continental deve ser realizada com o consentimento do Estado costeiro³⁶².

Em sentido oposto, no que concerne ao alto mar, a Convenção determina que este é aberto a todos os Estados, independentemente da sua relação com o mar:

1 – O alto mar está aberto a todos os Estados, quer costeiros, quer sem litoral. A liberdade do alto mar é exercida nas condições estabelecidas na presente Convenção e nas demais normas de direito internacional. Compreende, inter-alia, para os Estados quer costeiros, quer sem litoral:

- a) Liberdade de navegação;
- b) Liberdade de sobrevoo;
- c) Liberdade de colocar cabos e ductos submarinos nos termos da parte VI;
- d) Liberdade de construir ilhas artificiais e outras instalações permitidas pelo direito internacional, nos termos da parte VI;
- e) Liberdade de pesca nos termos das condições enunciadas na secção 2;
- f) Liberdade de investigação científica; nos termos das partes VI e XIII;

2 – Tais liberdades devem ser exercidas por todos os Estados, tendo em devida conta os interesses de outros Estados no seu exercício da liberdade do alto mar, bem como os direitos relativos às atividades na área previstos na presente Convenção³⁶³.

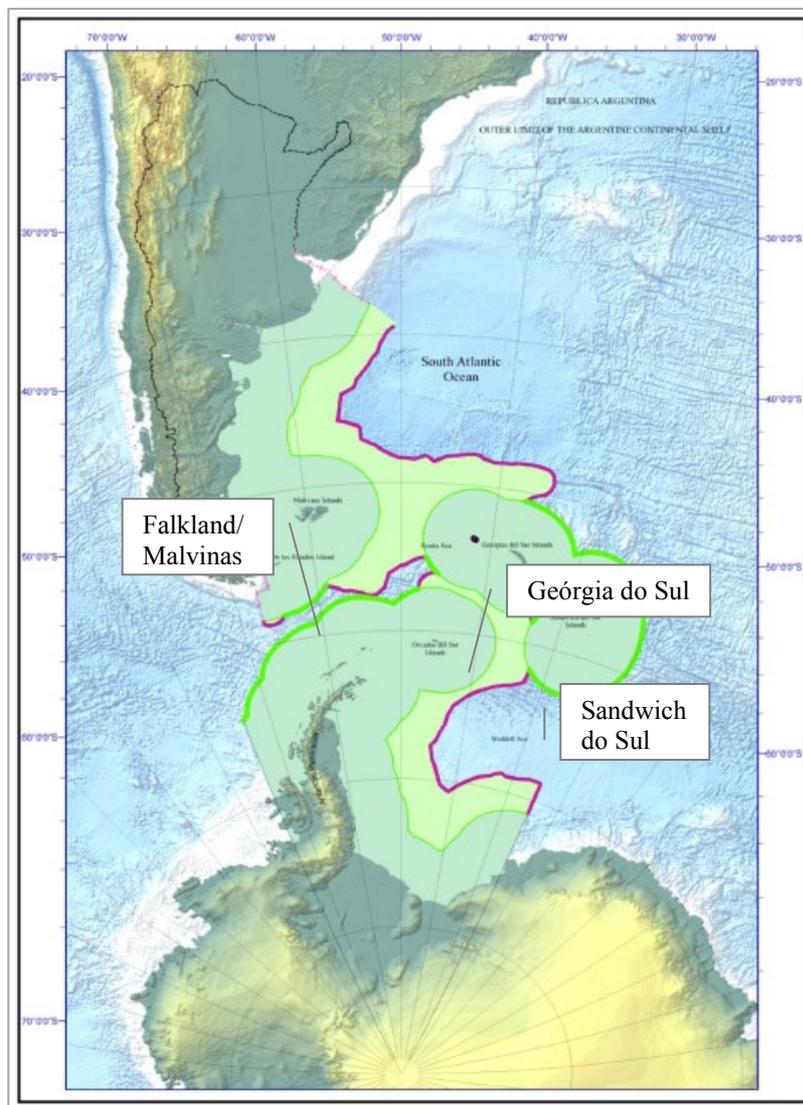
No entanto, o alto mar só pode ser utilizado para fins pacíficos e não poderá ser alvo de reivindicações de soberania. Todavia, todos os Estados costeiros devem promover a criação e a manutenção de um serviço de busca e salvamento adequado e eficaz, com o intuito de garantir a segurança marítima e aérea, mesmo em alto mar, bem como, para o efeito, cooperar com os Estados vizinhos por meio de acordos regionais. No caso de ameaça à segurança, como por exemplo a pirataria em alto mar (ou em qualquer outro lugar que não se encontre sob a jurisdição de um Estado), tráfico de estupefacientes ou tráfico de

³⁶² Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro de 1997.

³⁶³ *Idem*.

armamento, todos os Estados devem cooperar, na forma que lhes for possível, na repressão destes ilícitos³⁶⁴.

Figura 2.11 – Limites da plataforma continental argentina submetidos à CLCS



Fonte: Governo da Argentina, 2009 (adaptado).

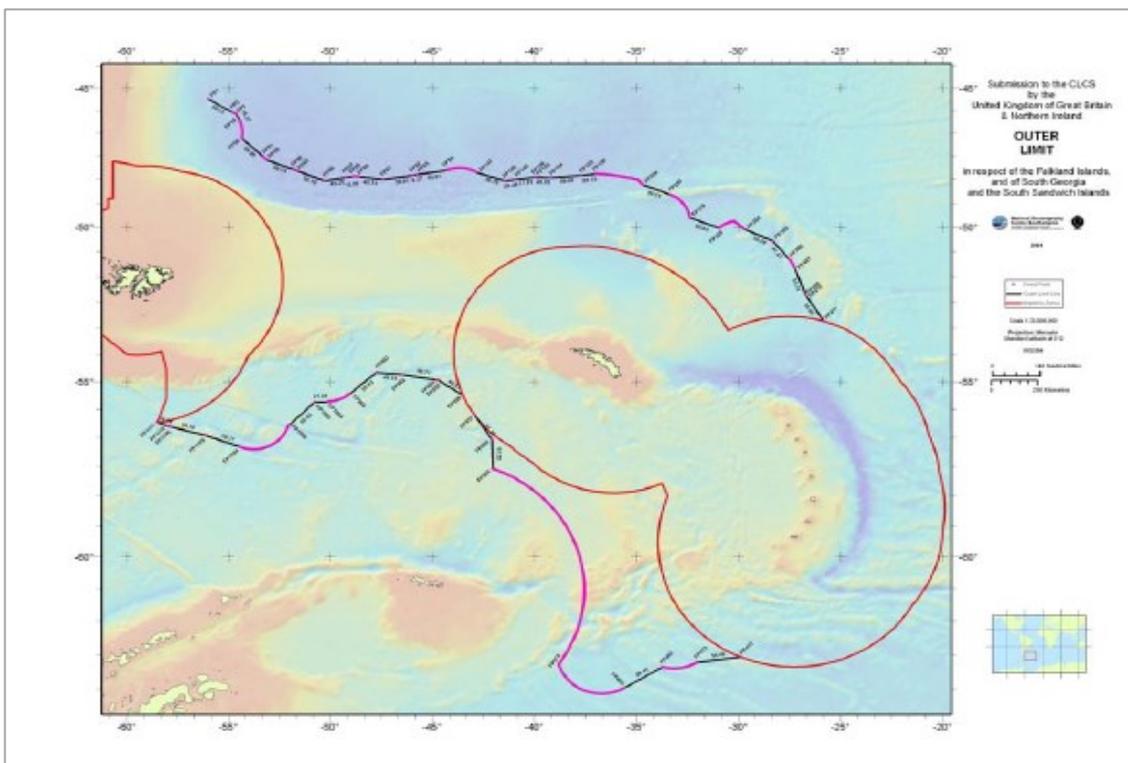
Regressando à plataforma continental e no caso concreto do Atlântico Sul (especificamente dos atores com interesses na Antártida), refira-se que Brasil, Uruguai, Argentina e Reino Unido submeteram as suas propostas à CLCS para a extensão das respectivas plataformas continentais para além das duzentas milhas marítimas³⁶⁵.

³⁶⁴ Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 14 de outubro de 1997.

³⁶⁵ Brasil: 17 de maio de 2004; Uruguai: 7 de abril de 2009; Argentina: 21 de abril de 2009; África do Sul: 5 de maio de 2008; Reino Unido: 9 de maio de 2008 para a ilha de Ascensão e 11 de maio de 2009 para as Falkland, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul.

Apesar de a Convenção de Montego Bay privilegiar o entendimento entre países vizinhos para a determinação de limites no que concerne aos espaços marítimos, duas destas submissões não têm merecido consenso, são elas as da Argentina e do Reino Unido, uma vez que não só se sobrepõem (Falkland, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul – Figuras 2.11 e 2.12), como as relações diplomáticas entre ambos os países são tensas devido à questão das Falkland/Malvinas, fatores que têm dificultado a negociação.

Figura 2.12 – Limites da plataforma continental das Falkland, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul submetidos à CLCS pelo Reino Unido



Fonte: Governo do Reino Unido e Irlanda do Norte, 2009.

Por outro lado, a submissão argentina causou igualmente polêmica ao reclamar a extensão da plataforma continental na região que as autoridades daquele país consideram como “Antártida Argentina”, ou seja, a região da Península Antártica (Figura 2.11), continente onde as reivindicações territoriais se mantêm suspensas desde 1961.

Neste sentido, foram várias as reações à submissão argentina. A Missão Permanente do Reino Unido e da Irlanda do Norte junto das Nações Unidas, em 6 de agosto de 2009, rejeitou a referida submissão, afirmando que o Reino Unido mantém a soberania sobre as

Falkland, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, bem como sobre as suas zonas marítimas, solicitando à CLCS que não considerasse a proposta da Argentina relativamente às áreas junto dos referidos arquipélagos³⁶⁶.

Por sua vez, os EUA (que não ratificaram a Convenção de Montego Bay) não reconhecem nenhuma manifestação de soberania sobre a Antártida e, por conseguinte, rejeitam a proposta da Argentina no que se refere à “Antártida Argentina”. Na mesma linha que os EUA e pelos mesmos motivos, também a Federação Russa, Índia, Países Baixos e Japão (todos eles membros da Convenção), rejeitam a submissão argentina em torno da Península Antártica.

Em resposta à rejeição britânica, a Argentina defende a sua soberania sobre os arquipélagos das Falkland/Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, num ofício datado de 8 de agosto de 2012:

... the Argentine Republic reiterates the content of its note of 20 August 2009, in which it objected to the British submission to the Commission concerning the Malvinas Islands, South Georgia Islands and South Sandwich Islands, and recalls that those archipelagos and the surrounding maritime areas are an integral part of the national territory of the Argentine Republic and that, being illegally occupied by the United Kingdom, they are the subject of a sovereignty dispute between the two countries, which has been repeatedly recognized in declarations by the United Nations and other international forums and organizations. The Argentine Republic reaffirms its rights to sovereignty over the Malvinas Islands, South Georgia Islands and South Sandwich Islands and the surrounding maritime areas and over the Argentine Antarctic Sector. Furthermore, it rejects all claims of sovereignty by the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland over Antarctic Territory³⁶⁷.

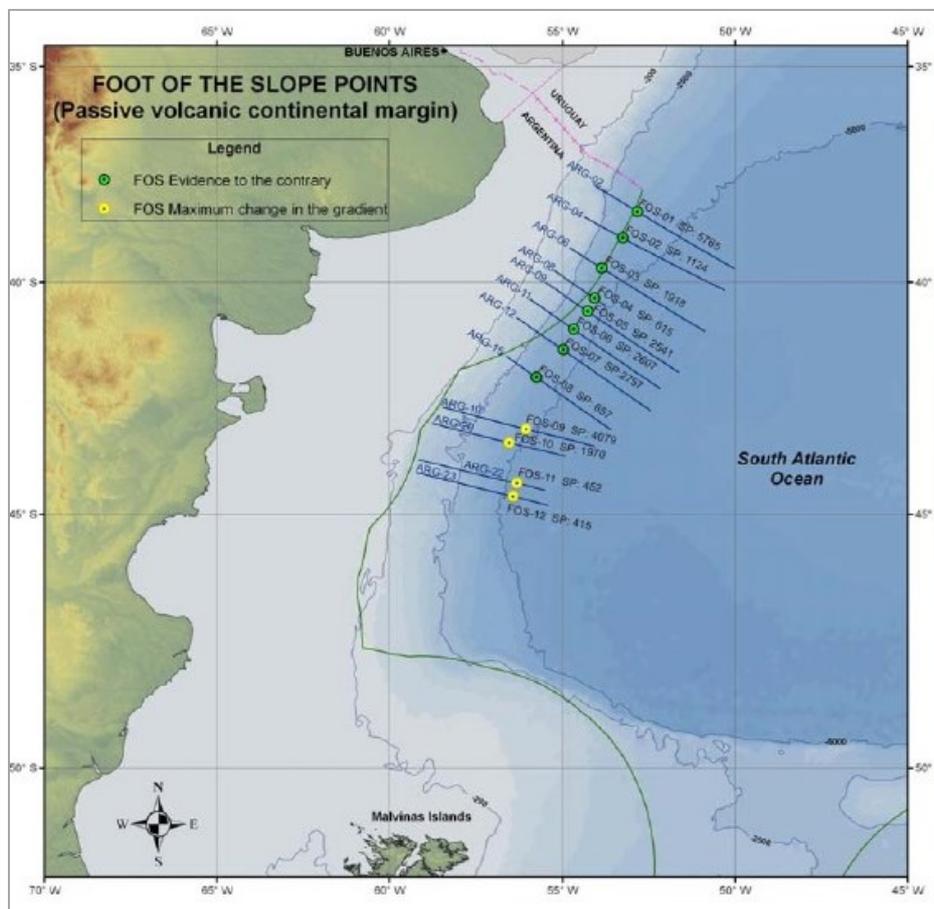
Em 23 de agosto de 2012, o Reino Unido respondeu ao referido ofício, mantendo a sua posição inicial e argumentando que não apresentava dúvidas relativamente à sua soberania sobre os territórios em questão, reiterando o pedido à CLCS para não considerar a submissão argentina.

³⁶⁶ MISSÃO PERMANENTE DO REINO UNIDO E IRLANDA DO NORTE JUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009.

³⁶⁷ MISSÃO PERMANENTE DA ARGENTINA JUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012.

Reconhecendo a disputa de soberania entre a Argentina e o Reino Unido, a OAS, juntamente com as Nações Unidas, tem apelado à renegociação para que se alcance uma solução justa, pacífica e definitiva³⁶⁸. Contudo, não obstante a ausência de consenso entre as posições britânica e argentina, em 11 de março de 2016 a CLCS divulgou as recomendações relativamente à submissão deste país sul-americano, tendo aprovado parte das propostas em torno das ilhas Falkland/Malvinas, mas sem se pronunciar vinculativamente sobre a Península Antártica (Figura 2.13)³⁶⁹.

Figura 2.13 – Margem continental vulcânica



Fonte: CLCS, 2016.

Based on its considerations of technical and scientific documentation contained in the Submission of Argentina and the additional scientific and technical data and information provided in documents [...], the Commission concludes that, in Rio de la Plata Craton passive volcanic continental margin region, the FOS points [...] fulfil the requirements of article 76 of

³⁶⁸ LAMPREIA, 2016.

³⁶⁹ CLCS, 2016.

the Guidelines. The Commission recommends that these FOS points should form the basis for the establishment of the outer edge of the continental margin in the Rio de la Plata Craton passive volcanic continental margin region³⁷⁰.

As autoridades chilenas criticaram a decisão da CLCS relativamente à submissão argentina referindo, na pessoa do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que a deliberação daquele órgão contradiz a própria Convenção no que respeita ao arquipélago das Falkland/Malvinas, que o Chile considera atualmente território britânico. No que respeita à plataforma continental antártica, o Governo chileno adotou uma atitude conciliadora, argumentando que as reivindicações territoriais se encontram suspensas pelo que todas as negociações têm de ser trabalhadas num espírito de consenso entre todos os Membros Consultivos, à semelhança do que tem ocorrido com os demais assuntos que envolvem a Antártida³⁷¹.

Deste modo, respondendo a uma das perguntas desta investigação – *que linhas de fricção e focos de tensão existem atualmente na Antártida?* – podemos afirmar que existem efetivamente linhas de fricção que têm perdurado no tempo e que a extensão da plataforma continental em torno da Península Antártica e dos arquipélagos disputados pelo Reino Unido e Argentina é uma delas. Outra linha de fricção ou potencial foco de tensão, não menos importante, prende-se com as reivindicações territoriais sobrepostas na região da Península Antártica, disputada pela Argentina, Chile e Reino Unido, como verificaremos adiante.

Relativamente ao *impacto da expansão da plataforma continental nas estratégias dos países com interesses na Antártida*, outra das perguntas colocadas no início do presente estudo, constatamos que na prática esse impacto reflete-se essencialmente nas relações diplomáticas, uma vez que as submissões em torno do “continente gelado” se encontram sobrepostas, sem que tenha sido possível até à data alcançar um consenso entre Argentina e Reino Unido, tal como previsto na Convenção. No entanto, se a partir de 2041, na sequência da revisão do Tratado da Antártida, as reivindicações territoriais forem permitidas e ainda

³⁷⁰ CLCS, 2016: 12.

³⁷¹ MERCO PRESS, 2016.

não tenha sido atingido um consenso, não se exclui que as linhas de fricção entre aqueles países possam vir a acentuar-se.

Em suma, o Atlântico Sul é um oceano rico em recursos naturais, especialmente hidrocarbonetos, encerrando em si importantes rotas marítimas. Nele é visível a importância dos fatores físico, recursos naturais e circulação, especialmente nos *choke points* junto à Antártida, considerados particularmente estratégicos por Therezinha de Castro.

É assim um espaço geopolítico apetecível, razão pela qual tem conhecido focos de tensão e de conflitualidade, como verificámos anteriormente. E a Antártida? Qual será a sua relevância neste espaço? Que fatores contribuirão para a mesma? Procuraremos dar resposta a estas questões no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A ANTÁRTIDA

1. O continente Antártico

1.1 Os fatores físico e recursos naturais

Com cerca de catorze milhões de quilômetros quadrados – extensão que pode duplicar durante o Inverno com a formação da plataforma de gelo – e quatro mil e quinhentos quilômetros de diâmetro, a Antártida³⁷² é o quarto maior continente do planeta. Apresenta uma forma relativamente circular, dividindo-se em duas grandes regiões: a Antártida Ocidental, ou Menor e a Antártida Oriental, ou Maior, delimitadas nos extremos pelos mares de Weddell e de Ross e pelas montanhas Transantárticas, cordilheira que atravessa o continente numa extensão de três mil e duzentos quilômetros³⁷³. Centrando-se no Polo Sul, é banhada pelo Oceano Glacial Antártico, que se constitui como o prolongamento meridional dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico (Figura 3.1).

A Antártida é o continente mais frio³⁷⁴, com a taxa de humidade mais baixa e com a maior média de altitude e de índice de ventos fortes do planeta. Representando cerca de 10% da superfície da Terra e 30% da massa terrestre do Hemisfério Sul³⁷⁵, a espessura do seu manto de gelo supera, em média, os dois mil metros, alcançando os cinco mil na região de Adélia, na Antártida “Francesa”. Curiosamente, apesar de armazenar 70% da água doce do planeta e 90% da criosfera (superfície terrestre constituída por água no estado sólido), é uma região mais árida do que o deserto do Saara, com ventos secos que atingem cerca de trezentos quilômetros por hora nos planaltos³⁷⁶.

³⁷² O nome grego deste continente, “Antarktos”, significa oposto à ursa - oposto a “arktos” (urso - Ártico) - em referência à constelação Ursa Menor, cuja Estrela Polar indica o norte geográfico.

³⁷³ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

³⁷⁴ Em julho de 1983 a base russa de Vostok, na região oriental, registou a temperatura recorde de -89,2°C e, mais recentemente, em agosto de 2010, este recorde foi ultrapassado na região do Grande Planalto Leste, entre os cumes Argus e Fuji, onde foram registados -93.2°C. PÚBLICO, 2013.

³⁷⁵ GASPAR, 2010.

³⁷⁶ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

No centro do continente, o Sol nasce uma vez por ano, em 21 de setembro, sendo o seu ocaso seis meses mais tarde, em março, período que equivale ao verão antártico e durante o qual as temperaturas médias sobem até aos -30°C nas regiões interiores e 0°C nas zonas

Figura 3.1 – Mapa político da Antártida



Fonte: World Site Atlas.

costeiras. Os restantes seis meses correspondem ao inverno, estação do ano em que é sempre noite na Antártida e onde as temperaturas atingem, em média, -65°C no interior e -20°C nas regiões da orla costeira³⁷⁷.

Continente de condições atmosféricas extremas, é parco em vida terrestre, apenas existindo duas plantas endémicas – o pasto antártico (*Deschampsia antarctica*) e o clavelito antártico (*Colobanthus quintensis*), sendo que a restante flora se resume a fungos, líquenes, musgos e alguns microrganismos e insetos³⁷⁸. Não obstante, as regiões costeiras e as suas

³⁷⁷ GASPAR, 2010.

³⁷⁸ Idem.

águas albergam uma biodiversidade extraordinária, composta por milhões de aves marinhas – entre elas albatrozes e pinguins – e de mamíferos como focas, leões-marinhos e várias espécies de baleias. Esta riqueza animal deve-se sobretudo à presença abundante de krill, um pequeno crustáceo que constitui a principal fonte de alimento das baleias e do peixe³⁷⁹.

As características polares prolongam-se para norte, até à designada Convergência Antártica, limite natural entre as regiões antárticas e subantárticas, onde as águas geladas do sul encontram águas mais tépidas, mergulhando sob estas. Esta região, com aproximadamente vinte a trinta milhas marítimas de largura (varia consoante as estações do ano), cruza os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico entre as latitudes 48° e 61° S, formando uma zona de delimitação biológica de formas de vida aquática e de aves marinhas, separando espécies adaptadas às águas frias polares (menos salgadas) das que habitam águas mais tépidas e salgadas³⁸⁰.

É na zona de Convergência Antártica (Figura 3.2) que se encontram as ilhas Shetlands do Sul, as Orcadas do Sul, as Sandwich do Sul e as Geórgia do Sul, áreas de investigação científica por excelência, não só pela sua biodiversidade e recursos minerais, mas igualmente por questões geopolíticas.

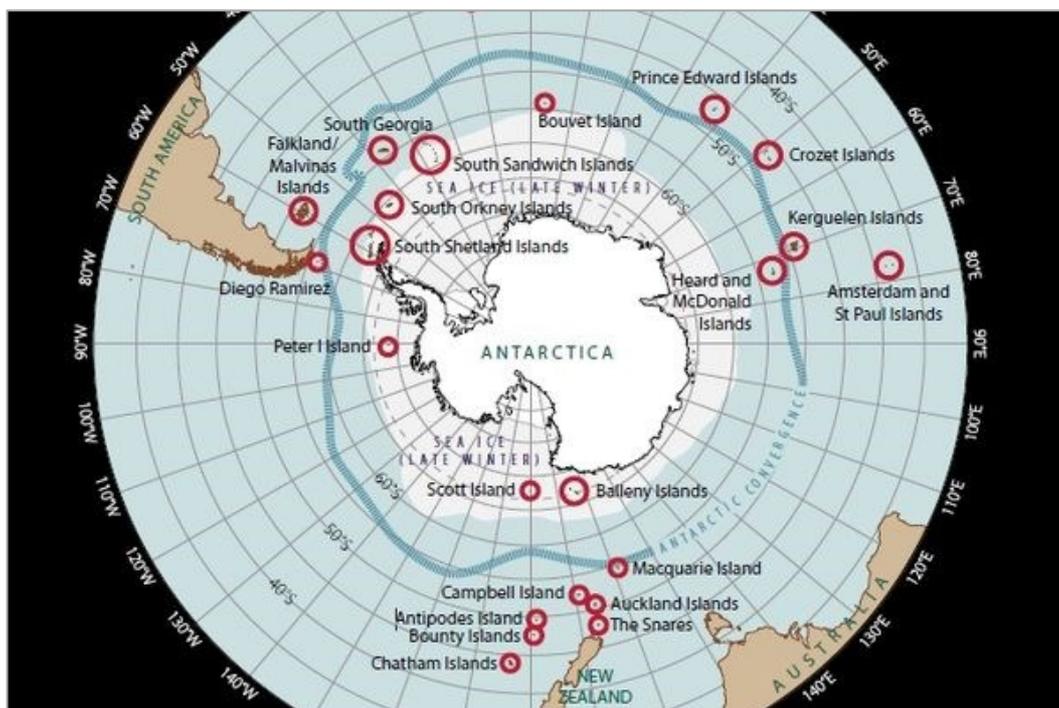
Já a Península Antártica, segundo Jack Child (1988), devido aos seus recursos naturais, clima mais ameno comparativamente com o interior do continente e proximidade relativamente à América do Sul (*choke point* Passagem de Drake/Estreito de Magalhães) é o território antártico mais valioso e o mais cobiçado, sendo reivindicado em simultâneo pela Argentina, Chile e Reino Unido, que não pretendem abdicar das suas pretensões³⁸¹. De acordo com o autor, a concretizar-se a autorização da exploração de petróleo e de gás, aquela região seria certamente uma das potenciais candidatas à construção de campos petrolíferos e de gás, dadas as condições climatéricas menos rigorosas, em comparação com o interior do continente.

³⁷⁹ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

³⁸⁰ GASPAR, 2010.

³⁸¹ CHILD, 1988.

Figura 3.2 – Convergência Antártica



Fonte: ABC Net.

Apesar de inóspita, a Antártida desempenha um papel fundamental na determinação do clima no Hemisfério Sul – e no condicionamento do clima global – uma vez que é desta região que partem massas de ar de alta pressão (frias) em direção ao Equador, equilibrando os sistemas de baixa pressão (quentes), fenômeno que provoca chuvas de verão na América do Sul e em África, por exemplo. O seu frágil ecossistema tem sido alvo de debate internacional, uma vez que paralelamente aos santuários de fauna e flora, existem importantes depósitos de carvão, gás natural e petróleo *offshore* de valor comercial inestimável.

Após o choque petrolífero do final da década de 1970, Raúl Cortés Rivera³⁸², geólogo da Empresa Nacional de Petróleo do Chile, afirmava que a plataforma continental da Antártida, junto aos mares de Ross e de Weddell, poderia ter depósitos de hidrocarbonetos, sobretudo metano, passíveis de serem explorados no futuro assim que a tecnologia permitisse. Cortés Rivera referia que estudos geoquímicos desenvolvidos na área da plataforma na ilha de

³⁸² RIVERA, 1977.

Livingstone, no arquipélago das Shetlands do Sul, revelaram um “potencial interessante” no que respeitava a presença de hidrocarbonetos (*roca madre*)³⁸³.

O autor separava igualmente o continente antártico em duas áreas distintas, Antártida Oriental e Antártida Ocidental, salientando que esta última seria mais rica em hidrocarbonetos (não despreciados os avanços tecnológicos nesta área, esta afirmação terá provavelmente despertado o interesse de muitos países, sobretudo dos que mais sentiram o efeito do choque petrolífero), designadamente junto à Península Antártica: “Hacia el Oeste de la Península Antártica la plataforma continental es, sin duda, atractiva en cuanto a posibles acumulaciones de hidrocarburos, especialmente en los sectores más amplios, como los de los mares de Bellingshausen y Amundsen, como también el de lo Mar de Ross”³⁸⁴.

Apesar de, à data da elaboração deste artigo, a tecnologia associada à indústria petrolífera já permitir estudos sísmicos e explorações em *offshore*, o autor considerava que

Modernas técnicas pueden permitir realizar trabajos de sísmica marina y ejecutar perforaciones exploratorias en muchos lugares costa-afuera de la Antártica (...) Los problemas logísticos y el bajo tiempo efectivo de estos trabajos en un medio extremadamente hostil constituyen (...) factores que pesan entremente en el costo de la exploración³⁸⁵.

Rivera reconhece que a exploração de hidrocarbonetos não seria economicamente viável naquela fase, porém, afirma que seria uma questão de tempo até que a atenção das empresas petrolíferas se orientasse para a Antártida, pelo que antevia uma corrida à exploração destes recursos, com uma clara vantagem para os maiores investidores na prospeção³⁸⁶.

Na mesma linha, mas em 2005, o investigador da Universidade de Siena, Roberto Bargagli, estimava que os depósitos de ouro, cobre, níquel, urânio e ferro presentes na Austrália Oriental e os depósitos de prata, chumbo, cobre e zinco da Austrália Central, podiam existir igualmente na Antártida Ocidental³⁸⁷.

³⁸³ RIVERA, 1977.

³⁸⁴ Idem: 266.

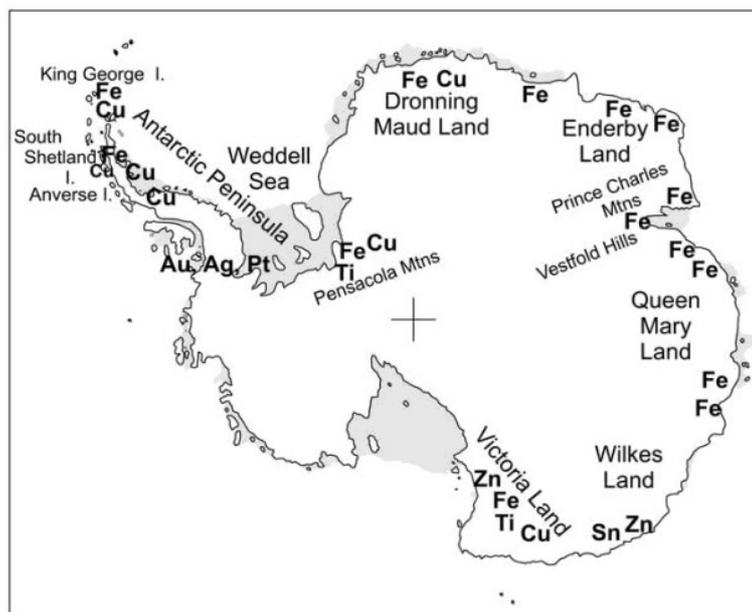
³⁸⁵ Idem: 267.

³⁸⁶ RIVERA, 1977.

³⁸⁷ BARGAGLI, 2005.

A Península Antártica é frequentemente considerada uma das zonas mais importantes no que respeita aos recursos minerais (Figura 3.3), dado que apresenta características tectónicas e geológicas semelhantes às existentes na cordilheira dos Andes, região que encerra alguns dos maiores depósitos mundiais de cobre, antimónio, estanho, molibdénio, prata, chumbo, ferro, tungsténio, zinco e ouro. Foram identificadas mineralizações de cobre na região noroeste da Península Antártica, bem como nas ilhas Shetlands do Sul, Rei Jorge e Anvers, embora o potencial de exploração seja ainda desconhecido³⁸⁸.

Figura 3.3 – Principais depósitos de minerais na Antártida (estimativa)



Fonte: Bargagli, 2005.

No entanto, com o objetivo de impedir a exploração dos recursos naturais e, conseqüentemente, a destruição daquele habitat, foi assinado em 1991 em Madrid, pelos subscritores do Tratado da Antártida de 1959³⁸⁹, o Protocolo de Proteção do Meio Ambiente (PEP, na sua designação inglesa), que proíbe a exploração de recursos minerais por um período de cinquenta anos³⁹⁰, tema que será desenvolvido mais adiante neste capítulo.

Poderão os recursos existentes converter-se em focos de tensão? questionávamo-nos no início desta investigação. De acordo com o documento *Global Strategic Trends – Out to*

³⁸⁸ BARGAGLI, 2005.

³⁸⁹ Os membros (ou signatários) originais são a África do Sul, a Argentina, a Austrália, a Bélgica, o Chile, os EUA, a França, o Japão, a Noruega, a Nova Zelândia, o Reino Unido e a URSS.

³⁹⁰ VIEIRA, 2006a.

2045, editado pelo Ministério da Defesa britânico³⁹¹, embora o Tratado da Antártida proíba explicitamente a extração de minerais e hidrocarbonetos,

...the potential for their extraction in Antarctica is likely to become a significant influence on the region's geopolitics in the coming decades. [...] Any proposals for exploitation could heighten political tensions in the region, and may not be accepted given the likelihood of strong opposition from certain countries and from environmental pressure groups. [...] All nations currently carrying out scientific research on Antarctica are likely to maintain a keen interest in its minerals with China foremost among them³⁹².

Contudo, o Ministério da Defesa britânico considera que embora no futuro possam surgir defensores da exploração comercial dos recursos minerais da Antártida, deverão ser alvo de fortes pressões por parte de outros Estados e atores não-estatais para manter o *status quo* no continente, mantendo-o livre da exploração comercial, atenuando deste modo eventuais focos de tensão que possam eclodir. Assim, consideramos que mesmo comprovada a viabilidade económica da exploração comercial desses recursos, tal não deverá acontecer antes da revisão do Tratado em 2041.

Existem igualmente várias propostas que transcendem a exploração de recursos minerais, como por exemplo o turismo, a transformação da camada de gelo em água potável e o seu envio para zonas de escassez ou o aproveitamento da baixa temperatura para converter o continente num espaço planetário de armazenamento de víveres³⁹³. Todavia, embora o aproveitamento da água potável pudesse constituir uma solução para os países que enfrentam secas severas, esta atividade teria um impacto nefasto nos ecossistemas antárticos³⁹⁴.

A relevância estratégica da Antártida é inegável, quer seja pela sua localização, quer pelos seus recursos. Se a estes dois fatores aliarmos o fator circulação analisado anteriormente no espaço geopolítico do Atlântico Sul deparamo-nos com um vasto território, localizado no extremo sul do planeta, passível de ser explorado no futuro (se o Tratado da Antártida o permitir) e importante no controlo dos navios que circulam através dos *choke points* do

³⁹¹ UNITED KINGDOM MINISTRY OF DEFENCE, 2014.

³⁹² Idem.

³⁹³ VIEIRA, 2006a.

³⁹⁴ UNITED KINGDOM MINISTRY OF DEFENCE, 2014.

Atlântico Sul. Perante estes argumentos, é natural que tenha atraído desde muito cedo a atenção dos países que hoje se encontram presentes no terreno.

1.1.1 O impacto das alterações climáticas no continente antártico

É sobre a Antártida que se localiza o apelidado “Buraco do Ozono”, uma metáfora criada por cientistas para designar uma área onde a concentração de ozono diminui todos os anos abaixo das duzentas unidades de Dobson³⁹⁵. Ao longo do ano, nas latitudes médias, a quantidade de ozono pode variar entre as duzentas e as quinhentas unidades de Dobson porém, na Antártida já foram registados valores abaixo das cem unidades³⁹⁶.

Esta diminuição é mais acentuada no final do inverno antártico (normalmente na primeira semana de outubro) e caracteriza-se por uma redução quase total da camada de ozono na baixa estratosfera, entre os doze e os vinte quilómetros de altitude e por uma diminuição substancial da camada de ozono entre a superfície terrestre e o topo da atmosfera³⁹⁷. O ozono tem a capacidade de absorver grande parte da radiação solar ultravioleta B (UV-B), pelo que a sua redução pode provocar efeitos nocivos nos seres vivos.

Pese embora as medidas implementadas pelo Protocolo de Montreal (1989), que visa recuperar a camada de ozono para os níveis da década de 1980 e obriga os cento e noventa e dois países signatários a reduzir a produção e uso de substâncias destruidoras – como os clorofluorcarbonetos (CFC, usado sobretudo em *sprays*) – estima-se que a camada de ozono na Antártida apenas alcance os referidos níveis em 2075 (Figura 3.4)³⁹⁸, embora o “Buraco do Ozono” tenha conhecido uma redução significativa em 2015 e em 2016³⁹⁹.

A radiação UV, como consequência da redução da camada de ozono, afeta diretamente os habitats das águas pouco profundas no continente antártico⁴⁰⁰. Uma projeção de longo prazo para a região, efetuada por Gutt *et al* (2014)⁴⁰¹, revela que no período de um século, se a

³⁹⁵ 1 unidade Dobson = 2 .687 E16 moléculas/cm².

³⁹⁶ INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, *s.a.* e LINDSEY, 2016.

³⁹⁷ WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. 2014 e BARGAGLI, 2005.

³⁹⁸ WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION, 2014.

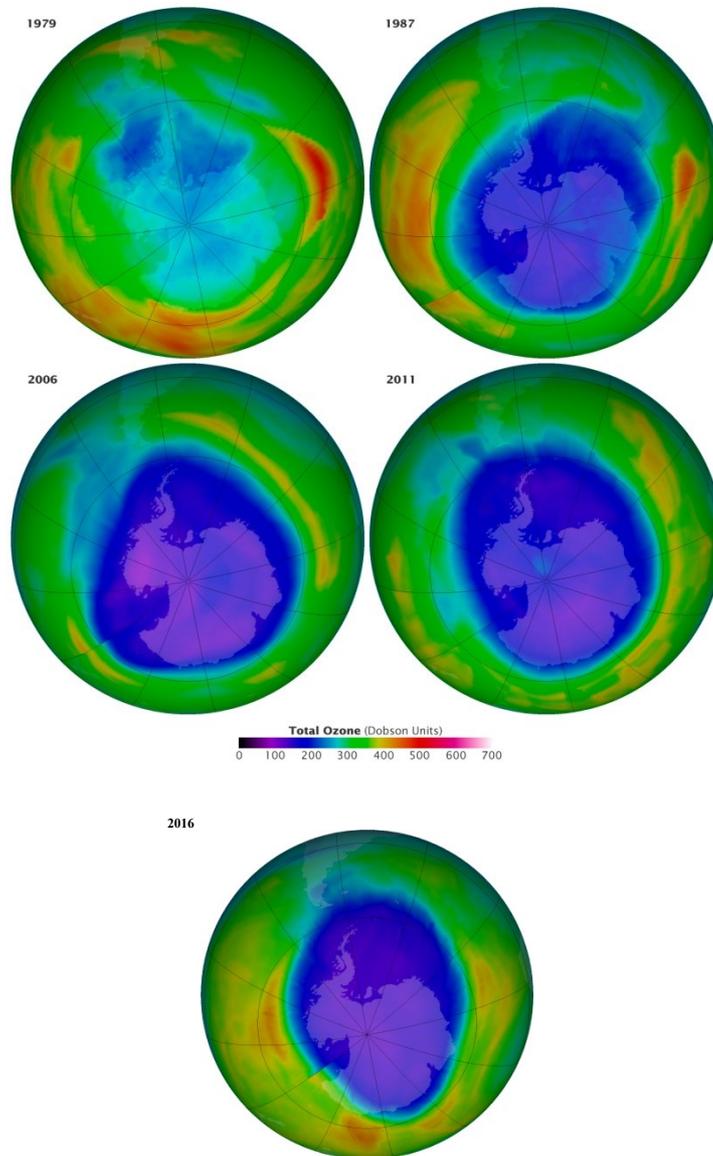
³⁹⁹ DINIS, 2016.

⁴⁰⁰ GUTT *et al*, 2014.

⁴⁰¹ Idem.

camada de ozônio não aumentar substancialmente, os habitats de espécies como o krill poderão ser afetados pelo aumento da temperatura do mar e da radiação⁴⁰².

Figura 3.4 – Evolução do “Buraco do Ozônio” entre 1979 e 2016



Fontes: NASA Earth Observatory, 2012b e Lindsey, 2016.

Já os ecossistemas marinhos do Oceano Glacial Antártico têm mudado ao longo dos últimos trinta anos, sobretudo em resposta ao aumento da temperatura do oceano e à alteração da dimensão e sazonalidade das áreas marítimas geladas⁴⁰³. No entanto, de acordo

⁴⁰² GUTT *et al.*, 2014.

⁴⁰³ CONSTABLE, 2014.

com Roberto Bargagli, a região oeste da Península é a única que apresenta uma relação significativa entre temperatura do ar e extensão do mar gelado⁴⁰⁴.

O aumento progressivo da temperatura nesta região está a afetar pequenos glaciares e plataformas de gelo (as quais bloqueiam a luz solar e a radiação UV, encontrando-se expostas ao aquecimento da atmosfera e do mar), bem como processos de colonização e reprodução de seres vivos, contrastando com o resto do continente.

Of all the world's regions, the Antarctic Peninsula is particularly sensitive to small rises in the annual average temperature, which has increased by nearly 3°C since the Antarctic Treaty was negotiated. This is about 10 times faster than the average for the rest of the world, which makes the peninsula area worthy of serious scientific scrutiny. The rapid disintegration of the Larson Ice Shelf in 2002, the collapse of the Wilkins Ice Shelf in 2008, and the calving since 1995 of giant icebergs the size of Delaware, Rhode Island, and Connecticut all graphically demonstrated the impacts that warmer waters are having around Antarctica's perimeter ice shelves. [...] The remaining 96% of the continent, however, shows no notable signs of either temperatures rise or loss of ice, a circumstance largely attributable to the cooling effects of the ozone hole over East Antarctica⁴⁰⁵.

Em 13 de maio de 2015, o *British Antarctic Survey* (BAS)⁴⁰⁶ referiu que após os colapsos das plataformas Larsen A em 1995 e Larsen B em 2002 (colapso parcial), a plataforma de gelo Larsen C estava a perder espessura na superfície e na base. De acordo com dados recolhidos pelos investigadores, a plataforma Larsen C perdeu uma média de quatro metros de gelo entre 1998 e 2012 e cerca de um metro de altura na superfície. Em meados de dezembro de 2016 uma fissura, que tinha vindo a evoluir paulatinamente nesta plataforma, expandiu-se de forma abrupta ao longo de dezoito quilómetros, levando a que uma área com cerca de cinco mil quilómetros quadrados tenha ficado presa à Larsen C por apenas vinte quilómetros de gelo (Figura 3.5)⁴⁰⁷.

⁴⁰⁴ BARGAGLI, 2005.

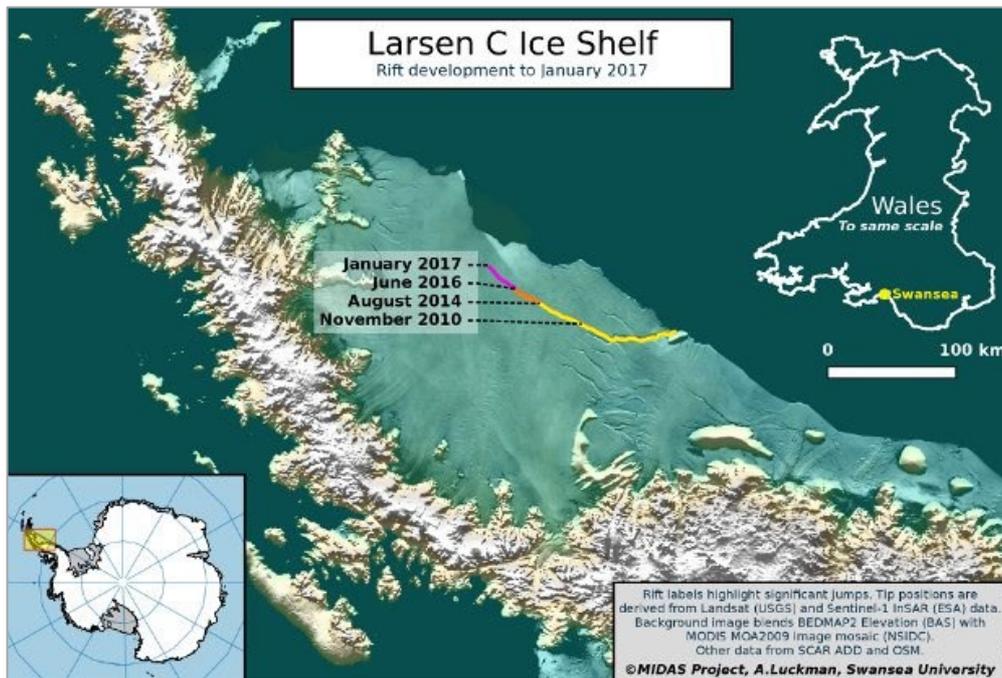
⁴⁰⁵ JOYNER, 2011.

⁴⁰⁶ BRITISH ANTARCTIC SURVEY, 2015.

⁴⁰⁷ DEVLIN, 2017.

A equipa responsável pelo estudo que tem vindo a monitorizar a evolução da Larsen C estima que a manterem-se as condições atuais, a plataforma poderá colapsar dentro de um século, mas se a temperatura aumentar na região, este fenómeno dar-se-á mais cedo⁴⁰⁸. Já a NASA afirma que o colapso total da Larsen B pode decorrer até ao final da década⁴⁰⁹.

Figura 3.5 – Plataforma Larsen C



Fonte: Devlin, 2017.

No que respeita à fauna e flora antárticas, segundo o investigador português José Xavier, que participa igualmente num estudo desenvolvido pelo BAS sobre o efeito das alterações climáticas na região, no futuro, algas e pequenos crustáceos começarão a distribuir-se para sul, em direção à Antártida continental, à medida que a temperatura das águas mais a norte aumentar.

Quanto aos predadores de topo, como pinguins, focas e albatrozes, dependerá da sua flexibilidade para se moverem em busca de alimento, caso este fique mais longe das suas colónias de reprodução. Por outro lado, o investigador considera que nem todas as espécies serão afetadas de forma igual pelas alterações climáticas, acreditando que algumas consigam

⁴⁰⁸ Redigido em 2016. Parte da plataforma Larsen C, com uma área de cerca de 5800km² viria efetivamente a separar-se em junho de 2017 (DAVIS, 2017).

⁴⁰⁹ NASA, 2015.

adaptar-se – o objetivo do estudo do BAS passa por compreender que espécies conseguem essa adaptação, entender como o fazem e avaliar as consequências que este fenómeno terá na estrutura e no funcionamento do oceano no futuro⁴¹⁰.

Relativamente às áreas geladas marítimas, aumentaram de extensão, sobretudo nos mares de Ross e de Weddell, onde os ventos catabáticos promovem a formação de gelo (uma mudança no padrão dos ventos poderia afetar a formação de gelo nas regiões costeiras)⁴¹¹. Por sua vez, as plataformas geladas antárticas, que contêm aproximadamente vinte e sete milhões de quilómetros cúbicos de gelo (suficiente para elevar sessenta metros o nível da água do mar, caso derretam)⁴¹², aumentaram 4 a 5% por década ao longo dos últimos trinta anos no Mar de Ross e diminuíram cerca de 5 a 6%, no mesmo período, na região da Península Antártica⁴¹³.

Estas alterações “geograficamente compensadas” têm sido estudadas por cientistas internacionais que procuram compreender as alterações climáticas através da análise do fenómeno na Antártida. Não existem ainda evidências concretas de que estas alterações no continente antártico apenas se devem às mudanças climáticas provocadas pela ação humana, porém os dados geofísicos recolhidos nas regiões polares, nomeadamente no continente antártico, permitem compreender melhor as alterações climáticas do passado, a ligação entre a concentração de gases com efeito de estufa e as temperaturas da superfície, bem como os processos físico-químicos que conduzem à formação do “Buraco do Ozono”⁴¹⁴.

Neste contexto, decorreu em abril de 2014 a primeira edição do *SCAR Antarctic and Southern Ocean Science Horizon Scan*, evento que reuniu setenta e cinco cientistas e decisores políticos de vinte e dois países e no qual foram definidas as prioridades da investigação na Antártida para as próximas duas décadas, nomeadamente: i) definir o alcance global da atmosfera da Antártida e do Oceano Glacial Antártico (qual o impacto das alterações do clima antártico noutras regiões da Terra); ii) compreender como, onde e

⁴¹⁰ TEIXEIRA, 2015,

⁴¹¹ GUTT *et al.*, 2014.

⁴¹² KENNICUTT II e CHOWN, 2014.

⁴¹³ CONSTABLE *et al.*, 2014.

⁴¹⁴ BARGAGLI, 2005.

porque perdem massa as plataformas de gelo; iii) conhecer a história da Antártida; iv) aprender como têm evoluído e sobrevivido a fauna e flora antárticas; v) observar o Universo a partir da Antártida, pelas condições de visibilidade que oferece; e vi) reconhecer e mitigar a influência humana no continente.

Estas prioridades justificarão a presença de cientistas internacionais nos próximos vinte anos bem como o empenho dos países no desenvolvimento da investigação naquele continente, sendo que este “empenho” dos Estados em aprofundar o estudo deste fenómeno constitui um fator preponderante para a tomada de decisão no contexto do Tratado, como verificaremos mais adiante neste capítulo (ponto 1.2.3), uma vez que um dos critérios de acesso ao estatuto de “Membro Consultivo” e de reforço deste epíteto é precisamente o investimento em investigação científica.

Assim, respondendo à questão *de que forma poderão as alterações climáticas contribuir para a relevância estratégica da Antártida?* é possível concluir que as mesmas podem não aumentar a relevância estratégica daquele continente, mas acabam por constituir, ainda que indiretamente, um importante instrumento de validação científica para os países que pretendem afirmar-se no Sistema do Tratado da Antártida.

1.2 A Antártida ao longo da História

1.2.1 De *Terra Incógnita* a continente desejado

Apesar das referências na Grécia Antiga de Cláudio Ptolomeu – na sua obra *Geographia*, de 150 d.C. – e de Aristóteles, ambos defendendo a existência de um território na região austral do mundo (Figura 3.6) cujo propósito seria equilibrar o peso das regiões então conhecidas (Europa, África e Ásia) para que a Terra não se invertesse⁴¹⁵, a *Terra Australis Incognita* (*nondum cognita*) apenas terá sido oficialmente avistada em 1820, por navegadores

⁴¹⁵ Teoria aristotélica das correspondências, que defendia a presença de terra firme abaixo da linha do Equador com o propósito de equilibrar os continentes no hemisfério norte. NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

britânicos, russos e norte-americanos, comandados por Edward Bransfield, Fabian Gottlieb von Bellingshausen e Nathaniel Palmer, respetivamente⁴¹⁶.

Figura 3.6 – Mapa de Ptolomeu, Geographia, 150 d.C



Fonte: Grécia Antiga.

As obras de Ptolomeu e Aristóteles inspiraram navegadores desde o início do período dos Descobrimentos, no século XV, tendo vários passado ao largo da Antártida sem nunca a terem avistado efetivamente. O navegador português Fernão de Magalhães, na sua viagem de circum-navegação ao serviço da Coroa Espanhola, pensou ter descoberto o “continente branco” no estreito da Terra do Fogo em 1519 – atual Estreito de Magalhães – uma vez que alcançou aquela latitude em pleno inverno, época do ano em que toda a paisagem se encontra deserta e congelada, sobressaindo essencialmente os glaciares e os icebergues, como relata o escritor italiano, Antonio Pigafetta, que acompanhou a expedição:

Partendo de qui arrivassemo fino a 49 gradi a l'Antartico. Essendo l'inverno le navi intrarono in uno bon porto per invernarse. Quivi stessemo dui mesi senza vedere persona alcuna (...) in 51 grado manco un terzo all'Antartico, trovassemo uno fiume de acqua dolce nel quale le navi quasi [se] perseno per li venti terribili; ma Dio e li Corpi Santi le aiutarono. In questo fiume tardassemo circa due mesi per fornirne de acqua, legna e pesce, longo uno braccio e piú, con squame. Poi andando a 52 gradi al medesimo polo, trovassemo nel giorno delle Undecimila vergine uno stretto, el capo del quale chiamammo Capo de le undece mila Vergine, per

⁴¹⁶ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

grandissimo miracolo. Questo stretto è longo cento e dieci leghe, che sono 440 miglia, e largo più o manco de mezza lega, che va a riferire in un altro mare, chiamato mar Pacifico, circondato da montagne altissime caricate de neve. Non [g]li potevamo trovar fondo se non con lo proise in terra in 25 e 30 brazza⁴¹⁷.

O Reino de Espanha, desta vez através do navegador Gabriel de Castilla, esteve novamente perto de reclamar para si a descoberta da Antártida, no início do século XVII. Durante a ocupação espanhola da América do Sul o vice-reinado do Peru organizava frequentemente expedições numa tentativa de descobrir e dominar o sul do continente e a região antártica. Assim, no início de 1603, Gabriel de Castilla saiu de Valparaíso, junto a Santiago do Chile (na costa do Pacífico) rumando a sul⁴¹⁸.

Naquela época, dizia-se que os navegadores holandeses que pretendiam alcançar o Oceano Pacífico evitavam o Estreito de Magalhães optando por contornar o subcontinente devido, por um lado, aos ventos fortes e tempestades e, por outro, à presença de piratas, que começavam a estabelecer-se naquela zona. Aliás, o canal que separa o continente sul-americano da Antártida ficou conhecido como Passagem de Drake em homenagem a Sir Francis Drake, um corsário britânico que alcançou a fama devido aos seus feitos em nome da Coroa Inglesa e por ter provado durante as suas navegações que a Terra do Fogo não estava ligada ao “continente gelado”⁴¹⁹.

Castilla tentou a sua sorte, contornando a Terra do Fogo e o Estreito de Magalhães tendo, no entanto, acabado por ser desviado para sul por uma forte tempestade, navegando até ao que mais tarde viria a ser designado Mar de Bellingshausen, que banha a costa oeste da Península Antártica.

Laurenz Claesz, um marinheiro holandês que integrara a expedição, publicou em 1622 um documento em Amesterdão, dando conta de que Castilla alcançou os 64° S e que, apesar de se encontrarem em março, havia ainda muita neve em terra firme. Interpretações posteriores estimam que Castilla poderá ter avistado o arquipélago das Shetlands do Sul,

⁴¹⁷ PIGAFETTA, *s.a.*

⁴¹⁸ EN CUERPO Y ALMA, 2012.

⁴¹⁹ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

mas uma vez que o navegador espanhol não terá deixado registos sobre a sua expedição, não consta da História como tendo descoberto a Antártida⁴²⁰.

Curiosamente, apesar das inúmeras expedições que rumaram a sul com o intuito de reclamar a descoberta daquele continente, os primeiros avistamentos das ilhas adjacentes e da própria Convergência Antártica (em 1670), resultaram sobretudo do desvio acidental das rotas de navios provocado por tempestades, fenómenos meteorológicos muito comuns naquela região do planeta, em virtude do cruzamento de ventos e de correntes marítimas⁴²¹.

A existência da Antártida como uma região gelada e separada dos demais continentes ficou provada pela segunda expedição do Capitão James Cook – um navegador de origem escocesa ao serviço da Coroa Inglesa, mais precisamente do Almirantado britânico e da *Royal Society* – empreendida entre 1772 e 1775. Cook circum-navegou o continente gelado, a sul dos 60° S e atravessou o Círculo Polar Antártico até à latitude 71° 10' S. Não obstante, apesar de ter descoberto as ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, nunca terá avistado a Antártida ao longo das suas três viagens⁴²².

Todavia, os registos das campanhas do capitão britânico influenciaram expedições posteriores, ajudando a desenvolver a investigação em Biologia e alimentando os interesses económicos de outras potências, atraídas pelas descrições da riqueza animal em águas geladas, nomeadamente das colónias de focas, leões-marinhos e lobos-marinhos, bem como pela diversidade e abundância de cetáceos (sobretudo baleias azuis, orcas e golfinhos) uma vez que, de acordo com Robert Headland, a demanda por pele de foca e por óleo de baleia, muito valorizados na época, tinha conduzido à escassez destes animais no Atlântico Norte e no Ártico⁴²³.

Em suma, as viagens de Cook marcaram o início da exploração em larga escala dos mares do Sul, levando as maiores companhias baleeiras e de captura de focas a estabelecer-

⁴²⁰ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

⁴²¹ UNITED STATES ANTARCTIC PROGRAM EXTERNAL PANEL, 1997.

⁴²² Idem e NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

⁴²³ Professor Robert Headland, Investigador Associado do SPRI, entrevistado em 20 de outubro de 2015. Robert Headland foi investigador do *British Antarctic Survey* e é especialista em História e Geografia das regiões polares. Entrevista em anexo.

se nas ilhas da Convergência Antártica durante o verão do Hemisfério Sul, em busca de peles, carne fresca e gordura para abastecimento das indústrias de peles norte-americanas e britânicas, em franco crescimento⁴²⁴.

Funcionários dessas companhias conciliavam as suas atividades com a organização de expedições com o intuito de desvendar o território antártico e reclamar as descobertas para os respectivos países, numa perspectiva de obtenção de vantagens competitivas relativamente à concorrência⁴²⁵. Foi o caso de John Briscoe e George Avery, da baleeira britânica *Enderby Brothers*, responsáveis pela cartografia das ilhas de Adelaide e de Briscoe e pela descoberta do sector Índico da Antártida, durante a terceira viagem de circum-navegação do continente.

Já o inglês William Smith, capitão do navio mercante *Williams*, descobriu acidentalmente as ilhas Shetland do Sul em 1819, a escassos cento e vinte quilómetros da Península Antártica. Contudo, muitas das descobertas poderão não ter sido atempadamente divulgadas, uma vez que eram propositadamente omitidas para resguardar da concorrência os locais de caça⁴²⁶.

... purely by the sealers' activities much more of the Antarctic was found around the continent the peri-Antarctic islands, these nineteen little dots of islands all around it, South Georgia, South Orkney, South Shetlands... That was a major part of the industry and purely because sealers and again the London market was very much involved. They [the sealers] were coming out with stories that the seals were moving south. But that meant that the sealers were explorers, they were always looking for new places. For them it was discovery and more and more areas were known and more and more islands. South Orkney, for instances, was discovered by sealers... South Shetlands was a merchant ship of course, but Auckland Island, Campbell Island... were all sealers discoveries⁴²⁷.

O “continente gelado” foi, então, avistado em 1820, embora não exista consenso relativamente a quem o descobriu efetivamente, em virtude dos registos incompletos e da

⁴²⁴ JOYNER, 1992.

⁴²⁵ GASPAR, 2010.

⁴²⁶ RIFFENBURGH, 2007.

⁴²⁷ Entrevista a Robert Headland, ver anexo.

falta de precisão dos equipamentos de navegação da época⁴²⁸. Neste contexto, três nações reclamaram para si a descoberta da Antártida: EUA, Reino Unido e o então Império Russo.

Se para Washington o continente foi avistado pela primeira vez pelo navegador norte-americano Nathaniel Palmer, Londres considera o capitão da *Royal Navy* Edward Bransfield o primeiro a vislumbrar a Península Antártica. Por sua vez, Moscovo defende que a descoberta da Antártida se deve a Fabian von Bellingshausen, oficial da Marinha Imperial Russa ao serviço do Czar Alexandre I, que cruzou o Círculo Polar Antártico em 26 de janeiro de 1820 a bordo do navio *Vostok*, tendo alcançado a Península no dia seguinte⁴²⁹.

Contudo, pese embora a indefinição em torno da descoberta oficial, o avistamento do continente mais austral do mundo lançou uma competição inédita entre as potências da época para a conquista de novos territórios e afirmação no panorama político internacional, período que viria ser conhecido como “Era Heroica” e que se prolongou até ao início da Primeira Guerra Mundial⁴³⁰.

That was an interesting period when, with the whaling trade developing largely at the Pacific and the Atlantic, the Antarctic whaling didn't get really there until 1904. And then there were three expeditions almost in competition: France, United States and Britain in 1837, 1838 and 1839. That's Dumont D'Urville, Wilkes and James Clark Ross... they all went south. Ross' discoveries were an extensive survey of the continent, determining the position of the magnetic pole, got fairly accurate figure on their observatories⁴³¹.

Em 1895, cerca de dez anos após o final do primeiro Ano Polar Internacional (*International Polar Year – IPY* – que decorreu entre 1881 e 1884) que consistiu na primeira série de expedições científicas às regiões polares coordenadas internacionalmente (britânicas, suecas, alemãs, entre outras)⁴³², uma resolução do *Sixth International Geographical Congress*, em Londres, promove oficialmente a exploração da Antártida, incentivando novas expedições ao continente⁴³³:

⁴²⁸ GASPAR, 2010.

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ RIFFENBURGH, 2007.

⁴³¹ Robert Headland.

⁴³² Entrevista a Robert Headland, 20 de outubro de 2015.

⁴³³ UNITED STATES ANTARCTIC PROGRAM EXTERNAL PANEL, 1997.

The Congress was opened at the Imperial Institute, London, on the 26th of July, with addresses by the Duke of York and by Mr. Clements R. Markham, President of the Royal Geographical Society and of the Congress. (...) M. E. Levasseur opened the discussions with a paper on Geography in Schools and Universities. Prof. Lehmann, Mr. Yule Oldham, Mr. Herbertson, Mr. Mackinder⁴³⁴ and others spoke on the subject, and a committee was appointed to draft a resolution in favour of improved methods of geographical teaching. The Scientific Exploration of the Antarctic Regions was the subject treated by Dr. George Neumayer, who recommended international co-operation in the work and the simultaneous advance of three expeditions along the meridians of New Zealand, Cape Horn and Kerguelen Island. (...) After some discussion, Prof. von den Steinen offered, and the Congress unanimously adopted, a resolution that The Sixth Geographical Congress, assembled at London, 1895, with reference to the exploration of the Antarctic regions, expresses the opinion that this is the greatest piece of geographical exploration still to be undertaken, and, in view of the additions to knowledge in almost every branch of science which would result from such scientific exploration, the Congress recommends that the several scientific societies throughout the world urge, in whatever way seems to them most effective, that this work be undertaken before the close of this century⁴³⁵.

Seguindo as diretivas emanadas do Congresso, em 1897, a *Société Royale Belge de Géographie*, influenciada pelo tenente da Marinha Real Adrien de Gerlach de Gomery, financiou uma expedição científica à Antártida. A equipa reunida por Gomery integrava, entre outros, o geólogo polaco Henryk Arctowsky, o cirurgião norte-americano Frederick Cook e o explorador norueguês Roald Amundsen como timoneiro⁴³⁶.

A expedição partiu de Antuérpia em 14 de dezembro de 1897 a bordo do veleiro *Belgica*, uma partida considerada propositadamente tardia para assegurar que o navio ficasse preso no gelo antártico quando atingisse aquele continente e fosse obrigado a passar lá o inverno. Assim, no dia 15 de fevereiro de 1898, o *Belgica* atravessaria o Círculo Polar Antártico e no dia 1 de março alcançaria a latitude 71° 31' S, onde a partir do dia seguinte ficaria aprisionado no gelo por trezentos e setenta e sete dias, no que constituiu a primeira estada humana durante o inverno antártico a sul do Círculo Polar. A proeza permitiu provar que era possível sobreviver às condições climáticas extremas da Antártida, abrindo caminho à

⁴³⁴ Apesar de ter participado no encontro, Mackinder não integrou a Antártida nas suas conceções teóricas. Esta ausência poder-se-á ter devido, eventualmente, à fase ainda embrionária da exploração da Antártida e ao facto de, à data, o interesse naquele continente (e sobretudo nas suas águas) ser essencialmente de índole comercial e não tanto (geo)política.

⁴³⁵ AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY, 1895.

⁴³⁶ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

construção de bases para apoio à investigação científica no continente mais austral do mundo⁴³⁷.

Na mesma linha, o explorador norueguês Carsten Egeberg Borchgrevink organizou a expedição *Southern Cross*, financiada por um editor britânico⁴³⁸, que permitiu alcançar Cabo Adare (Terra de Victoria, Mar de Ross) onde chegou a 17 de fevereiro de 1899, construindo duas cabanas de madeira para apoiar a permanência no terreno durante um ano.

A Borchgrevink e à sua equipa de nove homens (tendo um deles perecido durante o inverno) deve-se a descoberta da baía das Baleias, que o norueguês Roald Amundsen utilizaria doze anos mais tarde para atravessar a barreira de Ross, a caminho do Polo Sul⁴³⁹. À semelhança da tripulação do *Belgica*, Borchgrevink conseguiu demonstrar que era possível sobreviver ao inverno antártico e, simultaneamente, desenvolver investigação científica com apoio logístico de pequenos abrigos, recorrendo a trenós puxados por cães nas deslocações⁴⁴⁰.

Por sua vez, o Reino Unido enviava em 1901 a primeira expedição oficial à Antártida desde as viagens de James Cook. No comando do navio *Discovery* seguia o oficial da Marinha Robert Falcon Scott (que em 1911/12 alcançaria a fama com a expedição ao Polo Sul) com o propósito de explorar o território do “continente branco”. Os objetivos da expedição foram cumpridos, tendo a equipa de Scott sido a primeira a atravessar a barreira de Ross, a superar o glaciar Ferrar, a descobrir a Terra de Eduardo VII e a pisar o planalto polar, determinando a localização das montanhas Transantárticas⁴⁴¹.

Dois anos mais tarde, uma expedição liderada pelo escocês William S. Bruce instalou uma estação meteorológica na ilha de Laurie, no arquipélago das Orcadas do Sul, que seria transferida para a tutela da Oficina Meteorológica Argentina em 1904, transformando-se na mais antiga “possessão” argentina na região, a base científica Orcadas.

⁴³⁷ GASPAR, 2010.

⁴³⁸ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

⁴³⁹ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012a.

⁴⁴⁰ Idem e GASPAR, 2010.

⁴⁴¹ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012c.

No entanto, durante a “Era Heroica”, ciência, política e economia operavam em conjunto na Antártida. Paralelamente aos feitos científicos, em 1904, o explorador norueguês Carl A. Larsen, ao serviço da *Compañia Argentina de Pesca*, instalava em Grytviken, na ilha da Geórgia do Sul, um dos maiores centros baleeiros/pesqueiros do mundo, que permaneceria operacional até 1965⁴⁴².

De acordo com Robert Headland⁴⁴³, as expedições baleeiras norueguesas à Antártida coincidiram com o desenvolvimento de novos equipamentos de caça, preparados para águas antárticas. As companhias baleeiras constituíam autênticos centros logísticos de apoio à exploração das águas subantárticas e antárticas, bem como do “continente gelado”.

Norwegians began to get the right equipment for whale capture, so harpoons designed in Norway. They were all working on perfecting this equipment. As a result of the interest in South Georgia and with the bases on the Falkland Islands heading that way, they rather did focus Falkland Islands hence British interest on territories they were interested in, on the exploitation which rather drew the islands to their attention... and result of all the knowledge from the Ross Dependency hence the New Zealand interest in the Ross Dependency came from that industry⁴⁴⁴.

Em Grytviken existia um cais flutuante, um hospital, vários refeitórios coletivos, uma igreja, barcos-dormitório, ferrarias e uma carpintaria. As infraestruturas eram construídas em madeira e permitiam albergar centenas de trabalhadores durante o verão⁴⁴⁵. Estas infraestruturas e as notícias de abundância de cetáceos naquelas águas contribuíram para o aumento do interesse internacional, especialmente britânico, nas ilhas da Geórgia do Sul e Falkland.

Segundo Andrés Zarankin e María Ximena Senatore, que se dedicaram ao estudo das estratégias de expansão do capitalismo no século XIX, a exploração económica da Antártida coincidiu com a atividade, nos mesmos moldes, noutras regiões como as ilhas do Oceano

⁴⁴² A captura de baleias era uma atividade altamente rentável. O óleo de baleia alimentava sobretudo as indústrias de glicerina e militar (entre as inúmeras aplicações, destacava-se a produção de nitroglicerina).

⁴⁴³ Entrevista em anexo.

⁴⁴⁴ Robert Headland.

⁴⁴⁵ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012d.

Índico, o sul da Patagônia e as ilhas do Atlântico Sul, obedecendo a um complexo modelo de custo-benefício⁴⁴⁶.

A intensidade da captura de mamíferos marinhos nessas regiões foi de tal ordem que acabou por criar excedente de óleos e peles nos mercados internacionais, precipitando uma quebra acentuada no valor comercial dos mesmos e obrigando a uma sobre-exploração de recursos com vista à maximização dos lucros⁴⁴⁷. Inevitavelmente, esta situação viria a reduzir significativamente o número de mamíferos marinhos em águas antárticas e subantárticas.

Já em 1906, o governo chileno atribuiu uma licença de pesca a dois cidadãos, Fabry e Toro Herrera, com a recomendação para não só pescarem nas águas da Antártida como assegurarem também o domínio chileno sobre as ilhas Diego Ramirez, Shetlands do Sul e Geórgia do Sul – onde tinha sido instalada a estação baleeira de Grytviken –, bem como da chamada Terra de Graham, na Península Antártica.

Paralelamente, a *Sociedad Ballenera de Magallanes* foi oficialmente autorizada a operar na região, tendo estabelecido a sua base na ilha Deception, no arquipélago das Shetlands do Sul. Ainda no mesmo ano esteve prevista uma expedição chilena à Antártida com o intuito de:

(...) make effective by all means at the government's disposal the sovereignty vested in it over the Shetland Islands and over the southern continent, which, until today, seem to have remained abandoned and establishing firmly by means of occupation its title to the dominion of the Antarctic region, preventing other foreign flags from ruling regions that are connected with or adjoining to the continent⁴⁴⁸.

Porém, em 16 de agosto de 1906, o Chile foi abalado por um forte sismo que acabaria por conduzir ao cancelamento da expedição, situação que colocou os chilenos em desvantagem na “corrida” à Antártida, sobretudo perante a Coroa Britânica, que em 1908 efetuará a primeira reivindicação territorial no continente, reclamando praticamente todos os territórios

⁴⁴⁶ ZARAKIN e SENATORE, 2005.

⁴⁴⁷ Idem.

⁴⁴⁸ WILSON, 1964.

insulares almeçados pelo Chile: as ilhas Shetland do Sul, Geórgia do Sul, Orcadas do Sul e Terra de Graham, colocando estes territórios sob administração das Falkland e justificando a decisão com a ligação histórica à região desde 1675. Posteriormente, em 1917, o Reino Unido retificaria o mapa das reivindicações, acrescentando a este território insular parte da Antártida continental⁴⁴⁹, entre os meridianos 80° O e 20° O.

Dois dos momentos mais marcantes da “Era Heroica” foram as expedições ao Polo Sul organizadas por Roald Amundsen e Robert F. Scott. O norueguês Amundsen, timoneiro do *Belgica* em 1898-99 e conhecedor das tribos Sami da Lapónia e Inuit do Canadá, aprendeu a sobreviver às condições extremas através de técnicas utilizadas pelos povos na região do Ártico, que incluíam, entre outras, a confecção de vestuário adequado, a construção de abrigos e a utilização de trenós puxados pelas melhores raças de cães nórdicos⁴⁵⁰.

O primeiro homem a alcançar o Polo Sul era um explorador experiente, habituado aos invernos polares. A decisão de investir numa expedição inédita ao “continente gelado” surgiu após a sua maior ambição ter sido gorada: ser o primeiro homem a alcançar o Polo Norte. Assim, perdido este desafio em 1909 para o norte-americano Robert E. Peary, Amundsen resolveu rumar a sul, tendo partido em agosto de 1910 no navio *Fram* (considerado um navio polar de elite), o qual tinha vindo a equipar durante anos para uma missão polar⁴⁵¹.

Durante a sua viagem, Amundsen efetuou uma breve escala na ilha da Madeira para adquirir provisões, de onde enviou um telegrama a Robert Scott, comunicando-lhe os seus planos: “Permito-me informá-lo de que o *Fram* se dirige à Antártida”⁴⁵². Em janeiro de 1911, Amundsen chegou ao Mar de Ross e ancorou na Baía das Baleias, dando início à preparação da expedição terrestre.

Uma vez montado o acampamento em Framheim (terra de Fram, em norueguês), o navio partiu para cartografar a costa da Antártida e efetuar medições⁴⁵³. A equipa suportou o

⁴⁴⁹ WILSON, 1964.

⁴⁵⁰ WILSON, 1964 e NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012b.

⁴⁵¹ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012b.

⁴⁵² Idem: 79.

⁴⁵³ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012b.

inverno austral e, após uma tentativa frustrada em setembro de 1911, em 20 de outubro partiria em direção a sul: cinco homens, quatro trenós, cinquenta e dois cães e provisões para quatro meses.

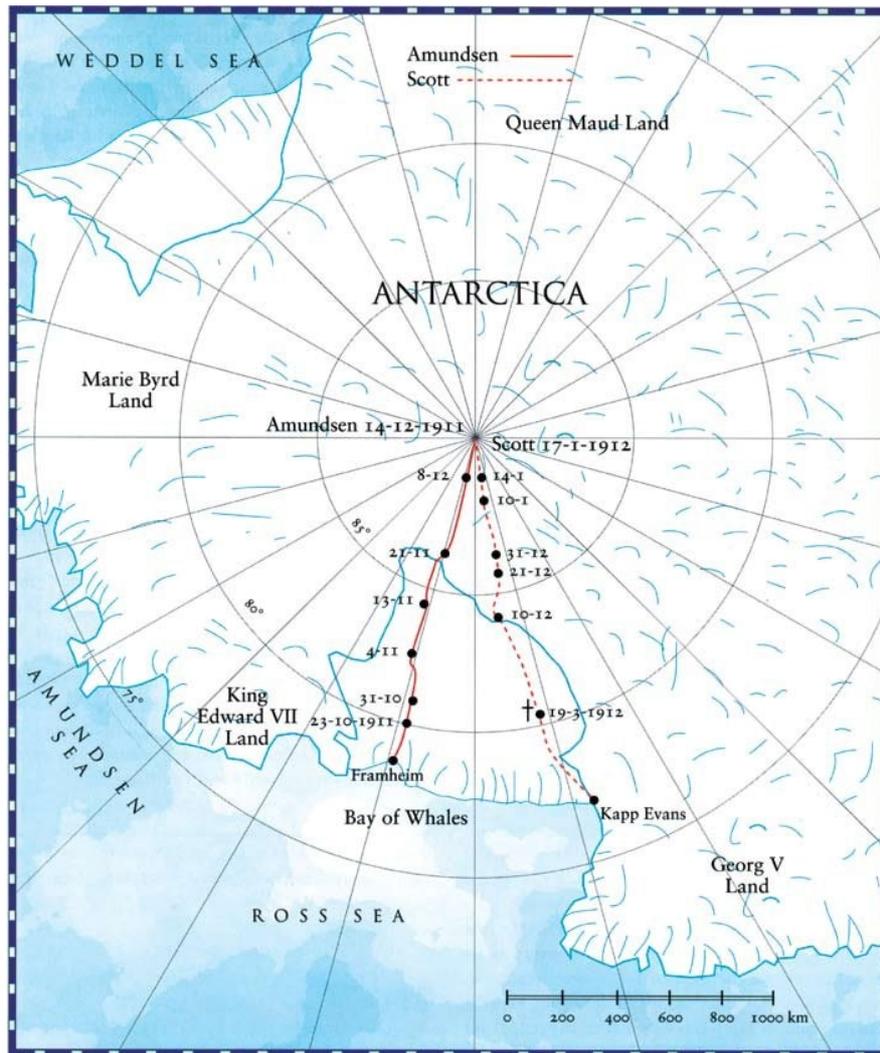
De acordo com Amundsen “Estava tudo perfeitamente controlado e preparámos as nossas mentes para realizar a primeira parte da viagem com a maior tranquilidade possível, de forma a que nem nós nem os cães terminássemos cansados”⁴⁵⁴.

Robert Scott, oficial da Marinha britânica com aspirações aos mais altos cargos, dedicara igualmente largos meses à preparação da conquista do Polo Sul, reunindo na sua expedição sessenta e cinco homens, entre eles vários cientistas (biólogos, geólogos, zoólogos e geógrafos), trenós motorizados, trinta e um cães e dezanove póneis. A bordo do *Terra Nova* – que tinha partido de Cardiff, no Reino Unido, com cerca de dois meses de avanço relativamente ao *Fram*, embora Scott só tivesse integrado a tripulação em setembro de 1910 na Cidade do Cabo (África do Sul) – Scott alcançou o Mar de Ross durante o verão austral tal como previra, estabelecendo um acampamento-base em 4 de janeiro de 1911, junto ao cabo Evans. Uma vez instalada a equipa, Robert Scott dedicou o inverno à anotação de progressos e de dificuldades das expedições terrestres, bem como de variações atmosféricas, preparando a viagem para sul (Figura 3.7)⁴⁵⁵.

⁴⁵⁴ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012b: 80

⁴⁵⁵ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL. 2012c.

Figura 3.7 – Rotas seguidas por Amundsen e Scott



Fonte: Aerenlund.

Em 1 de novembro de 1911, com duas semanas de atraso relativamente a Amundsen (cujo acampamento também se encontrava relativamente mais próximo do Polo Sul), a expedição de Scott rumou a sul, dividida em quatro equipas, cada uma com trenós motorizados, cães, pôneis e provisões que iriam ser distribuídas por depósitos, para utilizar no regresso (Figura 3.7).

A viagem foi organizada por etapas, tendo Scott dispensado os cães a meio da segunda, fazendo-os regressar a um acampamento de inverno por considerar que já não seriam úteis. Dois meses depois, em 15 de janeiro de 1912, Robert Scott escrevia no seu diário “Que

alegria ao pensar que apenas duas longas etapas nos separam do Polo! (...) o êxito é certo. Assalta-nos um único receio: que os noruegueses nos tenham precedido”⁴⁵⁶.

Efetivamente tinham-se antecipado a Robert Scott. Não obstante as dificuldades enfrentadas, pelo facto de o explorador norueguês ter optado por uma rota desconhecida (embora mais próxima do Polo Sul do que a eleita por Robert Scott) e pela perda de vinte e quatro dos cinquenta e dois cães, em 14 de dezembro de 1911, Amundsen relatava no seu diário:

Às três em ponto da tarde detivemos-nos: segundo os nossos cálculos tínhamos alcançado a nossa meta. Reunimo-nos à volta da bandeira da Noruega, uma bonita bandeira de seda, içámo-la entre todos e designámos a imensa área onde se encontrava o Polo Sul como planalto do rei Haakon VII⁴⁵⁷.

Três dias mais tarde, a equipa iniciou o regresso ao acampamento, sendo que em 26 de janeiro de 1912, após mil e quatrocentos quilómetros, Amundsen e os seus quatro companheiros chegavam a Framheim⁴⁵⁸.

The worst has happened, or nearly the worst [...] We marched on, found that it was a black flag tied to a sledge bearer; near by the remains of a camp; sledge tracks and ski tracks going and coming and the clear trace of dogs' paws – many dogs. This told us the whole story. The Norwegians have forestalled us and are first at the Pole. It is a terrible disappointment, and I am very sorry for my loyal companions⁴⁵⁹.

Robert Scott encontrou vestígios do acampamento norueguês onde ainda restava uma tenda contendo um documento testemunhando a chegada de Amundsen em 14 de dezembro de 1911 e uma nota dirigida a Scott, na qual o explorador norueguês pedia ao “concorrente” inglês que informasse o rei Haakon VII desta façanha. Um dia depois, Scott alcançou o Polo Sul, cravou a bandeira inglesa no local e iniciou a caminhada de regresso ao acampamento-base, numa corrida contra o avanço do inverno⁴⁶⁰.

⁴⁵⁶ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012c: 52.

⁴⁵⁷ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012b: 81.

⁴⁵⁸ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012c.

⁴⁵⁹ SCOTT, 1968.

⁴⁶⁰ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012c.

Contudo, as condições climáticas adversas, o desânimo da equipa e a debilidade física dos seus elementos, severamente afetados pelo frio e desnutrição, conduziram ao desfecho trágico da expedição de Robert Scott. Um mês após a chegada ao Polo, perderam dois elementos. No final de março de 1912, a cerca de dezoito quilómetros de um depósito com mantimentos (depois de terem percorrido mais de mil quilómetros), Scott e os restantes companheiros acabariam por sucumbir, tendo apenas sido encontrados em novembro de 1912 por uma equipa de resgate⁴⁶¹.

Paralelamente, em março de 1912, Roald Amundsen escrevia a Ernest Shackleton a partir de Hobart (Austrália), agradecendo as felicitações por ter alcançado o Polo Sul⁴⁶²:

Hobart, March 15th 1902

Sir Ernest H. Shackleton,

London,

Dear Sir,

Having received and very much appreciating your kind telegram, I hereby return my heartiest thanks. Allow me to express my sincere feeling of the very highest esteem.

I remain,

Sir,

Yours truly,

Roald Amundsen

Deste modo, conquistados ambos os Polos, o interesse nas regiões geladas cresceu significativamente, conduzindo a sucessivas reivindicações territoriais na Antártida⁴⁶³. No entanto, de acordo com Robert Headland, a Noruega não tem um setor antártico definido porque não traçou o limite norte do território que reclama. Por outro lado, o investigador refere que a região entre 90° O e 150° O, frequentemente representada como “não reclamada”, foi de facto reclamada pelo Almirante Byrd (EUA), mas esta ação não resultou numa definição formal de território, pelo que não consta do Tratado da Antártida.

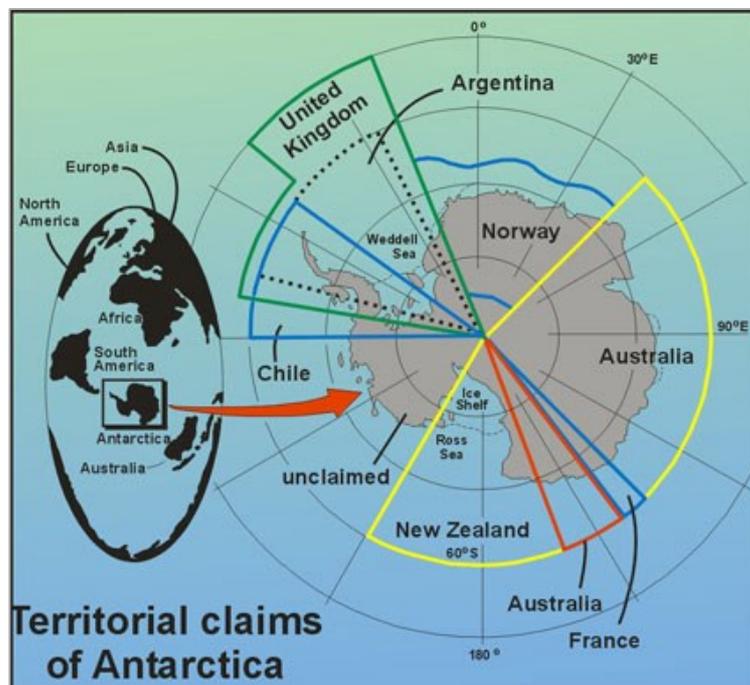
⁴⁶¹ NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL, 2012c.

⁴⁶² Esta carta integra a coleção dos arquivos do *Scott Polar Research Institute*, em Cambridge, consultados em 19 e 20 de outubro de 2015.

⁴⁶³ Reino Unido (1908/1917); Nova Zelândia (1923); França (1924); Austrália (1933); Noruega (1939); Chile (1940) e Argentina (1942).

Como verificámos anteriormente, a Coroa Britânica reclamou em 1908 as ilhas Shetland do Sul, Geórgia do Sul, Orcadas do Sul e Terra de Graham, colocando estes territórios sob administração das Falkland e em 1917 acrescentaria às suas reivindicações a região da Antártida continental entre os meridianos 80° O e 20° O (Figura 3.8). Em 1917, os governos da Argentina e do Chile não se opuseram à reivindicação britânica, no entanto em 1925, as autoridades de Buenos Aires instalaram uma antena de rádio no território reclamado pelo Reino Unido, na ilha de Laurie, sem solicitar permissão.

Figura 3.8 – Reivindicações territoriais



Fonte: Berkman, 2009.

Quando confrontado com a situação por parte do Governo britânico, o Executivo argentino respondeu que a antena estava localizada no seu território. Surgiam os primeiros sinais de críspação diplomática⁴⁶⁴. Chegava assim ao fim a “Era Heroica” das expedições mediáticas, das grandes conquistas em nome da Pátria (ou Coroa), da exploração do desconhecido, dando lugar à competição no terreno, às reivindicações territoriais, ao estabelecimento de bases permanentes e à desconfiança entre potências. Durante a Primeira Guerra Mundial, o interesse na exploração comercial da Antártida conheceu um incremento

⁴⁶⁴ WILSON, 1964.

significativo, nomeadamente no que respeitava ao óleo de baleia, utilizado pela indústria militar no fabrico de nitroglicerina⁴⁶⁵.

1.2.2 Entre duas Guerras e até ao “Tratado da Paz”

As décadas de 1920 e 1930 ficaram marcadas pelo mediatismo das expedições do oficial norte-americano Richard E. Byrd. Patrocinado por capitais privados, Byrd efetuou em 29 de novembro de 1929 o primeiro voo sobre o Polo Sul, partindo de uma base em Little America, no sector antártico reclamado pela Nova Zelândia. A sua segunda expedição, igualmente financiada por privados, decorreu entre 1933 e 1935 e permitiu testar a adaptação da tecnologia e equipamento da época ao ambiente antártico.

O sucesso de ambas as expedições despertou o interesse governamental relativamente ao trabalho desenvolvido pelo oficial norte-americano, tendo a sua terceira viagem à Antártida (1939-41) sido financiada pelo Governo federal. Em 25 de novembro de 1939, o Presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, enviou ao explorador uma missiva com instruções, na qual autorizava elementos do entretanto criado *U.S. Antarctic Service* “(...) to take appropriate steps such as the dropping of written claims from airplanes, depositing such writing in cairns, et cetera, which might assist in supporting a sovereignty claim by the United States Government”⁴⁶⁶.

Durante a terceira expedição foram construídas as duas primeiras bases norte-americanas no “continente gelado”, em Little America e na baía de Marguerite, na península de Palmer. O objetivo passaria por manter bases permanentes que conferissem aos EUA o direito de reivindicar território. Porém, a deterioração da situação internacional no contexto da Segunda Guerra Mundial e a participação norte-americana no conflito, conduziram à suspensão da exploração da Antártida e ao encerramento das referidas bases⁴⁶⁷.

⁴⁶⁵ Entrevista a Robert Headland, em anexo.

⁴⁶⁶ WILSON, 1964: 21.

⁴⁶⁷ WILSON, 1964.

Segundo Robert Headland⁴⁶⁸, não obstante o interesse das autoridades norte-americanas em reivindicar parte do território antártico, esta intenção nunca foi oficialmente formalizada e não poderá sê-lo pelo menos até à revisão do Tratado da Antártida em 2041.

O Terceiro *Reich*, sob a administração de Adolf Hitler, também despertou para a Antártida na década de 1930, sobretudo após o segundo Ano Polar Internacional, que decorreu entre 1932 e 1933 e que constituiu o maior evento de cooperação científica à escala mundial orientado para a exploração dos Polos, embora com maior destaque para o Ártico (por uma questão de proximidade de grande parte da maioria dos países participantes e de acessibilidade).

Na Antártida, as autoridades alemãs manifestaram interesse na captura de cetáceos e no estabelecimento de uma base nacional no continente, fora dos territórios reclamados pelos sul-americanos e britânicos. Entre 1938 e 1939, o navio alemão *MS Schwabenland*, transportando dois hidroaviões *Dornier-Wal*, percorreu a costa antártica, enquanto as aeronaves efetuavam o reconhecimento aéreo.

Os primeiros voos realizaram-se durante dez dias, entre janeiro e fevereiro de 1939, resultando na descoberta de uma região de montanha com uma altitude superior a três mil e novecentos metros e à qual os alemães chamariam Neu Schwabenland⁴⁶⁹.

No entanto, o Governo da Noruega, temendo perder para a Alemanha o ascendente sobre os territórios “conquistados” por Amundsen (que seriam facilmente alcançados por via aérea), apresentou a sua reivindicação em 14 de janeiro de 1939, cinco dias antes do primeiro voo alemão. Contudo, a mesma não impediu as aeronaves germânicas de sobrevoar o continente e marcar a área reclamada pela Noruega como pertencendo ao *Reich*.

Após o início da Segunda Guerra Mundial, tal como referido anteriormente, navios de guerra alemães a operar em águas antárticas apreenderam vários baleeiros e navios-fábrica noruegueses, colocando-os ao serviço da Alemanha. Paralelamente, a frota germânica

⁴⁶⁸ Vide anexo.

⁴⁶⁹ WILSON, 1964.

capturava ou afundava embarcações pertencentes aos Aliados que navegassem em águas antárticas e subantárticas⁴⁷⁰.

Nos EUA, a presença alemã na Antártida era encarada com apreensão. Para além da ameaça aos navios, temia-se que um incidente entre Reino Unido e Alemanha pudesse conduzir à tomada da península de Palmer pelas autoridades germânicas, colocando-as demasiado próximas do continente americano⁴⁷¹.

O Executivo chileno, por sua vez, receando uma invasão alemã do território reivindicado, publicou um decreto-lei, em 6 de novembro de 1940, definindo a “Antártida Chilena” como as regiões que abrangiam “(...) all the lands, islands, islets, reefs, glaciers, already known or to be discovered and their respective territorial waters in the sector constituted by meridians 53° and 90° west of Greenwich”⁴⁷².

O Governo britânico contestou a tomada de posição chilena, alertando para a sobreposição com o território já reclamado por Londres. Porém por influência da Argentina, em março de 1941, os dois países sul-americanos, representados por Júlio Escudeiro Guzmán (Chile) e Isidoro Ruiz Moreno (Argentina), acabariam por acordar dois pontos: i) que existia uma Antártida sul-americana e ii) que apenas os dois países tinham direitos exclusivos de soberania sobre a referida região. Consequentemente, em 1942 a Argentina reclamava todos os territórios entre 25° O e 74° O, parcialmente sobrepostos às reivindicações britânicas e chilenas – quatro anos mais tarde, os selos dos correios deste país sul-americano já tinham um mapa da “Antártida Argentina” (que ainda hoje vigora)⁴⁷³.

Pese embora as múltiplas reuniões entre Argentina e Chile com vista à negociação da cedência das reivindicações sobrepostas, encontros que deram origem à Declaração Argentino-Chilena de Direitos Mútuos de 1948, nenhum dos países recuou na reivindicação do território, impasse que se mantém na atualidade⁴⁷⁴.

⁴⁷⁰ WILSON, 1964.

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² Idem: 22

⁴⁷³ WILSON, 1964.

⁴⁷⁴ Idem e CONFERENCE ON ANTARCTICA, 1959.

Não obstante as posições chilenas e argentinas e após terem lançado em 1943 a Operação *Tabarin* (que conduziu à instalação de três bases na região da Península Antártica⁴⁷⁵) para, entre outros, erradicar sinais de soberania daqueles dois países, as autoridades britânicas mantiveram-se ativas no sector antártico reclamado pelos sul-americanos⁴⁷⁶, enviando frequentemente navios militares para a região⁴⁷⁷. A Segunda Guerra Mundial marcava assim o início da ocupação permanente do continente antártico⁴⁷⁸.

Finda a Segunda Guerra Mundial, a rivalidade entre os países sul-americanos e o Reino Unido (*ABC Problem*, segundo Robert Headland) gerou vários incidentes junto à Península Antártica, nomeadamente troca de tiros, detenção de cidadãos sul-americanos e destruição de bases rivais. Embora constituíssem reflexos do diferendo entre três países, estes incidentes atraíram a atenção das duas principais potências da época – EUA e URSS.

Tal como referido no capítulo anterior, o Governo norte-americano, numa tentativa de conter a influência soviética na região, assinou em 1947 o TIAR com a maioria dos países da América do Sul, nomeadamente Argentina e Chile⁴⁷⁹. Simultaneamente mantinha no terreno a robusta operação *Highjump* (1946-47), comandada pelos Almirantes Richard Byrd e Richard H. Cruzen e que envolveu cerca de quatro mil e setecentos efetivos, treze navios e vinte e três aeronaves. Durante a operação foram tiradas mais de setenta mil fotografias aéreas, num extenso mapeamento e reconhecimento da costa e do interior do continente⁴⁸⁰.

Enquanto os militares norte-americanos efetuavam exercícios no mar de Ross, o Chile inaugurava a sua primeira base na Antártida, na ilha de Greenwich, em 6 de fevereiro de 1947⁴⁸¹. Porém, o TIAR acabou por colocar os EUA no centro de um diferendo entre o seu principal aliado europeu e dois importantes parceiros sul-americanos, os quais, à luz daquele Tratado, consideravam que as autoridades norte-americanas poderiam ser obrigadas a proteger os seus interesses antárticos contra “ameaças armadas” por parte do Reino Unido,

⁴⁷⁵ KLOTZ, 1990.

⁴⁷⁶ GASPAR, 2010.

⁴⁷⁷ KLOTZ, 1990.

⁴⁷⁸ Entrevista a Robert Headland, em anexo.

⁴⁷⁹ KLOTZ, 1990.

⁴⁸⁰ AFONSO, 2003.

⁴⁸¹ WALKER, 2012a.

uma vez que parte do continente antártico tinha sido integrada na Zona de Segurança Continental⁴⁸².

Segundo Therezinha de Castro, ao reconhecer a importância estratégica da Antártida, o TIAR acaba por legitimar a presença e as reivindicações da Argentina e do Chile (bem como de outros países sul-americanos) naquele território:

Tendo em vista a importância estratégica do continente Austral na defesa do continente sul-americano, o TIAR reconheceu a importância da Antártida Americana entre 30° e 90° de longitude oeste. Se estendermos até aí a Doutrina de Monroe, podemos como corolário proclamar – a Antártida Americana para os países sul-americanos que com ela se defrontam. Neste caso, além do Brasil, têm direitos na Antártida, pela defrontação, também o Uruguai, a Argentina, o Chile, o Peru e o Equador⁴⁸³.

Contudo, os esforços envidados pelas autoridades norte-americanas no sentido de clarificar este pressuposto apresentado pela Argentina e pelo Chile, bem como em mediar as relações entre as autoridades destes países e as congêneres britânicas, que inicialmente visariam conter (ainda que indiretamente) a presença da URSS na Antártida, corriam o risco de serem potenciados precisamente pelas autoridades soviéticas para obter vantagens no “continente gelado”, uma vez que a atenção internacional se concentrava essencialmente naquele diferendo⁴⁸⁴.

Em 9 de agosto de 1948, o Departamento de Estado norte-americano, num *Aide-Memoire and Draft Agreement* em tom de resposta à crescente tensão entre os atores com interesses na Antártida, à qual não terão sido despidiendos os resultados da operação *Highjump*, propôs a criação naquele continente de uma “zona internacional” orientada para a ciência. O documento foi distribuído secretamente às Embaixadas dos sete países reivindicadores⁴⁸⁵, tendo a URSS sido propositadamente excluída da difusão.

⁴⁸² WALKER, 2012a e PENHA, 2011.

⁴⁸³ CASTRO, 1976: 120.

⁴⁸⁴ KLOTZ, 1990.

⁴⁸⁵ Reino Unido, Nova Zelândia, França, Austrália, Noruega, Chile e Argentina.

O *Draft Agreement*, considerado por Berkman⁴⁸⁶ um primeiro rascunho do que viria a ser o Tratado da Antártida, continha oito artigos e defendia a criação de um regime especial para o continente antártico e para todas as ilhas adjacentes a sul de 60° S, com exceção das Shetlands do Sul e Orcadas do Sul “The foreseeable values of Antarctica are predominantly scientific rather than strategic or economic. An international regime would be well calculated to promote the exploitation of these scientific values”⁴⁸⁷.

Dois anos mais tarde, em 5 de abril de 1950, as autoridades norte-americanas reuniam com o conceituado Professor de Física da Universidade de Iowa, James Van Allen, tendo decidido promover a realização do terceiro Ano Polar Internacional, 1957/58, uma vez que o segundo tinha sido um sucesso ao nível da investigação científica polar e sobretudo, da cooperação internacional. A partir de 1952, por indicação da entidade responsável pela sua organização, o *International Council of Scientific Unions (ICSU)*, o Ano Polar Internacional passaria a designar-se Ano Internacional da Geofísica (AIG).

Dada a importância estratégica que a Antártida tinha vindo a adquirir ao longo do século XX e perante a expectativa de uma elevada afluência de projetos e de investigadores, o ICSU pugnava para que considerações políticas e divergências não prejudicassem o resultado final do AIG⁴⁸⁸. Contudo, o Almirante Byrd, sobrepondo-se às recomendações daquela comissão, recordou aos participantes norte-americanos no AIG que a Antártida constituía “a vast untouched reservoir of natural resources. As we recklessly squander our natural resources in this country (the US) we will come to need these new resources. It is imperative that they do not fall into the hands of a potential enemy”⁴⁸⁹.

A preparação do AIG coincidiu com a eleição de Dwight Eisenhower como Presidente dos EUA, numa época marcada pela corrida norte-americana e soviética aos mísseis balísticos intercontinentais com carga nuclear. Dada a então conjuntura, o evento científico começou por ser orientado para o estudo da alta atmosfera⁴⁹⁰, temática que facilmente

⁴⁸⁶ BERKMAN, 2011b.

⁴⁸⁷ BERKMAN, 2011: 20.

⁴⁸⁸ WILSON, 1964.

⁴⁸⁹ ELZINGA, 2009: 75.

⁴⁹⁰ Investigação e resolução de problemas associados à geofísica, como a origem de raios cósmicos, padrões meteorológicos globais e aurora.

envolveria pesquisa e testes de foguetes, permitindo enquadrar o desenvolvimento de mísseis balísticos e do seu “desempenho em ambiente polar”.

When the Eisenhower administration took office in 1953, American officials had little solid knowledge about the sources of policy or immediate goals of USSR. In October 1953, the National Security Council adopted a basic statement on the Soviet threat. NSC 162/1 noted a USSR armed with atomic weapons, a country that devoted one-sixth of its gross national product to military spending⁴⁹¹.

Embora fosse intenção inicial dos EUA não incluir a URSS no AIG de 1957/1958, tendo o *National Security Council* (NSC) recomendado que fossem tomadas medidas nesse sentido “(...) to make sure that Russia was not invited to take part in any discussions or negotiations respecting Antarctica”⁴⁹², a comunidade científica soviética tinha estado envolvida nas duas iniciativas anteriores (1882/83 e 1932/33), pelo que dificilmente poderia ser excluída da terceira edição por uma decisão unilateral das autoridades norte-americanas.

Por outro lado, na primeira reunião preparatória do AIG, que decorreu entre 6 e 10 de julho de 1955 em Paris, o representante da URSS apresentou um programa ambicioso para o evento, que incluía a construção de uma estação de observação no Polo Sul magnético, infraestrutura que acabaria por consagrar o estabelecimento de bases soviéticas na Antártida⁴⁹³.

Perante este cenário o Governo dos EUA foi obrigado a rever a sua política para a URSS e, conseqüentemente para o “continente branco”. Em 18 de julho de 1955, durante a Conferência de Genebra⁴⁹⁴, o Presidente Eisenhower optou por um discurso conciliador, propondo a adoção do projeto *Open Skies* que, entre outros pontos, sugeria que EUA e URSS partilhassem informação sobre o *status quo* dos seus programas militares. A proposta

⁴⁹¹ HATCH e NSA, *s.a.*

⁴⁹² BERKMAN, 2011b: 21.

⁴⁹³ ELZINGA, 2009.

⁴⁹⁴ A Conferência de Genebra de 18 de julho de 1955 reuniu os principais líderes mundiais - o Presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, o Primeiro-Ministro britânico Anthony Eden, o Primeiro-Ministro francês, Edgar Faure e o Presidente do Conselho de Ministros soviético, Nikolai Bulganin, acompanhados pelos respetivos Ministros dos Negócios Estrangeiros, bem como de alguns elementos proeminentes das elites político-partidárias - e teve como objetivo acabar com a Guerra Fria. Foram discutidos assuntos como o desarmamento, a unificação da Alemanha e o reforço das alianças económicas entre os países presentes. Embora não tenha alcançado o seu objetivo primordial, a Conferência foi o primeiro passo para amenizar as tensões entre as duas principais potências mundiais.

foi recusada pelo Presidente do Conselho de Ministros soviético, Nikolai Bulganin e pelo Primeiro Secretário do Partido Comunista Soviético, Nikita Khrushchev, que consideraram o projeto uma tentativa de obter informação sobre alvos soviéticos.

Dwight Eisenhower tinha vindo a adotar uma postura pública pacifista desde a sua tomada de posse como Presidente dos EUA (20 de janeiro de 1953), sugerindo cenários de cooperação com a URSS com o intuito de atenuar o ambiente de tensão entre as duas potências⁴⁹⁵. Não obstante, o Presidente norte-americano reconhecia que o investimento descontrolado no sector da Defesa aliado ao desconhecimento “do inimigo” poderia conduzir a economia do país à ruína, pelo que promoveu o que ficaria conhecido como a Nova Imagem (“*New Look*”) da Defesa, que consistia na redução significativa das Forças Armadas convencionais e no incremento substancial do arsenal nuclear. Paralelamente reforçou o papel dos Serviços de Informações, passando a receber *briefings* diários sobre a situação na URSS⁴⁹⁶.

A proposta do *Open Skies*, que não logrou o apoio soviético, inseria-se nesta nova estratégia de Eisenhower que dava destaque à recolha de informação privilegiada sobre “o inimigo” e à liberdade de exploração do espaço. Pese embora o fracasso desta primeira tentativa de “aproximação” à URSS, cerca de uma semana depois de Genebra e em tom provocatório, o Governo norte-americano anunciava que a participação dos EUA no AIG contemplaria o lançamento de um satélite, invocando o princípio basilar da Liberdade do Espaço⁴⁹⁷, análogo ao conceito de *Mare Liberum* de Hugo Grotius, que defendia, de uma forma genérica, “By the Law of Nations navigation is free to all persons whatsoever”⁴⁹⁸. Contudo, seria a URSS o primeiro país do mundo a lançar um satélite em órbita da Terra, o *Sputnik I*, em 4 de outubro de 1957 (os EUA apenas conseguiriam lançar com sucesso um satélite três meses mais tarde, o *Explorer I*, em 31 de janeiro de 1958)⁴⁹⁹.

⁴⁹⁵ BERKMAN, 2011b.

⁴⁹⁶ HATCH e NSA, *s.a.*

⁴⁹⁷ BERKMAN, 2011b.

⁴⁹⁸ GROTIUS, 1916: 7.

⁴⁹⁹ BERKMAN, 2011b.

A corrida ao espaço contribuiu para o aumento da importância estratégica da Antártida, à luz do desenvolvimento tecnológico da época e do aumento da atividade soviética naquele continente. Enquanto se assumia cada vez mais como o palco por excelência da investigação científica, o continente antártico conhecia igualmente um aumento da presença militar norte-americana, russa, bem como de todos os países que reivindicavam parcelas daquele território⁵⁰⁰.

No decurso das últimas reuniões de negociação do Tratado, dois jornais norte-americanos alertavam para a importância da Antártida para os países envolvidos na exploração do espaço, equacionando até a construção de uma pista de aterragem que pudesse contribuir para a abertura de novas rotas de transporte:

Dayton Daily News

16th October, 1959

Preise of Space Politics Seen in Antarctica Parley

The closest thing on earth to the moons and planets which man is racing to conquer is Antarctica.

This is why the type of international agreement that can be achieved concerning the continent at the bottom of the earth is out of great concern. All who wonder where the onrushing space age will be marked by intense new rivalries or by cooperative exploration look to current negotiations over Antarctica as preview of things to come⁵⁰¹.

Minneapolis Morning Tribune

19th October, 1959

Hope for Antarctica

ANTARCTICA, long valued as a storehouse of minerals, has entered on the new significance site the advent of the space age. It has one of the best locations on the globe for observing space vehicles and for studying cosmic rays and the sun. It is in a zone of vast weather influence. If an air field could be built there, it would open important new transportation routes⁵⁰².

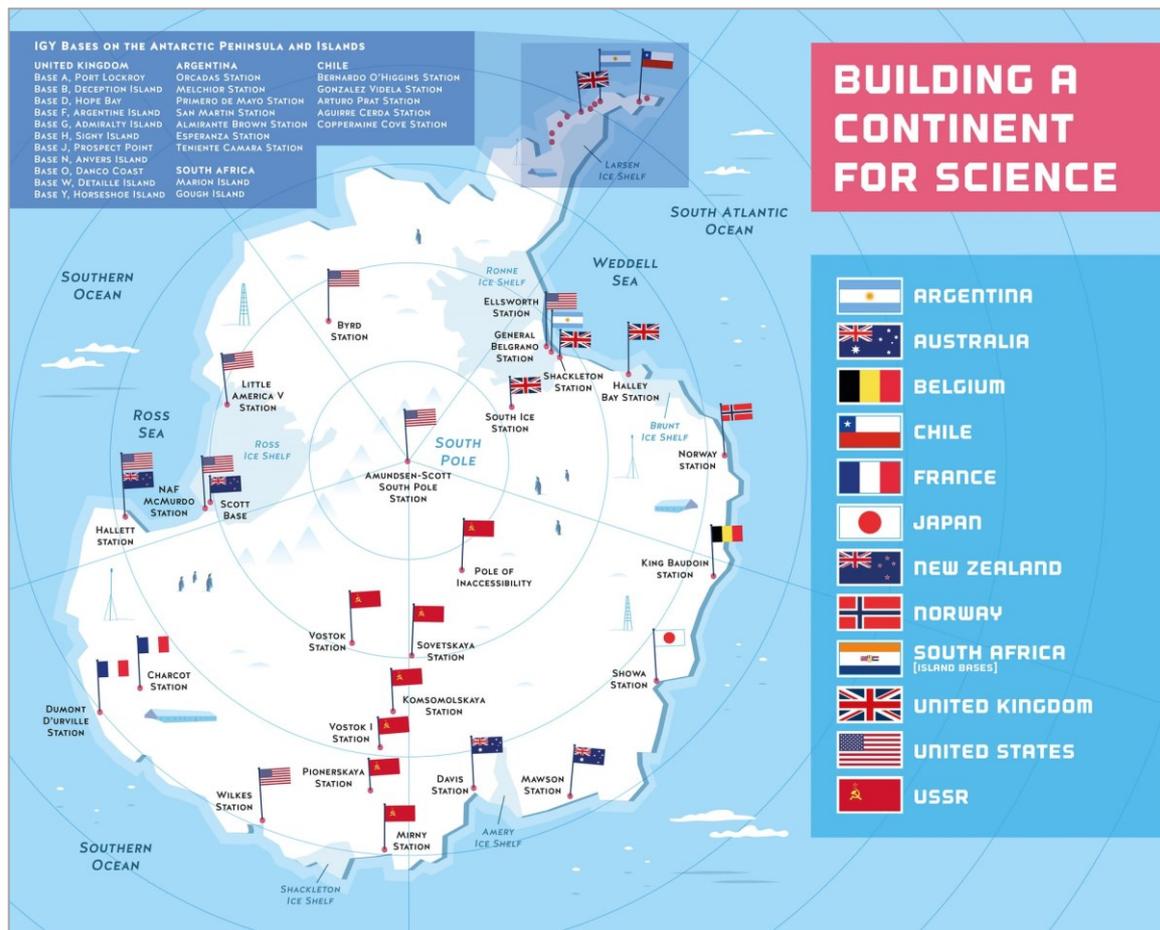
⁵⁰⁰ BERKMAN, 2011b.

⁵⁰¹ Recorte de imprensa do arquivo do SPRI, Cambridge.

⁵⁰² Idem.

Com efeito, o AIG serviu de mote à segunda grande operação no terreno, a *Deep Freeze* (1955-56)⁵⁰³, que tinha oficialmente o propósito de construir as infraestruturas de apoio à investigação científica norte-americana. Contudo, foi montado um enorme complexo na zona de McMurdo Sound (no sector reivindicado pela Nova Zelândia), alimentado por um reator nuclear. A infraestrutura, que viria a tornar-se a base de *McMurdo*, possuía uma forte componente logística, apoiada por uma pista de aterragem e constituía uma plataforma de apoio às outras cinco bases – uma delas no Polo Sul geográfico (*Amundsen-Scott*) – e, consequentemente, ao desenvolvimento de atividades na Antártida (Figura 3.9).

Figura 3.9 – Bases antárticas durante o AGI (1957/1958)



Fonte: Connelly, 2017.

Numa demonstração da capacidade operacional e científica norte-americana, a *Deep Freeze* concretizava no terreno a sua política antártica que, não reclamando oficialmente

⁵⁰³ A operação *Deep Freeze* envolveu cerca de cinco mil homens, quatro navios quebra-gelo, vários cargueiros e aeronaves. O núcleo de operações estava localizado em McMurdo Sound.

nenhuma área daquele continente em particular, reservava para si o direito de estar presente e ocupar qualquer área que no futuro viesse a ter relevância estratégica para os EUA (Figura 3.9)⁵⁰⁴.

Já as autoridades soviéticas conseguiram não só construir uma base no Polo de Inacessibilidade (Figura 3.9), ou seja, na região antártica mais afastada do Oceano Glacial Antártico, mas também estabelecer quatro bases e vários postos de observação/abrigos em praticamente todos os sectores sobre os quais existiam reivindicações, numa tentativa de criar uma rede de infraestruturas de investigação polar⁵⁰⁵.

Ciente de que a permanência da URSS na Antártida era irreversível e receando que aquele continente pudesse vir a tornar-se igualmente um dos palcos da Guerra Fria e ser utilizado por militares russos para desenvolver e testar armamento nuclear, atividades que perante a tecnologia disponível naquela época seriam difíceis de monitorizar, a Administração norte-americana propôs, ainda durante o AIG, a desmilitarização da região e a sua utilização apenas para fins científicos.

Em 3 de maio de 1958, Eisenhower dirigia-se às nações reivindicadoras afirmando:

The United States is dedicated to the principle that the vast uninhabited wastes of Antarctica shall be used only for peaceful purposes. We do not want Antarctica to become an object of political conflict. Accordingly, the United States has invited eleven other countries, including the Soviet Union, to confer with us to seek an effective joint means of achieving this objective⁵⁰⁶.

Contudo, se considerarmos o contexto político internacional, o AIG acabou por alcançar um resultado global positivo, uma vez que conseguiu mobilizar sessenta e oito bases antárticas de diferentes países e refrear as divergências relativamente às reivindicações, mesmo entre Argentina, Chile e Reino Unido – cujas autoridades construíram um sofisticado observatório meteorológico em Halley Bay, no sector reivindicado pela Argentina –, que tinham conhecido um período de agravamento nas relações diplomáticas nos anos que antecederam a iniciativa.

⁵⁰⁴ ELZINGA, 2009.

⁵⁰⁵ Idem.

⁵⁰⁶ BERKMAN, 2011b: 23.

Daily Telegraph

14th October, 1959

No Cold War over the Frozen South

By Llewellyn Chanter

Antarctica, recently the scene of multi-national research, may prove one area on which the Great Powers can reach agreement. Secret discussions have laid promising foundations for tomorrow's 12-nation conference on the continent's future.

An international conference to decide the future of an enormous area of the world's surface meets to-morrow in Washington. Preparations for it have been taking place in an atmosphere of the strictest secret. Twelve nations are involved, including Britain, America and Russia, and it is reasonably safe to prophesy that they will find themselves in broad agreement when they take their seats at the conference table to draft the final treaty⁵⁰⁷.

Pese embora a imagem de cooperação internacional no âmbito científico transmitida pelos *media* e pelas autoridades dos países envolvidos, o principal responsável pela *Falkland Islands Dependencies Survey* (atual *British Antarctic Survey*), o investigador Sir Vivian Fuchs, asseverava que a ciência estava a ser utilizada como “(...) a convenient front for what was being done for quite other reasons. Indeed, much of what was accomplished was achieved despite the arguments put forward for promoting science, rather than because of them”⁵⁰⁸.

Na mesma linha, o investigador Aant Elzinga considera que durante o AIG a ciência se transformou num instrumento através do qual foram canalizadas as rivalidades geopolíticas e a demanda pela influência na Antártida⁵⁰⁹ ou, numa visão mais otimista, de um instrumento da diplomacia que facilitou a negociação entre nações, ultrapassando as barreiras políticas, económicas ou culturais⁵¹⁰. Para Therezinha de Castro, se até à década de

⁵⁰⁷ Recorte de imprensa do arquivo do SPRI, Cambridge.

⁵⁰⁸ ELZINGA, 2009: 75.

⁵⁰⁹ ELZINGA, 2009.

⁵¹⁰ BERKMAN, 2011b.

1950 aquele continente era ocasionalmente visitado por expedições científicas, a partir do Ano Internacional da Geofísica “nunca mais foi abandonado”⁵¹¹.

Figura 3.10 – Assinatura do Tratado da Antártida. Embaixador dos EUA, Herman Phleger



Fonte: *Nature*, 1959.

Com efeito, é inequívoco que o AIG preparou o terreno para a assinatura do Tratado da Antártida, que após catorze meses de negociações e sessenta reuniões entre os países com reivindicações e/ou interesses naquele continente (todos eles participantes no evento polar), acabou por ser assinado em 1 de dezembro de 1959 em Washington (Figura 3.10) pela África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e URSS⁵¹².

De acordo com o investigador chileno e professor de Direito Internacional da Universidade de San Sebastián e da *Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos* do Chile, Luis Ferrada Walker, o Tratado da Antártida foi delineado como um instrumento da geoestratégia, uma vez que em 1959 as preocupações dos países signatários pendiam mais sobre a presença e a capacidade de influência no continente gelado do que propriamente sobre questões ambientais:

⁵¹¹ CASTRO, 1976: 51.

⁵¹² Vide anexo.

La naturaleza original del Tratado Antártico, por razones históricas, fue eminentemente geoestratégica. Si ninguna de sus normas se preocupó en propiedad de la protección medioambiental, ello fue por la sencilla razón de que tal materia no era un tema en la agenda mundial de la década de 1950. Hay manifestaciones de interés por la preservación del ecosistema que se remontan al siglo XVIII, pero lo concreto es que la preocupación internacional por el medioambiente se materializó por primera vez en la Conferencia de Estocolmo (1972). Desde entonces, se ha producido un interesante desarrollo normativo, cuyo punto culmine son los instrumentos suscritos en la Conferencia de Rio de Janeiro (1992)⁵¹³.

Deste modo, para Walker, o Tratado acabou por constituir-se como um instrumento internacional de natureza político-jurídica que teve como objetivo cessar os debates acerca da utilização do território em questão, bem como a sua militarização no quadro da Guerra Fria.

A promoção da cooperação científica internacional e a associação ao AIG, segundo o autor, foram propositadamente estudadas para conferir um cariz científico e não político ao Tratado, transformando-se num “mito fundacional” de vinculação de Estados com e sem reivindicações de soberania na Antártida⁵¹⁴.

1.2.3 O Tratado da Antártida

O Tratado da Antártida entrou em vigor em 23 de junho de 1961 e tem tido um papel determinante na ausência de conflitos no continente gelado. Aplica-se a toda a área a sul de 60° S (incluindo todas as plataformas de gelo) e tem como objetivo principal garantir “in the interests of all mankind that Antarctica shall continue forever to be used exclusively for peaceful purposes and shall not become the scene or object of international discord”⁵¹⁵.

Proíbe a utilização de meios militares para fins bélicos, mas não impede a presença de efetivos militares nem de equipamento, desde que para fins científicos ou pacíficos. As reuniões preparatórias e a assinatura do documento captaram a atenção da imprensa norte-

⁵¹³ WALKER, 2012: 140.

⁵¹⁴ WALKER, 2012.

⁵¹⁵ COHEN, 2002: 2.

americana na época, que apresentava vários cenários relativamente ao futuro do continente antártico⁵¹⁶.

Washington Post

2nd December, 1959

Antarctic Pact Is Signed By U.S., Reds, 10 Others

By Robert E. Baker

The United States, Russia and 10 other nations agreed yesterday to the peaceful use of Antarctica. They set a wide-open inspection system to keep it that way.

The signing of the unique and historic Antarctic Treaty was immediately hailed by President Eisenhower as "an inspiring example of what can be accomplished by international cooperation in the field of science and in the pursuit of peace"⁵¹⁷.

O Tratado da Antártida promove a liberdade de investigação científica, a cooperação internacional, a coordenação com agências especializadas das Nações Unidas e com outras entidades internacionais com interesse científico naquele continente. Em termos gerais, determina⁵¹⁸:

Artigo 1º: Primado da paz no território continental, proibindo qualquer tipo de atividade militar, desde a construção de bases e fortificações até à realização de exercícios, bem como experiências com quaisquer tipos de armamento. No entanto, permite o uso de pessoal e equipamento militar, desde que para investigação científica e objetivos pacíficos.

Artigos 2º e 3º: Princípio da liberdade para investigação científica, com troca de informações, de recursos humanos e de resultados de experiências num ambiente de cooperação, tanto entre as bases de pesquisa como destas com as agências da ONU e outros organismos multilaterais.

Artigo 4º: Talvez o mais dúbio do ponto de vista dos objetivos internacionalistas, dado que não desqualifica e, de facto, preserva os direitos previamente invocados, bem como as

⁵¹⁶ COHEN, 2002.

⁵¹⁷ Recorte de imprensa do arquivo do SPRI, Cambridge.

⁵¹⁸ CONFERENCE ON ANTARCTICA, 1959.

pretensões de soberania territorial sobre o continente. Não obstante, impede novas reivindicações, para além das que já foram apresentadas.

Artigos 5º e 6º: Proibição das explosões nucleares e do lançamento de resíduos radioativos no continente, estabelecendo como território antártico todo o espaço localizado a sul de 60º S, preservando, no entanto, as disposições previamente existentes sobre o uso do alto-mar dentro desse espaço.

Artigos 7º e 8º: Garantia dos direitos dos Estados-membros em designar observadores e de estes atuarem livremente no território antártico, inclusive no interior de bases, navios e aeronaves, para trabalhos de inspeção, bem como de receber informações sobre recursos humanos e equipamento militar instalados na Antártida. O Artigo 8º regulamenta essa atividade.

Artigos 9º e 10º: Realização de reuniões consultivas entre os representantes dos Estados-membros e obrigação de as partes se submeterem, nas suas atividades em território antártico, aos princípios da Carta da Nações Unidas.

Artigo 11º: Resolução de controvérsias por mecanismos pacíficos e, caso necessário, o recurso ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ)⁵¹⁹. O mesmo artigo não indica que tipo de instrumento deve ser empregue caso falhe o recurso ao Tribunal.

Artigo 12º: Fixa a possibilidade de mudanças no Tratado a qualquer momento, desde que por acordo unânime entre os Estados-membros habilitados a participar nas reuniões consultivas. A renovação do estatuto ficou definida para ser realizada trinta anos após sua entrada em vigor, o que viria a acontecer em 1991.

Artigo 13º: Prevê a adesão de novos Estados, desde que estes sejam membros da ONU ou que sejam convidados pelos Estados-membros com direito a participar nas reuniões consultivas.

⁵¹⁹ Principal órgão judicial da ONU. Criado em 1945, com a Carta das Nações Unidas com o objetivo de resolver, de acordo com o Direito Internacional, disputas internacionais apresentadas pelos Estados-membros da ONU e assessorar os mesmos sobre questões legais internacionais, no âmbito das Nações Unidas.

Artigo 14º: Designa o Governo dos EUA como depositário do Tratado.

Com o Tratado da Antártida foi criado o Sistema do Tratado da Antártida (STA), único no mundo, que consiste num conjunto de normas jurídico-políticas que regulamentam as relações entre os Estados no continente antártico. Encerra, entre outros, os seguintes instrumentos: Medidas acordadas para a Conservação da Fauna e Flora Antárticas, de 1964; a Convenção para a Conservação das Focas Antárticas, de 1978 (CCAS); a Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, de 1980 (CCAMLR); a Convenção para a Regulamentação das Atividades sobre os Recursos Minerais (CRAMRA), adotada em 1988 mas que nunca entrou em vigor; e o Protocolo sobre Proteção do Meio Ambiente, de 1991 (Protocolo de Madrid).

Ao nível não-governamental, o STA é apoiado por dois organismos:

- i. O *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR), fundado em 1958, em Cambridge (Reino Unido) com a missão de promover e coordenar a investigação científica na Antártida e prestar assessoria às Reuniões Consultivas do Tratado (*Antarctic Treaty Consultative Meetings – ATCM*), nomeadamente no que respeita à proteção dos ecossistemas antárticos e subantárticos; e
- ii. O *Council of Managers of National Antarctic Programs* (COMNAP), criado em 1988 em Christchurch, Nova Zelândia, que tem como objeto o apoio técnico à investigação científica no terreno, promovendo a implementação de boas práticas, facilitando o estabelecimento de parcerias internacionais e dotando o STA de informação técnica e operacional sobre a investigação no terreno.

O STA tem atualmente vinte e nove Membros Consultivos (*Consultative Parties*) e vinte e quatro Membros Não Consultivos (*Non-Consultative Parties*). Portugal é Membro Não Consultivo, tendo ratificado o Tratado da Antártida em 29 de janeiro de 2010 e o Protocolo

de Proteção do Meio Ambiente em 10 de outubro de 2014. Necessita ainda de ratificar a CCAS e a CCAMLR (Quadros 3.1 e 3.2).

Quadro 3.1 – Membros Consultivos do Tratado da Antártida, em 31 de dezembro de 2016

 List of Consultative Parties					
Country	Entry into force	Consultative status	Environment Protocol	CCAS	CCAMLR
Argentina	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Australia	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Belgium	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Brazil	16 May 1975	27 Sep 1983	14 Jan 1998	X	X
Bulgaria	11 Sep 1978	05 Jun 1998	21 May 1998		X
Chile	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
China	08 Jun 1983	07 Oct 1985	14 Jan 1998		X
Czech Republic	14 Jun 1962	01 Apr 2014	24 Sep 2004		
Ecuador	15 Sep 1987	19 Nov 1990	14 Jan 1998		
Finland	15 May 1984	20 Oct 1989	14 Jan 1998		X
France	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Germany	05 Feb 1979	03 Mar 1981	14 Jan 1998	X	X
India	19 Aug 1983	12 Sep 1983	14 Jan 1998		X
Italy	18 Mar 1981	05 Oct 1987	14 Jan 1998	X	X
Japan	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Korea (ROK)	28 Nov 1986	09 Oct 1989	14 Jan 1998		X
Netherlands	30 Mar 1967	19 Nov 1990	14 Jan 1998		X
New Zealand	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998		X
Norway	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Peru	10 Apr 1981	09 Oct 1989	14 Jan 1998		X
Poland	23 Jun 1961	29 Jul 1977	14 Jan 1998	X	X
Russian Federation	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
South Africa	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Spain	31 Mar 1982	21 Sep 1988	14 Jan 1998		X
Sweden	24 Apr 1984	21 Sep 1988	14 Jan 1998		X
Ukraine	28 Oct 1992	04 Jun 2004	24 Jun 2001		X
United Kingdom	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
United States	23 Jun 1961	23 Jun 1961	14 Jan 1998	X	X
Uruguay	11 Jan 1980	07 Oct 1985	14 Jan 1998		X

Fonte: Secretariat of the Antarctic Treaty, 2016.

Quadro 3.2 – Membros Não Consultivos do Tratado da Antártida, em 31 de dezembro de 2016

Country	Entry into force	Consultative status	Environment Protocol	CCAS	CCAMLR
Austria	25 Aug 1987				
Belarus	27 Dec 2006		15 Aug 2008		
Canada	04 May 1988		13 Dec 2003	X	X
Colombia	31 Jan 1989				
Cuba	16 Aug 1984				
Denmark	20 May 1965				
Estonia	17 May 2001				
Greece	08 Jan 1987		14 Jan 1998		X
Guatemala	31 Jul 1991				
Hungary	27 Jan 1984				
Iceland	13 Oct 2015				
Kazakhstan	27 Jan 2015				
Korea (DPRK)	21 Jan 1987				
Malaysia	31 Oct 2011		14 Sep 2016		
Monaco	31 May 2008		31 Jul 2009		
Mongolia	23 Mar 2015				
Pakistan	01 Mar 2012		31 Mar 2012		X
Papua New Guinea	16 Mar 1981				
Portugal	29 Jan 2010		10 Oct 2014		
Romania	15 Sep 1971		05 Mar 2003		
Slovak Republic	01 Jan 1993				
Switzerland	15 Nov 1990				
Turkey	24 Jan 1996				
Venezuela	24 Mar 1999		31 Aug 2014		

Fonte: Secretariat of the Antarctic Treaty, 2016.

Os Membros Consultivos (Quadro 3.1) são os doze signatários iniciais do Tratado e dezassete países que, entretanto, ratificaram o documento e têm vindo a revelar especial interesse na Antártida⁵²⁰, através do investimento substancial em investigação científica naquele continente, sobretudo na instalação de bases. Estes membros, os únicos com poder

⁵²⁰ A República Checa é o mais recente Membro Consultivo. O estatuto foi-lhe reconhecido na ATCM de 2013, que decorreu em Bruxelas entre 20 e 29 de Maio. O país era Membro Não Consultivo desde 1962 e tinha vindo a incrementar o investimento em investigação científica na Antártida, sobretudo desde a abertura da base científica Johann Gregor Mendel em 2006, na ilha James Ross, junto à Península Antártica.

decisório, são responsáveis pela organização das Reuniões Consultivas ordinárias (ATCM) e especiais (*Special Consultative Meetings*)⁵²¹, encontros que têm como propósito, essencialmente, a troca de informação, a discussão de assuntos de interesse comum, a elaboração de recomendações e a aprovação de resoluções relativamente ao continente gelado.

Entre 1961 e 1991 as ATCM realizavam-se de dois em dois anos, porém passaram a ter uma periodicidade anual devido à importância científica que o continente viria a registar ao longo da década de 1980 e que se traduziu no aumento do número de bases científicas e de equipas de investigação no terreno, bem como numa maior necessidade de controlo das atividades desenvolvidas.

As ATCM são presididas pelos Membros Consultivos em regime de rotatividade, por ordem alfabética de acordo com o seu nome em língua inglesa – a reunião de 2016 (ATCM XXXIX) decorreu em Santiago do Chile, entre 23 de maio e 1 de junho, tendo a anterior decorrido em Sófia, na Bulgária, entre 1 e 10 de junho – e para além dos Membros Consultivos, estes encontros recebem representantes dos Membros Não Consultivos⁵²², peritos convidados de entidades governamentais e não-governamentais e observadores do SCAR, do COMNAP e do CCAMLR.

Pontualmente realizam-se reuniões de peritos, de cariz técnico, para discutir assuntos tão variados como códigos de navegação, telecomunicações, segurança aérea no continente, monitorização ambiental, entre outras temáticas. Estes encontros apenas dão origem a relatórios de apoio aos Membros Consultivos, pelo que qualquer recomendação que possa vir a ser tomada na sequência destes relatórios terá de ser discutida e aprovada nas ATCM.

O STA é apoiado desde 1 de setembro de 2004 pelo Secretariado do Tratado da Antártida, sedado em Buenos Aires, Argentina. Este organismo tem como objetivo

⁵²¹ Nas ATCM são efetuadas recomendações sobre todos os temas relacionados com a Antártida, mas que apenas têm efeito se aprovadas por todos os Membros Consultivos. Já as reuniões especiais são efetuadas com o propósito de discutir temas específicos e podem igualmente dar origem a recomendações, nos mesmos termos do que as ATCM, mas apenas para as temáticas em discussão, que estiveram na origem da reunião.

⁵²² Portugal participou em quatro ATCM: XXXVI, XXXVII, XXXVIII e XXXIX realizadas em Bruxelas (2013), Brasília (2014), Sófia (2015) e Santiago do Chile (2016), respetivamente.

assessorar as ATCM e o CEP, facilitar a troca de informação entre Membros, coligir, arquivar e disponibilizar informação sobre as ATCM, bem como produzir e divulgar informação sobre o STA e atividades antárticas⁵²³.

No que concerne aos instrumentos do STA, a Convenção para a Conservação das Focas Antárticas (CCAS) de 1978 surgiu da necessidade de proteger estas espécies e reforçar as Medidas acordadas para a Conservação da Fauna e Flora Antárticas de 1964, dado o seu cariz generalista. As focas antárticas, sobretudo os lobos-marinhos, estavam quase extintas no início do século XX nos arquipélagos da Geórgia do Sul e das Shetlands do Sul devido à elevada procura pela sua pele e gordura⁵²⁴.

Após a entrada em vigor das Medidas em 1964, uma expedição científica deslocou-se à Antártida com o objetivo de apurar se as focas caranguejeiras, que habitam as plataformas de gelo flutuantes em alto mar, em torno daquele continente, poderiam ser capturadas. A equipa verificou que a espécie se encontrava ameaçada, visto que a existência de medidas por todos aprovadas não bastava para conseguir evitar a sua captura (bem como de outras espécies) em alto mar.

Perante os resultados desta expedição, os Membros Consultivos do Tratado da Antártida, com o apoio do SCAR, envidaram esforços no sentido de criar um instrumento mais eficaz de proteção daqueles animais e que pudesse ser internacionalmente reconhecido, uma vez que a ameaça de extinção ainda não estava ultrapassada⁵²⁵. Foi então elaborada a CCAS entre 1964 e 1972, proibindo a captura de focas antárticas a sul de 60° S exceto nos termos regulamentados pelo documento, que impõe zonas, limites e épocas de captura, bem como espécies que podem ou não ser capturadas. A Convenção entrou em vigor em 1978 e foi revista em 1988, tendo contribuído significativamente para a recuperação das colónias destes animais (os lobos-marinhos, por exemplo, têm registado nos últimos anos uma taxa de crescimento anual de 10%⁵²⁶).

⁵²³ SECRETARIAT OF THE ANTARCTIC TREATY, *s.a.*

⁵²⁴ COHEN, 2002.

⁵²⁵ *Idem*, 2002.

⁵²⁶ SEAL CONSERVATION SOCIETY, *s.a.*

Já a Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR) encontra-se em vigor desde 1982, com o objetivo de conservar a vida marinha antártica através da regulamentação da sua exploração⁵²⁷. Foi elaborada, por um lado, em resposta ao crescente valor comercial que o krill, componente fundamental do ecossistema antártico, tinha vindo a adquirir na década de 1970 e, por outro, tendo por base o histórico de sobre-exploração de outros recursos marinhos no Oceano Glacial Antártico, por forma a evitar situações de pré-extinção de algumas espécies.

Deste modo, à semelhança do ocorrido com a CCAS, os Membros Consultivos, com o apoio do SCAR, elaboraram este instrumento de proteção do ecossistema antártico, que inclui um conjunto de medidas de conservação, analisado e atualizado anualmente na reunião da Comissão para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, organismo responsável pela implementação da Convenção e estabelecido pela mesma em 1982. O empenho desta Comissão culminou em outubro de 2016 no acordo para a criação da maior reserva marinha do mundo, no Mar de Ross, na Antártida⁵²⁸.

Neste contexto, a partir de dezembro 2017 e por um período de trinta e cinco anos, será limitada e até interdita a pesca e captura de recursos marinhos para fins comerciais naquela região⁵²⁹. O Comité Científico desta Comissão já tinha manifestado o seu apoio à proposta apresentada nesse sentido pela Nova Zelândia e pelos EUA em 2011, mas desde então não tinha ainda existido consenso entre os Membros do Tratado nas reuniões anuais subsequentes, sobretudo no que respeita à RPC e à Federação Russa, uma vez que aquela região constituía uma das suas zonas de pesca de merluza-negra, uma espécie muito ameaçada pelo seu porte (entre noventa e cento e trinta quilos) e consequente elevado valor comercial, podendo alcançar cerca de mil euros por exemplar no mercado asiático⁵³⁰.

Por sua vez, a Convenção para a Regulamentação das Atividades sobre os Recursos Minerais (CRAMRA) nasceu da necessidade de regulamentar a prospeção, exploração e

⁵²⁷ CCAMLR, 2015.

⁵²⁸ SLEZAK, 2016.

⁵²⁹ McGRATH, 2016.

⁵³⁰ IGLESIAS, 2016.

comercialização de recursos minerais, com interesse crescente nas décadas de 1970 e 1980. Esta questão foi debatida durante as negociações que conduziram ao Tratado da Antártida, mas acabou por ser excluída da redação do documento, por se considerar que ainda se encontrava numa fase muito prematura⁵³¹.

Não obstante, em 1970, na sequência de estudos efetuados por empresas de prospeção geofísica sobre a possibilidade de efetuar prospeção no Oceano Glacial Antártico em torno do “continente gelado”, os Membros Consultivos resolveram abordar a questão na ATCM VI, que decorreu nesse mesmo ano, contudo só chegariam a consenso onze anos depois para a criação de um instrumento de regulamentação destas atividades, na ATCM IX.

A CRAMRA foi assim negociada ao longo de seis anos (1982-1988) e adotada em 1988, mas tal como referido anteriormente, nunca entrou em vigor na medida em que necessitava da ratificação por todos os Membros do Tratado, o que não aconteceu a tempo da ATCM XV, que decorreu em 1989 em Paris. Desde então, nenhum país a ratificou⁵³².

À semelhança das convenções anteriores, este documento regulamenta a exploração de recursos minerais na Antártida, definindo áreas protegidas e regras de conduta para os operadores, primando sempre pelo respeito do Tratado da Antártida⁵³³. Ou seja, se a CRAMRA tivesse sido adotada, qualquer empresa de qualquer Membro da Convenção poderia desenvolver atividades de prospeção, exploração e comercialização dos recursos minerais existentes naquele continente, desde que respeitasse o Tratado (e respetivas convenções).

Por esta razão, em 1988 a *Greenpeace* e o WWF lançaram uma campanha internacional contra a exploração mineira na Antártida, defendendo que esta atividade deveria ser totalmente banida daquele continente e devendo o mesmo ser declarado “Parque Mundial”⁵³⁴. Sob a intensa pressão destes grupos ambientalistas, Austrália e França decidiram não ratificar a CRAMRA em 1989.

⁵³¹ COHEN, 2002.

⁵³² Idem.

⁵³³ BRITISH ANTARCTIC SURVEY, *s.a* (b).

⁵³⁴ Idem.

Em 1990, na mesma linha, Nova Zelândia, Itália e Bélgica propuseram a elaboração de uma convenção de proteção ambiental mais abrangente, que proibisse qualquer atividade mineira na Antártida. No entanto, os EUA, Japão e Reino Unido opuseram-se à proibição definitiva destas atividades naquele continente. Chile e Reino Unido convocaram então uma reunião extraordinária para discutir medidas abrangentes para a proteção do meio ambiente antártico, tendo elaborado em conjunto o primeiro esboço do que viria a ser o Protocolo de Proteção do Meio Ambiente e que viria a incorporar algumas das medidas propostas originalmente na CRAMRA⁵³⁵.

Assim, perante o fracasso da CRAMRA, em 1991, trinta anos após a entrada em vigor, procedeu-se à primeira revisão do Tratado da Antártida, adiando as discussões acerca de outros tipos de utilização do território que não a investigação científica (nomeadamente a exploração dos recursos minerais) por um período de cinquenta anos (até 2041), mas sem impedir taxativamente novas reivindicações territoriais, nomeadamente por parte de alguns países da América do Sul, como o Peru e o Equador.

Na sequência da proposta do Chile e do Reino Unido, a revisão do Tratado deu origem ao Protocolo de Proteção do Meio Ambiente (PEP, em inglês), mais conhecido como Protocolo de Madrid e que viria a entrar em vigor em 1998, e a cinco novos anexos: Avaliação de Impacto Ambiental; Conservação da Fauna e Flora Antárticas; Gestão de Resíduos; Prevenção da Poluição Marinha e Proteção e Gestão de Áreas. Efetivamente, o Protocolo veio reforçar o estatuto da Antártida como Reserva da Humanidade, procurando prolongar e melhorar a eficácia do Tratado da Antártida sem, contudo, alterar o documento original.

A proibição da exploração de recursos minerais, exceto para fins científicos, foi imposta por um período mínimo de cinquenta anos desde a entrada em vigor (medida também conhecida como a moratória dos cinquenta anos) sendo que, a ocorrer após esse período, terá de ser aprovada por unanimidade.

O Protocolo de Madrid destaca igualmente a necessidade de minimizar o impacto ambiental da investigação científica, i.e., impõe um planeamento cuidado da pesquisa a

⁵³⁵ BRITISH ANTARCTIC SURVEY, *s.a.*(b).

efetuar no terreno por forma a evitar a contaminação e a degradação ambiental fruto das experiências efetuadas. Refira-se, neste contexto, que as bases científicas constituem um importante fator de alteração do ecossistema em que estão integradas e de contaminação, em virtude dos resíduos que produzem⁵³⁶, do ruído dos geradores, da trasfega de combustível e da alimentação de espécies animais locais, prática interdita por alterar os seus hábitos de procura de alimento, mas que acaba por verificar-se⁵³⁷.

Figura 3.11 – Trásfega de combustível para a base *Artigas* (uruguaia)



Foto: Nikki Silvera, 2012.

O processo de trasfega de combustível em ambiente antártico é bastante complexo, uma vez que tem de ser rigorosamente planeado, obedecendo às diretivas do PEP. Durante a nossa estada no terreno, em janeiro de 2012 (verão antártico) pudemos testemunhar uma operação de abastecimento da base uruguaia Artigas, que demorou cerca de dois dias, empenhou toda a guarnição da base e manteve ativo um plano de contingência (Figura 3.11).

⁵³⁶ Os resíduos orgânicos, papel e cartão são normalmente incinerados no local, provocando a libertação de vapores num ambiente quase pristino. Todos os restantes resíduos são armazenados e enviados, por aeronave ou navio, para o país de origem das bases, a fim de serem reciclados.

⁵³⁷ Informação obtida durante a visita ao terreno, à ilha Rei Jorge, arquipélago das Shetlands do Sul, através de observação e de conversas com técnicos responsáveis pela qualidade ambiental.

O Protocolo de Madrid cria ainda o Comité para a Proteção do Meio Ambiente (CEP), uma entidade de assessoria que tem como funções principais apoiar e propor recomendações às Reuniões Consultivas do Tratado, seguindo as disposições do Protocolo. Em termos jurídicos, o documento completa o Artigo 11º do Tratado, relativamente à resolução de conflitos, permitindo aos seus membros escolher a instituição internacional para mediar o diferendo: o Tribunal Internacional de Justiça ou um Tribunal Arbitral. No entanto, não esclarece que medidas poderão ser tomadas caso a intervenção de uma destas instituições (ou de ambas) não resolva o conflito.

Com vista a garantir o respeito pelo Tratado da Antártida e pelo Protocolo de Madrid, são efetuadas inspeções aleatórias ao terreno, teoricamente sem aviso prévio⁵³⁸, que obedecem a diretrizes previamente definidas, organizadas em quatro *checklists*, de acordo com o objeto de inspeção: a) bases permanentes e infraestruturas anexas; b) navios que percorram a área definida pelo Tratado da Antártida; c) bases abandonadas e edifícios anexas; d) depósitos de resíduos.

No entanto, imbuídas do espírito de “resolução pacífica de tensões”, estas listas não são utilizadas como questionário aos inspecionados nem são passíveis de constituir prova de inquérito. Têm como propósito guiar os inspetores nas visitas a estas infraestruturas/navios e recomendar boas práticas a quem está no terreno.

Em suma, a entrada em vigor do Protocolo de Madrid em 1998 e a criação do Secretariado marcaram a evolução do Tratado, que passou de um acordo de cariz limitativo a um sistema de governação⁵³⁹. Segundo Robert Headland⁵⁴⁰, o Tratado da Antártida e o STA encerram uma forte componente burocrática, mas têm igualmente evoluído ao longo do tempo e servido o seu propósito.

⁵³⁸ O Tratado da Antártida, no Artigo 7º, prevê a realização de inspeções no terreno sem aviso prévio. Utilizamos o advérbio “teoricamente” uma vez que, se em 1959 era mais fácil manter o sigilo destas missões, hoje em dia a vontade humana, aliada às tecnologias da informação e comunicação podem facilmente adular o princípio do sigilo das inspeções e promover fugas de informação.

⁵³⁹ SCULLY, 2011.

⁵⁴⁰ Entrevista em anexo.

Respondendo à pergunta de investigação *será o quadro legal em vigor suficiente e eficiente para a prevenção e resolução de conflitos na Antártida?* podemos afirmar que sim. Em cinco décadas de vigência, o STA, instrumento multilateral de referência, acabou por evoluir para um regime, manteve o “continente gelado” isento de conflitos e melhorou as medidas de conservação do ecossistema, instituindo as inspeções (efetuadas sobretudo por especialistas na área ambiental, têm tido um papel importante quer na proteção do meio ambiente, quer na formação das guarnições das bases antárticas) e pautando sempre por uma atitude geradora de consensos, mesmo no que respeita aos recursos minerais. No entanto, permanece a questão: será que quando a exploração destes recursos se tornar economicamente viável, o STA terá capacidade para manter a Antártida “intocável”?

De acordo com o, Gillian Triggs “A potent risk to the stability of the ATS [STA] is the temptation for claimant states to exercise jurisdiction within their claimed sectors”⁵⁴¹, situação que, no entanto, já se verifica no terreno. Na ilha de Rei Jorge, a título de exemplo, a base da Força Aérea chilena mantém operacional o único aeródromo do arquipélago das Shetlands do Sul do qual dependem todas as bases internacionais instaladas na ilha para transporte logístico e de pessoal.

Esta situação leva a que em caso de incidente no arquipélago ou no mar contíguo ao arquipélago, as autoridades chilenas sejam responsáveis pelo auxílio e evacuação de eventuais vítimas (embora possam contar com a colaboração dos outros países presentes na sua zona de influência ou em áreas contíguas).

Na mesma linha, Christopher Joyner⁵⁴², investigador na Universidade de Georgetown, Washington D.C., considera que um dos principais desafios ao Tratado da Antártida poderá ser precisamente um conflito entre Estados reivindicadores e não-reivindicadores sobre a eventual exploração de hidrocarbonetos *offshore*, com base no Artigo 76º da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar⁵⁴³. Como verificamos anteriormente, alguns Estados reivindicadores já apresentaram submissões junto da Comissão das Nações Unidas para os

⁵⁴¹ TRIGGS, 2011.

⁵⁴² JOYNER, 2011.

⁵⁴³ Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 3 de abril de 1997.

Limites da Plataforma Continental, para aferir da possibilidade de reivindicar a plataforma continental nas zonas *offshore* dos territórios antárticos reclamados antes do Tratado.

Outro desafio à integridade do Tratado da Antártida, igualmente importante, passa pela prospeção da biodiversidade na região com fins comerciais. Segundo Joyner, o aumento da investigação científica, nomeadamente no que respeita à flora e à fauna é justificado pela pesquisa de recursos genéticos e bioquímicos passíveis de serem utilizados na indústria farmacêutica, que já integra alguns desses elementos em medicamentos contra o cancro, suplementos alimentares, cosméticos, entre outros.

O krill, um dos recursos mais explorados, é capturado por cerca de duas centenas de empresas, de vinte e sete nacionalidades⁵⁴⁴. Os países mais ativos neste sector são o Japão, os EUA, a Espanha, o Reino Unido, a Coreia do Sul, o Canadá, a Suécia, a Federação Russa, a RPC, o Chile, a Nova Zelândia, a França, a Bélgica, a Índia, a Dinamarca, os Países Baixos, a Alemanha e a Polónia, todos Membros Consultivos do Tratado da Antártida; mas esta prática, de acordo com Joyner, levanta várias questões:

Certain unresolved bioprospecting issues could pose serious challenges within the ATCPs, particularly between claimant and nonclaimant states. For example, there is the lack of a consensus definition of biological prospecting as a research activity. Another legal concern relates to who has the authority to determine access to genetic resource in Antarctica. Consequently, although Article IV provides that “no acts or activities taking place while the present Treaty is in force shall constitute a basis for asserting, supporting or denying a claim to territorial sovereignty in Antarctica or create any rights of sovereignty in Antarctica,” what degree of legal authority, if any, do claimant states possess to regulate access to Antarctic genetic resources in their claimed sectors? No less important, would this “authority” give claimant states the right of refusal to a prospective bio prospector? Who retains how much of the profits, if any, derived from bioprospecting research? Are all benefits to be retained solely by the company who invests most heavily in the research?⁵⁴⁵

Um terceiro desafio à integridade do Tratado envolve atualmente o Japão e a Austrália e remete para a captura de baleias em águas antárticas. O Santuário de Baleias do Oceano Glacial Antártico, criado em 1994 pela Comissão Baleeira Internacional (*International*

⁵⁴⁴ A sua captura é regulamentada pela CCAMLR, que impõe um limite máximo de 5,6 milhões de toneladas por ano no Atlântico Sudeste.

⁵⁴⁵ JOYNER, 2011: 99.

Whaling Commission – IWC), proíbe a captura para fins comerciais. Não obstante, o Japão continuou a capturar anualmente, em média, cerca de mil baleias, sob a alçada do seu Programa de Investigação de Baleias sob a Autorização Especial na Antártida (*Japanese Whale Research Program under Special Permit in the Antarctic – JARPA II*).

Após várias tentativas para travar a captura de cetáceos em águas antárticas, a Austrália deu entrada, em maio de 2010, de um processo contra o Governo japonês no Tribunal Internacional de Justiça das Nações Unidas (TIJ), alegando “Japan’s continued pursuit of a large-scale program of whaling [...] is in breach of obligations assumed by Japan [...] for the preservation of marine mammals and the marine environment”⁵⁴⁶.

Por sua vez, o TIJ ordenou ao Japão, em março de 2014, que cessasse de imediato a captura de cetáceos uma vez que ficou provado que estes se destinavam ao abastecimento de mercados japoneses e não à investigação científica. Os dois únicos artigos de investigação que o Japão utilizou para sustentar a sua posição (desde 2005) encaminham-nos para a utilização de nove baleias capturadas para fins científicos, não sendo proporcional ao número de animais mortos em cinco anos (cerca de três mil e seiscentos)⁵⁴⁷. No entanto, contra a posição do Governo australiano e a deliberação do TIJ em 2014, as autoridades japonesas acabaram por regressar a águas antárticas em 2015 para capturar baleias, alegando que passariam a utilizar “meios não letais”.

Embora não seja o desafio mais problemático do Tratado, a tensão nas relações bilaterais entre a Austrália e o Japão no que respeita à Antártida poderá dificultar processos de tomada de decisão no âmbito do STA, sobretudo os que envolverem a gestão dos recursos marinhos. De acordo com o geólogo do BAS e antigo Secretário Executivo do SCAR entre 1989 e 2005, Peter Clarkson (entrevistado por nós em 20 de outubro de 2015), o próprio SCAR não se dedica à investigação nesta área por considerá-la demasiado politizada.

⁵⁴⁶ UNITED NATIONS INFORMATION CENTER, 2013.

⁵⁴⁷ ABC Net, *s.a.*

1.2.4 Do Tratado da Antártida à atualidade

As três décadas que se seguiram à assinatura do Tratado da Antártida, até à sua revisão em 1991, ficaram marcadas pela consolidação da presença internacional no continente. Com as reivindicações territoriais suspensas, Membros Consultivos e Não Consultivos investiram nos seus programas polares, sobretudo na construção de bases no continente e nas ilhas antárticas, com o intuito de reforçar a sua presença em diferentes setores geográficos.

Entre 1970 e 1980 a URSS construiu três bases dispersas por todas as zonas reclamadas (exceto na zona reivindicada por França e no único setor não reivindicado). Já os EUA construíram a base de *Palmer* em 1968, na ilha de Anvers (junto à Península Antártica), modernizaram a *McMurdo* (construída para o AIG) e ampliaram a base no Polo Sul (*Amundsen-Scott*) em 1977, com o argumento de que a manutenção desta última garantia a presença em todos os setores antárticos⁵⁴⁸. Recorde-se que nenhum destes Estados reconhecia as reivindicações territoriais suspensas pelo Tratado, mas reservavam para si o direito de reclamar parcelas do território antártico.

Dos países com interesses no Atlântico Sul e na Antártida contemplados na presente investigação, apenas Brasil e Uruguai não aderiram ao Tratado no momento da sua assinatura, porém os seus programas polares conheceram um incremento substancial durante as últimas quatro décadas.

1.2.4.1 Brasil

... the Brazilian Antarctic Program envisions the imperative necessity that the Country assume its role of great nation and participate in decisions affecting the Southern Cone. As a two-hemisphere nation, occupying a broad range of latitudes on continuous territories, the nation should include four great areas: Equatorial Brazil, Tropical Brazil, Subtropical Brazil and Polar Brazil⁵⁴⁹.

Segundo o investigador Rogério Madruga Gandra, existem no Brasil dois posicionamentos políticos relativamente à Antártida, o *territorialista*, defendido por Therezinha de Castro e

⁵⁴⁸ MITCHELL, 1980.

⁵⁴⁹ COELHO, 1983 *apud* CHILD, 1988: 149.

pelo deputado Eurípedes de Menezes (que na década de 1970 sustentava a reivindicação de território antártico), que privilegia a integração daquele continente na jurisdição e soberania nacionais e o *internacionalista*, que considera a Antártida um continente universal, utilizado para fins pacíficos, como sustentado pelo Tratado⁵⁵⁰.

Terá sido a perspectiva *territorialista* que em 30 de junho de 1958, no contexto da elaboração do Tratado da Antártida, conduziu o Governo brasileiro a notificar o Departamento de Estado norte-americano acerca das suas pretensões relativas ao setor antártico localizado entre o meridiano 28° (Ilha Martim Vaz) e o meridiano 53° (Arroio Chuí) – em virtude da aplicação da Teoria da Defrontação, analisada no capítulo 1. No entanto, foi excluído da redação do mesmo, uma vez que as autoridades norte-americanas entenderam que o Brasil não tinha desenvolvido nenhuma atividade científica de relevo naquele continente até à convocação da reunião em Washington, pelo que não poderia ser incluído nas negociações do Tratado nem na sua redação (embora o Governo brasileiro alegasse que a sua Marinha tinha desenvolvido projetos de investigação oceanográficos e meteorológicos na região antártica, no contexto do AIG)⁵⁵¹.

Em resposta, o Executivo brasileiro apresentou um protesto formal, declarando: “o Brasil, ante o imperativo de proteger sua Segurança Nacional, reservar-se-á o direito de livre acesso à Antártida assim como o de apresentar as reivindicações que possa vir a julgar necessárias”⁵⁵².

No entanto, de acordo com o capitão-de-fragata da Marinha argentina, Bernardo Rodriguez, o Brasil não terá aderido ao Tratado da Antártida em 1960 na medida em que teria interesse em fazer valer a sua soberania sobre os territórios reclamados com base na Defrontação⁵⁵³. Na perspectiva argentina, o Brasil pretendia reclamar em primeiro lugar a sua soberania sobre parte do território antártico e posteriormente aderir ao Tratado – o deputado Eurípedes de Menezes defendeu esta posição em 1970⁵⁵⁴, num discurso perante o

⁵⁵⁰ GANDRA, 2009.

⁵⁵¹ PENHA, 2009.

⁵⁵² PORTO DA LUZ, 1990 *apud* PENHA, 2009: 127.

⁵⁵³ PENHA, 2009.

⁵⁵⁴ Em 1970 o Brasil já se encontrava sob regime militar (1964-1984).

Congresso Nacional: “Insistiremos, pois, enquanto não nos convençam de laborarmos em erro: sendo como é praticamente impossível a solução pacífica da questão da propriedade de terras na Antártica, a não ser que se adote o critério de defrontação [...] porque não faremos também a nossa legítima reivindicação?”⁵⁵⁵.

Os interesses brasileiros na Antártida manifestar-se-iam oficialmente a partir de 1973, quando a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovaria um projeto de lei que autorizava o Executivo a conceder apoio logístico à primeira expedição brasileira à Antártida⁵⁵⁶. Em 1975, o Brasil aderiu ao Tratado e em outubro de 1976 o Governo apresentou as diretrizes gerais da Política Nacional para Assuntos Antárticos – POLANTAR, que seria finalmente aprovada em 1987, através do Decreto N.º 94.401, de 3 de junho.

A POLANTAR garante a prossecução dos objetivos brasileiros na Antártida, que se traduzem em⁵⁵⁷:

- a. Participação em todos os atos internacionais e instituições que compõem o Sistema do Tratado da Antártida;
- b. Prossecução e ampliação do Programa Antártico Brasileiro, que fundamenta a inclusão do Brasil entre os Membros Consultivos, objetivando:
 - i. Maior conhecimento científico da região antártica em todos os seus aspetos, por meio do desenvolvimento das atividades brasileiras na Antártida, com envolvimento crescente de cientistas brasileiros;
 - ii. Identificação dos recursos económicos vivos e não-vivos e obtenção de dados sobre as possibilidades do seu aproveitamento;
 - iii. Desenvolvimento da tecnologia brasileira aplicável às condições fisiográficas e ambientais no continente antártico e da área marinha adjacente, bem como a eventual exploração e o aproveitamento de recursos vivos e não-vivos;

⁵⁵⁵ CASTRO, 1976: 111.

⁵⁵⁶ PENHA, 2009.

⁵⁵⁷ Decreto N.º 94.401, de 3 de junho de 1987.

- c. Participação na exploração e aproveitamento de recursos vivos marinhos e de recursos minerais antárticos e, se esta ocorrer, participação igualmente em condições que compensem a condição de país em desenvolvimento.

A POLANTAR, ainda que numa fase embrionária, enquadrou a criação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) pelo Decreto n.º 86.830 de 12 de janeiro de 1982, sob a tutela do Ministério da Marinha (designadamente na Comissão Interministerial para os Recursos do MAR – CIRM)⁵⁵⁸. O PROANTAR foi desenhado com o propósito de coordenar a investigação científica na Antártida e gerir as estruturas que viessem a ser edificadas, contribuindo para a efetivação da presença brasileira na região. Encontra-se dividido em três segmentos⁵⁵⁹:

- a. Científico: constituído pelo Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas – CONAPA, órgão assessor do Ministério da Ciência e Tecnologia para os assuntos científicos relacionados com a Antártida e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade responsável pelo fomento e coordenação da execução da investigação científica realizada pelas universidades e institutos de investigação.
- b. Logístico: sob a responsabilidade da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM, que implementa o apoio logístico às Operações Antárticas.
- c. Ambiental: sob a responsabilidade do Grupo de Avaliação Ambiental do PROANTAR (GAAM), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A atividade antártica sob a alçada do PROANTAR iniciou-se logo após a sua criação com a aquisição do navio polar dinamarquês *Thala Dan*, que seria transformado em Navio de Apoio Oceanográfico *Barão de Teffé*, a bordo do qual partiu a primeira expedição brasileira rumo à Antártida (1982/83), a Operação Antártica (OPERANTAR) I, que contou

⁵⁵⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL, 2007.

⁵⁵⁹ MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO BRASIL, *s.a.*

igualmente com o Navio Oceanográfico da Universidade de São Paulo, *Prof. Wladimir Besnard*⁵⁶⁰.

Segundo Rogério Gandra, esta missão decorreu numa fase em que os paradigmas ideológicos brasileiros se encontravam em xeque, dado que o apoio dos EUA ao Reino Unido durante a Guerra das Falkland/Malvinas fragmentou a coesão do TIAR e a neutralidade dos demais Estados-membros do Tratado de Assistência, em especial do Brasil, que almejava atingir o estatuto de potência regional⁵⁶¹.

Não obstante esta situação, a expedição foi bem-sucedida, tendo contribuído, juntamente com a construção da *Estação Antártica Comandante Ferraz* (Figura 3.12), para a aceitação do Brasil como Membro Consultivo do Tratado da Antártida em 1983. Desde então, as autoridades brasileiras têm participado em todas as reuniões do Tratado, nomeadamente em 1991, na qual foi aprovado o Protocolo de Proteção do Meio Ambiente⁵⁶².

Figura 3.12 – Localização da *Estação Antártica Comandante Ferraz*



Fonte: Poder Aéreo, 2012.

⁵⁶⁰ COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR, *s.a.*

⁵⁶¹ GANDRA, 2009.

⁵⁶² SECRETARIAT OF THE ANTARCTIC TREATY, *s. a.*

Inaugurada em 1984, a *Estação Antártica Comandante Ferraz*, uma base de ocupação permanente, localiza-se na Baía do Almirantado, ilha Rei Jorge (arquipélago das Shetlands do Sul). Ficou parcialmente destruída em 2012 devido a um incêndio (perdeu cerca de 70% das instalações), sendo que as obras para a sua reconstrução, com início na temporada 2016/2017, foram adjudicadas à empresa chinesa CEIEC – o primeiro navio com equipamento partiu em novembro de 2016⁵⁶³. Antes do acidente, esta base tinha uma área de dois mil trezentos e cinquenta metros quadrados, podendo acomodar até cinquenta e três pessoas, entre investigadores, elementos do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro e da Marinha do Brasil, responsável pela gestão da infraestrutura.

A partir de 1982 a investigação brasileira na Antártida tornava-se um instrumento ao serviço da geopolítica, temática constante nos discursos oficiais sobre aquele continente, designadamente em 1983 durante o Simpósio “O Brasil e a Antártida”, organizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados. No evento o Almirante Múcio Piragibe Bakker, à data Secretário da CIRM, afirmava⁵⁶⁴:

[...] Em suma, os fatores que justificam a presença do Brasil no diálogo sobre a questão Antártica são de caráter ecológico, *estratégico e político*. *Fatores econômicos também justificam esse esforço*, pois há um trinômio que preocupa a humanidade: matérias-primas, energia e alimentos [...] Não houve dificuldades para mobilizar a comunidade científica, apesar de ser o Brasil um país onde a ciência é uma área pouco relevante em termos de prioridade nacional [...] Cabe, então, a pergunta: como será o Brasil no início do próximo século se seus recursos- minério de ferro, manganês, etc. - se esgotarem? [...] há também o aspeto científico. As organizações científicas mais importantes do planeta estão envolvidas na Antártica. Provavelmente, com o Programa Antártico, com a participação brasileira, pela primeira vez o país tenha oportunidade de proporcionar a seus cientistas o diálogo com cientistas de outros países [...] debatendo aspetos científicos em igualdade de condições [...]⁵⁶⁵.

Contudo, após o final do regime militar (1984), as operações antárticas brasileiras apostaram numa estratégia de desenvolvimento da investigação científica, evitando confrontos com os Estados-membros do Tratado da Antártida. Não obstante as dificuldades iniciais criadas pelas autoridades argentinas, que criticavam as intenções brasileiras de

⁵⁶³ SPUTNIK BRASIL, 2016.

⁵⁶⁴ GANDRA, 2009.

⁵⁶⁵ Idem: 71.

reivindicar parcelas do território da “Antártida Argentina” com base na Defrontação, a presença brasileira fez valer uma tendência pró-internacionalização do continente, sem manifestar, pelo menos explicitamente, interesses de soberania⁵⁶⁶.

Simultaneamente, as autoridades brasileiras procuraram transmitir que apesar desta atitude internacionalista, o Brasil teria flexibilidade para alterar as suas posições diplomáticas caso fosse necessário, uma vez que possui a região costeira mais vasta do Atlântico e que, naturalmente, tal como verificado no capítulo 1, a Antártida surge como uma área estratégica fundamental para os interesses brasileiros ao longo deste oceano⁵⁶⁷.

No que concerne ao investimento em investigação, entre 2001 e 2011⁵⁶⁸ o Governo brasileiro financiou o PROANTAR em cerca de quarenta e um milhões de euros; no entanto, após o incêndio na base *Comandante Ferraz*, o montante destinado ao PROANTAR foi reduzido, situação contestada em julho de 2016 na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, onde foi solicitado um aumento de verbas para a investigação antártica, para que pudesse regressar aos níveis anteriores ao acidente⁵⁶⁹.

Permitimo-nos, no entanto, extrapolar que dado o atual contexto político-económico brasileiro (2016), a investigação na Antártida não se afigurará como uma prioridade para o Governo, pese embora a importância geopolítica e estratégica daquele continente para o Brasil.

Apesar deste revés na política antártica, o Brasil, terceiro país sul-americano a envolver-se nos temas antárticos (depois da Argentina e do Chile) conduziu, através da Teoria da Defrontação, o Uruguai, o Peru, o Equador e ainda a Colômbia a seguirem-lhe o exemplo⁵⁷⁰.

⁵⁶⁶ PENHA, 2009.

⁵⁶⁷ Idem, 2009.

⁵⁶⁸ Não foi possível ter acesso a dados mais recentes sobre o financiamento do PROANTAR.

⁵⁶⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2016.

⁵⁷⁰ PENHA, 2009.

1.2.4.2 Uruguai

Apesar de também não ter reivindicado oficialmente parcelas do território antártico, o interesse do Uruguai na Antártida começou a manifestar-se na década de 1950, numa missiva enviada pelo Capitão Carlos Travieso ao então Inspetor-geral da Marinha, defendendo, à luz da Teoria da Defrontação, o estabelecimento de uma estação meteorológica, considerando tratar-se de uma oportunidade única para marcar presença naquele continente:

MEMORANDUM (del CN Travieso) AL SR. INSPECTOR GENERAL DE MARINA
Montevideo, 13 de enero de 1954.

De acuerdo a lo que le expresara verbalmente al Sr. Inspector, cúpleme elevar a Ud. el siguiente Memorándum:

En pro de la instalación de una estación meteorológica, de costo ínfimo, en la Antártida. Oportunidad Única, que nos brinda la situación mundial y los Tratados que hemos suscrito, de reservarnos para el futuro, un inmenso e invaluable territorio fuente de trabajo y bienestar. Desaprovechar tal oportunidad - olvidando violatoriamente nuestros compromisos-, afectaría nuestro futuro y viabilidad como Nación Independiente. Todos los problemas técnico-económicos, podría resolverlos la Armada con muy poco más de los rubros para ella previstos, si nos decidiésemos por la empresa -cuantiosas ganancias a corto plazo y prestigio para quienes realizasen la idea... La posición geográfica de cada cual, rectamente interpretada, según el Derecho Internacional, determina los límites de la zona en que cada Nación debe ejercer las mencionadas funciones, incluso las de jurisdicción⁵⁷¹.

Em 1961, o professor Julio César Musso citava pela primeira vez o nome de *Base Artigas* como designação futura de uma base uruguaia na Antártida, cujo projeto começou a delinear-se em 1962. De acordo com a estimativa de Musso, esta infraestrutura deveria localizar-se na costa sul do Mar de Weddell, especificamente no Cabo Noruegia, onde entre outras finalidades, teria como missão o apoio à navegação, através da instalação de um farol e de um depósito de combustível⁵⁷².

⁵⁷¹ FONTES, 2013.

⁵⁷² Idem.

Embora o projeto não tenha sido concretizado, lançou as bases para a instalação da primeira base permanente do Uruguai em território antártico em 1984, que acabaria por adotar a designação original proposta por Julio Musso⁵⁷³, *Base Científica Antártica Artigas*, na ilha Rei Jorge, arquipélago das Shetlands do Sul, onde realizámos a pesquisa no terreno para a presente investigação.

O professor Julio Musso foi o principal promotor da “consciência antártica” no Uruguai, tendo escrito na década de 1960 numerosos artigos sobre o tema, designadamente na sua revista “Antártida Uruguaya” – que deu origem a um livro homónimo em 1970 – através dos quais defendia uma maior presença do país naquele continente, respeitando, no entanto, o Tratado. Em 1968, Musso fundava o Instituto Antártico Uruguayo (IAU), de cariz privado, com o objetivo de divulgar o “continente gelado” entre a população e apoiar a atividade nacional naquela região⁵⁷⁴.

Dois anos depois, em 1970, realizou-se a primeira Convenção Nacional Antártica (CNA), na Biblioteca Nacional, durante a qual foram debatidos planos estratégicos e projetos para iniciar a atividade na Antártida de forma independente. Entre as principais conclusões deste evento, destacam-se⁵⁷⁵:

- A criação de uma base científica sob a tutela do IAU;
- Indicação, por parte do IAU, de uma equipa de investigadores para desenvolver atividades na Antártida;
- Realização de campanhas exploratórias na Antártida por navios uruguaios tendo em vista uma ocupação efetiva daquele território, quer através de abrigos, quer de bases permanentes.

Ainda em 1970, em 19 de maio, seria aprovado o Decreto 226/970, que criava a “Comissão de Estudos Antárticos”, com o propósito estudar a instalação de uma base na Antártida e cuja investigação culminou na construção da *Base Artigas*⁵⁷⁶. Em 1975 o IAU

⁵⁷³ FONTES, 2013.

⁵⁷⁴ Idem.

⁵⁷⁵ Idem.

⁵⁷⁶ Idem.

passava finalmente para a esfera pública, sob a alçada do Ministério da Defesa, aumentando substancialmente a sua capacidade relativamente a meios e instalações, uma vez que passou a ter as Forças Armadas envolvidas nos projetos antárticos⁵⁷⁷.

Em 11 de dezembro de 1979 o Uruguai aderiu ao Tratado da Antártida, através da aprovação da Lei 14.971. Relatando o acontecimento, o jornal “El Dia” publicou em fevereiro de 1980⁵⁷⁸:

Uruguay dejó "reservados los derechos que le correspondan en la Antártida de acuerdo con el Derecho Internacional", en ocasión de depositar el instrumento de adhesión al Tratado de Washington sobre el continente helado [...] La decisión del gobierno uruguayo de adherir al Tratado, "se funda - sostuvo la Declaración - no solamente en el interés que, como todo miembro de la Comunidad Internacional, tiene Uruguay en la Antártida, sino además, en un interés especial, directo y sustancial derivado de su situación geográfica, del enfrentamiento de su costa atlántica al Continente antártico, de la influencia que este ejerce en su clima, en su ecología y en su biología marina, de los vínculos históricos que lo ligan desde las primeras expediciones que se aventuraron a explorar dicho Continente y sus aguas, así como de las obligaciones asumidas conforme al Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca, que incluye una parte del territorio antártico en la zona descrita en el Tratado, por virtud de lo cual Uruguay coparticipa en la responsabilidad de la defensa de la región”⁵⁷⁹.

À semelhança do Brasil, após a ratificação do Tratado da Antártida o Uruguai apostou fortemente na investigação antártica, sobretudo desde a inauguração da sua primeira base em 1984 (construída a partir de um antigo abrigo cedido pelo Governo chileno), ocupada em permanência por militares, mas que todos os anos recebe investigadores uruguaios e estrangeiros, ao abrigo das campanhas desenvolvidas pelo IAU (Figura 3.13). Tivemos a oportunidade (e o privilégio) de desenvolver a nossa investigação no terreno ao abrigo da Operação Antarkos XXVIII⁵⁸⁰.

⁵⁷⁷ FONTES, 2013.

⁵⁷⁸ Idem.

⁵⁷⁹ EL DIA, 1980 *apud* FONTES, 2011: 131.

⁵⁸⁰ ANTARKOS XVIII, 2012.

Figura 3.13 – *Base Científica Antártica Comandante Artigas*



Foto: Vanessa Rei, 2012.

Para além da *Artigas*, o Uruguai possui igualmente uma outra base na Península Antártica, a *Estação Científica Antártica Ruperto Elichiribehety*, atualmente inoperacional por falta de recursos financeiros e pelo facto de os navios que podem abastecê-la necessitarem de reparações.

O Uruguai alcançou em 1985 o estatuto de Membro Consultivo do Tratado e desde então tem participado em todas as reuniões. Este país não tem uma Política Antártica como o Brasil, Argentina ou Chile pelo que as atividades são coordenadas pelo IAU, responsável igualmente pela tecnologia e apoio logístico (prestado pelas Forças Armadas), com um orçamento quinquenal de cerca de cinco milhões de dólares americanos⁵⁸¹.

Em 2007 foi criada uma comissão especial na Câmara dos Deputados para legislar sobre questões antárticas e em 2012, o então Presidente uruguaio, Jose Mujica, visitou pela primeira vez a *Base Artigas* e aproveitou a ocasião para receber o seu homólogo chileno Sebastian Piñera, tendo ambos celebrado um protocolo de cooperação no âmbito das atividades antárticas, honrando as ligações históricas entre os dois países e o apoio

⁵⁸¹ MADRID, 2008.

disponibilizado pelas autoridades chilenas à implantação da base uruguaia numa ilha que consideram “sob a sua jurisdição”.

Uruguay seeks to maintain a certain important status as a South Atlantic country [...] has played this role well in her Antarctic and South Atlantic policies. She is open to the implications of the Brazilian frontage theories yet also cooperates with Argentina in South Atlantic naval control and Antarctic activities⁵⁸².

Embora com limitações orçamentais, o Uruguai permanece bastante ativo na Antártida, na expectativa de poder estar envolvido nas decisões sobre o futuro deste continente em 2041, quando o Tratado for revisto.

1.2.4.3 EUA

Apesar de também não terem efetuado reivindicações territoriais, as autoridades norte-americanas mantêm atualmente fortes interesses diplomáticos na Antártida, tal como nas décadas que antecederam a assinatura do Tratado⁵⁸³. À semelhança dos restantes países analisados nesta investigação, os EUA participam ativamente no STA, destacando-se por manter a presença mais robusta dos trinta países atualmente presentes naquele continente, embora com apenas três bases permanentes⁵⁸⁴. A sua Política Antártica, consistente desde o AIG de 1957, tem sido movida por dois objetivos principais: manter e fortalecer o STA e garantir uma presença ativa e influente na região⁵⁸⁵. Baseia-se em quatro princípios⁵⁸⁶:

- Não reconhecimento das reivindicações territoriais;
- Direito de participação em quaisquer utilizações futuras da região;
- Utilização do continente antártico apenas para fins pacíficos;
- Acesso livre para investigação científica bem como para outras atividades pacíficas.

Logo após a assinatura do Tratado, o discurso oficial das autoridades norte-americanas começava paulatinamente a integrar as questões ambientais e os recursos antárticos. Em

⁵⁸² CHILD, 1988: 172.

⁵⁸³ UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, *s. a.*

⁵⁸⁴ KLOTZ, 2012.

⁵⁸⁵ JOYNER, 1997.

⁵⁸⁶ UNITED STATES ANTARCTIC PROGRAM, 2014.

1965, o Presidente Johnson afirmava que os EUA apoiavam “the preservation of unique plant and animal life there and hoped that peaceful cooperation in Antarctica will yield resources which every nation needs and every nation can use”⁵⁸⁷. Cinco anos depois, o Presidente Nixon reforçava a importância de proteger o ambiente na Antártida e de desenvolver medidas que garantissem o uso equitativo e racional dos recursos vivos e não-vivos⁵⁸⁸.

Com o crescimento da importância da investigação científica naquele continente, o *National Security Council*, num estudo apresentado em 1970, recomendou que o financiamento e gestão das atividades antárticas fosse consolidado na *National Science Foundation* (NSF) – a agência federal do Departamento de Estado criada em 1950 pelo Presidente Harry S. Truman⁵⁸⁹ – e, conseqüentemente, que o Programa Antártico norte-americano (*United States Antarctic Program* – USAP) permanecesse sob a sua tutela, o que aconteceu a partir de 1971⁵⁹⁰.

Sob a direção do Congresso norte-americano, o *National Science and Technology Council* (NSTC) efetuou, entre 1995 e 1996, uma revisão das principais linhas orientadoras da Política Antártica, concluindo que os EUA deveriam manter uma presença ativa e influente naquele continente, através da operacionalidade ininterrupta das três bases permanentes, uma vez que apresentava um bom rácio custo-benefício no que respeitava aos objetivos científicos e geopolíticos do país⁵⁹¹.

As referidas bases permanentes, *McMurdo*, *Amundsen-Scott* e *Palmer* bem como cinco estações/acampamentos de verão⁵⁹² e os cinco navios hidrográficos, são geridos pelo USAP e permitem a deslocação anual à Antártida de cerca de três mil e quinhentos investigadores⁵⁹³.

⁵⁸⁷ KLOTZ: 1990: 133.

⁵⁸⁸ KLOTZ, 1990.

⁵⁸⁹ NATIONAL SCIENCE FOUNDATION, *s. a.*

⁵⁹⁰ UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, *s. a.*

⁵⁹¹ NATIONAL SCIENCE FOUNDATION, *s. a.*

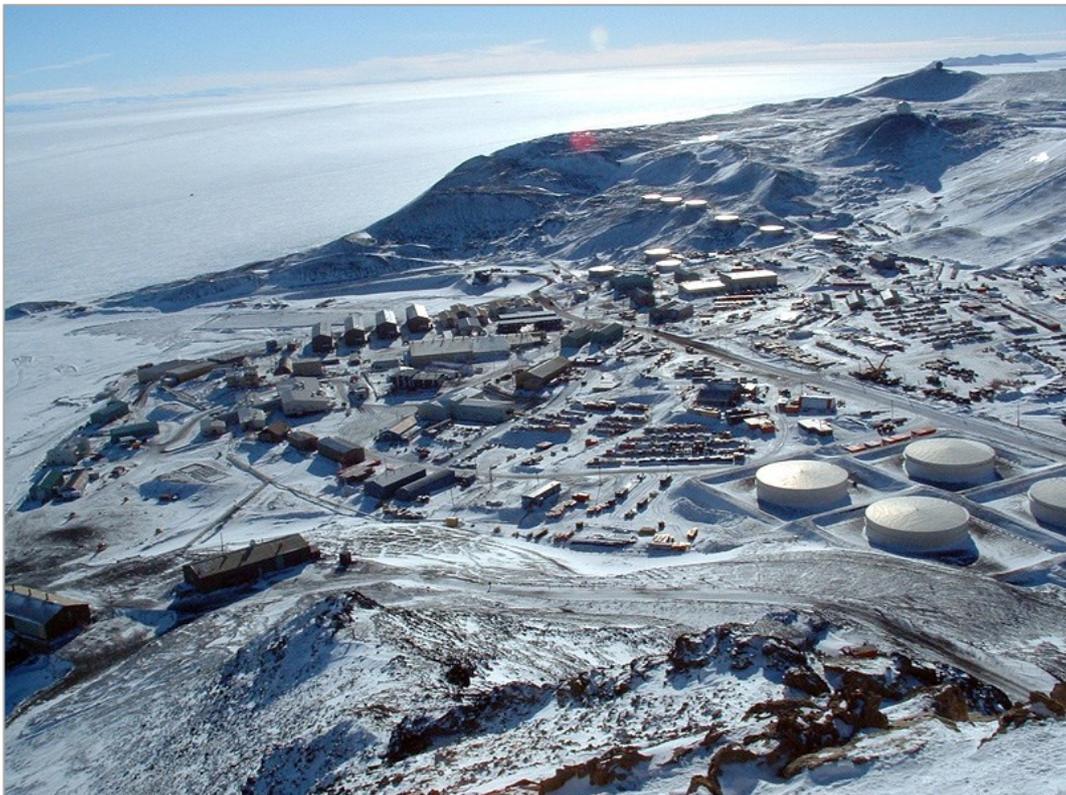
⁵⁹² Siple Dome; Western Antarctic Ice Sheet (WAIS) Divide Camp; AGAP South Field Camp; CReSIS Traverse; Byrd Field Camp. Fonte: United States Antarctic Program.

⁵⁹³ COMMITTEE ON THE DEVELOPMENT OF A STRATEGIC VISION FOR THE U.S. et al, 2015.

...the continuing presence of the U. S. in Antarctica is motivated by several factors. While science is a prime and enduring objective, it is not the sole force behind the U. S. Antarctic Program. Hence, it is difficult to evaluate the true total cost of individual scientific projects, since the facilities and infrastructure in which science is carried out exist not only for scientific reasons but also because of geopolitical and stewardship considerations⁵⁹⁴.

McMurdo, a maior base científica do continente, localiza-se na ilha de Ross e foi inaugurada em 1956 com o propósito de apoiar a realização do AIG. Plataforma logística para as atividades antárticas, possui cerca de oitenta e cinco edifícios, um porto, pistas de aterragem nas plataformas geladas (marítima e terrestre) e um heliporto. Tem capacidade para instalar cerca de mil pessoas no verão e duzentas no inverno (Figura 3.14).

Figura 3.14 – Base de *McMurdo*



Fonte: United States Antarctic Program, 2016.

Já a base de *Amundsen-Scott*, igualmente inaugurada em 1956 e com o mesmo propósito, encontra-se estrategicamente localizada no Polo Sul geográfico. Tem capacidade para alojar cerca de cento e cinquenta pessoas no verão e aproximadamente quarenta no inverno. A base

⁵⁹⁴ UNITED STATES ANTARCTIC PROGRAM EXTERNAL PANEL, 1997: 60.

de *Palmer*, localizada na ilha de Anvers (Península Antártica) é a única base dos EUA a norte do Círculo Polar Antártico e foi inaugurada em 1965. É a mais pequena das três bases permanentes, com capacidade para apenas quarenta e seis pessoas no verão e vinte no inverno. É servida por uma pequena doca e um heliporto.

O USAP é assim responsável por todas as atividades científicas e logísticas, pelas infraestruturas e também pelos navios que efetuam investigação no Oceano Glacial Antártico (Figura 3.15). O apoio logístico, à semelhança dos países analisados anteriormente, é prestado pelas Forças Armadas⁵⁹⁵.

As atividades antárticas são suportadas por um orçamento anual variável de cerca de trezentos e vinte e cinco milhões de dólares: setenta milhões de dólares para investigação e duzentos e cinquenta e cinco milhões para infraestruturas e logística⁵⁹⁶ – o mais elevado dos países em análise nesta investigação. Segundo Frank Klotz, este montante permite às autoridades norte-americanas manter uma posição diplomática de relevo nos processos de tomada de decisão no âmbito do STA.

⁵⁹⁵ Todos os anos os EUA enviam aeronaves de transporte de carga C17 com investigadores e equipamento para a base de *McMurdo*, a partir da qual partem aeronaves de menor dimensão (LC130, equivalente ao C130, mas adaptado a missões polares) equipadas com skis para prestar apoio logístico e transportar pessoal para outras bases e acampamentos. A Marinha abastece a base de *McMurdo* com combustível. KLOTZ, 2012.

⁵⁹⁶ COMMITTEE ON THE DEVELOPMENT OF A STRATEGIC VISION FOR THE U.S., 2015.

Figura 3.15 – Rotas aéreas e marítimas para abastecimento das bases norte-americanas na Antártida



Fonte: United States Antarctic Program, 2014.

Mais recentemente, em 2011, o *Office of Science and Technology Policy* (OSTP) e a NSF deram início a uma revisão profunda do USAP com o intuito de avaliar as necessidades logísticas necessárias na Antártida e no Oceano Glacial Antártico para os próximos vinte anos, bem como procurar novos métodos que visem o aumento da eficiência da presença na região e a redução dos custos⁵⁹⁷.

A avaliação deu origem ao relatório de 2015 *A Strategic Vision for NSF Investments in Antarctic and Southern Ocean Research* que elenca três prioridades estratégicas de investigação para a próxima década: i) Áreas geladas (*The Changing Antarctic Ice Sheets*

⁵⁹⁷ THE WHITE HOUSE, 2012.

Initiative) ii) evolução e adaptação da biota antártica⁵⁹⁸ e iii) geração de micro-ondas cósmicas⁵⁹⁹.

Esta última prioridade é particularmente importante, uma vez que envolve a instalação de dez telescópios entre o Polo Sul e vários locais estratégicos em diferentes pontos do planeta, que permitirão monitorizar as dinâmicas espaciais. Em suma, não obstante os elevados custos de manutenção da presença norte-americana na Antártida, a ocupação permanente das suas bases não tem sido uma questão negociável para nenhum dos governos desde 1960.

Recorde-se que os EUA não efetuaram nenhuma reivindicação territorial antes do Tratado, mas reservam-se o direito de poder vir a fazê-lo no futuro, pelo que, tal como os países analisados anteriormente, pretende não só poder manifestar a sua posição em 2041 como, à semelhança das negociações que conduziram à assinatura do Tratado, assumir novamente a liderança nas discussões para a revisão do documento. Importa saber se os restantes países empenhados em reforçar a sua presença na Antártida vão permitir que tal aconteça, nomeadamente os que apresentaram as reivindicações territoriais antes do Tratado e que iremos analisar a seguir.

1.2.4.4 Argentina

Argentine geopolitical arguments normally present the thesis that she has vital interests in the Antarctic, especially when seen in the broader context of the South Atlantic and the Malvinas/Falkland issue. At stake are not merely economic resources and strategic assets, but something of the soul of the nation itself. The argument is frequently made that (with the possible exception of Chile), no other nation gives such a high priority to its South Atlantic and Antarctic interests⁶⁰⁰.

A Argentina, que dista apenas novecentos quilómetros da Antártida, percebe a presença naquele continente como um desígnio nacional. Segundo o Governo argentino, “... durante

⁵⁹⁸ Estudo de todos os seres vivos da região num determinado período geológico.

⁵⁹⁹ COMMITTEE ON THE DEVELOPMENT OF A STRATEGIC VISION FOR THE U.S., 2015.

⁶⁰⁰ CHILD, 1988: 74-75.

40 años la Argentina fue el único ocupante permanente del Antártico, hecho que constituye el mejor de nuestros títulos de soberanía en el área"⁶⁰¹.

Desde 1946, durante o primeiro mandato do Coronel Juan Domingo Perón (1946-1952), que autoridades argentinas procuram incutir uma “consciência antártica” nos cidadãos logo a partir dos primeiros anos de vida, através dos programas escolares⁶⁰². Um dos imperativos de Perón era a crença (que ainda hoje se mantém) de que a Argentina tinha de assegurar os seus direitos de soberania sobre o Setor Antártico Argentino e sobre as Malvinas e que o exercício desta soberania passava não só pelos meios políticos e legais, mas igualmente pela educação dos cidadãos sobre a realidade geográfica do país⁶⁰³.

Em 1948, Perón ordenou ao Instituto Geográfico Militar (IGM) que criasse novos mapas da Argentina, que incluíam a Antártida Argentina e as Malvinas, aumentando a dimensão do país de dois milhões e oitocentos mil para quatro milhões de quilómetros quadrados. Dada a relevância desta nova geografia, foi criado propositadamente um Ministério para as Malvinas e Setor Antártico Argentino⁶⁰⁴.

⁶⁰¹ FUNDACIÓN MARAMBIO, *s. a.*

⁶⁰² CHILD, 2010.

⁶⁰³ DODDS, 2000.

⁶⁰⁴ *Idem.*

O desenvolvimento da “consciência antártica” deriva de um sistema educativo altamente centralizado em que o Ministério da Educação⁶⁰⁵ determina o que deve ser ministrado aos alunos relativamente à soberania argentina sobre a Antártida, por um lado e sobre as Malvinas, a Geórgia do Sul e as Orcadas do Sul, por outro, numa Argentina “Tricontinental” (continental, insular, polar) em que o território do continente está ligado ao setor antártico reivindicado através de uma cadeia de ilhas (Figura 3.16)⁶⁰⁶.

Figura 3.16 – Selo alusivo à Argentina “Tricontinental”



Fonte: Sellos Mundo

A região que engloba o Atlântico Sul e a Península Antártica acabaria por ser designada na década de 1960 pelo Almirante argentino Fernando Milia como *Atlantártida*, para

⁶⁰⁵ O Ministério da Educação tem o apoio da Fundación Marambio (deve o seu nome à base antártica *Vicecomodoro Marambio*), que tem como objetivo a divulgação nos *media* e sobretudo junto das escolas de temas relacionados com a presença argentina na Antártida. Neste âmbito, a fundação lançou um DVD com *videoclip* do hino nacional argentino acompanhado com imagens da Antártida e das Malvinas, para ser projetado em cerimónias oficiais: “Primero aparece la vista satelital de nuestras Islas Malvinas, después imágenes del desembarco del 2 de abril de 1982, tropas avanzando por las calles de Puerto Argentino, aviones de transporte y caza en vuelo, la ceremonia de izado de la Bandera Argentina y como última foto de Malvinas una panorámica donde se ve flamear nuestra Bandera. Después de una imagen de la banda de música y mientras se escucha la música y el coro, aparece la imagen del Continente Antártico y dentro del mismo se superpone una imagen del Sector Antártico Argentino y a partir de allí secuencias de imágenes testimoniales con fotografías Antárticas, de Bases, Buques, Misiones, Panorámicas y otras, que con su observación amalgamándose con la música, el canto de todos; nos causa una gran emoción, logrando así a cumplir la utopía que fue esta idea”. FUNDACIÓN MARAMBIO, *s. a.*

⁶⁰⁶ CHILD, 2010 e DODDS, 2000.

ênfatar a unidade geológica, política e geopolítica do espaço continental-oceânico ao qual estaria ligada a grandeza argentina⁶⁰⁷.

No entanto, os primeiros anos após a assinatura do Tratado resultaram num jogo de “malabarismo político” de adaptação ao novo regime antártico, procurando manter uma margem de atuação autónoma⁶⁰⁸. Em 1969 foi aprovada a “Ley Antártica” que fixou as bases jurídicas, orgânicas e funcionais do planeamento, programação, direção e controlo das atividades antárticas, dando origem à criação da Direção Nacional do Antártico (DNA) em 1970, da qual passou a depender o Instituto Antártico Argentino (IAA), fundado em 1951 com o objetivo de gerir as bases instaladas em *Margarita, Esperanza e Filchner* e organizar a participação permanente em eventos científicos internacionais, nomeadamente no AIG⁶⁰⁹. Embora a diplomacia antártica estivesse na alçada do Ministério das Relações Exteriores, o IAA e a DNA pertenciam ao Ministério da Defesa, que coordenava a atividade no continente antártico⁶¹⁰. Atualmente dependem do Ministério das Relações Exteriores e Culto (2016).

A DNA tinha inicialmente funções logísticas e administrativas, passando a absorver o IAA como um organismo científico com três departamentos: Científico, Técnico e de Intercâmbio Científico⁶¹¹. Para além das áreas científicas e gestão de bases antárticas, a DNA também integra um Departamento de Política Antártica, tendo como missão acompanhar a legislação e o STA, bem como elaborar e analisar documentos da delegação argentina nas reuniões consultivas do Tratado da Antártida e dos programas antárticos dos países latino-americanos (RAPAL)⁶¹².

Atualmente, esta direção é igualmente responsável pela elaboração do Plano Anual Antártico Científico, Técnico e de Serviços (PAA), que norteia as atividades antárticas de cada campanha anual. O PAA compreende um conjunto de atividades e projetos a

⁶⁰⁷ MELLO, 1996.

⁶⁰⁸ COLACRAI, 2013.

⁶⁰⁹ Idem e CHILD, 2010.

⁶¹⁰ COLACRAI, 2013.

⁶¹¹ DIRECCIÓN NACIONAL DEL ANTÁRTICO. INSTITUTO ANTÁRTICO ARGENTINO, *s. a.*

⁶¹² Idem.

desenvolver no setor antártico reclamado pela Argentina, discriminando para cada base a guarnição, os objetivos a cumprir e as tarefas a desenvolver⁶¹³.

Voltando um pouco atrás, importa referir que durante a década de 1970 e até 1983, a política antártica argentina pautou-se pelo reforço das demonstrações de soberania na região, não obstante o Tratado da Antártida, investindo na construção de várias bases e na presença permanente de civis no território reivindicado⁶¹⁴. Os argentinos são frequentemente lembrados de que o primeiro ser humano a nascer na Antártida (em 1978) é um cidadão da Argentina, filho de um oficial das Forças Armadas a quem o Governo permitiu que a sua mulher, grávida, o acompanhasse na missão no continente gelado⁶¹⁵.

Contudo, após 1984, no rescaldo da Guerra das Malvinas e com o novo regime democrático (civil), as prioridades de política externa relativamente à Antártida sofreram alterações, sendo que a investigação científica passou a ser prioritária para o Governo, uma vez que poderia não só conferir prestígio ao país, como maior capacidade negocial no âmbito do STA. Por outro lado, as autoridades argentinas procuraram potenciar a proximidade geográfica com a Antártida, transformando a Argentina num prestador de serviços para as atividades antárticas de outros países⁶¹⁶. No entanto, a questão da soberania nunca foi abandonada.

El desarrollo de una actividad científica de mayor envergadura, la cooperación y el intercambio con el resto de los países antárticos, el ofrecimiento de colaboración con diversos estados que se incorporaban a la investigación antártica y una apertura especial para con los latinoamericanos fueron signos importantes de los “nuevos tiempos”, tendencia que fue creciendo gradualmente. También lo fue la mirada innovadora acerca de las posibilidades que podrían abrirse a la Argentina, dada su ubicación tan cercana a la Antártida, en el campo de los servicios de aprovisionamiento y apoyo logístico a otros países con actividad en la región⁶¹⁷.

A década de 1990 marcou a revisão da política antártica em todos os seus aspetos, com o objetivo de consolidar definições sobre os objetivos, políticas e prioridades da atividade

⁶¹³ MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO, 2017.

⁶¹⁴ COLACRAI, 2013.

⁶¹⁵ CHILD, 2010.

⁶¹⁶ COLACRAI, 2013.

⁶¹⁷ Idem: 273.

argentina em consonância com a nova realidade internacional e com o STA. Deste modo, em 5 de novembro de 1990 foi promulgada a Política Antártica Nacional (PAN), documento orientador da presença na Antártida, que ainda hoje vigora, com o objetivo de “afianzar los derechos argentinos de soberanía en la región”⁶¹⁸. Em termos gerais, para a prossecução deste objetivo, a PAN define as seguintes linhas de ação⁶¹⁹:

- Fortalecer o Tratado da Antártida e o STA;
- Aumentar a influência argentina no processo de tomada de decisão no âmbito do STA;
- Promover a cooperação com os países da região, no âmbito da Política Nacional de Integração Latino-americana, incluindo a promoção de atividades conjuntas;
- Promover a proteção do meio ambiente antártico e dos seus ecossistemas dependentes e associados;
- Promover a conservação dos recursos piscícolas e minerais no âmbito do STA;
- Continuar a aprofundar o conhecimento científico e tecnológico orientado para as áreas que estejam diretamente relacionadas com as prioridades argentinas para a Antártida;
- Alcançar uma maior eficácia da presença argentina, sobretudo na área científico-tecnológica e na prestação de serviços a outros países, no âmbito das suas atividades antárticas.

A PAN acabou por consolidar a mudança de abordagem no que respeita ao continente antártico, que vinha sendo adotada desde 1984 e que apostava numa lógica de reforço da capacidade negocial no âmbito do STA, bem como da cooperação com os países vizinhos, em detrimento de uma política de carácter *territorialista*. Assim, desde a promulgação da PAN, a Argentina tem vindo a apostar nos seus programas antárticos, assumindo-se como um Membro Consultivo proeminente, com capacidade para dar resposta às necessidades logísticas de outros países que pretendam desenvolver investigação no Setor Antártico Argentino.

⁶¹⁸ COLACRAI, 2013.

⁶¹⁹ Decreto N.º 2316/90.

Atualmente, com cento e doze anos de atividade ininterrupta naquele continente, a Argentina detém treze bases no referido setor, cuja gestão se divide entre civis e militares dos três ramos das Forças Armadas. Seis bases são permanentes (*Orcadas, Marambio, Carlini, Esperanza, San Martín e Belgrano II*, geridas por militares, com exceção da base *Carlini*, gerida pela Direção Nacional do Antártico – DNA) e sete sazonais, ou seja, estações de verão e postos de emergência localizados ao longo da Península (*Brown, Matienzo, Primavera, Cámara, Melchior, Petrel e Decepción*) também elas sob tutela militar⁶²⁰.

Todas las bases están ubicadas dentro del denominado Sector Antártico Argentino. Las mismas fueron situadas siguiendo principalmente una política de ocupación territorial para afianzar la soberanía en la región. Las bases Esperanza, San Martín y Belgrano II, además de cumplir con el punto anterior, fueron instaladas con la intención de utilizarlas como puntos de apoyo logístico para llegar al Polo Sur. La tarea principal, está relacionada a las investigaciones científicas, en tanto que las tareas secundarias, son logísticas, y técnicas, mantenimiento de las instalaciones e infraestructura, prestar servicios de apoyo a expediciones de otras bases, buques, y aeronaves, como también el mantenimiento de los refugios⁶²¹.

A localização das bases respeita uma política de ocupação do espaço que visa assegurar a soberania na região (Figura 3.17), constituindo simultaneamente importantes pontos logísticos de apoio às expedições argentinas (e estrangeiras) no continente⁶²².

⁶²⁰ DIRECCIÓN NACIONAL DEL ANTÁRTICO. INSTITUTO ANTÁRTICO ARGENTINO, *s. a.*

⁶²¹ ARMADA ARGENTINA, *s. a.*

⁶²² DIRECCIÓN NACIONAL DEL ANTÁRTICO. INSTITUTO ANTÁRTICO ARGENTINO, *s. a.*

Figura 3.17 – Bases da Argentina na Antártida em 2016



Fonte: Dirección Nacional del Antártico – IAA, 2016.

Já os (elevados) custos com as campanhas antárticas são frequentemente integrados nos orçamentos militares – estima-se que rondem os dez milhões de dólares anuais. Durante a crise económica que assolou a Argentina entre 2001 e 2003, foram equacionados cenários de desativação de algumas bases ou de instalações de ocupação sazonal, solução terminantemente rejeitada pelo Governo⁶²³.

Visits to a number of Antarctic stations leaves one with the clear impression that the South American stations are like military bases, with a military culture based on organization and discipline. Uniforms are commonly seen in these South American bases, which are frequently

⁶²³ CHILD, 2010.

named after military heroes or soldiers, sailors and pilots who have died in Antarctic accidents or expeditions⁶²⁴.

Todavia, o envolvimento militar nos programas antárticos não tem apenas uma lógica política, mas também pragmática, uma vez que apenas as Forças Armadas têm capacidade para construir, manter e/ou abastecer uma base a operar de forma permanente na Antártida⁶²⁵.

Nesta linha, por forma a explorar outras fontes de receita e reforçar a soberania sobre o território antártico, a Argentina anunciou em julho de 2016 que planeia iniciar voos comerciais para a Antártida em 2018, para dar a conhecer aos turistas o trabalho desenvolvido pelos seus investigadores na base de *Marambio*, onde os visitantes ficarão alojados durante uma semana⁶²⁶. A iniciativa é do Ministério da Defesa argentino, detentor, através da Força Aérea, da empresa que irá realizar os voos (*Líneas Aéreas del Estado*), que desta forma obtém financiamento adicional para as suas missões no terreno e contribui para a divulgação das atividades antárticas desenvolvidas pela Argentina ao nível internacional.

1.2.4.5 Chile

Implicit in the concept of a tricontinental and trioceanic Chile is another Chilean geopolitical concept affecting Antarctica: Chile's role as the so-called keeper of the doorway between Atlantic and Pacific. This concept in turn is based on the notion that Chile is the major regional power in the Southeast Pacific [...] Riesco [Ricardo] has extended the doorway concept to include the assertion that the Antarctic Peninsula (Tierra de O'Higgins) is the geopolitical doorway to the Atlantic, because it permits relatively easy access, and that the Drake Passage, the Southeast Pacific, and the Southern Chile are part of the preferred access route to Antarctica⁶²⁷.

Igualmente perto do continente antártico (a setecentos quilómetros de distância desde o arquipélago Diego Ramirez), o Chile assume-se como guardião do Estreito de Magalhães, do Canal de Beagle, do Cabo Horn e da Passagem de Drake, as únicas rotas sem gelo entre os oceanos Atlântico e Pacífico (excluindo o Canal do Panamá) e tal como a Argentina,

⁶²⁴ CHILD, 2010: 5.

⁶²⁵ CHILD, 2010.

⁶²⁶ MERCOPRESS, 2016 e TOURISM REVIEW, 2016.

⁶²⁷ CHILD, 1988: 117.

também se arroga um país *tripartido*, tendo desenvolvido uma “consciência antártica” nos mesmos moldes⁶²⁸.

As localidades chilenas de Punta Arenas e Puerto Williams, no extremo sul do país, constituem importantes pontos de partida para as expedições antárticas (a nossa investigação no terreno teve início em Punta Arenas, de onde partimos no navio logístico AP-41 *Aquiles*, da Armada do Chile, para o arquipélago das Shetlands do Sul), bem como para operações de busca e salvamento⁶²⁹.

Segundo o Livro da Defesa Nacional do Chile⁶³⁰, os direitos antárticos chilenos foram delineados sobre bases históricas, jurídicas e geográficas consolidadas e comunicadas à Sociedade Internacional em 1906, bases essas que também estiveram patentes nas negociações para a assinatura do Tratado da Antártida em 1959.

De acordo com o diplomata chileno Rodrigo Waghorn Gallegos, desde 1906 que o Chile se tem oposto à ideia de internacionalizar a Antártida direta ou indiretamente, defendendo permanentemente os interesses dos países que reclamavam território⁶³¹.

Washington Star

15th October, 1959

Chile Protests Antarctic Pact

By Earl H. Voss

Chile today struck a discordant note at the 12-nation conference on Antarctica site a warning it could not accept any formula for demilitarizing the continent which would "imply internationalization of Chilean sovereign territory". Ambassador Narcia Mora of Chile noted that Antarctica lies only 428 nautical miles off its coast. He said part of the continent is considered "Chilean metropolitan territory" and forma its southernmost province⁶³².

⁶²⁸ CHILD, 2010.

⁶²⁹ Idem.

⁶³⁰ MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL, 2010.

⁶³¹ GALLEGOS, 2007.

⁶³² Recorte de imprensa do arquivo do SPRI, Cambridge.

Figura 3.18 – Envelope alusivo à *Base Aérea Eduardo Frei Montalva*, enviado para Portugal a partir da estação de correios na ilha Rei Jorge (frente e verso)



Fonte: Correios do Chile, 2012.

Nos anos que antecederam a negociação do Tratado, designadamente em 1940, o Chile efetuou a primeira expedição à Antártida, que teve como objetivo estabelecer a primeira base naval, inicialmente designada por *Soberania*, mas posteriormente apelidada de *Capitán Arturo Prat*, a qual seria inaugurada em 6 de fevereiro de 1947, dia em que se realizou o voo chileno inaugural sobre o continente antártico⁶³³ e se inaugurou igualmente a Agência dos Correios do Território Antártico Chileno (Figuras 3.18 – 3.20)⁶³⁴.

⁶³³ FUERZA AÉREA DE CHILE, s. a.

⁶³⁴ GALLEGOS, 2007.

Figura 3.19 – Selos alusivos ao 40º aniversário da Base Aérea Eduardo Frei Montalva



Fonte: Correios do Chile, 2012.

Figura 3.20 – Selo alusivo à “Antártida Chilena”



Fonte: Filanaval, 2010.

Em fevereiro de 1948 era inaugurada a base *General Bernardo O'Higgins*, cuja cerimónia foi presidida pelo Presidente Gabriel González Videla, o primeiro Chefe de Estado a pisar território antártico. O Ministério das Relações Exteriores, num comunicado a propósito da inauguração da base, declarava:

“Chile, rechaza cualquier intento de internacionalizar la Antártica y que en cambio, está siempre pronto a llegar a acuerdos que aseguren la continuidad e de la colaboración científica que ya en la Antártica se practica por distintas naciones”⁶³⁵.

Contudo, após o AIG e a consequente mudança de paradigma relativamente à Antártida, nomeadamente no que concerne à promoção da investigação científica internacional e à utilização do território para fins pacíficos, o Chile acabou por mudar de estratégia, tornando-se dos países mais ativos nas negociações que conduziram ao Tratado.

A soberania, a manutenção da presença naquele continente através das Forças Armadas, a criação de medidas de proteção dos recursos naturais, a possibilidade de revisão do Tratado, a área de implementação do mesmo, bem como o mecanismo de adesão de países terceiros foram os assuntos que mais preocuparam as autoridades chilenas durante a negociação, tendo o Chile simultaneamente apoiado a Argentina na sua iniciativa de proibir o uso de armamento nuclear na Antártida⁶³⁶.

Assim, na sua qualidade de Membro Consultivo original daquele documento, o Chile participa, com direito a voto, nos processos decisórios vinculados à Antártida, revelando-se disponível para considerar mecanismos de maior controlo e cooperação internacional que não afetem os seus direitos de soberania⁶³⁷.

No entanto, à semelhança da Argentina, o Governo chileno assume que “naturalmente, el objetivo de Chile es proyectar los intereses nacionales en esa región del mundo y cumplir sus obligaciones internacionales”⁶³⁸, ainda que respeitando as disposições do Tratado da Antártida:

⁶³⁵ GALLEGOS, 2007: 43-44

⁶³⁶ GALLEGOS, 2007.

⁶³⁷ MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL, 2010.

⁶³⁸ Idem: 46.

El Tratado protege la situación jurídica del Territorio Antártico Chileno, proscribire nuevas reclamaciones de soberanía territorial durante su vigencia y establece un régimen internacional respetuoso de las posiciones de las partes en los temas atinentes a la soberanía sobre dicho continente. De esta manera, al amparo del reconocimiento consignado en el Tratado Antártico en su artículo IV, Chile mantiene en forma irrenunciable sus derechos de soberanía territorial en la Antártica⁶³⁹.

Quando o documento entrou em vigor, em 1961, o Chile detinha seis instalações de verão naquela região: *Prat, O'Higgins, Gabriel Gonzáles Videla e Pedro Aguirre Cerda* (bases), *Bahia Yankee e Luis Risopatrón* (abrigos)⁶⁴⁰ e em 1963, reforçando o interesse no continente, o Governo do Chile criou o Instituto Antártico Chileno (INACH) na dependência do Ministério das Relações Exteriores, o único organismo estatal responsável por coordenar, planificar e executar as atividades em território antártico, bem como representar o Governo chileno em *fora* e reuniões internacionais nesta matéria⁶⁴¹. A primeira expedição científica antártica organizada pelo INACH decorreu na temporada 1964/1965⁶⁴².

Cerca de duas décadas após a ratificação do Tratado e a criação do INACH, o Governo chileno aprovou em 1984 a Política Antártica Nacional (PAN), que definia os objetivos da atuação na Antártida. De acordo com o investigador Luís Ferrada Walker⁶⁴³, aquando da elaboração deste documento ainda se discutia a possibilidade de exploração dos recursos minerais antárticos, pelo que à semelhança da PAN Argentina, a PAN chilena acabou por se caracterizar por um claro sentido *territorialista*, enfatizando a defesa dos direitos soberanos em detrimento da colaboração internacional e reforçando ações concretas nesse sentido, como a construção do aeródromo *Teniente Marsh* e da *Villa Las Estrellas*, a primeira “Cidade Antártica”, ambos na península de Fildes, ilha Rei Jorge⁶⁴⁴.

⁶³⁹ MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL, 2010.

⁶⁴⁰ WALKER, 2012a.

⁶⁴¹ INSTITUTO ANTÁRTICO CHILENO, *s. a.*

⁶⁴² *Idem.*

⁶⁴³ WALKER, 2012.

⁶⁴⁴ *Idem.*

Villa Las Estrellas é local de residência de famílias de oficiais das Forças Armadas⁶⁴⁵ e possui algumas infraestruturas de apoio, como um pequeno centro comercial, um banco, correios, uma loja de recordações e um hotel⁶⁴⁶.

No entanto, durante a década de 1990, com a entrada em vigor do Protocolo de Madrid, o Governo chileno sentiu necessidade de redefinir as prioridades estratégicas por forma a alcançar um maior equilíbrio entre os interesses chilenos, a investigação científica, a proteção do meio ambiente e a valorização económica da região, com base na pesca e no turismo⁶⁴⁷. Deste modo, em 28 de março de 2000 o Governo do Chile aprovava a nova PAN, que ainda hoje vigora e que define:

- A proteção dos direitos antárticos do Chile, vinculando-os ao Tratado;
- A promoção das potencialidades do território chileno como ponte para a Antártida;
- A preservação da zona de paz, as atividades científicas e a reserva ecológica;
- O desenvolvimento da ciência antártica chilena nos padrões de excelência mundiais;
- A conservação dos recursos vivos marinhos e o desenvolvimento da pesca austral;
- A promoção do turismo controlado;
- O estímulo à cooperação internacional.

A PAN procura assim conjugar a vocação extracontinental do Chile com uma participação internacional ativa no sentido de compatibilizar as reivindicações de soberania com promoção da investigação científica internacional. Neste âmbito, a sua vocação enquanto “país-ponte” reveste-se de particular relevância na medida em que não só vincula a ligação da América do Sul à Antártida, como legitima a presença chilena no “continente gelado” por vizinhança⁶⁴⁸.

Esta proximidade obriga igualmente a zelar pelo cumprimento, na Antártida Chilena, de todas as normas e decisões adotadas pelas instituições internacionais competentes, como sejam a Organização Marítima Internacional (IMO), a Organização da Aviação Civil

⁶⁴⁵ O primeiro bebé “antártico” chileno nasceu na *Villa Las Estrellas*, em novembro de 1984.

⁶⁴⁶ THE CLINIC, 2013 e PRENSA ANTÁRTICA, 2015.

⁶⁴⁷ Decreto Supremo de RR.EE N.º 429, de 28 de março de 2000.

⁶⁴⁸ PAREDES, 2009.

Internacional (ICAO), a Organização Meteorológica Mundial (WMO), a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (IOC) e a Organização Hidrográfica Internacional (IHO)⁶⁴⁹.

O cumprimento das normas internacionais e o respeito pelo Tratado da Antártida exigem um avultado investimento em missões e meios civis e militares, entre vinte e dois e vinte e quatro milhões de dólares por ano⁶⁵⁰ dependendo dos projetos⁶⁵¹. Todavia, este investimento fortalece não só o papel do Chile enquanto vizinho antártico, como permite deter uma jurisdição funcional sobre atividades e expedições, bem como uma visão de segurança mais ampla sobre a Antártida⁶⁵².

Em termos de presença efetiva no terreno, o Chile possui atualmente quinze instalações (Figura 3.21), sendo a mais recente a base *Glaciar Unión*, inaugurada em 4 de janeiro de 2014 e que resultou do desmantelamento da base *Teniente Arturo Parodi Alister*. A *Glaciar Unión* localiza-se no interior do continente, já na região do Círculo Polar Antártico.

Trata-se da única base chilena nesta região, onde já existem uma base americana (*Amundsen-Scott*) e uma chinesa (*Kunlun*) e é operada conjuntamente pelo INACH e pelos três ramos das Forças Armadas⁶⁵³. Durante a inauguração, o então Presidente chileno Sebastián Piñera sublinhou que a aposta nesta nova instalação tinha como propósito exercer a presença efetiva, desenvolver a investigação científica antártica e explorar o continente⁶⁵⁴.

⁶⁴⁹ MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL, 2010.

⁶⁵⁰ O orçamento do INACH em 2013 foi de USD 7,3 milhões.

⁶⁵¹ COMNAP, *s. a.*

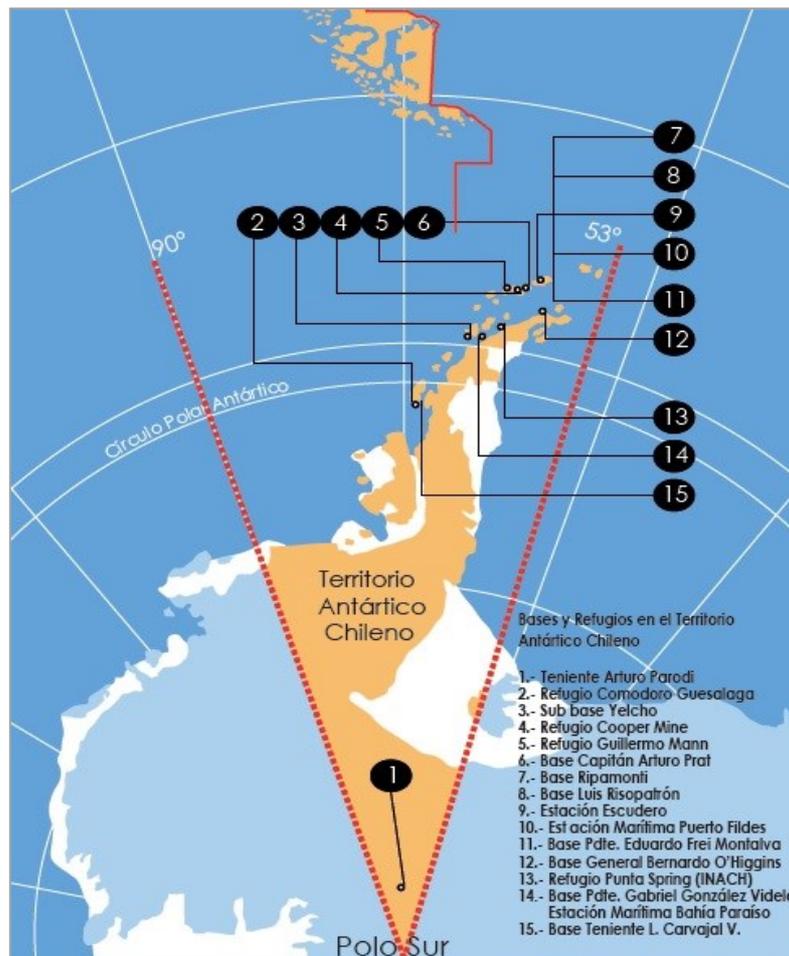
⁶⁵² PAREDES, 2009.

⁶⁵³ INSTITUTO ANTÁRTICO CHILENO, *s. a.*

⁶⁵⁴ *Idem.*

Das quinze bases, as mais relevantes são a *Professor Julio Escudero* (onde se desenvolve a maior parte dos projetos científicos) e *Guillermo Mann*, ambas geridas pelo INACH; a *Arturo Prat*, operada pela Marinha e em funcionamento permanente desde 1947 (remodelada em 2008), orientada sobretudo para a pesquisa científica; a *O'Higgins*, instalada em 1948 (remodelada em 2003), operada pelo Exército e destinada não só à investigação, mas igualmente a atividades de exploração do território antártico (expedições) e a *Presidente Eduardo Frei Montalva*, a mais importante das bases administradas pela Força Aérea, onde se encontra o Centro Meteorológico Regional e o núcleo populacional da ilha Rei Jorge, *Villa Las Estrellas*⁶⁵⁵.

Figura 3.21 – Bases chilenas na Antártida em 2010



Fonte: Ministério de Defesa Nacional, 2010.

⁶⁵⁵ MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL, 2010.

A base *Presidente Eduardo Frei Montalva* é responsável pela única pista de aterragem do arquipélago das Shetlands do Sul, que tem capacidade para receber uma aeronave com as dimensões de um C-130⁶⁵⁶.

Tirando partido destas infraestruturas, em setembro de 2016, durante a Semana Chilena na RPC (um evento anual com o objetivo de promover o país e os seus produtos junto do mercado chinês), o Chile apresentou uma proposta de programa turístico na Antártida, que inclui voo e visita à ilha Rei Jorge, no arquipélago das Shetlands do Sul, onde se encontram as bases *Escudero* e *Presidente Eduardo Frei Montalva*⁶⁵⁷.

Este programa não é inédito; aliás, quando estivemos no terreno no âmbito do projeto COOPANTAR (que será desenvolvido adiante), deparámo-nos com uma excursão turística, no âmbito da qual os visitantes puderam conhecer as bases chilenas, enviar cartas a partir do posto de correios e conhecer a fauna e a flora da ilha.

Através da divulgação na Semana Chilena, as autoridades pretenderam tirar partido da apetência crescente dos turistas chineses pela Antártida, que na temporada 2014-2015 foram a terceira maior nacionalidade a visitar o continente, atrás dos norte-americanos e dos australianos⁶⁵⁸, bem como reforçar a sua soberania sobre a região ao vender este destino turístico na mesma linha de outros em território chileno, como a ilha da Páscoa ou o deserto de Atacama.

Contudo, segundo o investigador Luís Ferrada Walker, pese embora o elevado investimento em atividades antárticas, “los índices de productividad científica son menos favorables que los de presencia soberana, aunque últimamente hay un incremento notable en la cantidad y calidad de las investigaciones realizadas”⁶⁵⁹. Não obstante, este papel de *Gateway* e a presença naquele território garantem a participação direta na revisão do Tratado em 2041.

⁶⁵⁶ MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL, 2010.

⁶⁵⁷ POR CONOCER, 2016.

⁶⁵⁸ SOUTH CHINA MORNING POST, 2016.

⁶⁵⁹ WALKER, 2012.

1.2.4.6 Reino Unido

À semelhança da Argentina e do Chile, o Reino Unido também reivindica uma parcela do território antártico (que coincide precisamente com as reivindicações daqueles dois países, como verificámos anteriormente), entre o Polo Sul até à latitude 60° S e longitude entre 20° O e 80° O, o qual designa por *British Antarctic Territory*, ou BAT, (Território Britânico Antártico). O BAT é administrado a partir de Londres pelo *Polar Region Department* (Departamento de Regiões Polares), do *Foreign and Commonwealth Office* (Ministério dos Negócios Estrangeiros e da *Commonwealth*)⁶⁶⁰.

O Governo deste território tem um quadro legal e administrativo próprio, sendo que a presença no terreno é assegurada pelo BAS, responsável por três bases científicas – *Halley VI*, *Rothera* e *Signy* – e pelo *United Kingdom Antarctic Heritage Trust* (UKAHT)⁶⁶¹, um fundo que financia atividades de conservação de infraestruturas e de artefactos de interesse histórico na Antártida e que, por sua vez, gere a base histórica de *Port Lockroy*⁶⁶². Importa referir, neste contexto, que a presença britânica na Antártida é justificada pela longa herança histórica de expedições, como verificámos no início do presente capítulo, pelo que o UKAHT tem desenvolvido várias missões de preservação dos artefactos da “Era Heroica”⁶⁶³.

Em vez de uma política antártica delineada pelo Governo central, o BAT tem um Governo próprio que através de consultas com diferentes *stakeholders*⁶⁶⁴, desenvolveu uma estratégia de cinco anos para o território (de revisão anual), na qual identifica objetivos e prioridades⁶⁶⁵. Atualmente encontra-se em vigor a relativa ao período 2014-2019, que estabelece os seguintes objetivos⁶⁶⁶:

⁶⁶⁰ BRITISH ANTARCTIC SURVEY, *s. a.* (a).

⁶⁶¹ UKAHT, *s. a.*

⁶⁶² BRITISH ANTARCTIC SURVEY, *s. a.* (a).

⁶⁶³ UKAHTb, *s. a.*

⁶⁶⁴ *Stakeholders*: BAS, UKAHT, Scott Polar Research Institute (SPRI), World Wide Fund for Nature (WWF), Environmental Research & Assessment (ERA), International Association of Antarctica Tour Operators (IAATO), Pobjoy Mint (selos e moedas), Creative Directions (Worldwide), High Latitudes, Pelagic Expeditions, Eyos Expeditions, London Zoo e Dr. Liz Pasteur (Fonte: Gov.UK – BAT).

⁶⁶⁵ GOV. UK, *s. a.*

⁶⁶⁶ BRITISH ANTARCTIC TERRITORY, 2014.

- Manter a segurança do território a longo prazo, apoiando a participação do Reino Unido no STA;
- Promover a soberania do Reino Unido sobre o BAT, nomeadamente através de uma consciência crescente da história e interesses britânicos na região;
- Proteger o meio ambiente no território e a herança histórica britânica;
- Garantir um quadro legal e administrativo eficaz e proporcional, que abranja todas as atividades desenvolvidas no território;
- Gerir os recursos do território respeitando as melhores práticas financeiras.

O BAS foi oficialmente criado em 1962, a partir do *Falkland Islands Dependencies Survey*, tendo a sua sede sido transferida formalmente para Londres⁶⁶⁷. Em 1965, o Governo britânico criou o *Natural Environmental Research Council* (NERC), que dois anos mais tarde passou a tutelar o BAS.

Durante a Guerra das Falkland (1982), os investigadores e colaboradores do instituto no arquipélago da Geórgia do Sul (base de *Bird Island*) foram deportados por ordem dos militares argentinos, tendo as comunicações com a Antártida sido severamente afetadas. No entanto, após o final do conflito, o Governo aumentou o orçamento do BAS, permitindo-lhe expandir as suas infraestruturas, construir um novo navio, reconstruir a base de *Halley* e melhorar significativamente as comunicações no território⁶⁶⁸. A descoberta do “Buraco do Ozono” em 1985 terá sido efetuada precisamente a partir daquela base.

No final da década de 1980, houve um investimento por parte do BAS nas outras duas bases, *Rothera* e *Signy*, com o intuito de melhorar as condições para os investigadores. Para além destas bases e de *Halley VI*, o instituto tutela também a *Bird Island* e a *King Edward Point* (Geórgia do Sul), bem como os postos logísticos de *Fossil Bluf*, *Sky-Blu* (Península Antártica) e *Stanley* (Falkland), este último um importante ponto de apoio e de passagem para as missões antárticas no que concerne ao envio de investigadores e abastecimento de navios e aeronaves (Figura 3.22)⁶⁶⁹.

⁶⁶⁷ BRITISH ANTARCTIC SURVEY, 2012.

⁶⁶⁸ Idem.

⁶⁶⁹ Idem.

Figura 3.22 – Bases e acampamentos britânicos



Fonte: BBC News, 2016.

Rothera, localizada na ilha de Adelaide, é a maior base britânica, com capacidade para acolher cem pessoas no verão e vinte e duas no inverno. Encontra-se vocacionada para a investigação na área da biologia e para o apoio a operações aéreas e terrestres no interior do continente – possui uma pista de aterragem em pedra e um hangar.

Halley VI é considerada pelo BAS um importante *hub* para a observação meteorológica, espacial e terrestre, uma vez que se localiza numa zona sensível em termos climáticos – daí a descoberta do “Buraco do Ozono” em 1985.

Foi construída numa plataforma de gelo flutuante no Mar de Weddell, tornando-se a primeira infraestrutura de investigação mundial a poder ser realocada. A sua realocação tornou-se necessária devido a uma fratura no gelo que se acentuou em 2012, tendo progredido cerca de um quilómetro e setecentos metros por ano desde então. Deste modo, foi concebido um plano de três anos (2015-2018) para a sua deslocalização para uma área a vinte e três quilómetros da sua localização original, tendo o processo no terreno começado na temporada 2016/2017 (Figura 3.23)⁶⁷⁰.

⁶⁷⁰ BRITISH ANTARCTIC SURVEY, 2016.

Figura 3.23 – Deslocalização da base *Halley VI*

Fonte: British Antarctic Survey, 2016.

A base *Halley* acolhe setenta pessoas no verão e dezasseis no inverno⁶⁷¹. Em 2013, passou a integrar o programa da WMO *Global Atmosphere Watch*, que reúne trinta bases científicas ao nível mundial – foi a terceira na Antártida a integrar o programa. Estas bases recolhem informação sobre a composição química da atmosfera e monitorizam as alterações que a mesma possa vir a sofrer⁶⁷².

Signy, localizada na ilha com o mesmo nome, é uma base de verão e tem como propósito o estudo de aves e da ecologia terrestre. Já *Bird Island* e *King Edward Point* na Geórgia do Sul dedicam-se sobretudo à investigação em biologia e pesca sustentável, respetivamente, tirando partido da localização privilegiada num dos locais mais ricos do planeta no que respeita a vida selvagem. *Bird Island* acolhe dez pessoas no verão e quatro no inverno e *King Edward*, vinte e duas no verão e doze no inverno. Esta última é propriedade do Governo das ilhas da Geórgia do Sul e Sandwich do Sul (que integram o Território Britânico Ultramarino – *UK Overseas Territory*), mas gerida pelo BAS.

Outra das instituições de relevo na investigação antártica britânica (e não só) é o *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR), já referido anteriormente. O SCAR foi criado em 1958, como *Special Committee on Antarctic Research*, na sequência do AGI, sob proposta do *International Council of Scientific Unions* (ICSU). De acordo com Peter Clarkson⁶⁷³, aquele evento foi tão bem-sucedido que os países que nele participaram

⁶⁷¹ BRITISH ANTARCTIC SURVEY, *s. a.(c)*.

⁶⁷² *Idem*.

⁶⁷³ *Vide anexo*.

quiseram prolongar a investigação polar por mais um ano e consideraram que deveria haver um organismo oficial de coordenação.

Assim, o ICSU, responsável pela coordenação do AGI, convidou os doze países ativamente envolvidos na investigação antártica durante o evento a nomear um delegado por país para o SCAR⁶⁷⁴, tendo a primeira reunião decorrido em Haia, de 3 a 5 de fevereiro de 1958. Nascia deste modo o comité: “*SCAR is a Special Committee for ICSU charged with furthering the co-ordination of scientific activity in the Antarctic, with a view to framing a scientific programme of circumpolar scope and significance*”⁶⁷⁵.

O SCAR⁶⁷⁶ é um comité interdisciplinar que tem como missão iniciar, desenvolver e coordenar a investigação científica internacional de alto nível na região antártica – incluindo no Oceano Glacial Antártico. O trabalho do SCAR é desenvolvido por vários grupos científicos (nas áreas das geociências, ciências da vida e ciências físicas) que relatam a sua investigação ao comité, focando-se praticamente em todas as disciplinas exceto no estudo de cetáceos, por ser demasiado politizado⁶⁷⁷.

Estes grupos integram especialistas internacionais, que ficam sujeitos a um código de imparcialidade na condução da sua investigação. O trabalho de coordenação desenvolvido pelo SCAR reflete-se, por exemplo, na preparação das campanhas/missões antárticas: evita a sobreposição de meios logísticos ao coordenar a partilha dos mesmos num determinado local e divulga oportunidades de investigação entre os diferentes países presentes no terreno. O comité reúne de dois em dois anos para debater assuntos administrativos na Reunião de Delegados, os quais são responsáveis pela elaboração da estratégia e da política do SCAR.

Os delegados nomeiam ainda o Comité Executivo, que é responsável pela gestão quotidiana da instituição – o secretariado está sediado no *Scott Polar Research Institute*, em Cambridge, o qual tivemos oportunidade de visitar.

⁶⁷⁴ WALTON e CLARKSON, 2011.

⁶⁷⁵ Idem: 19.

⁶⁷⁶ SCIENTIFIC COMMITTEE ON ANTARCTIC RESEARCH, *s. a.*

⁶⁷⁷ Entrevista a Peter Clarkson, em anexo.

O SCAR começou com doze Membros Efetivos em 1958, tendo atualmente trinta e um (Argentina, Brasil, Chile, EUA, Reino Unido e Uruguai integram o comité nesta categoria) e quatro Membros Associados (Dinamarca, Paquistão, Portugal – desde 17 de julho de 2006 – e Roménia). Apenas os Membros Efetivos têm poder de voto nas decisões do comité⁶⁷⁸.

Ao contrário do BAS, o SCAR é um organismo de investigação independente, ligado à academia de ciências e tem assessorado as reuniões do Tratado desde a sua assinatura. Estas academias são financiadas pelo Governo, mas o destino deste financiamento é decidido internamente por cada uma, facto que confere ao SCAR a independência necessária para atuar no âmbito do Tratado⁶⁷⁹. Por outro lado, por não ter estado diretamente envolvido nas negociações que deram origem a este instrumento comporta uma independência adicional, na perspetiva dos seus membros⁶⁸⁰.

Em 1985, um grupo dos elementos nomeado pelos Membros Efetivos considerou que o SCAR não dedicava atenção suficiente às questões logísticas, que tinham (e mantêm) um papel fundamental nas missões antárticas. Três anos depois, nascia o *Council of Managers of National Antarctic Programs* (COMNAP) financiado pelo orçamento dos Membros do SCAR. Com sede em Christchurch, Nova Zelândia, o COMNAP é Observador do Tratado da Antártida e tem um orçamento superior ao do SCAR. No início a relação entre os dois organismos não foi pacífica, mas atualmente complementam-se⁶⁸¹.

O SCAR passou por várias fases ao longo dos anos, sendo hoje em dia um organismo mais burocrático do que nas duas primeiras décadas, de acordo com Peter Clarkson. No início, segundo o investigador, “assemelhava-se a uma reunião de amigos, que se juntavam para discutir temas polares enquanto fumavam, sendo que todos eles tinham experiência no terreno, na Antártida”⁶⁸². As reuniões constituíam uma boa oportunidade para partilhar experiências. Atualmente, muitos dos delegados do SCAR nunca estiveram no “continente

⁶⁷⁸ Peter Clarkson.

⁶⁷⁹ Idem.

⁶⁸⁰ WALTON e CLARKSON, 2011.

⁶⁸¹ Peter Clarkson.

⁶⁸² Peter Clarkson.

gelado”, pelo que as reuniões adquiriram um cariz mais político, à semelhança das reuniões do Tratado⁶⁸³.

No entanto, este organismo tem vindo a evoluir significativamente desde 1990, quando sofreu uma transformação na sua estrutura e tem tido muita procura por parte dos seus Membros, mas provavelmente será necessária uma nova reestruturação no médio-longo prazo por forma a evitar a cristalização⁶⁸⁴. Por fim, importa referir a título de exemplo que o SCAR apoiou a criação do PROANTAR brasileiro, durante a década de 1980, formando os seus colaboradores e promovendo a realização de vários seminários no Brasil sobre investigação antártica⁶⁸⁵.

O Reino Unido é, deste modo, dos países mais ativos na Antártida, invocando a preservação da sua herança histórica e dos seus interesses. A localização estratégica das suas bases, aliada aos restantes territórios ultramarinos no Atlântico Sul, permite-lhe ter uma posição privilegiada no controlo daquele espaço geopolítico (Figura 3.24).

Figura 3.24 – Territórios Britânicos Ultramarinos



Fonte: Jamaica Observer, 2016.

⁶⁸³ Peter Clarkson.

⁶⁸⁴ Idem.

⁶⁸⁵ Idem.

Em suma, tendo em consideração o esforço de investigação desenvolvido até aqui, consideramos ter condições para responder a mais uma pergunta inicialmente colocada: *quais os interesses dos países do Atlântico Sul na Antártida?* Concluimos assim que esses interesses são sobretudo de cariz estratégico. A localização do “continente gelado” e os seus recursos naturais não podem ser descurados por parte de quem procura afirmar-se no espaço geopolítico do Atlântico Sul. E nenhum dos países analisados oculta as suas verdadeiras intenções relativamente à Antártida.

Nos discursos oficiais a investigação científica surge frequentemente como o principal argumento para a presença naquele continente, mas os países analisados nesta investigação não se coíbem de evocar a importância estratégica da Antártida para a prossecução dos seus interesses nacionais nem a legitimidade para fazê-lo, seja por meio da defrontação, proximidade geográfica ou herança histórica.

Por outro lado, pudemos verificar que embora a Argentina, o Chile e o Reino Unido mantenham relações de soberania diferentes no continente antártico, a sua intenção a longo prazo, bem como dos restantes países reivindicadores, será a própria anexação dos territórios reclamados. Importa lembrar, neste contexto, que o Tratado não proíbe manifestações de soberania sobre territórios reivindicados anteriormente à assinatura do documento, impede sim novas reivindicações, dando azo a que, por exemplo, os países promovam a “consciência antártica” junto da sociedade civil.

Porém, constatámos igualmente que não será a presença de um maior número de cientistas de diferentes nacionalidades ou o incremento do investimento em investigação antártica – que acaba por reforçar não tanto o estatuto de Reserva da Humanidade, mas eventualmente o cariz de “laboratório internacional” – que irão impedir novas manifestações de soberania, reivindicações territoriais ou a exploração de recursos, se tal for permitido após a revisão do Tratado em 2041.

A manutenção daquele estatuto e a prevenção de conflitos no continente tem passado sobretudo pelo STA e pela pressão internacional, não tanto pelo tipo de presença (militar

e/ou civil) no território, nem por qualquer limitação ou proibição que vá para além do que já está estipulado no Tratado e no Protocolo de Madrid.

2. Portugal e a Antártida

Não obstante não ter sido um caminho selecionado e como tal identificado na metodologia, afigurou-se com particular significado, dada a novidade do tema quanto ao seu tratamento numa tese de doutoramento em Portugal e a referência efetuada pelo chefe de missão do Equador, a propósito da sua curiosidade sobre a putativa presença portuguesa, abordar neste nosso esforço, assunto de comparência de Portugal na Antártida pela sua crescente relevância no quadro da investigação polar internacional, pelo interesse nacional no Atlântico Sul por inerência histórica e pelas salutares relações de cooperação com os países por ele banhados e pela importância de que se reveste uma maior presença no continente gelado, tendo em perspetiva a revisão do Tratado da Antártida em 2041.

2.1 O Programa Polar Português

– Portugal tem alguma base na Antártida? Quem não está na Antártida não existe, dizia-nos o chefe de missão do Equador, quando navegávamos pelo Estreito de Magalhães a caminho do arquipélago das Shetlands do Sul. *– Apesar dos elevados custos que as missões antárticas comportam, temos de estar presentes se quisermos pronunciar-nos em 2041, quando o Tratado for discutido. E já lá estamos há vinte e cinco anos.* A missão equatoriana dirigia-se para a ilha de Greenwich com o objetivo de transformar a sua base de *Maldonado*, que à data era sazonal, numa base permanente. *– Não, Portugal não tem uma base na Antártida – respondíamos nós – mas os nossos cientistas polares primam pela excelência da sua investigação e são internacionalmente reconhecidos.*

Quando Cook e Bellingshausen circum-navegavam o planeta, Portugal e Espanha estariam mais empenhados em explorar as suas colónias ultramarinas do que em navegar nos mares do sul em busca de um território desconhecido⁶⁸⁶. A perda dos arquipélagos no Atlântico Tristão da Cunha, Santa Helena e Ascensão para a coroa britânica no século XIX

⁶⁸⁶ AFONSO, 2003.

também não terá sido despicienda ao desinteresse português na descoberta do território antártico, uma vez que aqueles constituíam importantes pontos de apoio às expedições marítimas.

No entanto, o astrofísico Paulo Afonso considera que existem fortes indícios de que navegadores portugueses terão chegado à Antártida dois a três séculos antes da sua descoberta oficial em 1820, elencando as referências que o historiador Luíz Filipe Reis Thomaz revela sobre a presença dos marinheiros nacionais naquele continente⁶⁸⁷. Uma dessas referências é uma carta de 1597, desenhada pelo geógrafo João Baptista de Lavanha, onde surge a *Grande Terra Australis*, como habitual nos mapas da época, mas com uma diferença relevante nas anotações: pode ler-se, em latim, sobre a orla da Antártida, a sul do continente africano, “Região dos papagaios, assim chamada pelos portugueses devido ao incrível tamanho que nela têm as ditas aves”⁶⁸⁸. Seriam estes “papagaios”, pinguins, uma vez que naquela região a sul de África não existiam aquelas aves?

Outra das referências à presença portuguesa na Antártida foi a introdução de uma nota numa carta náutica, pelo cartógrafo Alessandro Zorzi (que colaborou na elaboração das cartas das viagens de Cristóvão Colombo). Nesse esboço, Zorzi desenha a *Terra Australis Incognita*, acrescentando “vista pelos portugueses a seiscentas milhas a sul do dito Brasil”⁶⁸⁹. À data, acreditava-se que o extremo sul do Brasil culminava no extremo da América Sul – aliás, a designação “América do Sul” apenas terá surgido no mapa de Mercator em 1538. Curiosamente, a distância entre o extremo da América do Sul e a Antártida é de, efetivamente, seiscentas milhas marítimas⁶⁹⁰.

Já o mapa de Piri Reis de 1513 (descoberto em Istambul em 1929) apresenta parte do território antártico, ou seja, o que hoje é conhecido como a Terra da Rainha Maud (reclamado pela Noruega), apresentando semelhanças com as atuais cartas da região. Piri Reis escreveu numa anotação: “É referido pelos portugueses que nesta zona o dia e a noite têm a duração mínima de duas horas, e na fase mais longa o máximo de vinte e duas

⁶⁸⁷ Idem.

⁶⁸⁸ AFONSO, 2003: 33.

⁶⁸⁹ Idem: 34.

⁶⁹⁰ AFONSO, 2003.

horas”⁶⁹¹, o que só acontece em regiões polares⁶⁹². Deste modo, os marinheiros portugueses poderiam ter estado naquela região ainda no século XV.

No entanto a política de segredo de Portugal, reforçada durante o reinado de D. João II, cuja estratégia expansionista ultramarina que conduziu à assinatura em 1494 do Tratado de Tordesilhas obrigava a manter o secretismo sobre novas descobertas para travar o interesse dos reinos concorrentes, não permitiu provar oficialmente que os portugueses tinham estado na Antártida muito antes da sua descoberta oficial, uma vez que não foram divulgados documentos escritos sobre este feito.

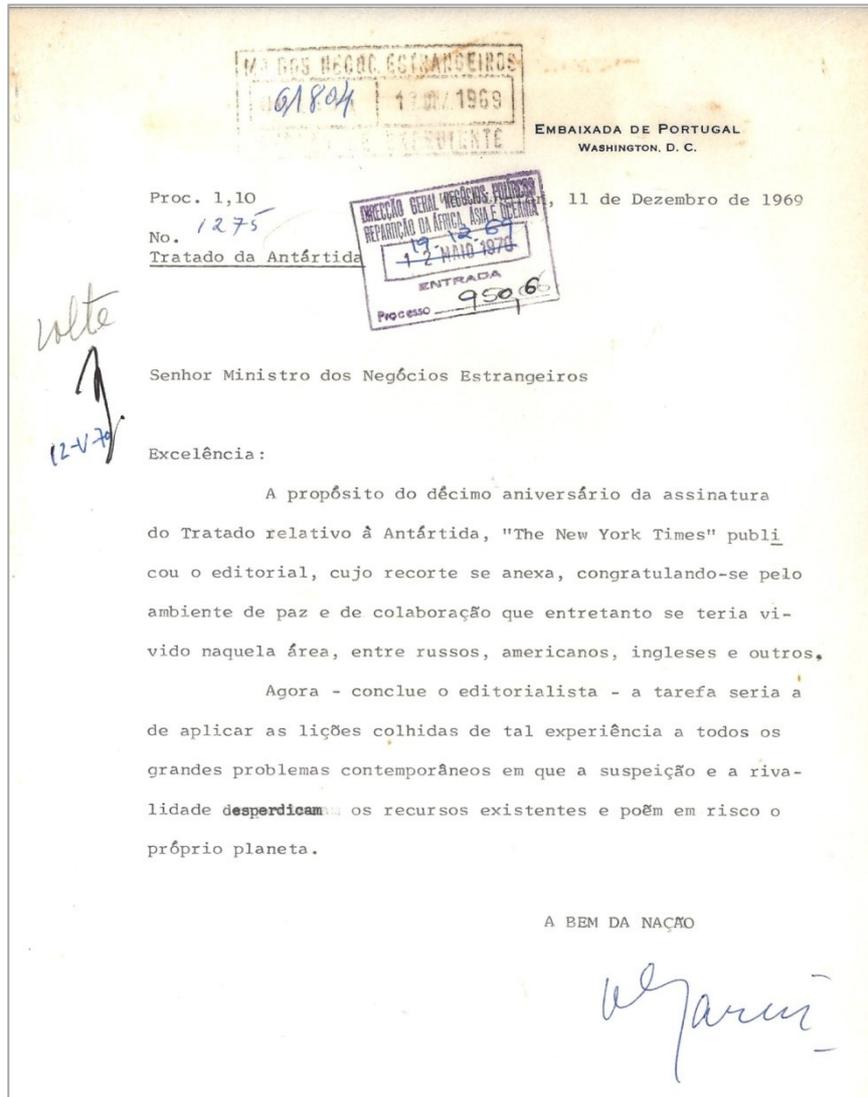
Assim, apesar da sua longa história de descobertas e conquistas, dos indícios históricos que apontam para a presença portuguesa no “continente gelado” logo no século XV, do facto de as autoridades nacionais terem estado atentas aos desenvolvimentos do Tratado da Antártida na década de 1960 e do seu impacto na cooperação internacional naquele continente em plena Guerra Fria (Figuras 3.25a e 3.25b), Portugal apenas despertou politicamente para a importância da Antártida muito recentemente, tendo ratificado o Tratado em 29 de janeiro de 2010 e o Protocolo de Madrid em 10 de setembro de 2014⁶⁹³.

⁶⁹¹ AFONSO, 2003: 36.

⁶⁹² AFONSO, 2003.

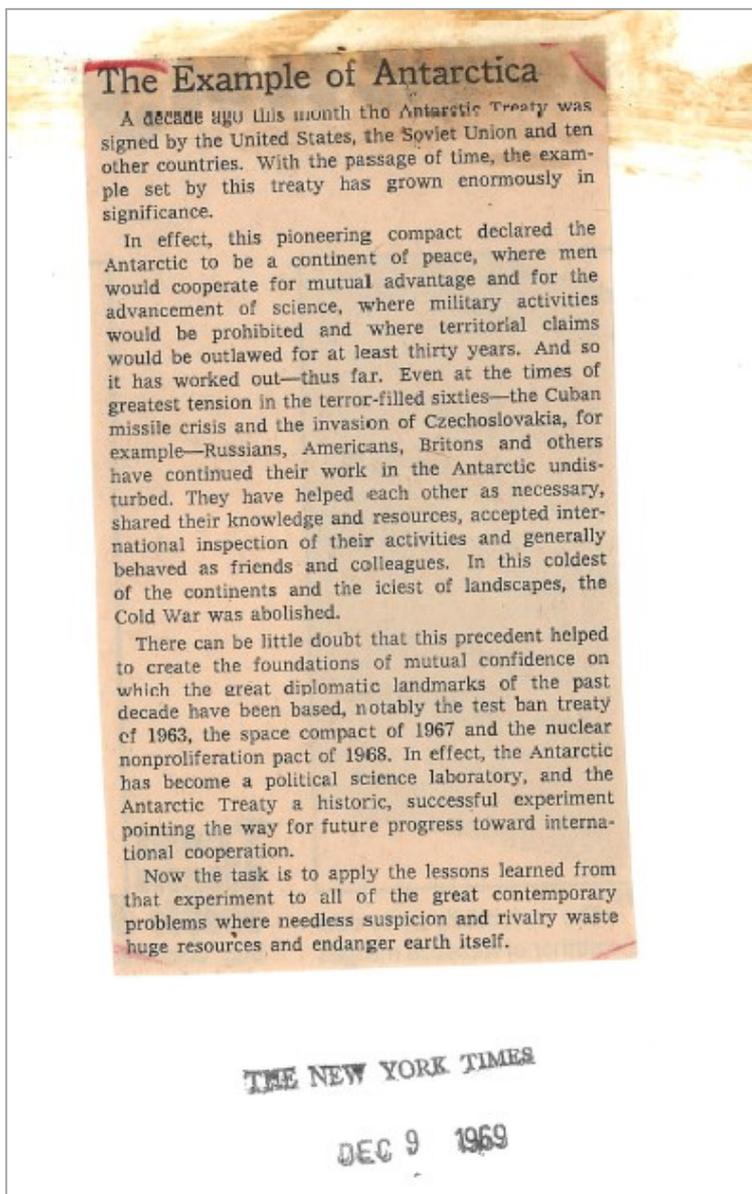
⁶⁹³ Aviso n.º 103/2014, de 24 de outubro de 2014.

Figura 3.25a – Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington, 1969



Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo.

Figura 3.25b – Anexo ao Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington, 1969



Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo.

No plano científico, até ao Ano Polar Internacional (API) de 2007-08, não existia uma estrutura formal de investigação polar. A investigação antártica lusa, nas áreas das ciências biológicas, atmosféricas, planetárias e da Terra era desenvolvida, a título individual, por alguns cientistas que integravam equipas estrangeiras de investigação de vários países

membros do SCAR, nomeadamente da Bulgária, de Espanha, dos EUA, da França, da Itália e do Reino Unido⁶⁹⁴.

No ano 2000, o Professor Gonçalo Vieira⁶⁹⁵, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), encetou vários contactos com possíveis patrocinadores e jornalistas para que apoiassem e divulgassem um projeto que iria desenvolver na Antártida. Este projeto adquiriu visibilidade e lançou uma rede informal de “amigos da Antártida”, constituída, por um lado, por pessoas que tinham estado no terreno, como o almirante Agostinho Ramos da Silva, antigo Diretor-Geral do Instituto Hidrográfico, que em 1991 tinha visitado a Antártida com a Marinha brasileira e por outro lado, por entusiastas como o astrofísico Paulo Afonso autor do livro *De pólo a pólo: o Ártico e a Antárctida. Histórias da exploração moderna das zonas polares e da busca do último continente*⁶⁹⁶, que acabou por colaborar na elaboração do primeiro *site* do PROPOLAR.

O grupo foi crescendo e em 2004, aquando da preparação do API de 2007-08, numa fase em que se criavam os comités nacionais para o evento, Gonçalo Vieira desencadeou os primeiros contactos com o Comité Internacional do API, disponibilizando-se como ponto de contacto nacional para o evento, no sentido de encontrar outros cientistas portugueses que estivessem a desenvolver investigação na Antártida e para formar um Comité Português para o API.

Em dezembro desse ano seria criado um grupo de trabalho provisório e informal, coordenado pelos Professores Gonçalo Vieira e Adelino Canário (do Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve – CCMAR) e que envolveria dezassete participantes de diferentes áreas de investigação, com o intuito de preparar a criação do Comité e a participação portuguesa no API.

⁶⁹⁴ XAVIER, VIEIRA, e CANÁRIO, *s. a.*

⁶⁹⁵ Gonçalo Vieira é Professor Associado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Lisboa, Investigador e membro da direção do Centro de Estudos Geográficos e Coordenador do Programa Polar Português (PROPOLAR). Foi entrevistado por nós em 15 de outubro de 2015 – entrevista em anexo.

⁶⁹⁶ AFONSO, 2003.

Deste modo, em março de 2005, com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Gonçalo Vieira participou no Primeiro Fórum para o API, que decorreu na sede da UNESCO, em Paris, onde apresentou o plano geral para a implementação do evento em Portugal, o qual mereceu o apoio do Comité Internacional⁶⁹⁷. Um mês mais tarde realizava-se o primeiro encontro do pro-Comité Português para o API, no Centro de Estudos Geográficos, tendo sido convidado para Presidente do futuro Comité Português para o API, o Professor Luís Mendes-Victor (Universidade de Lisboa), a pelo seu prestígio e currículo internacionalmente reconhecidos na área da geofísica, bem como pela sua participação no AIG em 1957/58⁶⁹⁸.

Este pro-Comité integrava assim o Professor Luís Mendes-Victor (Presidente), o Professor Luís Aires de Barros, o Professor Adelino Canário, o Professor Pedro Miranda, o Doutor Pedro Viterbo, o Doutor José Xavier, o Professor Gonçalo Vieira e o almirante Agostinho Ramos da Silva (colaborador). O Comité Português para o API seria formalmente aprovado pelo Governo português em março de 2006 e passou a integrar também a Professora Ana Maria Silva (Centro de Geofísica da Universidade de Évora) e a Doutora Vera Assis Fernandes (Instituto de Geofísica da Universidade de Coimbra).

O Comité tinha três objetivos principais: a captação de financiamento para projetos de investigação, a ratificação por Portugal do Tratado da Antártida e a criação de um programa educativo abrangente que estabelecesse a ligação entre a sociedade civil e a ciência. “No fundo, a criação das raízes do que viria a ser o Programa Polar Português”⁶⁹⁹.

Neste sentido, uma das primeiras iniciativas do Comité (ainda provisório) foi a organização em novembro de 2005, pelos Professores Gonçalo Vieira e Mário Neves, bem como pelo investigador José Xavier, do I *Workshop* "Portugal e a Antártida: oportunidades para investigação, ciência e promoção do Ano Polar Internacional 2007-08", que decorreu na Faculdade de Letras de Lisboa e contou com mais de cem participantes⁷⁰⁰.

⁶⁹⁷ XAVIER, VIEIRA e CANÁRIO, *s. a.*

⁶⁹⁸ Entrevista a Gonçalo Vieira, 15 de outubro de 2015.

⁶⁹⁹ Gonçalo Vieira.

⁷⁰⁰ Estes *workshops* viriam a dar origem às Conferências de Ciências Polares, a partir de 2009.

O objetivo passou essencialmente por dar a conhecer a participação portuguesa em projetos antárticos e preparar o API⁷⁰¹. Um mês mais tarde, o CCMAR, com o apoio do Comité Português para o API e da Academia de Ciências de Lisboa (representante nacional do ICSU), submeteu uma proposta de adesão ao SCAR, que viria a ser aceite por unanimidade em 19 de julho de 2006, na reunião daquele comité que decorreu em Hobart (Austrália)⁷⁰².

A aprovação formal do Comité Português em março de 2006 resultou no financiamento por parte da FCT de cinco projetos de investigação na Antártida, com duração de dois a três anos e que acabariam por alimentar a participação portuguesa no API. Paralelamente, a Ciência Viva (Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica) apoiou o Comité durante o API, através da divulgação da ciência antártica portuguesa e uma instituição bancária nacional concedeu cinco bolsas de investigação⁷⁰³.

Por sua vez, a empresa *Mundicenter* promoveu uma exposição sobre a Antártida em cinco centros comerciais, com a colaboração do Comité (nomeadamente na formação de monitores), que recebeu várias visitas guiadas de escolas e do público em geral. Foi um evento com bastante impacto na divulgação da ciência polar portuguesa. Também os CTT apoiaram o Comité nas atividades de divulgação através do lançamento de uma coleção de selos desenhada pelo ilustrador científico Nuno Farinha, sob o tema “As aves polares que visitam a costa portuguesa” e do lançamento de uma agenda, coordenada pelo Professor Gonçalo Vieira, que contou com a colaboração de todos os cientistas que desenvolviam investigação na Antártida. Cada mês do ano corresponde a um projeto/investigador e é acompanhado por um pequeno texto com fotografias daquele continente, na sua maioria

⁷⁰¹ VIEIRA, XAVIER e NEVES, 2005.

⁷⁰² XAVIER, VIEIRA, e CANÁRIO, *s. a.*

⁷⁰³ Projeto ALBATROZ (Especializações individuais em albatrozes: os efeitos da idade, da morfologia e de traços comportamentais. Investigador Principal: Paulo Catry, Instituto Superior de Psicologia Aplicada); Projeto NOTO (*Adaptative Responses of Fish to Environmental Change*, Investigador Principal: Adelino Canário, Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve); Projeto PERMANTAR (*Permafrost and Climate Change in the Maritime Antarctic*. Investigador Principal: Gonçalo Vieira, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa), Projeto POLAR (*Predator-prey interactions in the Antarctic Ocean during the International Polar Year*. Investigador Principal: José Xavier, Instituto do Mar, Coimbra) e Projeto SPATRAM-MIGE (Monitorização de constituintes atmosféricos minoritários na Antártica a partir de deteção remota de superfície SPATRAM-MIGE. Investigador Principal Daniel Bortoli, Centro de Geofísica da Universidade de Évora). PORTAL POLAR PORTUGUÊS, *s. a.*

captadas pelos investigadores nacionais (apenas uma pequena parte das imagens foi adquirida pelos CTT à *National Geographic*).

Findo o API, com base na estrutura do Comité Português para o evento e em todo o seu legado, surge em 2010 o Programa Polar Português (PROPOLAR), para dar continuidade à ciência polar nacional⁷⁰⁴. O surgimento do PROPOLAR coincide com a manifestação de interesse por parte da FCT, através do Professor João Sentieiro e do Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, na pessoa do Ministro Mariano Gago. Um ano mais tarde, em dezembro de 2011 seria criado o Gabinete Polar da FCT, que passaria a disponibilizar uma base de apoio e de acompanhamento institucional à investigação nacional nas regiões polares. Foi igualmente preparada a primeira campanha de investigação do PROPOLAR⁷⁰⁵.

⁷⁰⁴ A rede PROPOLAR envolve as seguintes instituições: CEG/IGOT-UL, CCMAR, CERENA/IST - Universidade Técnica de Lisboa, CGE-Universidade de Évora, CQE/IST-Universidade de Lisboa, IDL - Universidade de Lisboa, IMAR - Universidade de Coimbra, CGUC - Universidade de Coimbra, Instituto de Oceanografia - Universidade de Lisboa, IPIMAR, ISCTE-IUL, ISPA - Instituto Universitário. A Comissão de Coordenação é composta por: Gonçalo Vieira, CEG/IGOT-UL; Adelino Canário, CCMAR; João Canário, CQE/IST; José Xavier, IMAR (PORTAL POLAR PORTUGUÊS, *s. a.*).

⁷⁰⁵ O Gabinete Polar integra dois conselheiros científicos: Professor Gonçalo Vieira (Universidade de Lisboa) e Doutor José Xavier (Universidade de Coimbra), que estão em permanente articulação com a FCT nas diversas iniciativas na área polar (PORTAL POLAR PORTUGUÊS, *s. a.*).

Figura 3.26 – Campanha Antártica 2011-2012. Ilha Rei Jorge, 26 de janeiro de 2012



Em pé, da esquerda para a direita: José Xavier, Pedro Pina, Teresa Firmino, Carla Mora, Marc Oliva, Julio Martín, Adelino Canário e Pedro Guerreiro. Em baixo, da esquerda para a direita: Ana David, Gonçalo Vieira, António Correia, João Pedro Rocha, Vanessa Rei e José Seco.
Foto: PROPOLAR, 2012.

Esta primeira campanha, na qual participámos (Figura 3.26), teve início em novembro de 2011 e enquadrou sete projetos de investigação em diferentes áreas⁷⁰⁶, envolvendo dezassete

⁷⁰⁶ Projetos: CONTANTARC - *Trace Element Fate, Transport and Speciation in Environmental Compartments in Ilha Deception*. Investigador Principal: João Canário, INRB/IPIMAR. Estada: Base Espanhola Gabriel de Castilla. Novembro - Dezembro 2011; COOPANTAR - Dinâmicas de Cooperação na Antártida. Península de Fildes, ilha Rei Jorge, arquipélago das Ilhas Shetland do Sul. Investigador Principal: Coronel (Doutor) Carlos Mendes Dias. Investigação no terreno: Vanessa Rei, CEI/ISCTE-IUL. Estada: Base Uruguaia de Artigas. Janeiro de 2012; FISHWARM - *Adaptive responses of fish to environmental change*. Baía Admiralty, ilha Rei Jorge. Investigador Principal: Adelino Canário, CCMAR-UAlg. Estada: Base Polaca de Arctowski. janeiro - março 2012; HOLOANTAR - Evolução dos ambientes com permafrost das ilhas Shetland do Sul no Holocénico Superior - Antártica Marítima. Ilha Rei Jorge. Investigador Principal: Marc Oliva, CEG/IGOT-UL. Estada: Base Sul Coreana King Sejong e Acampamento Brasileiro de Potter. Janeiro - Fevereiro de 2012; PENGUIN - *Inter-specific dietary competition between 3 penguin species: do they compete for the same prey?* Península de Hurd e Ponta Hannah, ilha Livingston, Arquipélago das Shetlands do Sul. Investigador Principal: José Xavier, IMAR-UC. Estada: Base Búlgara de St. Kliment Ohridski. Dezembro de 2011 - Janeiro de 2012; PERMANTAR-2 - Permafrost and Climate Change in the Maritime Antarctic. Ilhas Livingston, Deception e Rei Jorge, ilha Anvers, Península Antártica. Investigador Principal: Gonçalo Vieira, CEG/IGOT-UL. Estada: Base Búlgara de St. Kliment Ohridski, ilha Livingston, Base Antártica Argentina Deception, Ilha Deception, Base Norte-Americana de Palmer, ilha Anvers e acampamento próximo da Base Argentina Primavera, Península Antártica. Dezembro 2011 - Abril 2012; SNOWCHANGE - *Snowpatch dynamics and the changing permafrost environment*. Península de Fildes, ilha Rei Jorge. Investigador Principal: Gonçalo Vieira, CEG/IGOT-UL. Estada: Base Chilena Prof. Julio Escudero. Os projetos podem ser consultados no portal PROGRAMA POLAR PORTUGUÊS, em <<http://www.propolar.org/campanhas.html>>.

cientistas e sete instituições nacionais. Pela primeira vez, o PROPOLAR, com financiamento da FCT, fretou um voo de ligação (ida e volta) entre Punta Arenas (Chile) e o aeródromo *Teniente Marsh*, ilha Rei Jorge, disponibilizando transporte para setenta e três investigadores de cinquenta e sete programas antárticos e de seis de países parceiros. Assim, em troca de lugares no voo, os investigadores portugueses garantiram a estada nas diferentes bases estrangeiras⁷⁰⁷.

Um ano mais tarde, a Campanha Antártica portuguesa envolveu nove projetos e vinte e três investigadores nacionais, tendo sido incluída pela primeira vez a região da Antártida Oriental como área de estudo. O voo antártico transportou cento e dez investigadores, sendo que este meio de transporte tem vindo a registar um interesse crescente por parte de programas antárticos estrangeiros, quer para transporte de passageiros, quer para carga.

Em 2013-2014, a campanha do PROPOLAR alargou pela primeira vez o seu apoio logístico à região do Ártico. Já a campanha 2015-2016, que decorreu entre dezembro de 2015 e junho de 2016, envolveu oito projetos na Antártida e seis no Ártico. Na Antártida, a campanha nacional teve o apoio dos programas antárticos argentino, búlgaro, chileno, espanhol, norte-americano e sul-coreano.

O voo português de apoio logístico internacional desta última campanha realizou-se em 17 de janeiro de 2016, ligando novamente a cidade chilena de Punta Arenas ao Aeródromo *Teniente Marsh* na ilha Rei Jorge, Antártida. Foram transportados setenta e cinco passageiros de dez nacionalidades diferentes e seiscentos e sessenta e quatro quilos de carga adicional, apoiando sete programas antárticos parceiros⁷⁰⁸.

A campanha 2016-2017 manteve o voo antártico e contou com sete projetos na Antártida e Oceano Glacial Antártico (e quatro no Ártico): ANTIMUNE; CRONOBYPERS; CIRCLAR; GEOPERM III; HG-PLANTARCTIC; PERMANTAR 2016-2017; PERMATOMO⁷⁰⁹.

⁷⁰⁷ Entrevista a Gonçalo Vieira e PROGRAMA POLAR PORTUGUÊS, s. a.(b).

⁷⁰⁸ PROGRAMA POLAR PORTUGUÊS, s. a.(b).

⁷⁰⁹ PROGRAMA POLAR PORTUGUÊS, s. a.(c).

Todos os anos o PROPOLAR abre uma convocatória para apresentação de propostas para projetos de investigação, em todas as áreas científicas, sobre a Antártida e sobre o Ártico. Podem candidatar-se investigadores doutorados de instituições de investigação nacionais, públicas ou privadas.

Paralelamente, o programa apoia jovens cientistas que pretendam realizar missões de curta duração no estrangeiro, através de bolsas de mobilidade, estimulando a internacionalização e a partilha de conhecimento em temáticas polares. Podem candidatar-se a estas bolsas estudantes de mestrado, de doutoramento ou doutorados há menos de cinco anos, de cidadania portuguesa ou estrangeiros com certificado de residência permanente em Portugal, desde que integrados em instituições nacionais⁷¹⁰. Esta bolsa de mobilidade permitiu-nos desenvolver o projeto COOPANTAR na Antártida.

Contrariamente aos diferentes programas polares analisados nesta investigação, o programa português não decorre de uma política antártica ou estratégia polar nacional, mas sim de uma iniciativa *bottom-up* espoletada pela comunidade académica nacional, no sentido de se aproximar dos padrões dos programas estrangeiros e de consolidar a investigação polar nacional. O PROPOLAR é um projeto, financiado anualmente pelo Fundo de Apoio à Comunidade Científica. Comporta dois pacotes de financiamento: um destinado ao voo antártico e outro para pequenos projetos, ou seja, estímulos à investigação para que Portugal consiga enviar investigadores para a Antártida. Projetos de maiores dimensões têm o apoio do PROPOLAR, mas necessitam de financiamento próprio – normalmente encontram-se associados a centros de investigação.

O Programa consolidou-se em 2015 com uma direção e secretariado a tempo integral (da responsabilidade da Dra. Teresa Cabrita e Dra. Ana Salomé, respetivamente), com a criação de um grupo externo de avaliadores independentes dos projetos submetidos e com um protocolo com o Centro de Medicina Desportiva para a certificação dos exames médicos obrigatórios para quem desenvolve projetos nas regiões polares (até então os exames eram certificados pelo Comité Polar Espanhol). É também dos poucos programas polares

⁷¹⁰ PROGRAMA POLAR PORTUGUÊS, s. a (c).

européus que disponibiliza um curso de Primeiros Socorros integrado nas reuniões de preparação para as campanhas polares.

Em termos de projetos paralelos, o PROPOLAR está envolvido numa iniciativa europeia de ciência e logística polar, no âmbito do Horizonte 2020, uma *Coordinating Science Action* do *EU-PolarNet*, que constitui uma fonte de receitas adicional. Um dos objetivos desta ação passa por definir um modelo de cooperação logística polar. O Professor Gonçalo Vieira é um dos *task leaders* de um dos grupos que está a trabalhar em interoperabilidade (*Task 3*), através da criação de uma base de dados europeia de todas as bases polares (árticas e antárticas), navios, capacidades dos mesmos e de laboratórios científicos. Outra das tarefas é o lançamento de um catálogo inspirado no projeto *Interact* e no *Eurofleets*. O *Interact* proporciona financiamento para os cientistas acederem a bases e o *Eurofleets*, para projetos em navios.

Em suma, o PROPOLAR é um programa financiado pela FCT que, apesar de jovem, tem vindo a conquistar o seu espaço de afirmação no seio da comunidade polar internacional, sendo reconhecido pela qualidade dos seus investigadores e pelo apoio logístico disponibilizado, nomeadamente o voo antártico. Embora tenha um orçamento substancialmente menor em comparação com os países anteriormente analisados, o seu *know-how* e a capacidade de adaptação têm-lhe permitido desenvolver investigação científica ao mais alto nível e em colaboração com os mais prestigiados institutos polares, universidades e entidades internacionais⁷¹¹: Tratado da Antártida, PEP, COMNAP, SCAR, *European Polar Board*, FARO (*Forum of Arctic Research Operators*), IASC (*International Arctic Science Committee*), *Association of Polar Early Career Scientists* (APECS), PYRN e *Polar Educators International*.

Contudo, como qualquer projeto, o maior desafio que enfrenta é o acesso ao financiamento, uma vez que a atual situação não lhe garante sustentabilidade a longo prazo. De acordo com o Professor Gonçalo Vieira, coordenador do PROPOLAR, o ideal seria o

⁷¹¹ A participação no IASC, no SCAR, no *European Polar Board*, no COMNAP e no FARO é assegurada pela FCT, que financia o pagamento das quotas destas organizações.

financiamento alargado, a cinco anos, que conferisse maior estabilidade ao programa ao permitir a continuidade dos projetos plurianuais em curso.

No que concerne à investigação polar em si, apesar de recente, tem sido reconhecida internacionalmente pela sua qualidade, nomeadamente em publicações em revistas internacionais de prestígio (*Antarctic Science*, *Global and Planetary Change*, *Annals of Tourism Research*, entre outras) e através da atribuição de prémios internacionais e de cargos de destaque.

O investigador José Xavier, por exemplo, foi galardoado em 2011 com o prémio *Martha Tinker-Muse for Science and Policy in Antarctica*⁷¹², pela qualidade da investigação desenvolvida no âmbito da Antártida, pelo seu envolvimento na criação do Comité Português para o API, na organização do evento e pela participação nas iniciativas a ele subordinadas. O comité de seleção considerou “notável” o trabalho do investigador ao longo de onze anos, sobretudo no que concerne às dinâmicas entre predador e presa que sustentam as populações de albatrozes, focas, pinguins e outros grandes predadores no Oceano Glacial Antártico⁷¹³.

Por sua vez, a investigadora do Centro de Estudos Geográficos (CEG/IGOT-UL), Vanessa Batista, recebeu em 2010 o prémio *Oustanding Presentation for Early Career Scientists* na *Oslo IPY Science Conference*, na segunda categoria *Past, Present and Future Changes in Polar Regions*, para o qual tinham concorrido setecentos e cinquenta investigadores no início de carreira. A investigação premiada teve como objetivo estudar os fatores que controlam a camada ativa do *permafrost* ao nível espacial e temporal e foi desenvolvida na ilha Deception, nos verões de 2009 e 2010⁷¹⁴.

Igualmente do CEG/IGOT-UL, o investigador Alexandre Trindade Nieuwendam foi nomeado, em 2012, presidente da organização internacional *Permafrost Young Researchers Network* (PYRN), fundada em 2005 com o objetivo de promover a difusão do conhecimento

⁷¹² O prémio *Martha Tinker-Muse*, com um valor fixo de cem mil dólares, é atribuído a investigadores que desenvolvam trabalho de excelência na Antártida, na área das ciências naturais ou sociais. Tinker-Muse Foundation.

⁷¹³ GERALDES, 2011.

⁷¹⁴ Idem.

sobre *permafrost* bem como a cooperação entre investigadores, organizações nacionais e internacionais envolvidas no seu estudo⁷¹⁵.

2.2 O Memorando de Entendimento entre Portugal e o Brasil

Em 1 de novembro de 2016 foi assinado um Memorando de Entendimento para a cooperação antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, por ocasião da XII Cimeira Brasil-Portugal⁷¹⁶, com o intuito de fortalecer a cooperação bilateral para a Antártida⁷¹⁷. Este Memorando designou o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e a FCT, em Portugal e o Ministério das Relações Exteriores, no Brasil, como órgãos de coordenação das atividades de cooperação.

O Memorando prevê a realização de atividades conjuntas entre cientistas portugueses e brasileiros por forma a tirar partido das oportunidades de cooperação previstas nos acordos do STA, com o intuito de otimizar recursos humanos e evitar duplicidade de projetos de investigação.

A cooperação deverá centrar-se i) na preparação conjunta de projetos científicos e tecnológicos, de acordo com os objetivos das atividades antárticas nacionais; ii) na partilha de informação em áreas de interesse comum; iii) na promoção da educação e da formação profissional de recursos humanos, através do intercâmbio de especialistas, da realização de cursos de capacitação e de atividades académicas; e iv) na facilitação, dentro das suas capacidades, do transporte, alojamento, bem como de outras atividades logísticas, incluindo missões conjuntas e partilha de meios. O documento prevê igualmente o alargamento da cooperação a outros países através de programas multilaterais, porém com recurso a fontes de financiamento adicionais.

No que concerne à coordenação das atividades antárticas, os órgãos designados deverão i) incentivar a elaboração de editais comuns para o desenvolvimento de atividades antárticas conjuntas em áreas a acordar pelos dois Governos; ii) fomentar o desenvolvimento científico

⁷¹⁵ PORTAL POLAR PORTUGUÊS, 2012.

⁷¹⁶ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016.

⁷¹⁷ Idem.

e tecnológico através da elaboração conjunta de estudos, reuniões, eventos, conferências, exposições ou de outros meios de divulgação de temas antárticos de interesse mútuo; iii) disponibilizar o acesso a materiais didáticos, audiovisuais, bibliográficos e tecnológicos para divulgação científica; iv) promover o desenvolvimento de atividades de investigação conjuntas na Antártida, mitigando o impacto ambiental e reduzindo as necessidades logísticas; e v) coordenar a cooperação nas áreas indicadas no Memorando.

A assinatura deste documento marca uma viragem política no que concerne à investigação antártica nacional. Se até 1 novembro de 2016 a ciência polar portuguesa era maioritariamente uma preocupação da FCT e do Programa Polar Português, a assinatura deste Memorando confere-lhe uma nova visibilidade e envolve pela primeira vez um Ministério (MNE) na coordenação das atividades de investigação e divulgação. Embora ainda se desconheçam os resultados práticos deste Memorando, consideramos que poderá constituir-se como incentivo para a celebração de outros acordos desta natureza com diferentes países, para que Portugal possa reforçar a sua presença na Antártida, investir na investigação científica e evoluir, nas próximas duas décadas, para o estatuto de Membro Consultivo, ainda a tempo da revisão do Tratado da Antártida em 2041.

3. Projeto COOPANTAR

O projeto COOPANTAR – *Dinâmicas de cooperação na Antártida*, em linha com as perguntas da investigação *qual o âmbito das missões antárticas dos países do Atlântico Sul? e que tipos de parcerias são estabelecidos no âmbito da investigação no terreno, na Antártida?*, teve como objetivo observar e analisar *in loco* a presença das missões científicas, as dinâmicas de cooperação e a vivência de quem permanece longas temporadas nas bases, com os seus inerentes desafios logísticos e organizacionais.

Revelou-se uma mais-valia para o desenvolvimento da presente investigação, na medida em que permitiu compreender não só as dinâmicas de cooperação, aliás, como se pretendia, mas igualmente conhecer os desafios do quotidiano de quem permanece numa das regiões mais movimentadas da Antártida.

Figura 3.27 – *Hub* de Fildes, ilha Rei Jorge



É possível ver na foto, à esquerda, em baixo, a base russa de *Bellingshausen* (a encarnado e cinzento), ao centro, ao fundo, as bases chilenas *Escudero* (azul e branco) e *Frei Montalva* (encarnado) e ao fundo, à direita, a *Villa las Estrellas* (encarnado e branco).

Foto: Vanessa Rei, 2012.

O acesso ao *hub* de Fildes (Figura 3.27), bem como a estada na base uruguaia de *Artigas* entre 15 e 27 de janeiro de 2012, foram essenciais para a compreensão da cooperação entre as diferentes nacionalidades presentes na ilha Rei Jorge. Entre outros aspetos, foi possível distinguir dois níveis de cooperação importantes: i) a política, firmada através de acordos maioritariamente bilaterais e ii) a cooperação diária (através do apoio mútuo), que pode passar por trocas tão simples como combustível por alimentos ou uma viatura para apoio numa tarefa ou ainda, num quadro de maior gravidade, auxílio na evacuação de feridos.

Foi igualmente possível verificar no terreno como se processam as dinâmicas de cooperação. Neste projeto, por exemplo, tivemos o apoio do PROPOLAR, que efetuou diligências junto do INACH, o qual permitiu que viajássemos num navio chileno, e junto do IAU, que se disponibilizou para acolher-nos na base *Artigas*.

Figura 3.28 – Visita oficial do Presidente do Chile, Sebastian Piñera, a *Artigas*



Na foto, à esquerda, Presidente Sebastian Piñera e à direita, Presidente José Mujica.
Foto: Alonso de la Carrera, 2012.

Durante este processo pudemos ainda presenciar um evento político ao mais alto nível no que respeita à cooperação bilateral entre os Presidentes do Uruguai e do Chile, durante o qual ambos visitaram as respetivas bases, acompanhados pelas respetivas comitivas, tendo acordado reforçar os laços de cooperação que mantêm no que respeita às atividades no “continente branco” (Figura 3.28).

Coincidindo com o período da nossa estada, a base *Artigas* recebeu igualmente vários elementos das bases vizinhas para um almoço de divulgação do principal produto de exportação do Uruguai (carne bovina), onde conviveram uruguaios, chilenos, russos, coreanos e chineses.

A estada na Antártida permitiu ainda compreender a rotina e as dificuldades a que estão sujeitas as pessoas que permanecem nas bases durante todo o ano, dado que, em virtude das condições climáticas extremas (o clima é muito instável, sobretudo no inverno), a probabilidade de ocorrência de alguma situação inesperada, como um acidente grave na execução de tarefas aparentemente simples, é muito elevada.

No campo da ciência, foi possível verificar que existe uma rotatividade de cientistas de diversas nacionalidades em todas as bases (sobretudo na *Escudero* – chilena), com natural predominância dos investigadores nacionais em cada uma delas. Referindo como exemplo *Artigas*, em dez cientistas (que permaneceram por um período de uma semana), apenas um deles não era uruguaio (uma investigadora mexicana). À semelhança do que ocorre com as guarnições permanentes das bases, também os investigadores são confrontados com dificuldades inesperadas, desde a impossibilidade de se deslocarem ao terreno, a conservação de amostras fora do seu habitat e, no limite, a impossibilidade de abandonar a ilha onde se encontram.

Por fim, no que concerne ao enquadramento político, foi possível constatar que todas as pessoas de diferentes nacionalidades por nós contactadas revelaram apreensão relativamente ao futuro da Antártida, tendo manifestado que os seus países pretendem manter a sua presença na região o tempo que for necessário para, aquando da discussão do estatuto do continente em 2041, terem direito a pronunciar-se vinculativamente. Deste modo, uma vez que o investimento em ciência constitui um fator obrigatório e abonatório do processo de tomada de decisão no âmbito do STA, espera-se, senão o aumento, pelo menos a manutenção do nível de financiamento atual destinado à ciência.

Assim, respondendo à pergunta *qual o âmbito das missões antárticas dos países do Atlântico Sul?* verificámos que as mesmas podem ser militares ou civis, de investigação científica ou permanência/exploração do território. As missões de investigação, habitualmente civis, desenvolvem essencialmente pesquisa nas diferentes áreas das geociências. São frequentemente de menor duração do que as missões militares – em *Artigas*, como referido anteriormente, os investigadores apenas permaneceram uma semana

numa base que se encontra permanentemente operacional e que representa elevados custos para o erário público uruguaio.

As missões militares, para além do objetivo principal que passa pela garantia do pleno funcionamento das bases, podem ter como propósito a exploração do território, com vista à identificação de pontos estratégicos ou de locais para instalação de infraestruturas complementares, como antenas, radares ou simplesmente pontos de abastecimento de água potável, por exemplo.

No que concerne aos *tipos de parcerias que são estabelecidos no âmbito da investigação no terreno, na Antártida*, podem abranger a partilha de logística, a troca de lugares num voo pelo alojamento nas bases, como tem procedido o PROPOLAR nos últimos quatro anos e a colaboração em projetos de investigação.

CONCLUSÃO

Qual a importância da Antártida, na atualidade, no espaço geopolítico do Atlântico Sul? Foi a nossa questão de partida. Verificamos ao longo desta investigação que o “continente gelado” é efetivamente importante naquele espaço geopolítico pela sua localização, características físicas e pelos seus recursos. Mesmo antes da sua descoberta, a Antártida alimentava a imaginação das nações e dos seus marinheiros, pelas riquezas naturais que possuiria.

Pese embora a indefinição em torno da descoberta oficial da Antártida, o avistamento do continente mais austral do mundo lançou uma competição inédita entre as potências do século XIX para a conquista de novos territórios e afirmação no panorama político internacional, conduzindo as maiores companhias baleeiras e de captura de focas a estabelecerem-se nas ilhas da Convergência Antártica durante o verão do Hemisfério Sul, em busca de peles, carne fresca e gordura para abastecimento das respetivas indústrias. Foram assim os funcionários dessas companhias que, conciliando as suas atividades com a organização de expedições, desvendaram paulatinamente o território antártico, cartografando-o.

A designada Era Heroica ficou marcada por expedições mediáticas e por grandes conquistas em nome da Pátria (ou Coroa), mas acabou por dar lugar à competição no terreno, às reivindicações territoriais, ao estabelecimento de bases permanentes e à desconfiança entre potências, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, época em que o interesse na exploração comercial da Antártida conheceu um incremento significativo, sobretudo pelo óleo de baleia.

A Segunda Guerra Mundial conduziu os submarinos alemães à Antártida, situação que gerou apreensão entre praticamente todos os países com interesses naquele continente e levou ao surgimento de novas reivindicações territoriais. No final da Guerra, sobressaíam os conflitos crescentes entre Argentina, Chile e Reino Unido, que deram origem inclusivamente a incidentes junto à Península Antártica e que acabariam por atrair a atenção das duas principais potências da época – EUA e URSS.

A solução encontrada para refrear a conflitualidade em torno do continente foi a assinatura do Tratado da Antártida, delineado, segundo Luis Ferrada Walker, como um instrumento de geoestratégia, uma vez que em 1959 as preocupações dos países signatários pendiam mais sobre a presença e a capacidade de influência na Antártida do que propriamente sobre questões ambientais. Congelaram-se as reivindicações territoriais e proibiram-se novas, mas não se acomodou a questão da exploração de recursos minerais, à data ainda inviável.

No início deste trabalho de pesquisa e análise foram definidas dez perguntas de investigação⁷¹⁸ e seis hipóteses que procuraram dar resposta à pergunta de partida anteriormente referida. As questões permitiram-nos nortear a pesquisa, tendo a sua resposta conduzido à solução do problema lançado na pergunta de partida. No que respeita à primeira pergunta de investigação, verificámos assim que a Antártida é importante no Atlântico Sul pela sua localização, características físicas e pelos seus recursos, como anteriormente referido.

Em resposta à segunda pergunta de investigação, aferimos igualmente que os interesses dos países do Atlântico Sul são essencialmente estratégicos e que os fatores atrás elencados não podem ser descurados pelos países que procuram afirmar-se no espaço geopolítico do Atlântico Sul. Por outro lado, nenhum dos países que integram aquela região e que foram alvo da nossa análise oculta as suas verdadeiras intenções relativamente à Antártida.

No que concerne às linhas de fricção, identificámos as tensões diplomáticas entre Argentina e Reino Unido relativamente i) à soberania sobre o arquipélago das Falkland/Malvinas e à extensão da plataforma continental argentina sobre este território e sobre os arquipélagos da Geórgia do Sul e Sandwich do Sul; e ii) às reivindicações

⁷¹⁸ Perguntas de investigação: 1. Porque é a Antártida importante no Atlântico Sul? 2. Quais os interesses dos países do Atlântico Sul na Antártida? 3. Que linhas de fricção e focos de tensão existem atualmente na Antártida? 4. Poderão os recursos existentes converter-se em focos de tensão? 5. Qual o âmbito das missões antárticas dos países do Atlântico Sul? 6. Que tipos de parcerias são estabelecidos no âmbito da investigação no terreno, na Antártida? 7. De que forma poderão as alterações climáticas contribuir para a relevância estratégica da Antártida? 8. Qual o impacto da expansão da plataforma continental nas estratégias dos países com interesses na Antártida? 9. Será o quadro legal em vigor suficiente e eficiente para a prevenção e resolução de conflitos na Antártida? 10. Que relevância estratégica poderão ter as rotas marítimas do Atlântico Sul?

territoriais sobrepostas, na Antártida, disputada pela Argentina, Chile e Reino Unido, que delas não abdicam por se encontrarem numa das áreas do continente antártico com maior relevância estratégica.

No que respeita aos recursos verificámos que existe o risco de poderem vir a converter-se em focos de tensão, pelo que qualquer proposta de exploração poderá espoletar/acentuar potenciais conflitos diplomáticos na região. Contudo, os eventuais defensores da exploração de recursos deverão ser alvo de fortes pressões por parte de outros Estados e atores não-estatais para manterem o *status quo* no continente, para que permaneça livre da exploração comercial.

Relativamente ao âmbito das missões antárticas dos países do Atlântico Sul, foi possível apurar que podem ser militares ou civis, de investigação científica ou permanência/exploração do território, sendo que as missões de investigação, habitualmente civis, visam a pesquisa nas diferentes áreas das geociências e as missões militares têm como objetivo essencialmente a presença no território, através da ocupação permanente das bases, garantindo o seu pleno funcionamento e a exploração do território, para identificação de pontos estratégicos ou de locais destinados à instalação de infraestruturas complementares.

No que respeita às parcerias estabelecidas no âmbito da investigação no terreno, identificámos na Antártida a partilha de logística, a troca de lugares no voo entre Punta Arenas e Fildes pelo alojamento nas bases, bem como a colaboração em projetos de investigação.

No âmbito das alterações climáticas e em relação à forma como poderão contribuir para a relevância estratégica da Antártida, foi possível apurar que não aumentam necessariamente esta relevância, mas acabam por se constituir, ainda que indiretamente, como um importante instrumento de validação científica para os países que pretendem afirmar-se no STA.

No que concerne ao impacto do alargamento da plataforma continental nas estratégias dos países com interesses na Antártida, constatamos que na prática esse impacto reflete-se essencialmente nas relações diplomáticas, dado que as submissões em torno do “continente

gelado” encontram-se sobrepostas sem que tenha sido possível até à data alcançar um consenso entre a Argentina e o Reino Unido, o que não conduz especificamente a uma mudança de estratégia por parte dos atores envolvidos.

Uma vez que não é uma questão de resolução célere porque está diretamente relacionada com os interesses nacionais de ambos os países, este assunto tem sido e continuará a ser diplomaticamente gerido, não se excluindo que após 2041, caso a revisão do Tratado desbloqueie as reivindicações territoriais já expressas, Argentina e Reino Unido tomem posições mais assertivas relativamente àqueles territórios.

Não obstante, o quadro legal em vigor tem sido suficiente e eficiente na prevenção e resolução de conflitos na Antártida. Em cinco décadas de vigência, o STA evoluiu para um regime, mantendo o “continente gelado” isento de conflitos e melhorando as medidas de conservação do ecossistema, instituindo as inspeções e pautando sempre por uma atitude geradora de consensos, mesmo no que respeita aos recursos minerais.

No que respeita à última questão enunciada, sobre a relevância estratégica das rotas marítimas do Atlântico Sul, descortinámos que, por um lado, a rota do Estreito de Magalhães, do estuário do Rio da Prata e dos portos brasileiros, que progride para os portos europeus do Ocidente e do Mediterrâneo, enriquece funcionalmente o Brasil e, por outro, que a Passagem de Drake e a rota do Cabo da Boa Esperança são estrategicamente relevantes no quadro da doutrina de defesa do hemisfério representada pelo TIAR, os *Vasos Comunicantes Geográficos Interoceânicos* de Therezinha de Castro. A rota do Cabo é ainda muito utilizada pela cabotagem chinesa no transporte de mercadorias para a costa oeste africana, América do Sul e do Norte e Europa Ocidental.

Respondidas as perguntas da investigação, debruçemo-nos agora sobre as hipóteses, que foram elaboradas com base no conhecimento prévio que detínhamos sobre esta temática e que tiveram como objetivo conduzir, com ordem e rigor, a recolha da informação e a análise dos dados obtidos. Centraram-se essencialmente na importância da Antártida no espaço geopolítico em análise e nas questões de soberania e eventual conflitualidade futura.

Relativamente à primeira hipótese, *o fator circulação incrementa a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul, sobretudo no controlo das rotas marítimas, designadamente as que circulam junto à Passagem de Drake e ao Cabo da Boa Esperança*, consideramos que tal se verifica e que constitui uma das razões que sustentam a importância da Antártida, na atualidade, no espaço geopolítico do Atlântico Sul. Como defendiam Delgado e Carvalho e Therezinha de Castro, a localização da Antártida é relevante no contexto daquele oceano, uma vez que permite controlar as rotas do Estreito de Magalhães e Passagem de Drake, que embora tenham perdido alguma importância após a abertura do Canal do Panamá, continuam a ser rotas alternativas frequentadas em especial pela cabotagem sul-americana e por navios militares.

Por outro lado, dada a proximidade relativa ao Cabo de Boa Esperança, a localização do “continente gelado” permite igualmente controlar esta rota, bastante utilizada pela RPC, como verificámos anteriormente.

Neste contexto, sendo possível marcar presença na Antártida e simultaneamente nos arquipélagos ao longo do Atlântico Sul, sobretudo junto aos *Vasos Comunicantes*, a vantagem comparativa relativamente aos restantes países com interesses na região é ainda maior, situação que o Reino Unido tem vindo a privilegiar.

No que concerne à segunda hipótese, *o fator recursos naturais é o mais relevante para a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul*, verificámos que os recursos naturais da Antártida e do Atlântico Sul são importantes, sobretudo os recursos antárticos. Embora o minério e os hidrocarbonetos não possam ser explorados até 2041, o mesmo não se verifica com os recursos marinhos como o krill, com especial valor comercial, capturado por dezoito Membros Consultivos em águas antárticas, na área abrangida pela CCAMLR.

Todavia, no plano da verificação desta hipótese, não é possível asseverar categoricamente que os recursos naturais constituam o único e mais relevante fator para a importância da Antártida no espaço geopolítico do Atlântico Sul, embora constituam sem dúvida uma das

principais razões que conduziram os Membros Consultivos e Não Consultivos do Tratado ao “continente gelado”.

De acordo com o que foi possível apurar ao longo desta investigação, caso os recursos minerais adquiram viabilidade económica antes de 2041, o interesse naquele continente deverá crescer não sendo de excluir um conflito, ainda que diplomático, entre Estados reivindicadores e não-reivindicadores sobre a eventual exploração de hidrocarbonetos *offshore*, com base no Artigo 76º da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar⁷¹⁹, tal como refere o investigador Christopher Joyner.

Não obstante, não se afigura que o Tratado da Antártida possa ser quebrado com base num eventual conflito desta natureza, uma vez que a pressão para o consenso é muito elevada no âmbito do STA, sobretudo devido à intervenção de membros como a RPC, por exemplo, que ao não terem efetuado reivindicações territoriais, defendem o estatuto de Reserva da Humanidade da Antártida.

Deste modo, consideramos que a terceira hipótese, *se os recursos naturais da Antártida e offshore adquirirem viabilidade económica, o Tratado da Antártida é quebrado e, conseqüentemente, aumenta o interesse e a conflitualidade no “continente gelado”* também não pode ser verificada na sua totalidade.

A relação de soberania da Argentina e do Chile na Antártida é diferente de todos os outros países presentes no continente gelado e constitui uma estratégia a longo prazo para, finda a vigência do Tratado, anexarem definitivamente os territórios reivindicados foi a quarta hipótese apresentada. Definimos Soberania no primeiro capítulo, segundo Jean Bodin, como poder político absoluto e independente (*majestas, summum imperium*), que não se limita na ordem interna e que, no plano internacional, só aceita regras voluntariamente. O conceito tem vindo a evoluir ao longo do tempo e na Antártida, como noutros “espaços” e até no preconizado na construção de algumas Organizações Internacionais, a Soberania, embora em linha com Bodin, flexibilizou-se, partilhou-se, respeitando o regime do STA.

⁷¹⁹ Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 3 de abril de 1997.

Como aferimos ao longo desta investigação, três países reivindicadores de território antártico destacam-se entre os Membros do Tratado: são eles a Argentina, o Chile e o Reino Unido. Cada um é livre para agir no território reclamado antes de 1959, de escolher o seu próprio sistema político, económico e social⁷²⁰, mas tendo sempre em consideração as pretensões, interesses e posições manifestadas pelos seus pares, pautando para que as relações diplomáticas assentem no princípio de igualdade.

Assim, numa perspetiva *tout court* do conceito de Jean Bodin, a relação de soberania da Argentina, Chile e Reino Unido é idêntica, reivindicando todos aquele território como seu, tendo o poder absoluto e independente sobre o mesmo. Todavia, se atentarmos numa análise mais escrutinada desta relação, podemos descortinar algumas diferenças e daí verificar a hipótese aventada.

A Argentina e o Chile são bastante ativos no âmbito do STA, tendo o maior número de bases antárticas. Mantêm uma relação de soberania nos moldes acima referidos com os territórios reivindicados, os “Territórios Antárticos”, a qual embora não reconhecida oficialmente pelos demais atores com interesses na Antártida, nomeadamente pelo Reino Unido, tem projetado internacionalmente a sua imagem como países-ponte na ligação àquele continente.

Neste âmbito, para além do investimento na educação das gerações mais novas com vista ao desenvolvimento de uma “consciência antártica”, a Argentina e o Chile têm promovido no mercado internacional a proximidade com aquele continente através de ofertas turísticas, tirando partido das suas infraestruturas. O Chile apresentou recentemente no mercado chinês uma proposta de programa turístico na Antártida, com voo e visitas a bases chilenas, com o intuito não só de retirar dividendos da atividade, mas também de reforçar a sua soberania sobre a região ao vender este destino turístico como qualquer outro em território chileno, conferindo um grau de naturalidade à apropriação daquele espaço.

Na mesma linha, a Argentina anunciou em 2016 que pretende disponibilizar voos comerciais antárticos a partir de 2018 com o objetivo de explorar novas fontes de

⁷²⁰ HUNTZINGER, 1987.

financiamento para o seu programa antártico e simultaneamente divulgar o trabalho desenvolvido pelos seus investigadores na base de *Marambio*, onde os turistas permanecerão alojados durante uma semana⁷²¹. À semelhança da estratégia chilena, a promoção de atividades turísticas na “Antártida Argentina” acaba igualmente por reforçar a sua soberania sobre aquela região.

Já o território antártico reivindicado pelo Reino Unido sobrepõe-se às parcelas reclamadas pela Argentina e pelo Chile, sendo que as autoridades britânicas invocam a preservação da sua herança histórica e dos seus interesses estratégicos como argumentos para a reivindicação.

As autoridades britânicas consideram a área reclamada como parte do Território Britânico Antártico, com um Governo próprio e uma estratégia quinzenal revista anualmente. À semelhança dos países sul-americanos mencionados, o Reino Unido também considera natural a sua presença na Antártida dada a sua herança histórica da Era Heroica, mantendo igualmente uma forte relação de soberania, plasmada na aposta na investigação e divulgação científica promovida sobretudo pelo BAS. No entanto, não promovem uma “consciência antártica” nos cidadãos britânicos, pelo que ao contrário dos argentinos e dos chilenos, acabam por não sentir aquele território como seu, considerando-o apenas um local por onde os seus antepassados passaram e marcaram a História.

A relação daqueles países sul-americanos com o continente antártico deriva igualmente do subfator localização que, permitimo-nos afirmar, acaba por influenciar o fator humano ao criar uma ligação cultural especial com a Antártida pela sua proximidade geográfica, que o Reino Unido naturalmente não consegue. Estar perto permite estar mais presente, criar ligações de identidade, de pertença. O primeiro bebé a nascer na Antártida, a *Villa Las Estrelas*, a estação dos correios, os selos com a “Antártida Argentina” e a “Antártida Chilena”, tudo isto representa pertença a um território. E os Governos argentino e chileno pretendem que este sentimento de pertença seja consciente e celebrado.

⁷²¹ MERCOPRESS, 2016 e TOURISM REVIEW, 2016.

Não obstante as abordagens culturais diferentes relativamente à Antártida é possível concluir que tanto estes países sul-americanos como o Reino Unido têm uma estratégia de longo prazo para anexar definitivamente os territórios reivindicados, dada a importância estratégica dos mesmos. Contudo, a consumir-se esta pretensão, daí resultarão inevitavelmente tensões diplomáticas porque, por um lado, julgamos, que nenhum destes países estará disposto a abdicar das suas reivindicações e, por outro, os restantes Membros Consultivos que não reivindicaram parcelas do território não pretenderão que a Antártida, com tamanha riqueza de recursos naturais, seja “repartida” por apenas oito países.

Deste modo, caberá ao STA envidar esforços no sentido de controlar estas linhas de fricção e de gerar consensos, sob pena deste sistema poder fragmentar-se- Segundo Dodds e Hemmings, embora ninguém espere o colapso iminente do STA, têm surgido alguns sinais de tensão dentro e fora do sistema que poderão afectar a estabilidade da região e a sua posição no sistema global⁷²².

Perante este cenário, a revisão do Tratado da Antártida em 2041 reveste-se de especial importância, na medida em que pode marcar uma viragem não só na relação do mundo com aquele continente, como também na sua ocupação. E é neste contexto que podemos analisar a quinta hipótese aventada: *a limitação e, num patamar mais restrito, a proibição de manifestações de soberania e da manutenção de bases militares e civis permanentes, bem como do número de missões científicas no terreno constituem as medidas mais importantes na prevenção de conflitos na Antártida.*

Ao longo desta investigação verificámos que não existe uma proibição tácita de manifestações de soberania. O Tratado da Antártida apenas impede novas reivindicações territoriais, preservando as que foram apresentadas antes da sua assinatura (Artigo 4º), pelo que consideramos que este impedimento pode constituir uma das principais razões, senão a principal, para a sobrevivência do STA ao longo das últimas seis décadas, mantendo a Antártida livre de conflitos.

⁷²² DODDS e HEMMINGS, 201.

Deste modo, não podemos concluir que a proibição de manifestações de soberania e que a limitação do número de bases militares e civis, bem como do número de missões científicas possam constituir medidas importantes na prevenção de conflitos, até porque os países que reivindicam parcelas de território antártico não abdicam de demonstrar a sua soberania sobre o mesmo e esta situação não tem ameaçado a existência do STA.

Pelo contrário, verificámos que a presença de missões científicas de várias nacionalidades é muito positiva, pois potencia a cooperação internacional e enriquece a investigação polar. Todavia, isto não significa que *se houver uma maior presença de cientistas de diferentes nacionalidades na Antártida, então o estatuto de Reserva da Humanidade é reforçado e são dissuadidos conflitos pela soberania, mesmo num cenário de exploração rentável de recursos*, como aventámos na sexta e última hipótese.

Num cenário de exploração viável de recursos e de regulamentação por parte do STA para a sua extração, através eventualmente de um instrumento semelhante à CRAMRA, não será a presença de cientistas de diferentes nacionalidades que impedirá os países que tenham capacidade para o fazer, de explorar esses recursos, como refere, aliás, o *Global Strategic Trends – Out to 2045* do Ministério da Defesa britânico.

Recorde-se que este documento alerta para o facto de todas as nações que atualmente desenvolvem investigação científica na Antártida terem interesse nos seus recursos minerais, especialmente a RPC, e que a eventual exploração irá influenciar a geopolítica da região nas próximas décadas, empolando tensões políticas na região por parte quer de Membros do Tratado, quer de grupos ambientalistas⁷²³.

Por outro lado, importa referir que os EUA, o Japão e o Reino Unido manifestaram-se em 1991 contra a proibição *ad aeternum* da prospeção, exploração e comercialização dos recursos minerais, pelo que será muito provável que venham a colocar esta questão em 2041. Nessa altura, a argumentação a utilizar poderá passar pela evolução tecnológica da atividade mineira e a consequente redução do impacto ambiental, ou seja, “uma extração limpa”, fator

⁷²³ UNITED KINGDOM MINISTRY OF DEFENCE, 2014.

que constitui uma das maiores preocupações dos grupos ambientalistas, a par da sobre-exploração do continente.

E Portugal? *Quem não está na Antártida, não existe*, frase que apesar de ter sido proferida pelo chefe de missão do Equador, resume de facto a posição dos países que analisámos nesta investigação relativamente àquele continente. Em nossa opinião, Portugal terá de se empenhar na ratificação da CCAS e da CCAMLR e de apostar no desenvolvimento da ciência antártica, para que possa evoluir para a condição de Membro Consultivo e manifestar-se vinculativamente na revisão do Tratado da Antártida em 2041, ou seja, daqui a vinte e cinco anos⁷²⁴.

Utilizando uma analogia, será como tentar entrar num comboio que já circula a alta velocidade, tendo em consideração que a maioria dos Membros Consultivos desenvolve investigação naquele continente há décadas e possui orçamentos muito mais avultados comparativamente ao montante que Portugal poderá afetar à ciência antártica no quarto de século vindouro.

Porém, a celebração de acordos de cooperação com outros países com historial de investigação antártica, como o recente Memorando de Entendimento com o Brasil, poderá ter um impacto muito positivo na dinamização do envolvimento de Portugal na Antártida, uma vez que permite reduzir custos ao partilhar a logística. Em termos de presença efetiva naquele continente, a solução poderia passar por uma base antártica gerida conjuntamente com outros países, como o caso da base *Concordia*⁷²⁵, partilhada entre França e Itália e utilizada igualmente pela Agência Espacial Europeia (ESA) para desenvolver investigação. Contudo, neste cenário hipotético, o financiamento não poderia ficar apenas a cargo da FCT, que, de acordo com o nosso conhecimento, não terá essa capacidade.

Qualquer que seja a estratégia adotada por Portugal para reforçar a sua presença na Antártida dever-se-á ter consciência de que mais do que um laboratório privilegiado para o desenvolvimento da investigação científica sobre alterações climáticas ou exploração do

⁷²⁴ Redigido em 2016.

⁷²⁵ EUROPEAN SPACE AGENCY, 2013.

espaço, trata-se de um continente com elevada relevância estratégica, importante no espaço geopolítico do Atlântico Sul pela sua localização, características físicas e pelos seus recursos e que não pode ser dissociado de uma estratégia de afirmação naquela região.

BIBLIOGRAFIA

- ABC Net. *Antarctic Convergence* [Em linha]. [Consultado em 15 de outubro de 2011]. Disponível em: <http://www.abc.net.au/reslib/200904/r363983_1684199.jpg>
- ABC Net. *Japan ordered to immediately stop whaling in Antarctic as International Court of Justice rules program was not carried out for scientific purposes* [Em linha]. 1 de abril de 2014, [consultado em 10 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.abc.net.au/news/2014-03-31/ijc-japan-whaling-southern-ocean-scientific-research/5357416>>
- AERENLUND. *Amundsen-Scott map* [Em linha]. [Consultado em 20 de março de 2012]. Disponível em: <http://www.aerenlund.dk/helte/images/amundsen_scott_map.jpg>
- AFONSO, Paulo M. J. *De pólo a pólo: o Ártico e a Antártida. Histórias da exploração moderna das zonas polares e da busca do último continente*. Coletânea Os livros da Super Interessante. Lisboa: Edimpresa. 2003.
- AGÊNCIA BRASIL. *Dilma inaugura prédio de estaleiro que instalará propulsão nuclear em submarino* [Em linha]. 12 de dezembro de 2014, [consultado em 20 de janeiro de 2015]. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-12/dilma-inaugura-predio-de-estaleiro-que-instalara-propulsao-nuclear-em>>
- ALMEIDA, Eugénio Costa e BERNARDINO, Luís Manuel Brás. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica. In *Revista Militar* [Em linha], janeiro de 2013 [consultado em 15 de fevereiro de 2015], n.º 2532, p. 43-61. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=797>
- AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY. *Sixth International Geographical Congress Journal of the American Geographical Society of New York* [Em linha]. 1895, [consultado em 20 de março de 2012], Volume 27, n.º 3. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/pdfplus/197315.pdf?acceptTC=true>>
- ANTARKOS XVIII. *Operación Antarkos XXVIII llevó científicos a la Antártida* [Em linha]. 16 de janeiro de 2012, [consultado em 11 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.universidad.edu.uy/prensa/renderItem/itemId/29651>>
- ARIAS, Luis Garcia. Mackinder e o Heartland. In Vários. *Geopolítica Tropical*. Trad. Rodrigues. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, 1968 *apud* DIAS, Carlos Mendes. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos* Lisboa: Prefácio. 2010. ISBN: 978-972-8816-74-2.
- ARMADA ARGENTINA. *Bases permanentes* [Em linha]. [Consultado em 08 de julho de 2012]. Disponível em: <<http://www.ara.mil.ar/pag.asp?idItem=171>>
- ARMITAGE, Richard e NYE JR, Joseph. *CSIS Commission no Smart Power. A smarter, more secure America* [Em linha]. 2007, [consultado em 20 de março de 2013]. Washington: Center for Strategic and International Studies. ISBN 978-0-89206-510-3. Disponível em: <http://csis.org/files/media/csis/pubs/071106_csissmartpowerreport.pdf>

- ARON, Raymond. *Estudos Políticos. Pensamento Político*. Brasília: Universidade de Brasília. 1972.
- ARRAES, Virgílio. Estados Unidos: um possível significado para a Quarta Frota. In *Meridiano 47* [Em linha], agosto de 2008 [consultado em 15 de novembro de 2016], n.º 97, p. 25-27. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Disponível em: <<http://www.ibri-rbpi.org/?p=12234>>
- AUSTRALIA ANTARCTIC DIVISION. *Antarctic Convergence* [Em linha]. [Consultado em 15 de outubro 2011]. Disponível em: <<http://www.antarctica.gov.au/about-antarctica/fact-files/geography/antarctic-convergence>>
- BAKER, Robert E. Antarctic Pact Is Signed By U.S., Reds, 10 Others. In *Washington Post*, 2 de dezembro de 1959. ISSN: n. d.
- BANDEIRA, Luiz Alberto M. A importância geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. *Revista Espaço Acadêmico*, outubro de 2008, n.º 89, p.1-21, *apud* DIAS, Carlos Mendes, Conceitos, Modelos de Análise de Dinâmicas Regionais e CPLP, *Revista Geopolítica: o espaço da CPLP*, dezembro de 2011, n.º 4, p. 67-111. Aveiro, Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração. ISSN: 1646-8066.
- BARBOSA, Luísa C. Portela. *A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): Criação, Projeção e Dimensão Político-Estratégica* [Em linha]. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Económicas da Universidade de Rio Grande do Sul: Porto Alegre. 2015, [consultado em 19 de outubro de 2016]. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116730/000955967.pdf?sequence=1>>
- BARGAGLI, Roberto. *Antarctic Ecosystems: Environmental Contamination, Climate Change and Human Impact*. Alemanha: Springer. 2005. ISBN: 3540220917.
- BARTELSON, Jens. *A genealogy of sovereignty*. Cambridge University Press. 1995. ISBN: 9780521478885.
- BARTHOLOMEW, John G. *et al.* *The Times Atlas*, p. 97. Londres: The Times. 1922. ISBN: n.d.
- BBC NEWS. *Halley VI: Dropping in on the British Antarctic Survey* [Em linha]. 4 de março de 2016, [consultado em 18 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/magazine-35717932>>
- BELANGER, Dian Olson. *Deep Freeze. The United States, the International Geophysical Year, and the Origins of Antarctica's Age of Science*. Boulder (EUA): University Press of Colorado. 2006. ISBN: 1607320665.
- BERKMAN, Paul Arthur, *et al.* *Science Diplomacy: Antarctica, Science, and the Governance of International Spaces*. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press. 2011a. ISBN: 1935623060.

- BERKMAN, Paul Arthur. President Eisenhower, the Antarctic Treaty, and the Origin of International Spaces. In BERKMAN, Paul Arthur, *et al.* *Science Diplomacy: Antarctica, Science, and the Governance of International Spaces*. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press, p. 17-27. 2011b. ISBN: 1935623060.
- BERKMAN, Paul. Growing interest in Antarctica. BRAUN, David Maxwell. Antarctic Treaty at 50, a beacon for joint management of Earth. In *Voices – National Geographic* [Em linha]. 28 de outubro de 2009, [consultado em 25 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://voices.nationalgeographic.com/2009/10/28/antarctic_treaty_at_50/>
- BESSA, António Marques. Uma visão geopolítica do Atlântico. In *Revista Geopolítica: o espaço da CPLP*, dezembro de 2011, n.º 4, p. 129-149. Aveiro, Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração. ISSN: 1646-8066.
- BESSA, Marques e DIAS, Carlos Mendes. *O Salto do Tigre. Geopolítica Aplicada*. Lisboa: Prefácio. 2007. ISBN: 9789898022288.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Eds.). *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília. 1983. ISBN: 8523003088.
- BODIN, Jean. *Six bookes of a Commonweale*. Londres: Impensis G. Bishop, Universidade de Londres. 1606, 1903.
- BP. *Statistical Review of World Energy* [Em linha]. Junho de 2016, [consultado em 24 de outubro de 2016]. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf>>
- BRAILLARD, Philippe. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1977. ISBN: 9789723105025.
- BRITISH ANTARCTIC SURVEY. *Moving Halley* [Em linha]. 2016, [consultado em 6 de janeiro de 2017]. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/project/moving-halley/#about>>
- BRITISH ANTARCTIC SURVEY. New study shows Antarctic ice shelf is thinning from above and below [Em linha]. 13 de maio de 2015, [consultado em 14 de maio de 2015]. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/media-post/new-study-shows-antarctic-ice-shelf-is-thinning-from-above-and-below/>>
- BRITISH ANTARCTIC SURVEY. *British Antarctic Survey History* [Em linha]. 2012, [consultado em 18 de Agosto de 2016]. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/data/our-data/publication/british-antarctic-survey-history-2/>>
- BRITISH ANTARCTIC SURVEY^a. *Britain in Antarctica* [Em linha]. [Consultado em 18 de agosto de 2016]. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/about/antarctica/britain-in-antarctica/>>
- BRITISH ANTARCTIC SURVEY^b. *Mining* [Em linha]. [Consultado em 16 de novembro de 2016]. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/about/antarctica/environmental-protection/mining/>>

BRITISH ANTARCTIC SURVEYc. *Research stations* [Em linha]. [Consultado em 19 de agosto de 2016]. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/station/>>

BRITISH ANTARCTIC TERRITORY. *Strategy 2014-2019* [Em linha]. Abril de 2014, [consultado em 18 de agosto de 2016]. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/world/organisations/british-antarctic-territory>>

CAETANO, Marcello. *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina. 1993. ISBN: 9789724005171.

CALDAS, Anderson de Oliveira. *A ZOPACAS e o Brasil: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul* [Em linha]. Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. 2013, [consultado em 20 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7908/1/2013_AdersondeOliveiraCaldas.pdf>

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. *Debatedores pedem investimento contínuo no programa de pesquisas na Antártida* [Em linha]. 6 de julho de 2016, [consultado em 10 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIENCIA-E-TECNOLOGIA/511943-DEBATEDORES-PEDEM-INVESTIMENTO-CONTINUO-NO-PROGRAMA-DE-PESQUISAS-NA-ANTARTIDA.html>>

CÂNDIDO, António Manuel de Carvalho. A Convenção de Montego Bay e Portugal – Delimitação das Zonas Marítimas da Madeira. In *Boletim Ensino - Investigação*, 2012, n.º12, p. 165-184. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

CARGO FROM CHINA. *3 Shipping Routes* [Em linha]. [Consultado em 19 de outubro de 2016]. Disponível em: <<https://cargofromchina.com/shipping-routes/>>

CARVALHO, Delgado de. O Atlântico. In *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro* [Em linha]. Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16. Rio de Janeiro: IBGE, p. 135-150. 2009, [consultado em 19 de outubro de 2016]. ISSN: 0103-6335. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf>

CARVALHO, Delgado de e Therezinha de Castro. A Questão da Antártica. In *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16. Rio de Janeiro: IBGE, p. 411-417. 2009. ISSN: 0103-6335.

CASTRO, Therezinha de. Antártica: O Assunto do Momento. In *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16. Rio de Janeiro: IBGE, p. 233-242. 2009a. ISSN: 0103-6335.

- CASTRO, Therezinha de. Antártica. In *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16. Rio de Janeiro: IBGE, p. 367-398. 2009b. ISSN: 0103-6335.
- CASTRO, Therezinha de. *Atlântico Sul: Geopolítica e Geoestratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1998. ISBN: n.d.
- CASTRO, Therezinha de. *Nossa América. Geopolítica Comparada*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 1992. ISBN: 8570111835.
- CASTRO, Therezinha de. *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins*. Rio de Janeiro: Colégio D. Pedro II. 1986. ISBN: 8570112637.
- CASTRO, Therezinha de. *Retrato do Brasil: Atlas Texto de Geopolítica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 1982. ISBN: 857011107X.
- CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A. 1976. ISBN: n.d.
- CCAMLR. *Krill fisheries and sustainability* [Em linha]. [Consultado em 17 de outubro de 2016]. Disponível em: <<https://www.ccamlr.org/en/fisheries/krill-fisheries-and-sustainability>>
- CCAMLR (2015). *About CCAMLR* [Em linha]. 2015, [consultado em 15 de novembro de 2016]. Disponível em: <<https://www.ccamlr.org/en/organisation/about-ccamlr>>
- CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS. *Gonçalo Vieira* [Em linha]. [Consultado em 9 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://ceg.ulisboa.pt/investigacao/investigadores/goncalo-vieira/>>
- CHATAM HOUSE. Angola and the Gulf of Guinea. Towards an Integrated Maritime Strategy. In *Report of the Angola Forum conference aboard HMS Dauntless in Luanda, Angola, 29 of June 2012* [Em linha]. Novembro de 2012, [consultado em 20 de agosto de 2016]. ISBN: 978 1 86203 275 0. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/events/view/184657>>
- CHAYES, Abram e Antonia Handler Chayes. *The New Sovereignty. Compliance with International Regulatory Regimes*. Massachusetts: Harvard University Press. 1995. ISBN: 9780674617834.
- CHILD, Jack. Stamps of the American Quadrant of Antarctica and the South Atlantic Islands [Em linha]. In *Presentation Prepared for the Blount Postal History Symposium (Smithsonian Institution, National Postal Museum)*, 30 de setembro de 2010 [consultado em 20 de janeiro de 2011]. Disponível em: <[http://www.postalmuseum.si.edu/symposium2010/Child Stamps of the American Quadrant of Antarctica.pdf](http://www.postalmuseum.si.edu/symposium2010/Child%20Stamps%20of%20the%20American%20Quadrant%20of%20Antarctica.pdf)>
- CHILD, Jack. A Antártida e o Pensamento Geopolítico Argentino. In *A Defesa Nacional*, n.º 742, março/abril de 1989. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. ISSN: n.d.

- CHILD, Jack. *Antarctica and South American Geopolitics. Frozen Lebensraum*. Nova Iorque: Praeger. 1988. ISBN: 0275928861.
- CIA. South America: Argentina. People and Society. In *The World Factbook* [Em linha], 2016, [consultado em 25 de agosto de 2016]. Disponível em:
<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ar.html>>
- CLCS. *Summary of Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the Submission made by Argentina on 21 April 2009* [Em linha]. 2016, [consultado em 23 de outubro de 2016]. Disponível em:
<http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/2016_03_11_COM_SUMREC_ARG.pdf>
- COELHO, Aristides Pinto. *Nos confins dos três mares... a Antártida*. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora. 1983, apud CHILD, Jack. *Antarctica and South American Geopolitics. Frozen Lebensraum*. Nova Iorque: Praeger. 1988. ISBN: 0275928861.
- COHEN, Harlan K. *Handbook of the Antarctic Treaty System* [Em linha]. EUA: Departamento de Estado. 2002 [consultado em 23 de fevereiro de 2012]. Disponível em:
<<https://www.state.gov/e/oes/rls/rpts/ant/>>
- COHEN, Saul B. *Geopolitics of the World System*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers Inc. 2003. ISBN: 0847699072.
- COHEN, Saul B. *Geography and Politics in a World Divided*. Oxford: Oxford University Press. 1963. ISBN: 0195016955.
- COLACRAI, Miriam. La Política Antártica Argentina y su compromiso con el Tratado Antártico. In *Boletín del Centro Naval*, n. ° 836, maio-agosto de 2013, p. 267-276. ISSN: 0009-0123.
- COMISSÃO EUROPEIA. *New EU initiative to combat piracy in the Gulf of Guinea* [Em linha]. 10 de janeiro de 2013, [consultado em 02 de fevereiro 2015]. Disponível em:
<http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-14_en.htm>
- COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ. *Summit of the Heads of State and Government on Maritime Safety and Security in the Gulf of Guinea* [Em linha]. Junho de 2013, [consultado em 2 de fevereiro de 2015]. Disponível em:
<<http://www.golfedeguinee2013.cm/ggc>>
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR. *Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR* [Em linha]. [Consultado em 19 de agosto de 2016]. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/secirm/portugues/proantar.html#historico>>
- COMMITTEE ON THE DEVELOPMENT OF A STRATEGIC VISION FOR THE U.S., et al. *A Strategic Vision for NSF Investments in Antarctic and Southern Ocean Research* [Em linha]. Washington DC: The National Academies Press. 2015. [Consultado em 20 de outubro de 2016]. ISBN: 978-0-309-37370-8. Disponível em:
<<http://www.nap.edu/catalog/21741/a-strategic-vision-for-nsf-investments-in-antarctic-and-southern-ocean-research>>

COMNAP. *Our members* [Em linha]. [Consultado em 23 de junho de 2015]. Disponível em: <<https://www.comnap.aq/Members/SitePages/Home.aspx>>

CONFERENCE ON ANTARCTICA. *The Antarctic Treaty* [Em linha]. Washington DC. 1959. [Consultado em 10 de dezembro de 2011]. Disponível em: <http://www.ats.aq/documents/ats/treaty_original.pdf>

CONNELLY, Charlotte. How Antarctica became home to a new kind of scientific diplomacy. In *The Guardian* [Em linha], 1 de julho de 2017, [consultado em 24 de julho de 2017]. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/science/blog/2017/jul/01/how-antarctica-became-home-to-a-new-kind-of-scientific-diplomacy>>

CONSTABLE, Andrew J. *et. al.* Climate change and Southern Ocean ecosystems I: how changes in physical habitats directly affect marine biota. In *Global Change Biology*, outubro de 2014, volume 20, n.º 10, p. 3004-3025. ISSN: 1365-2486.

CORREIA, Pedro de Pezarat. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Volume 1 - Conceitos, Teorias e Doutrinas*. Coimbra: Quarteto. 2002. ISBN: 9789724042565.

COSTA, Murilo Gomes da. Brasil e Zopacas: A manutenção do *status quo* e a projeção no Atlântico Sul [Em linha]. In *Comunicação apresentada no Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI): O Atlântico Sul como Eixo da Inserção Internacional do Brasil*, 21-23 de maio de 2013. Portalegre: Brasil. [Consultado em 20 de outubro de 2015]. Disponível em: <http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1370921861_ARQUIVO_Artigo-MuriloGomesdaCosta-FG-SEBREEI_final_.pdf>

COSTA, Wanderley Messias da. Dossier: Desafios do pré-sal. In *Revista USP* [Em linha], setembro/outubro/novembro de 2012 [consultada em 16 de agosto de 2016], n.º 9. São Paulo. ISSN: 2316-9036. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/4344>>

COURATIER, Josyane. *Le Système Antartique*. Bruxelas: Établissements Émile Bruylant. 1991. ISBN: 280270530X.

COUTINHO, Luís P. Pereira. *A Realidade Internacional. Introdução à Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Coimbra Editora. 2011. ISBN: 9789723219111.

COUTO, Abel Cabral. *Elementos de estratégia: apontamentos para um curso*. Volume I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares. 1988. ISBN: n.d.

DAVIS, Nicola. Iceberg twice size of Luxembourg breaks off Antarctic ice shelf. In *The Guardian* [Em linha], 12 de julho de 2017, [consultado em 13 de julho de 2017]. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/jul/12/giant-antarctic-iceberg-breaks-free-of-larsen-c-ice-shelf>>

DEFESANET. *Geopolítica: ZOPACAS - Amorim propõe ações para fortalecer cooperação em Defesa* [Em linha]. 6 de janeiro de 2013, [consultado em 18 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9322/ZOPACAS---Amorim-propoe-acoes-para-fortalecer-cooperacao-em-Defesa/>>

DELOITTE. *Oil and gas taxation in The Falkland Islands* [Em linha]. 2015, [consultado em 20 de agosto de 2016]. Disponível em:

<<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/global/Documents/Energy-and-Resources/gx-er-falkland-islands-oil-and-gas-guide.pdf>>

DEVLIN, Hannah. Giant iceberg poised to break off from Antarctic shelf. In *The Guardian* [Em linha], 06 de janeiro de 2017, [consultado no mesmo dia]. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/world/2017/jan/06/giant-iceberg-poised-to-break-off-from-antarctic-shelf-larsen-c>>

DIARIO POPULAR. *Presidentes del CELAC reiteraron apoyo a la Argentina por Malvinas* [Em linha]. 28 de janeiro de 2013, [consultado em 31 de dezembro de 2016]. Disponível em:

<<http://www.diariopopular.com.ar/notas/144958-presidentes-del-celac-reiteraron-apoyo-la-argentina-malvinas>>

DIAS, Carlos Mendes. *Geopolítica - Velhas mas novas aproximações e o contrário*. Aveiro: Mare Liberum. 2012. ISBN: 9789728046200.

DIAS, Carlos Mendes. Conceitos, Modelos de Análise de Dinâmicas Regionais e CPLP. In *Revista Geopolítica: o espaço da CPLP*, n.º 4, dezembro de 2011. Aveiro: Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, pp. 67-111. ISSN: 1646-8066.

DIAS, Carlos Mendes. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*. Lisboa: Prefácio. 2010. ISBN: 9789728816742.

DIAS, Carlos Mendes. Outrora... Europa banhou-se no Mediterrâneo. In *Geopolítica: Revista do Centro Português de Geopolítica*, n.º 3, junho de 2009. Aveiro: Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, p. 173-220. ISSN: 1646-8066.

DINIS, Rita. Buraco da camada do ozono começou a diminuir e a «cicatrizar». In *Observador* [Em linha], 4 de julho de 2016, [consultado no mesmo dia]. Disponível em:

<<http://observador.pt/2016/07/04/buraco-da-camada-do-ozono-comecou-a-diminuir-e-a-cicatrizar/>>

DIRECCIÓN NACIONAL DEL ANTÁRTICO. INSTITUTO ANTÁRTICO ARGENTINO. *Bases Argentinas* [Em linha]. [Consultado em 16 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.dna.gov.ar/bases-argentinas>>

DIRECCIÓN NACIONAL DEL ANTÁRTICO. INSTITUTO ANTÁRTICO ARGENTINO. *Sobre la DNA* [Em linha]. [Consultado em 19 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.dna.gob.ar/sobre-la-dna>>

DIRECCIÓN DE PROGRAMAS ANTÁRTICOS E SUB-ANTÁRTICOS. *Comienza la lucha por los recursos minerales de Antártica* [Em linha]. 18 de agosto de 2012, [consultado em 10 de julho de 2013]. Disponível em: <<http://www.umag.cl/investigacion/dpa/?p=3048>>

DODDS, Klaus e HEMMINGS Alan D. Britain and the British Antarctic Territory in the wider geopolitics of the Antarctic and the Southern Ocean. In *International Affairs*, novembro de 2013, Volume 89, n.º 6, p.1429-1444. ISSN: n.d.

- DODDS, Klaus. *Pink Ice: Britain and the South Atlantic Empire*. Londres: L.B. Tauris & Co. Ltd. 2002. ISBN: 1860647707.
- DODDS, Klaus e ATKINSON David (Eds.). *Geopolitical Traditions. Critical Stories of a century of geopolitical thought*. Londres: Routledge. 2000. ISBN: 0415172497.
- DODDS, Klaus. Geopolitics and the Geographical Imagination of Argentina. In *Geopolitical Traditions. Critical Stories of a century of geopolitical thought*. Londres: Routledge, p. 150-184. 2000. ISBN: 0415172497.
- DOUHET, Giulio. *The Command of the Air*. Tuscaloosa: University of Alabama Press. 2009. ISBN: 978-0-8173-5608-8.
- DRYZEK, John S., HONIG, Bonnie e PHILLIPS, Anne (Eds.). *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press. 2006. ISBN: 9780199604456.
- EDITORS OF ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. *Geneva Summit* [Em linha]. [Consultado em 15 de abril de 2013]. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/229068/Geneva-Summit>>
- EL DIA. *Uruguay Dejó Constancia de Derechos Sobre el Continente Antártico*. 27 de fevereiro de 1980, p.6, *apud*, FONTES, Waldemar. Uruguay en la Antártida. Una visión estratégica. In *Revista Estrategia* [Em linha], 2011 [consultado em 20 de outubro de 2016], Tercera Época, n.º 3, p. 124-137. Centro de Altos Estudios Nacionales de Uruguay,. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/275042398_URUGUAY_EN_LA_ANTARTIDA_UNA_VISION ESTRATEGICA>
- ELZINGA, Aant. Geopolitics, science and internationalism during and after IGY. In *Boletín Antártico Chileno. Second SCAR Workshop on the History of Antarctic Research, 21 to 22 September 2009*. Punta Arenas: Instituto Antártico Chileno, p. 71-81. 2009. ISSN: n.d.
- EMPRESA NACIONAL DE PETRÓLEO DO CHILE. *La Empresa* [Em linha]. [Consultado em 10 de julho de 2013]. Disponível em: <<http://www.enap.cl/>>
- EN CUERPO Y ALMA. *Del desconocido descubridor de la Antártida, el español Gabriel de Castilla* [Em linha]. 20 de março de 2012, [consultado em 16 de abril de 2012]. Disponível em: <<http://www.religionenlibertad.com/del-desconocido-descubridor-antartida-espanol-gabriel-castilla-21390.htm>>
- ENCYCLOPEDIA OF THE NEW AMERICAN NATION. *Outer Space - The freedom of space doctrine* [Em linha]. [Consultado em 23 de junho de 2014]. Disponível em: <<http://www.americanforeignrelations.com/O-W/Outer-Space-The-freedom-of-space-doctrine.html#b>>
- ERICSON, David Bernard *et al.* Atlantic Ocean [Em linha]. In *Encyclopædia Britannica*. 2014, [consultado em 22 de janeiro de 2015]. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Atlantic-Ocean>>
- ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Indicações para entrega e apresentação gráfica de teses de doutoramento*. 2017. Lisboa, ISCTE-IUL.

ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Normas de formatação e apresentação gráfica da Dissertação ou Trabalho de Projeto de Mestrado e da Tese de Doutorado*. 2014. Lisboa, ISCTE-IUL.

EUROPEAN SPACE AGENCY. *The Remotest Base on Earth* [Em linha]. 22 de março de 2013, [consultado em 16 de novembro de 2016]. Disponível em: [<http://www.esa.int/Our_Activities/Human_Spaceflight/Concordia/The_remotest_base_on_Earth/\(print\)>](http://www.esa.int/Our_Activities/Human_Spaceflight/Concordia/The_remotest_base_on_Earth/(print))

FARMER, Ben. *Britain's military defences in the Falkland Islands* [Em linha]. 24 de março de 2015, [consultado em 07 de julho de 2017]. Disponível em: [<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/southamerica/falklandislands/11491580/Britains-military-defences-in-the-Falkland-Islands.html>](http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/southamerica/falklandislands/11491580/Britains-military-defences-in-the-Falkland-Islands.html)

FARRELL, Susan e RODGERS, Michael. *Gulf of Guinea Oil and Gas Overview and Outlook*. Washington: PFC Energy. 2007. ISBN: n.d.

FELÍCIO, Ricardo. Antártida. A geografia do continente gelado e as operações brasileiras. In *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia* [Em linha], 2007, [consultado em 20 de fevereiro de 2015], n.º 1. ISSN: n.d. Disponível em: [<https://confins.revues.org/122?lang=pt>](https://confins.revues.org/122?lang=pt)

FERNANDES, António José. *Introdução à Ciência Política*. Porto: Porto Editora. 1995. ISBN: 978-972-0-01553-2.

FERREIRA, Nicolau. Atingido novo recorde de temperatura mínima na Terra: 93,2 graus Celsius negativos. In *Público* [Em linha], 10 de dezembro de 2013 [consultado em 15 de dezembro de 2014]. Disponível em: [<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/atingido-novo-recorde-de-temperatura-minima-na-terra-932-graus-celsius-negativos-1615760>](http://www.publico.pt/ciencia/noticia/atingido-novo-recorde-de-temperatura-minima-na-terra-932-graus-celsius-negativos-1615760)

FILANAVAL. Decreto Ley 1747 [Em linha]. Agosto de 2010, [consultado 9 de dezembro de 2016]. Disponível em: [<http://filanaval.blogspot.pt/2010/08/decretoley1747.html>](http://filanaval.blogspot.pt/2010/08/decretoley1747.html)

FILHO, José Viegas. *A segurança do Atlântico Sul e as suas relações com África* [Em linha]. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). 2016 [consultado em 20 de dezembro de 2016]. Disponível em: [<http://funag.gov.br/index.php/pt-br/component/content/article?id=1334>](http://funag.gov.br/index.php/pt-br/component/content/article?id=1334)

FONTES, Waldemar. Antecedentes de la fundación de la Base Artigas. In *XIII Encuentro de Historiadores Antárticos Latinoamericanos 28 al 30 de octubre de 2013*, [consultado em 16 de outubro de 2016], Ushuaia: Argentina. Disponível em: [<http://www.museomaritimo.com/Maritimo/Actividades/Encuentros/XIII-EHAL/Ponencias%20web/FONTES.pdf>](http://www.museomaritimo.com/Maritimo/Actividades/Encuentros/XIII-EHAL/Ponencias%20web/FONTES.pdf)

FONTES, Waldemar. Uruguay en la Antártida. Una visión estratégica. In *Revista Estrategia* [Em linha], 2011 [consultado em 20 de outubro de 2016], Tercera Época, n.º 3. Centro de Altos Estudios Nacionales de Uruguay, p. 124-137. Disponível em: [<https://www.researchgate.net/publication/275042398_URUGUAY_EN_LA_ANTARTIDA_UNA_VISION ESTRATEGICA>](https://www.researchgate.net/publication/275042398_URUGUAY_EN_LA_ANTARTIDA_UNA_VISION ESTRATEGICA)

FONTURA, Jorge. Efeitos jurídicos da presença brasileira na Antártica. In *Revista de Informação Legislativa*, abril/junho de 2006, Volume 43, n.º170, p. 175-180. ISSN: n.d.

FOREST, James J. F. e SOUSA, Matthew V. *Oil and Terrorism in the New Gulf: framing U.S. Energy and Security policies for the Gulf of Guinea*. Laham (EUA): Lexington Books. 2006. ISBN: 0739119958.

FRANCE DIPLOMATIE. *La France, pionnière dans la lutte contre la piraterie à l'échelle mondiale* [Em linha]. 14 de outubro de 2014, [consultado em 3 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/defense-et-securite/piraterie-en-mer/>>

FUERZA AÉREA DE CHILE. *Antarctica* [Em linha]. [Consultado em 14 de março de 2013]. Disponível em: <<http://www.fach.cl/antartica.html>>

FUNDACIÓN MARAMBIO. *Bases Antárticas Argentinas* [Em linha]. [Consultado em 15 de março de 2013]. Disponível em: <<http://www.marambio.aq/index1.htm>>

FUNDACIÓN MARAMBIO. *Ocupación permanente de la Antártida Argentina. 22 de Febrero de 1904* [Em linha]. 2015, [consultado em 20 de outubro de 2016]. Disponível em: <<http://www.marambio.aq/detallesantartida.html>>

GALLEGOS, Rodrigo Waghorn. *Análisis y Proyecciones de la Política Antártica Nacional*, Magister en Política Exterior. Santiago do Chile: Universidad de Santiago de Chile. 2007.

GANDRA, Rogério Madruga. O Brasil e a Antártida: ciência e geopolítica. In *Revista Geografias* [Em linha], julho-dezembro de 2009, [consultado em 20 de fevereiro de 2015], n.º 65-74. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/92/90>>

GASPAR, Pedro da Mata. *As reivindicações territoriais na Antártida*. Ericeira: Mar de Letras. 2010. ISBN: 978.972.8379.62.9

GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO. *Geopolítica do Atlântico Sul – mapa azimutal – raio de 5.000 km a partir do centro do Atlântico Sul* [Em linha]. 2010, [consultado em 24 de outubro de 2016]. Disponível em: <<https://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/geopolitica-do-atlantico-sul/atlantico-sul-5000km-25-sul-18-oeste/>>

GEOSCIENCE, News and Information. *Map of Antarctica and Southern Ocean* [Em linha]. [Consultado em 19 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://geology.com/world/antarctica-satellite-image.shtml>>

GERALDES, Helena. Predadores da Antártida «dão» prémio internacional a cientista português. In *Público* [Em linha], 26 de julho de 2011, [consultado em 15 de novembro de 2011]. Disponível em: <<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/predadores-da-antarctida-dao-premio-internacional-a-cientista-portugues-1504743>>

GILBERT, Martin. *História do Século XX*. Alfragide: Publicações Dom Quixote. 2011. ISBN: 9789722040068.

GLOBO.com. *Malvinas: Unasul entrega à ONU declaração em apoio à Argentina* [Em linha]. 2 de abril de 2012, [consultado em 31 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/malvinas-unasul-entrega-a-onu-declaracao-em-apoio-a-argentina.html>>

GOUVEIA, José Fialho. Malvinas passam a fazer parte da plataforma continental argentina. In *Diário de Notícias* [Em linha], 30 de março de 2016, [consultado no mesmo dia]. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/malvinas-passam-a-fazer-parte-da-plataforma-continental-argentina-5099866.html>>

GOVERNO DA ARGENTINA. *Outer Limit of the Continental Shelf. Argentine Submission* [Em linha]. 2009, [consultado em 20 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/arg2009e_summary_eng.pdf>

GOVERNO DO CHILE. *Información preliminar indicativa de los limites exteriores de la Plataforma Continental y una descripción del estado de preparación y de la fecha prevista de envío de la presentación a la Comisión de Límites de la Plataforma Continental* [Em linha]. 2009, [consultado em 13 de dezembro de 2015]. Disponível em: <<http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20090511/asocfile/20090511131213/chl2009informepreliminar.pdf>>

GOV. UK. *British Antarctic Territory* [Em linha]. [Consultado em 18 de agosto de 2016]. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/world/organisations/british-antarctic-territory>>

GRACZYK, Piotr. *Arktyka i geopolityka. Obszar Arktyki w perspektywie wybranych koncepcji geopolitycznych i geostrategicznych* [Em linha]. 2011, [consultado em 15 de novembro de 2016]. Disponível em: <<http://geopolityka.net/arktyka-i-geopolityka/>>

GRÉCIA Antiga. *Mapa Terra Incognita* [Em linha]. [Consultado em 10 de novembro de 2011]. Disponível em: <<http://greciantiga.org/img/i/i026.jpg>>

GROTIUS, Hugo. *The Freedom of the Seas or The right which belongs to the Dutch to take part in the East Indian Trade*. Nova Iorque: Oxford University Press. 1916. ISBN: 1584771828.

GUTT, Julian *et. al.* The Southern Ocean ecosystem under multiple climate change stresses - an integrated circumpolar assessment. In *Global Change Biology*, maio de 2014, volume 20, n. ° 5, p. 1434-1453. ISSN: 1365-2486.

HATCH, David A. DDA & NSA: An Introductory Survey. In *Cryptologic Quarterly* [Em linha]. [Consultado em 20 de fevereiro de 2015]. EUA: National Security Agency. Disponível em: <http://www.nsa.gov/public_info/files/cryptologic_quarterly/dde_nsa.pdf>

HEADLAND, Robert Keith. *A chronology of Antarctic exploration. A synopsis of events and activities from the earliest times until the International Polar Years, 2007-09*. Londres: Quaritch Ltd. 2009. ISBN: 978-0-9550852-8-4.

HEMMINGS, Alan D.; ROTHWELL, Donald R. e SCOTT, Karen N. (Eds). *Antarctic Security in the Twenty-First Century. Legal and policy perspectives*. Oxfordshire (Reino Unido): Routledge. 2012. ISBN: 9780415741446.

HOBBS, Thomas. *Leviathan, or the Matter, Forme, & Power of a Common-wealth Ecclesiasticall and Civill*. Londres: Impresso para Andrew Croke em Green Dragon, St. Pauls Church-Yard. 1651. ISBN: n.d.

HUNTZINGER, Jacques. *Introdução às Relações Internacionais*. Lisboa: PE Edições.1987. ISBN: 11936.

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES. *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. 2007. ISBN: n.d.

IGLESIAS, Leyre. Los «piratas» gallegos de la merluza negra. In *El Mundo* [Em linha]. 14 de março de 2016, [consultado em 15 de novembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/cronica/2016/03/14/56e3f37546163f3e638b4588.html>>

INSTITUTO ANTÁRTICO CHILENO. *História* [Em linha]. [Consultado em 15 de novembro de 2011]. Disponível em: <http://www.inach.cl/inach/?page_id=173>

INSTITUTO ANTÁRTICO URUGUAYO. *História* [Em linha]. [Consultado em 11 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.iau.gub.uy/historia/historia.htm>>

INSTITUTE FOR CETACEAN RESEARCH. *Scientific contribution JARPA/JARPA II* [Em linha]. [Consultado em 12 de dezembro de 2014]. Disponível em: <<http://www.icrwhale.org/scJARPA.html>>

INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA. *Ozono estratosférico* [Em linha]. [Consultado em 15 de outubro de 2014]. Disponível em: <<https://www.ipma.pt/pt/enciclopedia/amb.atmosfera/ozono/index.html>>

INSTITUT DE STRATÉGIE. *La verticalité du système international (selon Haushofer)* [Em linha]. [Consultado em 2 de março de 2012]. Disponível em: <<http://www.institut-strategie.fr/Strate1.gif>>

ICC - INTERNATIONAL MARITIME BUREAU. *Piracy & Armed Robbery Prone Areas and Warnings* [Em linha]. [Consultado em 19 de agosto de 2016]. Disponível em: <<https://icc-ccs.org/icc/imb>>

ICC - INTERNATIONAL MARITIME BUREAU. *Piracy and armed robbery against ships. Report for the period 1 January – 30 June 2016* [Em linha]. 2016, [consultado em 25 de outubro de 2016]. ICC: Londres. Disponível em: <<http://www.icc.se/wp-content/uploads/2016/07/2016-Q2-IMB-Piracy-Report-Abridged.pdf>>

ICC - INTERNATIONAL MARITIME BUREAU. *Piracy and armed robbery against ships. Report for the period 1 January – 30 June 2015* [Em linha]. 2015, [consultado em 20 de fevereiro de outubro de 2016]. ICC: Londres. Disponível em: <<http://www.hellenicshippingnews.com/wp-content/uploads/2015/07/2015-Q2-IMB-Piracy-Report-ABRIDGED.pdf>>

JAMAICA OBSERVER. *C'bean overseas territories could suffer if Britain votes to leave EU* [Em linha]. 14 de junho de 2016, [consultado em 19 de agosto de 2016]. Disponível em:

<<http://www.jamaicaobserver.com/news/Caribbean-Overseas-Territories-could-suffer-Britain-votes-to-leave-European-Union->>

JCG. *No nos dejen afuera* [Em linha]. 6 de junho de 2013, [consultado em 22 de agosto de 2013]. Disponível em:

<<http://argentinavorticegeopoliticomundial.blogspot.com.ar/2013/06/no-nos-dejen-afuera.html>>

JOHNSON Stuart E.; BAXTER, Caroline; *et al.* Promoting International Energy Security. In *The Gulf of Guinea* [Em linha]. 2012, [consultado em 20 de agosto de 2016], Volume 4, Santa Mónica (EUA): Rand Corporation. Disponível em:

<http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/technical_reports/2012/RAND_TR1144z4.pdf>

JOYNER, Christopher C. United States foreign policy interests in Antarctica. In BRADY, Anne-Marie (Ed.). *The Emerging Politics of Antarctica*. Oxon (Reino Unido): Routledge. 2013. ISBN: 041553139X.

JOYNER, Christopher C. Potential Challenges to the Antarctic Treaty. In BERKMAN, Paul Arthur *et al.* *Science Diplomacy: Antarctica, Science, and the Governance of International Spaces*. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press, p.97-102. 2011. ISBN: 1935623060.

JOYNER, Christopher C. e THEIS, Ethel R. *Eagle Over the Ice. The U.S. in the Antarctic*. Hanover (EUA): University Press of New England. 1997. ISBN: 0874517788.

JOYNER, Christopher C. *Antarctica and the Law of the Sea*. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers. 1992. ISBN: 0792318234.

KENNICUTT II, Mahlon C. e CHOWN, Steven L. Six priorities for Antarctic Science. In *Nature. International weekly journal of science* [Em linha], 7 de agosto de 2014, [consultada em 20 de agosto de 2016]. Volume 512, p. 23-25, Macmillan Publishers Inc. Disponível em:

<https://www.nature.com/polopoly_fs/1.15658!/menu/main/topColumns/topLeftColumn/pdf/512023a.pdf>

KEOHANE, Robert. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. Londres: Routledge. 2002. ISBN: 0415288193.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony. Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Nova Jérсия: Princeton University Press. 1984. ISBN: 0691122482.

KLOTZ, Frank G. American Interests in Antarctica. In *The National Interest* [Em linha]. Janeiro de 2012, [consultado em 17 de agosto de 2016]. Disponível em:

<<http://nationalinterest.org/commentary/american-interests-antarctica-6365>>

KLOTZ, Frank G. *America on the ice. Antarctic Policy Issues*. Washington: National Defense University Press. 1990. ISBN: 0788170481.

- LACOSTE, Yves. *Atlas Géopolitique. Pour comprendre le monde de demain*. Nova edição. França: Larousse. 2013. ISBN: 9782035887917.
- LACOSTE, Yves. *A Geopolítica do Mediterrâneo*. Lisboa: Edições 70. 2006. ISBN: 9789724414379.
- LACOSTE, Yves (Dir). *Dictionnaire de Geopolitique*. Paris: Flammarion.1995. ISBN: 2080351079.
- LAMPREIA, Rui. A Extensão da Plataforma Continental como Ameaça à Segurança Marítima: o caso da Antártida. In *Revista de Ciências Militares* [Em linha], maio de 2016 [consultada em 18 de agosto de 2016], Ano IV, Volume IV, n.º 1, p. 15-43. Lisboa: Instituto Universitário Militar. Disponível em:
<http://www.iesm.pt/cisdi/revista/Artigos/Artigo_68.pdf>
- LARRAIN, M. Cristina Prieto. El Tratado del Antártico, vehículo de paz en un campo minado. In *Revista Universum* [Em linha], 2004 [consultado em 20 de dezembro de 2011], Volume 1, n.º 19, p. 138-147. Universidade de Talca. Disponível em:
<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762004000100008>
- LINDSEY, Rebecca. “Antarctic Ozone Hole 1975-2016”. In *NASA Earth Observatory* [Em linha]. 2016 [consultado em 2 de novembro de 2016]. Disponível em:
<<http://earthobservatory.nasa.gov/Features/WorldOfChange/ozone.php>>
- LUÍS, Camila C. Ribeiro. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: a Construção da Política Internacional na Região Sul-Atlântica. In *Revista Académica de Relações Internacionais*, 2010, Volume 1, n.º 1. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 89-106.
- MACHADO, Maria Cordélia e BRITO, Tânia (Coord.). *Antártica: ensino fundamental e ensino médio* [Em linha]. [Consultado em 20 de dezembro de 2011]. Coleção Explorando o Ensino, Volume 9, Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. 2006. ISBN: n.d. Disponível em:
<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/683/4/Ant%C3%A1rtica_ensino%20fundamental%20e%20ensino%20m%C3%A9dio.pdf>
- MACKINDER, Halford J. The round world and the winning of peace. In *Foreign Affairs, an American Quarterly Review*, julho de 1943, Volume 2, n.º 4, p. 595-605. ISSN: n.d.
- MACKINDER, Halford J. *Democratic ideals and reality. A study in the politics of reconstruction*. Londres: Constable and Company ltd. 1919. ISBN: 1330972953.
- MACKINDER, Halford J. *Our own islands. An Elementary Study in Geography*. Londres: George Philip and Son, Limited. 1907. ISBN: n.d.
- MACKINDER, Halford J. The Geographical Pivot of History. In *The Geographic Journal*, abril de 1904, Volume XXIII, n.º 4, p. 421-437. ISSN: n.d.
- MACLAY, Jeffrey D. et al. *The Fourth Fleet. A Tool of U.S. Engagement in the Americas* [Em linha]. Washington: Center for Strategic and International Studies (CSIS). 2009, [consultado em 16 de agosto de 2016]. Disponível em:
<http://www.voltairenet.org/IMG/pdf/The_Fourth_Fleet.pdf>

MADRID, Patricia. Falta de recursos frena avance de investigaciones antárticas. In *El Observador* [Em linha]. 21 de agosto de 2008, [consultado em 16 de agosto de 2016]. Disponível em:

<http://www.nuestromar.org/noticias/antartida_082008_18385_uruguay_falta_de_recursos_frena_avance_de_investigaciones>

MAHAN, Alfred T. *The Interest of America in Sea Power, Present and Future*. Londres: Sampson Low, Marston & Company, Limited. 1897. ISBN: n.d.

MAHAN, Alfred T. *The influence of sea power upon history 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company. 1890. ISBN: n.d.

MAIA, Agaciel da Silva. A Antártica e o Brasil. In *Revista de Informação Legislativa* [Em linha], julho/setembro de 2004, [consultado em 25 de fevereiro de 2015], Volume 41, n.º163, p. 41-56. Brasília: Senado Federal. Disponível em:

<<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/980>>

MAÑE, Damian Ondo. *Emergence of the Gulf of Guinea in the Global Economy: Prospects and Challenges* [Em linha]. IMF Working Paper, Washington: Office of the Executive Director – Africa. Dezembro de 2005, [consultado em 15 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05235.pdf>>

McGRATH, Matt. World's largest marine protected area declared in Antarctica. In *BBC News* [m linha], 28 de outubro de 2016, [consultado no mesmo dia]. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/science-environment-37789594>>

MEDEIROS, Eduardo Raposo. *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 1998. ISBN: 9789729229602.

MEDEIROS, Franco Casellato. *Defrontação e internacionalização: a política externa brasileira e a organização internacional sobre o continente antártico*. Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. 2011, [consultado em 15 de fevereiro de 2015]. Disponível em:

<<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3429/3/20822687.pdf>>

MEGORAN, Nick e SHERAPOVA, Sevara. *Mackinder's 'Heartland': a help or hindrance in understanding Central Asia's International Relations?* [Em linha]. 2005, [consultado em 15 de julho de 2012]. Disponível em:

<http://www.ca-c.org/journal/2005/journal_eng/cac-04/02.megeng.shtml>

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a Balança de Poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume. 1996. ISBN: 8585596473.

MERCO PRESS. *UK resolutely committed to Falklands' self-determination; better relations with Argentina is in everyone's interests* [Em linha]. 23 de dezembro de 2016, [consultado em 31 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://en.mercopress.com/2016/12/23/uk-resolutely-committed-to-falklands-self-determination-better-relations-with-argentina-is-in-everyone-s-interests>>

MERCO PRESS. *Argentina planning tourist air tours of Antarctica beginning 2018* [Em linha]. 27 de julho de 2016, [consultado no mesmo dia]. Disponível em: <<http://en.mercopress.com/2016/07/27/argentina-planning-tourist-air-tours-of-antarctica-beginning-2018>>

MERCO PRESS. *Chile downplays Argentina's continental shelf extension which included Falklands and Antarctic territory* [Em linha]. 21 de abril de 2016, [consultado em 7 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://en.mercopress.com/2016/04/21/chile-downplays-argentina-s-continental-shelf-extension-which-included-falklands-and-antarctic-territory>>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO BRASIL. *POLANTAR* [Em linha]. [Consultado em 10 de agosto de 2016]. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/carvao-mineral1;jsessionid=C7D5F8B887325F66C7A270C7C9A18BC8?p_p_auth=jQpxdC7A&p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=15860&_101_type=content&_101_urlTitle=programa-de-cti-para-a-antarctica&redirect=http%3A%2F%2Fwww.mcti.gov.br%2Fvisualizar%3Bjsessionid%3DC7D5F8B887325F66C7A270C7C9A18BC8%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_orderByType%3Dasc%26_3_keywords%3Dmulher%2Bna%2Bci%25C3%25AAncia%26_3_delta%3D20%26_3_format%3D%26_3_andOperator%3Dtrue%26_3_groupId%3D0%26_3_orderByCol%3DcreateDate%26_3_orderByCreateDate%3D%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_cur%3D1%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_assetTagNames%3Dpolantar>

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. *Brasil e Namíbia, querem expandir cooperação bilateral na área militar* [Em linha]. 22 de fevereiro de 2013, [consultado em 23 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/4231-22-02-2013-defesa-brasil-e-namibia-querem-expandir-cooperacao-bilateral-na-area-militar>>

MINISTERIO DE DEFENSA. *Campanha Antártica Argentina* [Em linha]. [Consultado em 15 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://mindef.gov.ar/mindef_campania_antartica/index.html>

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL. *Libro de la Defensa Nacional de Chile, Santiago* [Em linha]. 2010, [consultado em 15 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.ssffaa.cl/libro-de-la-defensa-nacional-de-chile-2010/>>

MINISTÈRE DE LA DEFENCE DE FRANCE. *Piraterie: la France aide les pays du golfe de Guinée a élaborer leur propre réponse* [Em linha]. 28 de novembro de 2014, [consultado em 2 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.defense.gouv.fr/english/actualites/articles/piraterie-la-france-aide-les-pays-du-golfe-de-guinee-a-elaborer-leur-propre-reponse>>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. Salto para o Futuro. O Brasil na Antártica: pesquisa e tecnologia. In *Boletim 12* [Em linha], agosto de 2007, [consultado em 20 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/105054Brasilnaantartida2.pdf>>

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington D.C. a propósito do Tratado da Antártida. 11 de dezembro de 1969. Arquivo do MNE.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. *XII Cumbre Brasil-Portugal – Brasília, 1º de noviembre del 2016 – Actos firmados*. Memorando de Entendimento sobre cooperação antártica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Portuguesa [Em linha]. 1 de novembro de 2016, [consultado em 2 de novembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/es/notas-a-la-prensa/15117-xii-cumbre-brasil-portugal-brasilia-1-de-noviembre-del-2016-actos-firmados-portugues>>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. *Texto-base do discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota por ocasião da VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)* [Em linha]. 15 de janeiro de 2013, [consultado em 16 de fevereiro de 2015], Montevideú. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4547:vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-texto-base-do-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-montevideu-15-de-janeiro-de-2013&catid=194&Itemid=454&lang=pt-BR>

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO. *Cuestión de las Islas Malvinas: la Argentina reafirma sus derechos de soberanía y reitera el llamado al diálogo a 184 años de la usurpación británica* [Em linha]. 3 de janeiro de 2017, [consultado no mesmo dia]. Disponível em: <<https://www.mrecic.gov.ar/cuestion-de-las-islas-malvinas-la-argentina-reafirma-sus-derechos-de-soberania-y-reitera-el-llamado>>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DE CULTO. *Plan Anual Antártico 2016 Científico, Técnico y de Servicios* [Em linha]. 2016, consultado em 20 de outubro de 2016]. Disponível em: <<http://www.dna.gob.ar/userfiles/adjuntos/PAA1516.PDF>>

MISSÃO PERMANENTE DA ARGENTINA JUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta dirigida a Ban Ki-moon a propósito da submissão Argentina* [Em linha]. 8 de agosto de 2012, [consultado em 20 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/arg25_arg_2012e.pdf>

MISSÃO PERMANENTE DO REINO UNIDO E IRLANDA DO NORTE JUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta dirigida a Ban Ki-moon em reação à submissão Argentina* [Em linha]. 6 de agosto de 2009, [consultado em 20 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/arg25_09/clcs_45_2009_arg_gb_r.pdf>

MITCHELL, Barbara. The Politics of Antarctica. In *Environment*, janeiro/fevereiro de 1980, Volume 22, n.º1, p. 12-41. ISSN: n.d.

MOURÃO, Ronaldo R. F. *Biografia de Cruls, Luís* [Em linha]. [Consultado em 15 de junho de 2012]. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PjBQFZpKHycJ:www.brasilian.com.br/pop/pop_bio/5/afba619da1406881d3dfd6e5b11ca4c8+ponto+cruls+punta+arenas&hl=pt-PT&gl=pt&strip=1>

MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina. 1993. ISBN: 9789724067292.

MOREIRA, Adriano. *Ciência Política*. Lisboa: Bertrand. 1979. ISBN: 9789724057033.

NAÇÕES UNIDAS. *Submissions, through the Secretary-General of the United Nations, to the Commission on the Limits of the Continental Shelf, pursuant to article 76, paragraph 8, of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982* [Em linha]. 28 de outubro de 2016, [consultado em 30 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm>

NASA. Korolev and Freedom of Space: February 14, 1955 – October 4, 1957. In *Monographs in Aerospace History* [Em linha], n.º10, [consultado em 23 de maio de 2015]. Disponível em: <<http://history.nasa.gov/monograph10/korspace.html>>

NASA. *2016 Antarctic ozone hole attains moderate size, consistent with scientific expectations* [Em linha]. 25 de outubro de 2016, [consultado em 2 de novembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.nasa.gov/feature/Goddard/2016/antarctic-ozone-hole-attains-moderate-size>>

NASA. *NASA Study Shows Antarctica's Larsen B Ice Shelf Nearing Its Final Act* [Em linha]. 14 de maio de 2015, [consultado em 23 de maio de 2015]. Disponível em: <<http://www.nasa.gov/press-release/nasa-study-shows-antarctica-s-larsen-b-ice-shelf-nearing-its-final-act>>

NASA EARTH OBSERVATORY. *Antarctic Sea Ice Reaches New Maximum Extent* [Em linha]. 11 de outubro de 2012a, [consultado em 20 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<https://earthobservatory.nasa.gov/IOTD/view.php?id=79369>>

NASA EARTH OBSERVATORY. *Watching the Ozone Hole Before and After the Montreal Protocol* [Em linha]. 18 de setembro de 2012b, [consultado em 15 de outubro de 2015]. Disponível em: <<http://earthobservatory.nasa.gov/IOTD/view.php?id=79198>>

NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL. O continente esquivo. In *A conquista do Pólo Sul. Um século de exploração na Antártida*. National Geographic, 2012a, Edição Especial n.º 134, p. 28-39. ISSN: 2182-5459.

NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL. Roald Amundsen. O protegido dos gelos. In *A conquista do Pólo Sul. Um século de exploração na Antártida*. National Geographic, 2012b, Edição Especial n.º 134, p. 70-85. ISSN: 2182-5459.

NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL. Robert Scott. Riscos e fatalidades. In *A conquista do Polo Sul. Um século de exploração na Antártida*. National Geographic, 2012c, Edição Especial, n.º134, pp. 40-53. ISSN: 2182-5459.

NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL. Um infinito deserto de gelo. In *A conquista do Pólo Sul. Um século de exploração na Antártida*. National Geographic, 2012d, Edição Especial, n.º 134, p. 4-27. ISSN: 2182-5459.

NATIONAL SCIENCE FOUNDATION. *About the National Science Foundation* [Em linha]. [Consultado em 16 de agosto de 2016]. Disponível em: <<https://www.nsf.gov/about/>>

NATIONAL SECURITY AGENCY. *Cryptolog*, janeiro-março de 1981. Maryland (EUA): Fort George G. Meade.

NATIONAL SECURITY AGENCY. *Cryptolog*, abril de 1977. Maryland (EUA): Fort George G. Meade.

NATO. *Tratado do Atlântico Norte* [Em linha]. 4 de abril de 1949, [consultado em 5 de dezembro de 2016]. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt>

NATURE. *Assinatura do Tratado da Antártida* [Em linha]. 1959, [consultado em 20 de abril de 2014]. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v462/n7272/images/462412a-i1.0.jpg>>

NEO VISÃO. *ZOPACAS – Amorim propõe ações para fortalecer cooperação em defesa* [Em linha]. 21 de janeiro de 2013, [consultado em 3 de maio de 2015]. Disponível em: <<http://neovisao.blogspot.pt/2013/01/zopacas-amorim-propoe-aco-es-para.html>>

NNDB. *Nicholas J. Spykman* [Em linha]. [Consultado em 15 de maio de 2012]. Disponível em: <<http://www.nndb.com/people/580/000360497/>>

NYE JR., Joseph S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova Iorque: Public Affairs. 2004a. ISBN: 1586483064.

NYE JR., Joseph S. *Power in the Global Information Age. From realism to globalization*. Londres: Routledge. 2004b. ISBN: 0415700175.

NYE JR., Joseph S. *The Paradox of the American Power. Why the World' Only Superpower Can't Go It Alone*. Nova Iorque: Oxford University Press. 2002. ISBN: 0195161106.

OLIVEIRA, Lucas Kerr. *Segurança Energética no Atlântico Sul: Análise comparada dos conflitos e disputas em áreas petrolíferas da América do Sul e África* [Em linha]. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, GT 03: América do Sul e Regionalismos Comparados, 26 a 30 de Outubro de 2009 [consultado em 20 de fevereiro de 2015]. Caxambu: Minas Gerais. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer/a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbm90ZXh0b3NkZXBvbGl0aWNhaW50ZXJuYWNPb25hbHxneDo3NGJhNDMzMTBLOGF1OWVm>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas* [Em linha]. 26 de junho de 1945, [consultado em 15 de abril de 2014]. São Francisco (EUA). Disponível em: <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>>

ORTEGA, Gaspar. Os Geopolíticos Norte-Americanos. In *Geopolítica Tropical*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. 1968, *apud* DIAS, Carlos Mendes. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Prefácio. 2010. ISBN: 9789728816742.

- PASH, Chris. Antarctica's Casey station just received its first midwinter airdrop [Em linha]. In *Business Insider Australia* [Em linha], 7 de junho de 2016, [consultado em 14 de junho de 2016]. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com.au/video-antarcticas-casey-station-just-received-its-first-midwinter-airdrop-2016-6>>
- PAREDES, Javier Urbina. El Tratado del Antártico, posición de Chile como país puente. In *UNISCI Discussion Papers* [Em linha], outubro de 2009, [consultado em 20 de agosto de 2016], n. ° 21. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/UNIS/article/view/28377>>
- PARLAMENTO EUROPEU. *Fichas Técnicas sobre a União Europeia: a Política Monetária Europeia* [Em linha]. Setembro de 2016, [consultado em 05 de dezembro de 2016]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_4.1.3.html>
- PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador da Bahia: EDUFBA. 2011. ISBN: 8523212299.
- PENHA, Eli Alves. Geografia Política e Geopolítica: os estudos e preposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. In *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16. Rio de Janeiro: IBGE, p. 117-134. 2009. ISSN: 0103-6335.
- PENHA, Eli Alves. *Os Sistemas de Segurança Regional no Atlântico Sul: da Guerra Fria ao período atual* [Em linha]. [Consultado em 30 de setembro de 2016]. Disponível em: <<http://reservaer.com.br/estrategicos/sistemas-seg-regional.html>>
- PETROBRÁS. *Quem somos* [Em linha]. [Consultado em 15 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/>>
- PIGAFETTA, Antonio. *Relazione del primo viaggio intorno al mondo. Notizie del Mondo nuovo con le figure dei paesi scoperti* [Em linha]. [Consultado em 20 de maio de 2012]. Paris. Disponível em: <http://www.intratext.com/ixt/ITA1688/_INDEX.HTM>
- PINOCHET DE LA BARRA, Oscar. *La Antártida Chilena*. Santiago do Chile: Editorial Andrés Bello. 1955. ISBN: n.d.
- PINTO, E.M. *Argentina reativa projeto de submarino nuclear de ataque* [Em linha]. 4 de junho de 2010, [consultado em 23 de março de 2017]. Disponível em: <<https://pbrasil.wordpress.com/2010/06/04/argentina-tambem-desenvolvera-submarino-nuclear-de-ataque/>>
- PITTOCK, A. Barrie. *Climate Change: The Science, Impacts and Solutions*. Austrália: CSIRO. 2009. ISBN: 1844076482.
- PODER AÉREO. *Avião da FAB vai resgatar militares e pesquisadores de estação da Antártida* [Em linha]. 25 de fevereiro de 2012, [consultado em 20 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2012/02/25/aviao-da-fab-vai-resgatar-militares-e-pesquisadores-de-estacao-da-antartida/>>

POR CONOCER. *Chile se promociona en China* [Em linha]. 16 de outubro de 2016, [consultado em 17 de outubro de 2016]. Disponível em: <<http://www.porconocer.com/chile/chile-se-promociona-en-china.html>>

PORTAL POLAR PORTUGUÊS. *Apresentação* [Em linha]. [Consultado em 20 de março de 2011]. Disponível em: <<http://www.portalpolar.pt/apresentaccedilatildeo.html>>

PORTAL POLAR PORTUGUÊS. *Jovem investigador Alexandre Trindade nomeado para presidente do PYRN nos próximos 2 anos* [Em linha]. 2 de julho de 2012, [consultado em 15 de novembro de 2015]. Disponível em: <<http://www.portalpolar.pt/notiacutecias/jovem-investigador-alexandre-trindade-nomeado-para-presidente-do-pyrn-nos-prximos-2-anos>>

PORTO DA LUZ, Sérgio. *Política e estratégia brasileira: os espaços de interesses e o poder nacional*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra. 1990, *apud* PENHA, Eli Alves. *Geografia Política e Geopolítica: os estudos e preposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. In *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16. Rio de Janeiro: IBGE, p. 117-134. 2009. ISSN: 0103-6335.

PRENSA ANTÁRTICA. *Habitantes de bases antárticas en Isla Rey Jorge se suman a actividades del Mes del Mar* [Em linha]. 10 de maio de 2015, [consultado no mesmo dia]. Disponível em: <<https://prensaantartica.wordpress.com/2015/05/10/habitantes-de-bases-antarticas-en-isla-rey-jorge-se-suman-a-actividades-del-mes-del-mar/>>

PROGRAMA POLAR PORTUGUÊS. *Campanhas de investigação* [Em linha]. S.a.(a), [consultado em 12 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.propolar.org/campanhas.html>>

PROGRAMA POLAR PORTUGUÊS. *PROPOLAR 2017-2017: Projetos* [Em linha]. S.a.(b), [consultado em 26 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.propolar.org/propolar-2016-17.html>>

PROGRAMA POLAR PORTUGUÊS. *Apoios para mobilidade de jovens investigadores polares* [Em linha]. S.a.(c), [consultado em 12 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.propolar.org/apoio-a-jovens-investigadores.html>>

PROGRAMA POLAR PORTUGUÊS. *A campanha antártica 2011-2012: projetos* [Em linha]. S.a. (d), [consultado em 11 de novembro de 2015]. Disponível em: <<http://www.propolar.org/propolar-2011-12.html>>

PROGRAMA POLAR PORTUGUÊS. *Projeto COOPANTAR*. In *blog de notícias* [Em linha], janeiro de 2012, [consultado em 20 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.propolar.org/notiacutecias-lordf-campanha/category/projecto%20coopantar>>

QUARK EXPEDITIONS. *Robert Headland – Historian* [Em linha]. [Consultado em 09 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.quarkexpeditions.com/en/why-quark/our-people/expedition-team/robert-headland>>

QUIVY, Raimond e CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva. 1988. ISBN: 9789726622758.

- ROYAL AIR FORCE. *Falklands. British Forces South Atlantic Islands* [Em linha]. [Consultado em 07 de julho de 2017]. Disponível em: <<https://www.raf.mod.uk/currentoperations/opsfalklands.cfm>>
- REBOUÇAS, Fernando. Dom Pedro II. In *História Brasileira – Biografias* [Em linha]. 2009, [consultado em 20 de maio de 2012]. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/biografias/dom-pedro-ii/>>
- REINO UNIDO E IRLANDA DO NORTE. *Submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf pursuant to Article 76, paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea 1982, in respect of the Falkland Islands and the South Georgia and the South Sandwich Islands. Part 1: Executive Summary* [Em linha]. 2009, consultado em 20 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/gbr45_09/gbr2009fgs_executive%20summary.pdf>
- RIDER, David. Africa's maritime security wish list. In *Maritime Security Review* [em linha], 11 de fevereiro de 2015, [consultado em 12 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.marsecreview.com/2015/02/africas-maritime-security-wish-list/>>
- RIFFENBURGH, Beau (Ed.). *Encyclopedia of the Antarctic*. Volume I, A-K Index. Nova Iorque: Routledge. 2007. ISBN: 0415970245.
- RIVERA, Raúl Cortés. Perspectivas de desarrollo de recursos de hidrocarburos en la Antártica. In VICUÑA, Francisco O. e ARAYA, Augusto S., *Desarrollo de la Antártica*. Instituto de Estudios Internacionales de la Universidade de Chile, Santiago de Chile: Editorial Universitária, p. 267-274. 1977. ISBN: n.d.
- ROCHA, Francisco Heitor Leão da. Um ideário político para o Atlântico Sul. In *A Defesa Nacional*, n.º 741, janeiro/fevereiro de 1989, p. 124-136. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
- RODRIGUEZ, Bernardo N. Soberania argentina en la Antartida. In MILLIA, Fernando A. et al (Org.). *La atlantártida: un espacio geopolítico*. Buenos Aires: Pleamar. 1978 apud PENHA, Eli Alves. Geografia Política e Geopolítica: os estudos e preposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. In *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16. Rio de Janeiro: IBGE, p. 117-134. 2009. ISSN: 0103-6335.
- ROLIM, Keble. *Trampolim para o Espaço: Meio Século de Contribuições da Barreira do Inferno para o Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro*. Rio Grande do Norte: Editora Simplíssimo. 2015. ISBN: 9788591995813.
- SANTOS, Marco. Delgado de Carvalho: um gentleman cartesiano. In *Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16. Rio de Janeiro: IBGE, p. 11-14. 2009. ISSN: 0103-6335.
- SHELLMANN, Karin e KOZEL, Salette. A conquista da Antártida: signos e representações. In *Revista Discente Expressões Geográficas*, junho de 2005 [consultado em 20 de dezembro de 2011], n.º 1, p. 15-26. Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed01/artigo01.pdf>>

SCIENTIFIC COMMITTEE ON ANTARCTIC RESEARCH. *About SCAR* [Em linha] [Consultado em 19 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.scar.org/about-us>>

SCOTT, Robert Falcon. *The diaries of Captain Robert Scott. Sledging diaries: November 1911 – March 1912*. Volume VI, Cambridge: University Microfilms Ltd. 1968. ISBN: n.d.

SCULLY, Tucker. The Development of the Antarctic Treaty System. In Berkman, Paul Arthur *et al. Science Diplomacy: Antarctica, Science, and the Governance of International Spaces*. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press, p. 29-38. 2011. ISBN: 1935623060.

SEA AROUND US PROJECT. *Publications* [Em linha]. [consultado em 13 de maio de 2016]. Disponível em: <<http://www.seaaroundus.org/articles/>>

SEAL CONSERVATION SOCIETY. *Antarctic Fur Seal (Arctocephalus gazella)* [Em linha]. [Consultado em 15 de novembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.pinnipeds.org/seal-information/species-information-pages/sea-lions-and-fur-seals/antarctic-fur-seal>>

SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR. *PROANTAR* [Em linha]. [Consultado em 05 de agosto de 2016]. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/secirm/>>

SECRETARIAT OF THE ANTARCTIC TREATY. *Meetings* [Em linha]. [Consultado em 16 de agosto de 2016]. Disponível em: <http://www.ats.aq/index_e.htm>

SECRETARIAT OF THE ANTARCTIC TREATY. *Advanced Reports – List of Parties* [Em linha]. Dezembro de 2016, [consultado em 9 de dezembro de 2016]. Disponível em: <http://www.ats.aq/devas/info_reports.aspx?lang=e&rpt=pty>

SELLOS MUNDO. *Mapa de Argentina en el continente y la Antártida* [Em linha]. [Consultado em 9 de dezembro de 2016]. Disponível em: <http://www.sellosmundo.com/America/Argentina/sello_173862.htm>

SILVA, António Ruy de Almeida. O Atlântico Sul na perspectiva da Segurança e da Defesa. In NASSER, Reginaldo Mattar e MORAES Rodrigo Fracalossi de (Orgs.). *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul* [Em linha]. Brasília: IPEA, p. 199-213. 2014 [consultado em 20 de dezembro de 2016]. ISBN: 978-85-7811-193-9. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf>

SLEZAK, Michael. World's largest marine park created in Ross Sea in Antarctica in landmark deal. In *The Guardian* [Em linha], 28 de outubro de 2016, [consultado no mesmo dia]. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/oct/28/worlds-largest-marine-park-created-in-ross-sea-in-antarctica-in-landmark-deal>>

SOUTH CHINA MORNING POST. *Surge in Chinese tourists rise in Antarctica visitors* [Em linha]. 26 de abril de 2016, [consultado em 27 de abril de 2016]. Disponível em: <<http://www.scmp.com/lifestyle/travel-leisure/article/1938594/surge-chinese-tourists-drives-rise-antarctica-visitors>>

SCOTT POLAR RESEARCH INSTITUTE. *Peter David Clarkson, MBE, BSc, PhD, FGS* [Em linha]. [Consultado em 9 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.spri.cam.ac.uk/people/clarkson/#biography>>

SPROUT, Harold e SPROUT, Margareth. Algumas interpretações Geopolíticas, Trad. Rella. In Vários. *Geopolítica Tropical*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas. 1968 *apud* DIAS, Carlos Mendes. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*, Lisboa, Prefácio. 2010. ISBN: 9789728816742.

SPUTNIK BRASIL. *Navio chinês leva equipamento para a nova base brasileira na Antártida* [Em linha]. 25 de novembro de 2016, [consultado em 2 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/brasil/201611256954760-polo-pesquisa-cientifica-cooperacao-laboratorios-reservas/>>

SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics. The United States and the Balance of Power*. Nova Jérsea: Transaction Publishers. 2008. ISBN: 1412806313.

STOKKE, Olav S. e VIDAS, Davor. *Governing the Antarctic. The effectiveness and legitimacy of the Antarctic Treaty System*. Grã-Bretanha: Cambridge University Press. 1996. ISBN: 0521572371.

STRATFOR. *Global Shipping Routes* [Em linha]. 2012, [consultado em 15 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <https://www.stratfor.com/sites/default/files/styles/full_width/public/main/images/Global_shipping_lanes_0.jpg?itok=aMy8mvEK>

SZKLARZ, Eduardo. Argentina conclui campanha na Antártida de 2012-13. In *Diálogo. Revista Militar Digital* [Em linha], 18 de março de 2013, [consultado em 15 de setembro de 2014]. Disponível em: <http://dialogo-americas.com/pt/articles/rmisa/features/regional_news/2013/03/18/argentina-antarctic>

TEIXEIRA, Sofia. Antártida: reserva de ciência e de paz. Entrevista a José Xavier. In *Notícias Magazine* [Em linha], 11 de fevereiro de 2015, [consultado em 12 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.noticiasmagazine.pt/2015/antartida-reserva-de-ciencia-e-de-paz/?print=1>>

TEXAS UNIVERSITY. *Antarctic Region* [Em linha]. [Consultado em 15 de outubro de 2011]. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/islands_oceans_poles/antarctic_ref802648_1999.jpg>

THE CLINIC. *La historia de las bases chilenas en la Antártica: de la soberanía a la investigación polar* [Em linha]. 12 de março de 2013, [consultado em 2 de fevereiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.theclinic.cl/2013/03/12/la-historia-de-las-bases-chilenas-en-la-antartica-de-la-soberania-a-la-investigacion-polar/>>

THE ECONOMIST. *Opposing Worlds. A climate of nationalist agitation* [Em linha]. 10 de maio de 2012, [consultado em 19 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21550000>>

THE MCGRAW-HILL COMPANIES INC. *The Heartland and the Rimland – Mackinder* [Em linha]. [Consultado em 20 de março de 2012]. Disponível em: <https://aphug.wikispaces.com/file/view/heart_rim.png/72470863/heart_rim.png>

THE WHITE HOUSE. *Norm Augustine to Lead Review of Antarctic Science* [Em linha]. 12 de julho de 2012, [consultado em 2 de março de 2015]. Disponível em: <https://www.usap.gov/News/documents/augustine_usap_release%207-12-11.pdf>

THORNDIKE JR, Joseph J. Geopolitics: The lurid career of a scientific system which a Briton invented, the Germans used and Americans need to study. In *Life*, 21 de dezembro de 1942, Volume 13, n.º 25, p. 106-115. ISSN: n.d.

TINKER-MUSE FOUNDATION. *The Tinker-Muse Prize* [Em linha]. [Consultado em 20 de março de 2015]. Disponível em: <<http://www.museprize.org/>>

TOURISM REVIEW. *Argentina to offer Antarctic tourism experience* [Em linha]. 1 de agosto de 2016, [consultado em 26 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.tourism-review.com/antarctic-tourism-flights-to-launch-in-2018-news5086>>

TOURRET, Paul. Les produits raffinés, trafic maritime mondial en croissance. In *Note de Synthèse* [Em linha], fevereiro de 2014 [consultado em 23 de fevereiro de 2015], n.º 162. Nantes: Institut Supérieur d'Économie Maritime. Disponível em: <<http://www.isemar.fr/wp-content/uploads/2016/11/note-de-synthese-isemar-162.pdf>>

TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Cases* [Em linha]. [Consultado em 12 de dezembro de 2014]. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/homepage/index.php?lang=en>>

TRIGGS, Gilland. The Antarctic Treaty System: A Model of Legal Creativity and Cooperation. In BERKMAN, Paul Arthur *et al. Science Diplomacy: Antarctica, Science, and the Governance of International Spaces*. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press, p. 39-49. 2011. ISBN: 1935623060.

TRIGGS, Gilland *et al. The Antarctic Treaty Regime. Law, Environment and Resources*. EUA: Cambridge University Press. 1987. ISBN: 0521100089.

UKAHT. *Our mission* [Em linha]. [Consultado em 18 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.ukaht.org/about-us/our-mission/>>

UKAHT. *Conservation* [Em linha]. [Consultado em 18 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.ukaht.org/discover/conservation/>>

UNITED KINGDOM MINISTRY OF DEFENCE. *Global Strategic Trends – Out to 2045*. Quinta edição, Reino Unido. 2014.

UNITED NATIONS INFORMATION CENTER. *ICJ Hears Case of Whaling in Antarctic: Australia vs. Japan* [Em linha]. 27 de junho de 2013, [consultado em 12 de dezembro de 2014]. Disponível em: <<http://un.org.au/2013/06/27/icj-hears-case-of-whaling-in-antarctic-australia-vs-japan/>>

UNITED STATES ANTARCTIC PROGRAM EXTERNAL PANEL. *The United States in Antarctica* [Em linha]. Washington: National Science Foundation. 1997. Disponível em: <<http://www.nsf.gov/pubs/1997/antpanel/front.htm>>

UNITED STATES ANTARCTIC PROGRAM. *The McMurdo Station Webcams* [Em linha]. 2016, [consultado em 15 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<https://www.usap.gov/videoclipsandmaps/mcmwebcam.cfm>>

UNITED STATES ANTARCTIC PROGRAM. *What is the USAP?* [Em linha]. [Consultado em 20 de março de 2015]. Disponível em: <<http://www.usap.gov/usapgov/aboutTheUSAP/index.cfm?m=1>>

UNITED STATES ANTARCTIC PROGRAM. *Participant Guide 2014-2016 Edition* [Em linha]. Virginia: National Science Foundation. 2014, [consultado em 20 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://www.usap.gov/USAPgov/travelAndDeployment/documents/ParticipantGuide_2014-16.pdf>

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Antarctic* [Em linha]. [Consultado em 20 de março de 2015]. Disponível em: <<http://www.state.gov/e/oes/ocns/opa/c6528.htm>>

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Office of the Historian. Report by the Technological Capabilities Panel of the Science Advisory Committee. In *Foreign Relations of the United States, 1955–1957, National Security Policy* [Em linha], 14 de fevereiro de 1955 [consultado em 20 de março de 2015], Volume XIX. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1955-57v19/d9>>

UNITED STATES ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *World Transit Chokepoints* [Em linha]. 10 de novembro de 2014, [consultado em 15 de março de 2015]. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/special_topics/World_Oil_Transit_Chokepoints/wotc.pdf>

UNITED STATES ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *Antarctica: Fact Sheet* [Em linha]. In *Country Analysis Brief*. 2000, [consultado em 23 de outubro de 2016]. Disponível em: <<http://www.eia.doe.gov/cabs/antarctica.html>>

VEGO, Milan. *Naval Classical Thinkers and Operational Art* [Em linha]. Newport: Naval War College. 2009 [consultado em 16 de agosto de 2016]. Disponível em: <<http://www.usnwc.edu/getattachment/85c80b3a-5665-42cd-9b1e-72c40d6d3153/NWC-1005-NAVAL-CLASSICAL-THINKERS-AND-OPERATIONAL-.aspx>>

VIDIGAL, Carlos Eduardo. As Malvinas e o petróleo: perspectivas. In *Boletim Meridiano* 47 [Em linha], maio-junho de 2014 [consultado em 20 de fevereiro de 2016], volume 15, n.º 143, p. 19-27. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/10612/8076>>

VIEIRA, Friederick Brum. O Tratado da Antártica: Perspectivas Territorialista e Internacionalista. In *Cadernos Prolam/USP* [Em linha]. 2006a, [consultado em 20 de dezembro de 2011], Ano 5, Volume 2, p. 49-82. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_2.pdf>

- VIEIRA, Friederick Brum. *Reivindicações territoriais da Argentina e do Chile sobre a Antártica*. Texto-base para o seminário apresentado em 07.11.06 no Núcleo de Estudos de Política Internacional (Nespi) [Em linha]. 2006b, [consultado em 20 de dezembro de 2011]. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/downloads/reivindicacoes.pdf>>
- VIEIRA, Gonçalo; XAVIER, José e NEVES, Mário. I *Workshop* Portugal e a Antártida e a preparação das atividades portuguesas no âmbito do Ano Polar Internacional 2007-08. In *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 2005, Volume XL, n. ° 80, p. 105-111. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. ISSN: 0430-5027.
- VIGNI, Patrizia. The Interaction between the Antarctic Treaty System and the Other Relevant Conventions Applicable to the Antarctic Area. A Practical Approach versus Theoretical Doctrines. In *Max Planck Yearbook of United Nations Law* [Em linha], 2000, [consultado em 15 de março de 2014], Volume 4, p. 481-542. Haia: Kluwer Law International. Disponível em: <http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_vigni_4.pdf>
- WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Illinois (EUA): Waveland Press, Inc. 1979. ISBN: 1-57766-670-4.
- WALKER, Luis V. Ferrada. Evolución del Sistema del Tratado Antártico: Desde su génesis geoestratégica a sus preocupaciones ambientalistas. In *Revista de Derecho* [Em linha], 2012a, [consultado em 15 de março de 2014], n. ° 8, p.131-151. Santiago: Universidad San Sebastián. Disponível em:
<http://www.academia.edu/3052849/Evoluci%C3%B3n_del_Sistema_del_Tratado_Ant%C3%A1rtico_Desde_su_g%C3%A9nesis_geoestrat%C3%A9gica_a_sus_preocupaciones_ambientalistas_Antarctic_Treaty_System_s_Evolution_From_its_geostrategic_origin_to_its_environmental_concerns_>
- WALKER, Luís V. Ferrada. La Defensa Nacional y su aporte a la Política Antártica de Chile. In *Escenarios Actuales* [Em linha], dezembro de 2012b, [consultado em 15 de março de 2014], Ano 17 n. ° 3, p. 29-40. Santiago do Chile: Centro de Estudios e Investigaciones Militares. Disponível em:
<http://www.academia.edu/5726845/La_Defensa_Nacional_y_su_aporte_a_la_pol%C3%ADtica_ant%C3%A1rtica_de_Chile>
- WALTON, David W.H. e CLARKSON, Peter D. *Science in the Snow. Fifty years of international collaboration through the Scientific Committee on Antarctic Research*. Cambridge: SCAR. 2011. ISBN: 0948277254.
- WEST, Peter. NSF Station 1975. In *National Science Foundation* [Em linha]. [Consultado em 23 de maio de 2015]. Disponível em:
<https://www.nsf.gov/news/special_reports/livingsouthpole/station75.jsp>
- WILSON, Robert E. National interests and claims in the Antarctic. In *Arctic* [Em linha], 1964, [consultado em 20 de dezembro de 2011], Volume 17. Disponível em:
<<http://pubs.aina.ucalgary.ca/arctic/Arctic17-1-15.pdf>>

WINTOUR, Patrick. Argentina and UK agree to «remove obstacles» to Falklands development. In *The Guardian* [Em linha], 14 de setembro de 2016, [consultado em 31 de dezembro de 2016]. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/world/2016/sep/14/argentina-and-uk-agree-to-remove-obstacles-to-falklands-development>>

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. Assessment for Decision-Makers – Scientific Assessment of Ozone Depletion: 2014. In *WMO Global Ozone Research and Monitoring Project Report* [Em linha], setembro de 2014, [consultado em 20 de agosto de 2016], n.º 56. Genebra. ISBN: 978-9966-076-00-7. Disponível em:

<https://www.esrl.noaa.gov/csd/assessments/ozone/2014/assessment_for_decision-makers.pdf>

WOOLF, Nicky e WALKER, Peter. Plane completes risky journey back from south pole to rescue sick workers. In *The Guardian* [Em linha], 23 de junho de 2016, [consultado em 24 de junho de 2016]. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/world/2016/jun/21/antarctica-polar-rescue-planes-medical-emergency>>

WORLD OF MAPS. *Antarctica Map* [Em linha]. [Consultado em 20 de setembro de 2016].

Disponível em: <<http://www.world-maps.co.uk/continent-map-of-antarctica.htm>>

WORLD SITE ATLAS. *Political Map of Antarctica* [Em linha]. [Consultado em 24 de agosto de 2016]. Disponível em:

<<http://www.sitesatlas.com/Maps/Maps/Antarctica.htm>>

XAVIER, José C.; VIEIRA, Gonçalo T. e CANÁRIO, Adelino. *Estratégia Científica Portuguesa para o Ano Polar Internacional 2007-08*. Lisboa: Comité Português para o Ano Polar Internacional 2007-08. s.a. ISBN: n.d.

ZARAKIN, Andrés e SENATORE, María X. Archaeology in Antarctica: Nineteenth-Century Capitalism Expansion Strategies. In *International Journal of Historical Archaeology* [Em linha], março de 2005, [consultado em 20 de dezembro de 2011], Volume 9, n.º 1, p. 43-56. Springer Science+Business Media, Inc. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Zarankin_texto.pdf>

FONTES

Aviso n.º 103/2014, de 24 de outubro de 2014, publicado em *Diário da República*, 1ª Série, n.º 217, de 10 de novembro de 2014. Depósito do instrumento de ratificação do Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção do Meio Ambiente, adotado em Madrid em 4 de outubro de 1991. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/58819980>>

Congress Bill S. Res. 288. A resolution supporting enhanced maritime security in the Gulf of Guinea and encouraging increased cooperation between the United States and West and Central African countries to fight armed robbery at sea, piracy, and other maritime threats. Disponível em:

<<https://www.congress.gov/bill/113th-congress/senate-resolution/288/text>>

Decreto N.º 6703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências (Brasil). Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>

Decreto N.º 2316/90. Política Nacional Antártica Argentina. Disponível em:
<http://www.dna.gob.ar/userfiles/11_decreto2316_90.pdf>

Decreto N.º 94.401, de 3 de junho de 1987. Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos (Brasil). Disponível em:
<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1987/dec_94401_1_987_politicanacionalparaassuntosantarticos.pdf>

Decreto Supremo de RR.EE N.º 429, de 28 de março de 2000. Aprova a Política Antártica Nacional (Chile).

Decreto do Presidente da República n.º 67-A/97 de 4 de setembro de 1997, publicado em *Diário da República*, I Série – A, n.º 238, de 14 de outubro de 1997. Ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982, assinada por Portugal na mesma data, e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 28 de Julho de 1994 e assinado por Portugal em 29 de Julho de 1994. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/152860>>

ISO 690:1987. Documentation – Bibliographic references: content, form and structure. 2nd ed. 1987.

ISO 690 – 2:1997. Information and documentation – Bibliographic references. Part 2: electronic documents or parts thereof. ISO. 1st ed. 1997.

Lei n.º 10-2005 de 30 agosto de 2005. Autoriza a ratificação do Tratado que cria a Comissão do Golfo da Guiné (República do Congo).

Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 de 3 de abril de 1997, publicado em *Diário da República*, I Série – A, n.º 238, de 14 de outubro de 1997. Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção. Disponível em:
<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=61485230634446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626e526c654852766331396863484a76646d466b62334d764d546b354e79395351564a664e6a4266516c38784f546b334c6e426b5a673d3d&fich=RAR_60_B_1997.pdf&Inline=t>

ANEXO

ENTREVISTAS

GONÇALO VIEIRA – IGOT-IUL, 15 DE OUTUBRO DE 2015

Gonçalo Vieira é Professor Associado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL) e investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG), integrado no grupo de investigação em Alterações Climáticas e Sistemas Ambientais (ZEPHYRUS). É membro da Direção do CEG, coordenador do Programa Polar Português, Co-Chair do *Scientific Committee on Antarctic Research Expert Group on Permafrost, Soils and Periglacial Environments*, membro do Comité Executivo da *Global Terrestrial Network for Permafrost* (WMO/IPA/GCOS) e representa a FCT no *European Polar Board*, sendo atualmente membro do seu Comité Executivo. Participou em oito campanhas de investigação na Antártica e em duas campanhas de investigação no Ártico. Em 2005 recebeu o Prémio Nacional de Geografia Orlando Ribeiro da Associação Portuguesa de Geógrafos e em 2010 recebeu o Prémio *Seeds of Science* na



Gonçalo Vieira

Categoria Ciências do Mar, da Terra e da Atmosfera⁷²⁶.

1. Como surgiu o Programa Polar Português? Como se efetuava a participação portuguesa nas campanhas polares até então?

Já havia uma ideia antiga, quando comecei a trabalhar na Antártida, a ir a alguns fóruns, reuniões científicas internacionais, Portugal não estava representado e sempre me fez um bocadinho de confusão e tal como a mim, ao resto dos investigadores, que eram poucos, que trabalhavam nas regiões polares. Na verdade seria eu e o José Xavier (nos anos 90), a Vera Assis Fernandes também foi a alguns fóruns. Numa dessas reuniões científicas internacionais, a reunião do SCAR em Bremen, em 2004, estava-se a preparar o Ano Polar Internacional.

⁷²⁶ CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS. *Gonçalo Vieira* [Em linha]. [Consultado em 9 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://ceg.ulisboa.pt/investigacao/investigadores/goncalo-vieira/>>

Na altura estavam-se a constituir os comités nacionais, os grupos nacionais, e havia um grupo central que geria o Comité Polar Internacional e eu consultei uma cientista polar norte-americana muito conhecida, a Robin Bell e disse-lhe que não conhecia ninguém que estivesse a trabalhar na Antártida em Portugal [o José Xavier estava ligado ao British Antarctic Survey], mas se calhar era a hipótese de no Ano Polar Internacional começarmos a fazer qualquer coisa. E eu propunha-me a ficar como ponto de contacto, tentar ver se havia mais alguém e ver o que é que conseguíamos fazer.

Portanto, foi basicamente assim que começou. Depois soube que alguém da Universidade do Algarve iria, ou tinha ido para a Antártida. E esse alguém era o [Professor] Adelino Canário. Combinámos uma reunião na Faculdade de Letras falei da comissão do Ano Polar Internacional e achámos que seria uma boa ideia aproveitarmos este enquadramento internacional para começar a montar alguma coisa em Portugal. Ainda antes disso, quando fui à Antártida, em 2000, andei a bater à porta de uma série de sítios para obter patrocínios e na altura fiz alguns contactos com jornalistas. E aquilo teve alguma visibilidade, a RTP fez-me várias

entrevistas e apareceu em vários telejornais e rádios.

Nessa primeira campanha começámos a criar uma rede informal de “amigos da Antártida”, que tinham ido à Antártida. Um deles tinha sido o almirante Ramos da Silva [do Instituto Hidrográfico, que tinha estado na Antártida com a Marinha brasileira em 1991] que me contactou, talvez por ter sabido através dos jornais. Depois começámos na Sociedade de Geografia, onde também fizemos, dentro da seção Geografia dos Oceanos, um núcleo da Antártida.

Entretanto o astrofísico Paulo Afonso e um grupo de amigos, vieram falar comigo, porque queriam submeter um projeto europeu de divulgação científica e educação sobre a Antártida. O projeto acabou por não ser aprovado, mas na verdade até foram eles que fizeram o nosso primeiro site, o primeiro Portal Polar Português (já não é esta versão) e acabaram por ser a ponte para uma série de ideias para a parte educativa da Antártida. Talvez em 2001, 2002, 2003... andei então a bater à porta de uma série de gente, a ver se entravam no projeto.

Este grupo de pessoas começou a crescer e quando começou o Ano Polar Internacional, juntei o Adelino, o Ramos da Silva e andei a ver quem é que trabalhava mais nestas áreas. E fizemos

uns *workshops* em 2005 para lançar o Ano Polar Internacional, ali na Faculdade de Letras. Fez-se então o primeiro *workshop* “Portugal e a Antártida” [as primeiras Conferências das Ciências Polares eram estes *workshops*]. Nestas reuniões convidávamos gente que tinha trabalhado lá ou que estava a trabalhar lá para dar palestras, uma vez veio a Margarida Pinto Correia, jornalista, que tinha estado na Antártida com a SIC e nós convidámo-la para falar [no *workshop*], também. Para haver um movimento em torno da Antártida.

No Ano Polar Internacional propusemos à FCT criar um Comité Nacional para o Ano Polar Internacional, um pró-comité, que ainda não tinha a chancela oficial, e para isso, convidámos o Professor Mendes Vítor, que foi Presidente do comité nacional para o Ano Polar Internacional. Ia às reuniões, participava nos Congressos e apoiava-nos muito... convidámo-lo porque queríamos alguém de topo, com uma posição consolidada e uma pessoa motivada para estas questões da ciência polar.

O Pedro Miranda também se envolveu no Comité, Ana Maria Silva da Universidade de Évora, que trabalhava com o [Daniel] Bortoli, que era recém-doutorado ou doutorando na altura... e foi assim que criámos o Comité Português para o Ano

Polar Internacional - tinha dez pessoas. O [Professor] Mendes Vítor também tinha estado envolvido no Ano Internacional da Geofísica de 1957/58, mas não na Antártida e tinha uma grande mágoa porque nos anos 60 tinham-lhe dado a hipótese de ir à Antártida, mas o orientador dele não deixou. E então achou que devia apoiar um grupo de gente nova cheia de vontade de fazer qualquer coisa... portanto acabou por ficar como Presidente e abriu-nos muitas portas, ao nível político, na FCT...

O Comité pretendia ter algum financiamento para projetos de investigação, pretendia que Portugal assinasse o Tratado da Antártida... queríamos fazer um programa educativo grande, que fizesse a ligação entre ciência e sociedade. Acabou por criar as raízes do Programa Polar Português.

Conseguimos um financiamento da FCT para cinco projetos, para quem estava a trabalhar na Antártida: um projeto meu, que na realidade já tinha sido submetido à FCT e que estava em avaliação, o [Daniel] Bortoli teve outro, Paulo Catry que estava a desenvolver um projeto sobre albatrozes foi outro, bem como o José Xavier e o Adelino Canário. Os projetos duraram dois ou três anos e alimentaram o Ano Polar Internacional, na parte científica. Ao mesmo tempo conseguimos que a Ciência

Viva nos apoiasse na divulgação da ciência. Tivemos também uma parceria importante com a empresa Mundicenter, que gere centros comerciais. Andámos a bater à porta de muitas entidades e conseguimos cinco bolsas da Caixa Geral de Depósitos para mestrandos...

Fizemos contactos com os CTT... editámos uma coleção de selos e eles perguntaram-nos se não queríamos lançar também uma agenda. Eu coordenei a agenda e convidei cada uma das pessoas que estava a desenvolver trabalho na Antártida para a parte relativa a cada mês do ano. As fotos são quase todas dos investigadores portugueses, só algumas foram compradas ao *National Geographic* pelos CTT. A acompanhar há textos sobre o trabalho desenvolvido no Ártico e na Antártida. A coleção de selos foi desenhada pelo ilustrador científico Nuno Farinha, sob o tema “as aves polares que visitam a costa portuguesa”. A Mundicenter montou uma exposição e nós fizemos tudo “por carolice”, mas teve um impacto enorme. A exposição esteve em cinco centros comerciais pelo país (Amoreiras, Loures, etc.) e tinha visitas guiadas das escolas. Formámos monitores, pagos pela Mundicenter e isso teve muita visibilidade. A exposição foi visitada por milhares de pessoas. E tivemos uma peça de teatro muito gira...

E portanto surgiu assim...

2. Como tem evoluído o PROPOLAR / como funciona atualmente?

Com a criação do Comité e com estas atividades todas começámos a ter o interesse do Ministério da Ciência. O primeiro interesse foi da parte da FCT, em particular do Prof. João Sentieiro. O Ministério da Ciência pensava inicialmente que era um projeto mais de divulgação científica e não sabia se era para continuar ou não... Mas em 2010, mais ou menos, o Prof. Mariano Gago teve uma reunião connosco no final de uma Conferência de Ciências Polares e em 2011 houve um salto importante. Nós tínhamos reuniões regulares com a FCT, que nos apoiava geralmente nas necessidades que tínhamos, mas andávamos a lutar há algum tempo para termos um programa continuado. E em 2011 tivemos pela primeira vez financiamento para fretar o voo [antártico]. A ideia do voo era trocar lugares por presença nas bases e contribuir para a logística internacional. Isso tem sido a âncora desde 2011.

O voo mantém-se, temos tido mais colaborações e na realidade até temos tido gente a mais que não conseguimos encaixar no voo. Entretanto começámos também a abrir os projetos. Começou com um processo ainda pouco formal, em que

nós fizemos uma *call* de projetos, que eram avaliados por nós ou por especialistas externos. E a partir daí a situação tem vindo a consolidar-se. Este ano [2015] houve um salto importante. No ano passado assinámos o Protocolo de Madrid, antes tínhamos também criado o Gabinete Polar na FCT...

Conseguimos então, em 2015 um financiamento alargado... na realidade, em termos de projetos de investigação, não se nota que financiamos muito mais projetos, mas o aumento de financiamento permite já financiar projetos no Ártico. Mas na verdade, só financiamos mesmo as viagens. Essencialmente, além do fretamento do voo, continua a haver dinheiro para fazer uma viagem até Punta Arenas e depois enquadrámos a logística. No Ártico é mais ou menos uma coisa do mesmo estilo. Conseguimos contratar uma diretora executiva para o PROPOLAR, a Teresa Cabrita. Temos um comité de coordenação, do qual faz parte o João Canário, do Técnico, eu, o Adelino Canário [Universidade do Algarve], a Catarina Magalhães [Universidade do Porto] e o José Xavier [Universidade de Coimbra]. A Teresa vai fazer parte do que eu fazia, a coordenação logística e de direção executiva e eu continuo a ser coordenador, dá-me mais autonomia para dinamizar outras atividades.

3. Quais as principais dificuldades sentidas?

O financiamento continua a ser insuficiente. O PROPOLAR é um projeto. Continua a ser financiado anualmente pelo Fundo de Apoio à Comunidade Científica. Temos um pacote de financiamento que paga o voo e outro que paga pequenos projetos que são estímulos à investigação, para que consigamos por pessoas na Antártida. Os projetos maiores têm que arranjar financiamento e normalmente estão associados a centros de investigação. Agora estamos envolvidos num projeto europeu do Horizonte 2020, de logística polar e também de ciência, é uma *Coordinating Science Action* e é dinheiro que vem de fora para Portugal também (*EUPolarNet*). O facto de termos projetos polares permite a Portugal integrar estas ações, senão ninguém saberia que existimos como programa. A ideia é haver sustentabilidade e para isso é fundamental haver algum dinheiro e há relativamente pouco. Ou seja, há o mínimo para manter isto a andar.

Uma coisa importante é que a FCT está a financiar quotas para participarmos em organizações muito importantes. No Ártico, somos agora membros do IASC [*International Arctic Science Committee*]; financiado também está o SCAR; o *European Polar Board*; o COMNAP, que

é o Comité de Gestores de Programas Antárticos; o FARO, que é a mesma coisa para o Ártico, é o *Forum of Arctic Research Operators*. Temos representantes e dinheiro para ir a estas reuniões. Com projetos como o *EUPolarNET* também temos alguma capacidade para ganhar visibilidade. Mas não podemos ter só visibilidade...

4. Consideram que Portugal necessita de uma política antártica, à semelhança de outros países como Argentina, Chile, Brasil, Uruguai, entre outros?

Sim, deveria existir uma política antártica adequada às capacidades e interesses nacionais. Acho que tem de haver um financiamento continuado para a ciência polar. Neste momento as coisas estão muito mais sólidas, mas se entretanto se houvesse alguma mudança de intervenientes (grande parte de comunidade científica polar tem contratos muito precários), devia haver condições para manter o programa. Neste momento, o meu medo com a falta e com a irregularidade de financiamento para os projetos nacionais (das convocatórias da FCT) é que... isto aguenta-se um ano... mas depois torna-se insustentável.

Por exemplo, eu tenho uma rede de monitorização do *permafrost* na Antártida, mas há um ano que não tenho dinheiro. Aliás, na última campanha já não tive

dinheiro para equipamento; isto vai começar a morrer. Se eu não arranjar alternativas é um investimento que se perde. Tenho de pensar como é que vamos manter o equipamento. Poderei até passá-lo aos argentinos, com quem colaboro e dizer “olha, mantenham-no vocês”. E isso seria uma pena... A nossa ideia é que isto [o PROPOLAR] seja uma espécie de uma rede, uma rede com financiamento idealmente a cinco anos. E que a FCT... aprovasse internamente um pacote de financiamento alargado. Mas ainda não há uma solução e temos todos os anos de voltar a pedir os financiamentos para a logística.

Na FCT há uma grande boa vontade e vê-se que as pessoas estão interessadas e que nos apoiam, o dinheiro é que não estica. Mas o que eu vejo é que, lentamente, nós na verdade temos crescido. A crise não nos afetou nesta componente (logística), está a afetar agora na ciência, mas isso é porque é um financiamento externo, não é do PROPOLAR propriamente dito, que obviamente vai acabar por ter consequências... Mas outras opções que vejo são procurar financiamento privado, ... ou no Horizonte 2020, mas são consórcios muito limitados, é muito difícil entrar nessa competição. Quando abrem as *calls* nacionais temáticas, como ciências do ambiente e outras, em cada *call* deveria

haver também para projetos polares. A nível nacional nós somos bastante competitivos.

5. De que forma é percecionado pelo Estado?

Tradicionalmente, não há uma visão geopolítica para esta questão... quer dizer, começa a haver; há dois anos ou três iniciámos reuniões com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas também há sempre limitações financeiras... A reportagem da SIC [que acompanhou a campanha Antártica em 2014-2015] teve projeção. Houve gente que disse que viu, que gostou e que nem fazia ideia... mas cada vez que há novas reportagens, há sempre gente que diz que não tinha ideia que tínhamos um programa polar.

6. Quais os objetivos a médio-longo prazo / como veem o programa no futuro?

Houve uma mudança grande este ano, também com a entrada da Teresa, neste momento os projetos que são submetidos são avaliados por um júri internacional. Inicialmente tínhamos a Comissão de Coordenação que submetia o PROPOLAR já com um conjunto de projetos propostos relacionados com a nossa investigação e que depois abria uma convocatória para novos projetos. Os projetos da Comissão de Coordenação eram o core do PROPOLAR, mas todos os anos fomos

conseguindo enquadrar novos projetos de áreas científicas diferentes e assim, consolidar o programa. Com o tempo, o processo foi-se refinando com a integração de um júri cada vez mais internacional.

Este ano mudámos completamente isso e mesmo os nossos projetos já são avaliados todos externamente. Temos uma *pool* independente de avaliadores que avaliam de igual forma todos projetos e os membros da Comissão de Coordenação não intervêm em nenhum momento do processo. Ou seja, houve um salto grande. Temos a Teresa, que vai começar a gerir essa componente da avaliação dos projetos. Isto está a autonomizar-se, que era aquilo que nós queríamos.

Isto está a ir lentamente... há coisas em que nos autonomizámos já, como é o caso das inspeções médicas... agora temos um protocolo com o Centro de Medicina Desportiva, temos o curso de Primeiro Socorros, temos aí umas parcerias na forja... Portanto há muita coisa, mas não temos capacidade para dar resposta a tudo, basicamente. Também estamos a ver se implementamos a avaliação de impacto ambiental.

7. Seria viável uma base portuguesa na Antártida?

Acho que não temos condições financeiras para isso... aliás, uma das coisas

interessantes que estamos a fazer agora é uma *Coordinating Science Action*, que são basicamente projetos a que a Comissão Europeia recorre para fazer uma espécie de consultadoria, sobre temas científicos a saírem nas próximas *calls* e inclui todas as agências que têm logística polar. Apoia-se assim a Comissão a definir as prioridades científicas europeias. Quando há questões de política transatlântica, o *EU PolarNet* está muito ativo.

Um dos objetivos, para além da parte científica, é definir um modelo de cooperação logística polar. Há uma tarefa, que é a *Task 3*, em que eu sou um dos *task leaders*. É sobre interoperabilidade e neste momento estamos a criar uma base de dados europeia de todas as bases polares árticas e antárticas, navios, capacidades de navios e também laboratórios científicos que não sejam bases.

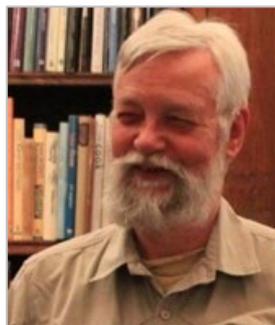
Para o ano vamos lançar um catálogo, inspirado no do projeto *Interact*, que é um projeto europeu que proporciona financiamento para os cientistas acederem a bases. Esse projeto tem *calls* de seis em seis meses; escolhes a base onde queres fazer o projeto, concorres e eles financiam. Um outro projeto semelhante é o *Eurofleets*, para acesso a navios, projetos em navios. O que estamos a tentar, para já, é um levantamento de toda a infraestrutura, que dará origem a um

catálogo europeu. Seguir-se-á uma proposta de gestão e coordenação da infraestrutura polar europeia. Quem está a coordenar esta tarefa sou eu (IGOT) e o Instituto Polar francês. Somos um país que não tem logística... mas estamos muito ativos numa série de atividades internacionais.

As coisas estão a andar e este projeto é uma âncora importante. E Portugal tem uma boa imagem lá fora.

ROBERT HEADLAND – SPRI, 20 DE OUTUBRO DE 2015

O Professor Robert Headland é Investigador Associado (*Senior Associate*) do *Scott Polar Research Institute* (SPRI), da Universidade de Cambridge, nas áreas da História e Geografia das regiões polares e é membro da *Royal Geographical Society* e do *Institute for Historical Research*, Universidade de Londres. Foi igualmente investigador do BAS e do SCAR. Para além da investigação, Robert Headland tem assessorado diversos departamentos governamentais e entidades privadas no que respeita a expedições aos polos, tendo participado em várias ao longo da sua carreira. Em 1984 foi condecorado com a Polar Medal pelo trabalho desenvolvido neste campo⁷²⁷.



Robert Headland

1. Could you tell me a little bit about the history of British presence in Antarctica?

In a sense from the geographical period, going back a long way, some of the earliest concepts came from various

voyages over the aspects of Portugal and Spain very early, the questions of Treaty of Tordesillas, even the Treaty of London before that. Then... this was at the time when competition and interest in the resources of the Pacific, other things the Far East and so forth was not only Spanish and Portuguese monopoly. And various British voyages were heading in that direction also looking for the trade. They came later. But as a result of this, originally islands were discovered, often from the point of view of commerce. Was it worth the effort?

And... really from the Antarctic point of view, the accidental discovery of the South Shetland islands was important from the point of view of their resources and their seals, they were a profitable industry. That got much greater interest in things south, partially commercial. The companies involved, let's say of British origin – because about half of them were from Britain and the other half were from New England states – most of those were “quaker families” and they all knew each other, just one side of the Atlantic and the other side. The U.S. continued the sealing trade for years. Result of that, purely by the sealers' activities much more of the Antarctic was found around the continent

⁷²⁷ QUARK EXPEDITIONS. *Robert Headland – Historian* [Em linha]. [Consultado em 09 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.quarkexpeditions.com/en/why-quark/our-people/expedition-team/robert-headland>>

the peri-Antarctic islands, these nineteen little dots of islands all around it, South Georgia, South Orkney, South Shetlands...

That was a major part of the industry and purely because sealers and again the London market was very much involved. They [the sealers] were coming out with stories that the seals were moving south. But this was rubbish, they [the seals] were all being killed, that was the true story. But that meant that the sealers were explorers, they were always looking for new places. They hoped the seals had moved. For them it was discovery and more and more areas were known and more and more islands. South Orkney, for instances, was discovered by sealers... South Shetlands was a merchant ship of course [that discovered them], but Auckland island, Campbell island... were all sealers discoveries.

The earliest scientific expedition, that for swinging the pendulum... [Captain Henry] Foster's expedition. That time, for navigation purposes, Britain was becoming a major sea power and for navigation purposes the actual shape of the Earth and a series of experiments measuring this throughout the world far north as the Pendulum Island in Greenland and as far south as South

Shetland Islands and elsewhere was being done...

That was an interesting period when, with the whaling trade developing largely at the Pacific and the Atlantic, the Antarctic whaling didn't get really there until 1904. And then there were three expeditions almost in competition: France, United States and Britain in 1837, 1838 and 1839. That's Durmont D'Urville, Wilkes and James Clark Ross... they all went south. Ross 'discoveries were an extensive survey of the continent, determining the position of the magnetic pole, got fairly accurate figure on their observatories.

Then, there was a long period... once interest developed in the depths of the sea. And that came for two reasons, the scientific one probably wasn't the major one, but the most important one at that time, once cables were being made, it was important to know how deep it was and what was it like... for the practical side of cable laying. It was a challenge which went around all the oceans. It wasn't much happening then: the first International Polar Year (1882-1883), British involvement in the Arctic, but nothing on the Antarctic, only in peri-Antarctic islands, in South Georgia.

For various interests a fellow who had a lot of Arctic work, had a polar interest starting in the north and this such is for

[John] Franklin... and in the Royal Geographical Society, in the [Sixth International Geographical] Congress, that was the theoretical beginning of what a lot of people reasonably call the Heroic Age. Two things here. That was theoretical side. But there was a practical side too.

That'd be the same as the sealers, but about a hundred years later. The whalers were vastly reducing the stocks of whales in the Arctic, so there were investigations in the Antarctic. Scottish expedition 1892-1893 [Dundee Whaling Expedition] got quite bit of publicity. The whalers were beginning to look round there, but at that time they couldn't because they didn't have the right sort of equipment for whales. That was really very much the beginning of this Heroic Age. Private and public expeditions, Britain was very much involved. At that time there's a lot to say for the international cooperation, Gauss' expedition from Germany [1901-1903], expedition from Sweden [1901-1904]. The Heroic Age, that also had seventeen expeditions setting out but none of them got there as with the [James] Cook imperial controversy [Cook never got there].

With various national expeditions, a vast amount was known. It was a short period really starting in the 1890's and finishing through the I World War there were

expeditions everywhere. That was a time when geographical interest certainly in London and Britain increased. That was also at a time when whalers, Norwegians began to get the right equipment for whale capture, so harpoons designed in Norway. They were all working on perfecting this equipment.

As a result of the interest in South Georgia and with the bases on the Falkland Islands heading that way, they rather did focus Falkland Islands hence British interest on territories they were interested in, on the exploitation which rather drew the islands to their attention... and result of all the knowledge from the Ross Dependency hence the New Zealand interest in the Ross Dependency came from that industry, Scottish expedition...the result of very long term records.

Part of the modern interest comes from the II World War. Commerce raiders [pirates] were operating in many parts of the world in many oceans. Part of what they wanted to and being traded or attempted themselves: whale oil from the Norwegian factory. I World War whale oil was very important, glycerin was a byproduct, during the War they made glycerin which was basic for making nitroglycerine, a major byproduct.

II Word War for a number of military applications and hence the permanent stations were set up, as watching stations on Auckland and Campbell and others, post watchers to detect any enemy activity. But that was the beginning of Antarctica, the continent, being permanently occupied.

With the territorial side of things, Colonial Office as far as administering territory on the spot and as far as Deli-India, Canberra-Australia, rather than working through London, and Stanley in the Falkland Islands contriving in the Antarctic side of things. Hence it became a very nice story between the cooperation... they [Colonial Office in Stanley] decided ownership with the boundary on the Norwegians. They didn't bother London or Oslo. But the territorial claims turned up. That was the beginning of the circumstances...but once all this was happening, the South American states had the problem of Chile and Argentina, both had claims. That made the political situation intense and it certainly stimulated the Argentine after the War had finished. Quite confidently I call the "ABC Problem". That's certainly being part of the interest here as well as the regulation of whaling; first ideas of the International Whaling Commission, required avoiding overexploitation,

preserving the whales and preserving the industry are actually surprisingly the back door and the front door of the same house if I can put it that way.

But with long continued records, for historical reasons there's been a lot of interest... Europe, France, for New Zealand that's straight forward Geography... there was a lot of interest in the time of the Imperial Conferences trying to get British Commonwealth concept to tight it up as they thought... well the South Africans, with the Statute of Westminster, they had their own government [they didn't claim] and as a result the Norwegians got it.

2. And what about the Antarctic Treaty?

There are a lot of things coming into this. There's a good parallel from the Antarctic Treaty in the Arctic, there was Svalbard, comparable aspect is thoroughly ice and snow and *res nullis*, nobody really claimed it. And there was a negotiation of a treaty, I think Portugal was one of the original signatories... oh no, Portugal wasn't one of the original signatories, but in 1927 it adhered to the Spitsbergen Treaty.

In the very early days of discovery, by the time you had the voyages round the Cape of Good Hope, Bartolomeu Dias and everybody leading the way south, but

other followed... that makes a long story. Back to the Treaty, several things, 1932-33, the International Polar Years with stations a lot round the Arctic and all doing coordinated observations same instruments, same observations, in 1957-58 was the International Geophysical Year, largely a scientific matter... all worked in the south. And scientists were able to get a lot more cooperation than the politicians, working on the logistics together during the 57-58 period. That's one aspect. During it, the Scientific Committee on Antarctic Research was formed in a sense that's a non-governmental organization, the oldest NGO in the Antarctic.

The other side of things was this ABC Problem's elsewhere, [claiming] the rights over the discoveries of Bellingshausen. During the war period the United States was also interested. One of their admirals, Admiral Richard Byrd urged the United States... but they never consolidated the claims, but they never repudiated them either, so they had a basis of claim. They're still in this situation. There's formal claims made for their government, but they can't make a claim, their president can't make a claim.

Once again, they never repudiated, so they retained the basis. So you've got this bit of a mess. Now it wasn't too bad with the

other countries but with the ABC it got a little intense. Gunboats had been active, they fail outbreak of hostilities when machine guns were used against British bases. Any attempts... they had to take them all to court but Argentina and Chile both rejected. The British put a long case as to why they thought the other countries [...] both Argentina and Chile said it's not their case but refused to defend it before the court. The point on that one is if you can't make a case in 1955, you won't make a case then it could put a stop on it. Hasn't really worked. Then what on Earth to do? Bases were there, largest number of British bases in the Antarctic Peninsula and eventually the question of a treaty [...] with the Antarctic Treaty... Throughout the whole place. Basically, often been said the demilitarization of Antarctica... half the population in the Antarctic asked for logistical assistance of science. So the territorial disputes, not resolved and in a sense that kept all the countries active down there, they used any bases, they need to be there.

Now of course with so many other countries with various interests, they all swamped a number of stations on the Antarctic [...] oh there's a paper by Headland and Keys, dated 1985, almost thirty years ago, documenting a number of different stations. China had just about

established theirs, China was 1983. Many years, one of the most cost-effective Antarctic programs was that the soviet. By the time the soviets had covered the world, they were playing large number, many more in Canada, they were all in contact with the home country, they all knew each other, then for quite a few years, about ten of them I think, they had Estonian groups working with the Australian Antarctic Program. Their logistics was good! Anyway, that's an aside.

But the basis of the Treaty was the efficiency from the point of view of science and resolving territorial disputes [...] south of Cape Horn or the large straight south of Cape of Good Hope. It's about three thousands kilometers and about two thirds of that is permanent ice. So... you've got quite left there to dig. That's why in Cape of Good Hope there are rather large military batteries. Maybe in particularly Argentina and Chile actively involved in scientific research [...] but on King George Island the flag pole I think is more important than the thermometer.

3. Do you feel that after the Antarctic Treaty's revision in 2041 there might be conflicts over Antarctica?

You hear people saying that it [the Treaty] expires. It doesn't expire, but any

contracting party anyone can request the review after two years. For me as I rather like it: if it ain't broke, don't fix it! More trouble than it's worth trying to repair it.

4. There has been an evolution of the Treaty. How do you see cooperation in the future in Antarctica?

There have been changes over the years. Quite a lot. Some of them were improvements. Early days, with a small number of countries just about everybody involved knew each other and the Scientific Committee on Antarctic Research... both sides knew each other very well. That was good. Now, they are changing at such a rate with many new [faces] at Committee meetings... cocktails parties, best of doing business... That no longer works.

The other side of things: the inspection aspect. That was tackled quite nicely because as seriously they come to realization that soviets could have equipment and remove it just in case anybody wanted to inspect it. And they had a leak and removed it. Rocket launch equipment at Molodyozhnaya [Station]... but the military inspections often visits that sort of things. Now, the inspections have an enormous amount of environmental staff. None of this is practical. Pressure from senior of the conservation groups... protest

organization gets its own way by using publicity. But the tourist industry and more people coming could be a greater claim on sorting out the stations.

Many stations are well run, but some are very tiny. It means some of them like the Chinese one on King George Island have garbage all over the place. Some of them have big cleanup operations, so they go by local standards and they try to make more regulations for all of this.

5. Do you think that waste disposal represents an environmental threat?

Yes, but very locally.

6. Presently, which are the countries' main objectives regarding Antarctica?

Scientific side is quite a major one. Territoriality from the point of view of the Foreign Office... quite a lot of what is involved is the Falkland Islands. That's an ancient dispute. But with a populated place then one goes with the other. But there's a lot of things I could say about 1982... if the ancient territorial ambitions of the last Madame Perón, early disputes... if that one wasn't stopped quickly South America could divide the diplomatic side of things. Financial aspect: British Antarctic Territory and resources of the Southern Ocean.

7. How important is Antarctica for the countries with interests in South Atlantic Ocean?

The Brazilians gave considerable support to the Argentine in the Falklands [1982]. And that's not a straight cut case. In fact there have been people living there for nine generations. But as you go back to the Treaty of Tordesillas, you'll find the line goes between South Georgia. Argentines used the Treaty of Tordesillas as part of the claim. Now if that claim has any validity, South Georgia and the South Sandwich Islands are Portuguese. That does make them perhaps Brazilian. But the Treaty of London and Tagilde Alliance [1372] would in fact make them British. So you manage to 1372 into this without trying!

8. In your point of view, is Antarctica important in South Atlantic Ocean?

In South Atlantic certainly. And the whole mechanisms of regulation of heat around the planet, not just the local point of view. But certainly you can scientifically predict the future, but many of the obvious changes occurring, climatic fluctuation is another way. A question of how much is the influence of man... the problem of measuring [the emission] of chlorofluorocarbons that diminished the ozone layer in the Arctic and the Antarctic. That is merely the result of

human activities. That's going backwards now, which is rather good.

One thing... this is very much the British Commonwealth aspect [...] the Antarctic Heritage Trust involved I suppose in quite a lot of British work in the Antarctica [...] as the preservation of [...] Scott, Shackleton and Borchevnik's huts. It's a private organization, the Antarctic Heritage Trust, with a lot of support. The Antarctic Heritage... this is a list of all the historical huts, some of which are standing very well, some of which are looked after. The Argentines looked after William Bruce's hut very well. That was Casa Moneta, it was built in 1905 and it still stands, it's the base's museum. In fact I just finished translating a book about it... That's the oldest building in the Antarctic. And still in use. Just to do a side here: [...] so many [Antarctic] maps you'll see have mistakes in it. See, many maps would say "unclaimed" [area between Chile's claim and New Zealand's claim], that is wrong, it has been claimed but the claim hasn't resulted in a formal definition of territory [...] The first use of 60 degrees was by the New Zealanders,

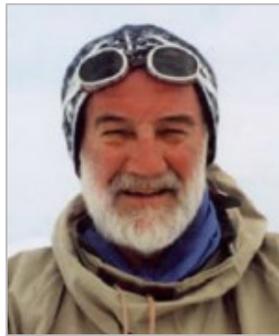
Argentina likewise, *Antartida Argentina*, and British Antarctic Territory also. Chile doesn't have it as it considers it goes straight up to the rest of the country. And Norway wouldn't have a sector because it has sector disagreements with the Soviet Union [...] and nobody knows where the north limit is [...] but that again, isn't unclaimed. Indeed, Shackleton and Amundsen both claimed that bit for Britain and for Norway. So many, many maps would have those things wrong.

9. And in 2041, with the revision of the Antarctic Treaty, would Antarctica still be free from mineral exploitation?

There's a good point on that [...] the technology is always improving and [the companies] are often learning by mistakes, but learning nevertheless. I'll say inevitable, but it should be more and more efficient... Although it goes quicker than you think.

PETER CLARKSON – SPRI, 20 DE OUTUBRO DE 2015

O Professor Peter Clarkson é Investigador Emérito Associado do SPRI, Universidade de Cambridge e Presidente da *Trans-Antarctic Association* desde 2006, entidade que concede bolsas de a quem pretenda desenvolver investigação nas regiões polares. Embora reformado, continua a desenvolver atividades no SPRI nas áreas da educação e divulgação, nomeadamente no âmbito do centenário da expedição ao Polo Sul de Robert Scott, protagonizando várias palestras. Peter Clarkson é geólogo e enquanto estudante acompanhou a expedição Transantártica de Sir Vivian Fuchs, citado na presente tese. Iniciou a carreira no BAS onde permaneceu até 1989, ano em que transitou para o SCAR para exercer o cargo de Secretário Executivo (1989-2005). Foi condecorado com a *Polar Medal* em 1976, tendo participado em múltiplas campanhas polares⁷²⁸.



Peter Clarkson

Antarctic Research (SCAR) and its mission?

Well, SCAR was founded in 1958, as Special Committee on Antarctic Research and it was needed because countries that took part in the IGY they were so successful that they wanted to not extend it as such but to carry on for another year and they felt

there should be team to coordinate this. So they approached to the International Council for Scientific Unions, it's now called the International Council for Science, and so SCAR is established. The first meeting was held in The Hague, that's when the SCAR started [...] Projects to be carried out continued but all the countries decided to continue working in Antarctica but not with a political drive to that. Science went on and of course in December 1959 the Antarctic Treaty was signed by the same twelve countries that take part in the IGY.

And... as time went by, they realized that Antarctica search wasn't going to go away so SCAR... it was originally called Special Committee but then it was changed to Scientific Committee and this was an expression for permanent committee. And... so SCAR continued.

Over the years and gradually, the working groups were rationalized more into

⁷²⁸ SCOTT POLAR RESEARCH INSTITUTE. *Peter David Clarkson, MBE, BSc, PhD, FGS* [Em linha]. [Consultado em 9 de dezembro de 2016]. Disponível em: <<http://www.spri.cam.ac.uk/people/clarkson/#biography>>

sensible scientific groups and then, at some stage, they decided to set up Groups of Specialists [GOS]. One of the first must have been the seals and the reason for that because the treaty parties were concerned about sealing starting again and so should be a convention in place just as SCAR was the scientific advisor to that convention.

Membership of SCAR, we talk about national members of SCAR as well as some scientific union members but the purpose of SCAR is the academy of science and not particularly... it's not a Government member, distinct from the Treaty. Now, in British offices the national operator is British Antarctic Survey. But the SCAR is the Royal National Scientific Academy. In the United States, the operator is United States Antarctic Program but the member of SCAR is the research board. Academia *versus* Government and it's the member, the academic society that subscribes SCAR.

Now, this means that SCAR is funded by what I always tell clean money, which means that Governments can't tell us what to do. Can't tell SCAR what to do. Now many of the scientific academies get their money from Government, but once they've got it, in many cases it's theirs to do with it exactly what they like, so the

money has been laundered. So it's clean scientific money that SCAR operates with and this is extremely important. Part of the importance is, of course, that it gives it independence and is this independence that enables SCAR to act at the Antarctic Treaty.

2. How has SCAR evolved?

Well, there were originally twelve members but gradually countries wanted to join and they started having associated members, established various scientific programs [...] Full membership means that they can vote. Day-to-day business of the SCAR was foreseen by the Executive Committee most of the time it was actually here in this building.

For the first meetings, besides members, delegates were also invited from the International Union of Geodesy and Geophysics (IUGG), the International Geographical Union (IGU), the International Union of Biological Sciences (IUBS), the International Union of Pure and Applied Physics (IUPAP) and the Union Radio Scientific International (URSI)... almost everyone was there. Back then, it was almost like a friend's gathering. Everybody knew everybody, we all were working in Antarctica. Nowadays, the majority of delegates never has been in Antarctica...

About the working groups... as I was saying, the first one was the seals group... It appears that, until then, working groups were set up afresh at each SCAR meeting to cover the needs at the time and involving those present. These would probably have been equivalent to the more familiar “subcommittees” of recent years. Nowadays there are three working groups, known as Science Groups: Geosciences, Life Sciences and Physical Sciences. SCAR studies almost everything in Antarctica and Southern Ocean, except whales. This a political subject, very complicated.

3. What is SCAR’s importance today to Antarctic science – what does SCAR do nowadays?

Science Groups are now established for ten years. The first two years are dedicated to planning and the last three to results evaluation. These groups have two kinds of researchers: specialists, designated by academia and member countries’ representatives. Specialists answer only to SCAR, there is no room for national interests.

In recent years, a kind of a SCAR community has developed with interests in the social sciences and humanities, including the history of Antarctica. The emergence of this topic in the Antarctic community has been spurred by the

inclusion of the “human dimensions” as a major theme during the International Polar Year 2007-2008. While this theme was of particular relevance to the Arctic it was evident that such activities are also significant in the Antarctic region and therefore to SCAR.

Back in 1985, a group of member countries’ representatives decided that SCAR didn’t pay enough attention to logistics in Antarctica. This led to the establishment of COMNAP, the Council of Managers of National Antarctic Programs, financed by member’s contributions. COMNAP is already an observer to the Antarctic Treaty. Its budget is much higher than SCAR’s budget so if COMNAP members wanted, COMNAP could become advisor to the Treaty and overcome SCAR.

SCAR and COMNAP’s relation was not easy in the beginning, but nowadays they complement each other. SCAR is advisor to the Treaty but... it doesn’t receive a dime for that.

Antarctic Treaty Meetings are mainly political and diplomatic, with a short vision of what is really going on the ground. The majority of the delegates have never been to Antarctica... and there are always new faces every year. Issues are solved in coffee breaks or in the halls, not really in the meetings...

Besides the Antarctic Treaty Consultative Meetings, SCAR also provides advice to other organizations such as the UNFCCC [United Nations Framework Convention on Climate Change] and IPCC [Intergovernmental Panel on Climate Change] relating to science and conservation issues that affect the management of Antarctica and the Southern Ocean and on the role of the Antarctic region in the Earth system.

4. And what's its role in international cooperation?

Sometimes, countries want to integrate scientists in other scientific missions, because they don't have the facilities or the logistics to support Antarctic research. On the other hand, for several times, scientists from different countries develop research in the same Antarctic spot. If everyone takes its own logistics, it would be a mess and a waste of means... So, SCAR coordinates Antarctic research in order to avoid overlapping logistics and research goals. Every member notifies SCAR of the kind of research; place and logistics involved before going to

Antarctica and that allows SCAR to coordinate the research, finding the perfect match for each mission. The goal is to share.

Back in the 1980's SCAR was also involved in the beginning of PROANTAR, the Brazilian polar program. We went down there to do lectures and help to develop the program; it was a very good experience. They [the Brazilians] were engaged with the Treaty and wanted to create a program that was solid and achievable.

So, SCAR has an important role in international cooperation, it connects Antarctic research worldwide.

5. Future's perspectives, what is planned?

SCAR has significantly evolved since 1990's, when its organization changed. It has now more members and the demand for membership has been high. However, I think... although it's not foreseen yet, it would be positive another reform, in order to promote new ideas and avoid stagnation.